



uniminho unimiño
ASSOCIAÇÃO DO VALE DO MINHO TRANSFRONTEIRIÇO
ASOCIACIÓN DO VAL DO MIÑO TRANSFRONTEIRIZO

Plano estratégico da Uniminho

Documento II Modelo de gestão e propostas de actuación



Portugal-Espanha
Cooperação Transfronteiriça
INTERREG III A
Espanha-Portugal

escuela para las
administraciones públicas
caixanova

ÍNDICE DO DOCUMENTO

MODELO DE GESTÃO	6
1. BASE ESTRATÉGICA	6
2. BASE ORGANIZATIVA	10
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS DE FUTURO NO SEIO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA. 2007-20013	25
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
PLANO DE ACTUAÇÕES PARA A UNIMINHO 2006-2013	35
PROGRAMA A: PROMOÇÃO DO TURISMO	39
PROJECTOS PRIORITARIOS	40
A1. PROMOÇÃO DE CAMPOS DE GOLFE E INFRA-ESTRUTURAS PARA O APROVEITAMENTO DESPORTIVO DO RIO MINHO	40
1. REFERÊNCIAS GERAIS	40
2.- DADOS BÁSICOS	43
3.- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	56
4.- AVALIAÇÃO E CONTEXTO	66
A2. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESPAÇO DA UNIMINHO	70
1.- REFERÊNCIAS GERAIS:	70
2.- DADOS BÁSICOS	72
3.- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.	83
4.- AVALIAÇÃO E CONTEXTO	89
A3. PROJECTO DE REGENERAÇÃO INTEGRAL DOS CENTROS HISTÓRICOS DA UNIMINHO.	92
1. REFERÊNCIAS GERAIS	92
2. DADOS BÁSICOS	94
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	109
A4. PROJECTO CULTURAL PARA A UNIMINHO	116
1 REFERÊNCIAS GERAIS	116
2. DADOS BÁSICOS	118
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	135
PROJECTOS COMPLEMENTARES	141
a1. EVENTOS DESPORTIVOS TRANSFRONTEIRIÇOS	141
a2. IDENTIFICAÇÃO TURÍSTICA DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO DE UNIMINHO	144
PROGRAMA B: MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	147
PROJECTOS PRIORITARIOS	148

B1. PROJECTO DE ACÇÕES LOCAIS EM SANEAMENTO E ABASTECIMENTO NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO DA UNIMINHO (ALOSA)	148
1. REFERÊNCIAS GERAIS	148
2. DADOS BÁSICOS	149
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	156
4. CALENDÁRIO, ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO	160
5. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	164
B2. GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MONTE TRANSFRONTEIRIÇO E DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS	167
1. REFERÊNCIAS GERAIS	167
2. DADOS BÁSICOS	168
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	176
4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	188
B3. ACÇÕES DE RESTAURO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE ÀS RIBEIRAS DO MINHO (ARDEA)	189
1. REFERÊNCIAS GERAIS	189
2. DADOS BÁSICOS	190
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	193
4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	197
PROJECTOS COMPLEMENTARES	198
<i>b1. GESTÃO DE RESÍDUOS ESPECÍFICOS: INDUSTRIAIS, DE CONSTRUÇÃO E DE MONTES</i>	<i>198</i>
<i>b2. GESTÃO CONJUNTA DO ESTUÁRIO DO MINHO</i>	<i>201</i>
<i>b3. SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL</i>	<i>204</i>
PROGRAMA C: DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL E EMPREGO	207
PROJECTOS PRIORITARIOS	208
C1. UNIDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO E OBSERVATÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO	208
1. QUADRO GERAL DO PROJECTO	208
2. DADOS BÁSICOS DO PROJECTO	211
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	222
4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	229
C2. PROJECTO DE GESTÃO TRANSFRONTERIÇA DAS INICIATIVAS DE FOMENTO DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL	231
1. REFERÊNCIAS GERAIS	231
2. DADOS BÁSICOS	232
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	248
4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	264
PROJECTOS COMPLEMENTARES	266
<i>c1. DESENVOLVIMENTO DE MANUAIS E FERRAMENTAS PARA A ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERIOR</i>	<i>266</i>
<i>c2. UM ESPAÇO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</i>	<i>269</i>
<i>c3. PACTO PELO EMPREGO TRANSFRONTEIRIÇO</i>	<i>273</i>
PROGRAMA D: APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	276

PROJECTOS PRIORITARIOS	277
D1. ACESSO A BANDA LARGA NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO	277
1.- REFERÊNCIAS GERAIS:	277
2.- DADOS BÁSICOS:	278
3.- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.	287
4.- VALORIZAÇÃO E CONTEXTO:	291
D2. PROJECTO-PILOTO PARA A GESTÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO TRANSFRONTEIRIÇO	292
1. REFERÊNCIAS GERAIS	292
2. DADOS BÁSICOS DO PROJECTO	293
3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR	301
4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO	317
PROJECTOS COMPLEMENTARES	319
d1. AMPLIAÇÃO DE USO DA REDE DE TELECENTROS RURAIS.	319
d2. DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CUIDADOS AOS IDOSOS	322
d3. MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	325
CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES FINALES	328
ANEXOS:	333
1. QUADRO RESUMO DE PRINCIPAIS ACTIVIDADES POR PROJECTO E PROGRAMA	335
2. QUADRO RESUMO DE ORZAMENTOS	343

MODELO DE GESTÃO

Uma proposta para a gestão da Uniminho

1. BASE ESTRATÉGICA

A fase de diagnóstico terminou com uma previsão daquilo que deve ser a Missão da Uniminho e com a definição dos objectivos estratégicos de actuação, directos e transversais. Em jeito de ponto de partida para a formulação de um Modelo de Gestão para este novo organismo, podemos destacar as seguintes considerações:

- A Uniminho centra a sua actividade em projectos cujo eixo de actuação seja a cooperação transfronteiriça. Não deve apoiar ou trabalhar sobre projectos que incidam exclusivamente num dos países, para evitar duplicidades e interferências relativamente à Diputación de Pontevedra e à Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho.
- Os âmbitos estratégicos orientam a sua área de actuação preferencial para o turismo e o ambiente, verdadeiras potencialidades deste território, fechando o âmbito de intervenção das áreas de carácter mais geral: o uso das tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento dos serviços públicos.
- A inovação e a sustentabilidade no tempo do modelo de desenvolvimento marcam os eixos transversais da actuação da Uniminho e devem impregnar todas as actuações que este organismo transfronteiriço desenvolve.

- A observação permanente e a disponibilidade de recursos humanos qualificados para a gestão técnica estabelecem os limites de actuação desde o primeiro momento. Só através da colocação em marcha destas duas actuações, a Uniminho se poderá transformar numa referência no âmbito da cooperação transfronteiriça. Primeiro internamente, entre as câmaras municipais e agentes sociais que fazem parte do território. Posteriormente, a Uniminho deverá ser a referência nacional e europeia em projectos de cooperação transfronteiriça. Esse é um dos seus objectivos finais
- Para se tornar nessa referência, é necessário também que a Uniminho tenha um peso político e institucional que lhe permita defender os interesses dos cidadãos de ambos os lados da fronteira, de forma coesa entre os diferentes líderes e representantes políticos que fazem parte do projecto.
- E, como reflexão final, de nada serve tudo o que foi dito, se a Uniminho não conseguir posicionar-se perante os cidadãos, se não criar vínculos de proximidade que façam com que a Uniminho seja percebida pelos habitantes de ambas as margens do Minho como uma entidade com personalidade própria.

Base institucional

É obvio que a Uniminho não deve interferir nos projectos de desenvolvimento local que se desenvolvem em cada um dos países que fazem parte da Uniminho. Não se trata de produzir novas interferências, mas sim de estabelecer sinergias através da cooperação.

Ao mesmo tempo, a Uniminho não pode nem deve abarcar todas as áreas de intervenção pública. Se a Uniminho nascesse com a intenção de "disparar contra tudo o que se move", quer porque existem oportunidades de financiamento europeu, quer por decisões dos seus responsáveis, essa seria a melhor forma de impedir a sua consolidação e a sustentabilidade no tempo do modelo proposto. É certo que se poderiam alcançar resultados importantes em termos económicos a curto prazo, mas estar-se-ia a construir um modelo que não seria sustentável para além do horizonte de 2013.

A Uniminho deve partir do conhecimento permanente da realidade para identificar espaços de "sombra" na gestão pública, nichos ou áreas de actuação que necessitam de uma resposta coordenada de ambos os lados, para que a actuação proposta se traduza num verdadeiro projecto de desenvolvimento local e, sobretudo, uma área na qual os agentes e administrações públicas não estejam a intervir. Só através da especialização será possível consolidar a experiência da Uniminho.

Por último, há que alertar para um dos erros mais frequentes na concepção de organismos de gestão supramunicipal e/ou de cooperação interinstitucional. Este tipo de projectos ou instituições devem trabalhar em projectos por si executados ou promovidos directamente, ou seja, não se devem limitar a ser um mero canal de captação de recursos para as câmaras municipais integrantes. É muito comum que este tipo de experiências funcione apenas enquanto existe a capacidade de obter financiamento adicional para as suas câmaras municipais integrantes. E também que desapareça quando as câmaras municipais integrantes consideram que o retorno económico ou de qualquer outro tipo não é suficiente.

Por isso, a Uniminho deve nascer com um certo "egoísmo" institucional. A Uniminho é um projecto em si e não a simples soma das suas câmaras municipais, e isto traduz-se na seguinte declaração sobre a finalidade e missão da Uniminho.

Finalidade, Missão e Valores da Uniminho

Definimos a **FINALIDADE** da Uniminho como a ***procura e geração de sinergias na gestão local do espaço transfronteiriço através da cooperação***. A definição da finalidade nestes termos mantém-se em coerência com a definição estabelecida nos vigentes estatutos da entidade (artigo 5).

Como consequência da finalidade estabelecida, dos domínios de intervenção propostos nos seus estatutos de constituição, assim como dos objectivos estratégicos e da visão resultantes do processo de diagnóstico abordado, formulamos a seguinte proposta de **MISSÃO** da Uniminho:

- *Fazer dos municípios do "Minho"¹ uma referência a nível europeu no desenvolvimento local através da cooperação, pública e privada, da valorização dos recursos naturais e culturais próprios deste espaço territorial, da promoção da vocação turística do território, da utilização intensiva das tecnologias da informação e da inovação como catalizadores dos processos de desenvolvimento.*

Esta formulação da Missão da Uniminho pode ser complementada com a definição dos diferentes objectivos estratégicos assinalados na fase anterior:

Objectivos estratégicos directos

- Apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave.
- Melhorar a gestão do meio ambiente para preservar um recurso estratégico para o espaço Uniminho.
- Potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego.
- Melhorar a acessibilidade às TIC e contribuir para a qualidade dos serviços públicos.

Objectivos estratégicos transversais

- Avançar para um modelo de turismo de qualidade e sustentável.
- Revalorizar o património natural e cultural como factor de desenvolvimento.
- Tornar mais competitivas as empresas com a introdução das TIC.
- Generalizar o uso das TIC na promoção e gestão do sector turístico.

Como complemento a estas definições, deve-se destacar que o projecto da Uniminho nasce com uma forte orientação para a acção. Como prova disso mesmo, temos o presente plano estratégico, cuja formulação final inclui um conjunto de projectos concretos e pormenorizados, preparados para apresentar às futuras janelas de financiamento comunitário.

Para isso, e como consequência também das formulações de fim e missão enumeradas, propõe-se a adopção dos seguintes **valores ou princípios directores** da actuação da Uniminho:

¹ Entende-se por "Minho" o conjunto dos Municípios integrados no projecto Uniminho

- **Concertação**, para lá da mera cooperação, que pressupõe a identificação e assunção de todos os integrantes, agentes do desenvolvimento, de uma mesma estratégia e de uma base de actuação global.
- **Participação, difusão e abordagem ascendente**, para fazer com que os próprios interessados participem na procura de soluções e na formulação de propostas, actuando simultaneamente como meio para aproximar a Uniminho dos cidadãos.
- **Coerência** com as políticas desenvolvidas nos municípios e a nível provincial, na província de Pontevedra e na Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho.
- **Eficácia e eficiência** na gestão dos recursos públicos, aproveitando adequadamente cada uma das oportunidades apresentadas pelo arranque de projectos concretos.

2. BASE ORGANIZATIVA

2.1 Considerações de partida: análise estatutária da Uniminho

A Uniminho é uma entidade com personalidade jurídica própria, concretamente *"pessoa colectiva de direito público português, que se rege pela Convenção Luso-Espanhola sobre Cooperação Transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, de 3 de Outubro de 2002, pela legislação portuguesa aplicável e pelos presentes Estatutos"*. O facto de dispor de personalidade jurídica própria relativamente a outras fórmulas de gestão de projectos europeus, como os agrupamentos de desenvolvimento ou os grupos de acção local, possibilita que a Uniminho tenha capacidade para trabalhar de forma independente e formular candidaturas próprias caso seja necessário. Não obstante, não poderá solicitar financiamento por si só à autoridade regional galega, pelo que terá de procurar o apoio da Deputación de Pontevedra ou das câmaras municipais galegas integrantes na Uniminho para poder operar na Galiza.

É constituída por um período de 8 anos, que embora possa ser prorrogado como se prevê nos estatutos, é um período coincidente com o próximo período de programação comunitária (2007-2013). Este é o horizonte temporal máximo com o qual nos moveremos no presente plano e o espaço de tempo concedido inicialmente para demonstrar a validade das apresentações aqui formuladas.

Embora nos estatutos se estabeleça que pode operar em todos os âmbitos de actuação, tal como se define na estratégia proposta para este novo organismo, é fundamental que possua uma certa especialização, que pode ser inicialmente dada de acordo oportunidades de financiamento que ocorram.

Os órgãos de governo da Uniminho são compostos por uma assembleia geral (equivalente a um órgão plenário numa administração local) e por um conselho directivo. Embora exista a figura do Presidente, do conselho e da assembleia, os estatutos outorgam a capacidade operativa de actuação ao Conselho Directivo, a fim de que as decisões sejam consensuais e partilhadas. Prova disso é que a presidência será rotativa entre a Galiza e Portugal a cada dois anos.

Por isso, será necessário garantir um fluxo de informação permanente a nível do Conselho Directivo, estimulando as suas reuniões e a sua capacidade para tomar decisões conjuntamente. Caso as pessoas que ocupam cargos de maior responsabilidade não possam dedicar-lhe o tempo necessário, será recomendável utilizar os poderes de delegação outorgados pelos estatutos para que possam participar eleitos que possam destinar uma parte do seu tempo de forma constante. Neste caso, e se não existir um impedimento estatutário de qualquer índole, deverá estudar-se também a gratificação económica dos representantes políticos que fazem parte do comité de direcção.

2.2 Recursos Humanos da Uniminho

Através dos estatutos vimos como esta instituição, de carácter fundamentalmente colegial, na sua tomada de decisões e pouco presidencialista, estabelece também uma pequena estrutura de gestão, que marca as linhas a seguir de um possível organigrama da Uniminho. Não obstante, as indicações estabelecidas no presente

documento deverão ter o seu reflexo no futuro Regulamento de regime interior da instituição transfronteiriça.

Dentro da estrutura técnica, nos estatutos destaca-se a figura do **Secretário** que disporá das seguintes atribuições:

- Tarefas de apoio ao Conselho directivo
- Pode receber delegação de competências da Presidência, inclusivamente em funções de carácter executivo.
- Responsável e director dos serviços administrativos
- Encarregado da elaboração da acta a apresentar ao Conselho Directivo e à Assembleia geral (presta contas)

Só as funções descritas nos estatutos da Uniminho configuram-nos como uma verdadeira Direcção Geral da instituição e referência técnica da mesma. A colocação em funcionamento da entidade passa, em primeiro lugar, pela selecção de um Secretário ou Director Geral, que se encarregará da coordenação operativa da entidade e participará activamente na selecção progressiva da sua equipa de colaboradores.

Inicialmente e durante os primeiros anos, propõe-se que a estrutura própria da Uniminho seja o mais reduzida possível, adquirindo estrutura técnica através dos projectos em marcha e em especial através da colocação em funcionamento de uma Unidade de Promoção e desenvolvimento de carácter transfronteiriço, tal como se detalha na respectiva ficha de projecto.

Se estabelecermos fases dentro do ciclo de vida do projecto Uniminho, para os próximos 8 anos, poderemos identificar 3 fases claramente diferenciadas e que deverão contar com uma estrutura de recursos humanos em conformidade:

Fase 1: Lançamento (2-3 anos). Durante esta fase, a estrutura própria da Uniminho é representada apenas pelo Director Geral e por uma pessoa de apoio em tarefas administrativas.

- Equipa: Director Geral e pessoa de apoio administrativo.

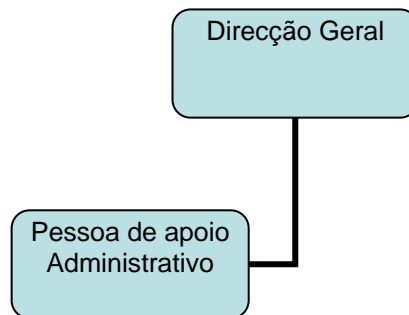
Fase 2: Crescimento (3-4 anos). Se se cumprirem os objectivos, a Uniminho deverá crescer com base nos projectos europeus que vai conseguindo e poderá começar inclusivamente a prestar os primeiros serviços directos ao cidadão, pelo menos a título experimental.

- Equipa: Director-geral, pessoa de apoio, responsável Administrativo e Financeiro e responsável pelos projectos técnicos.

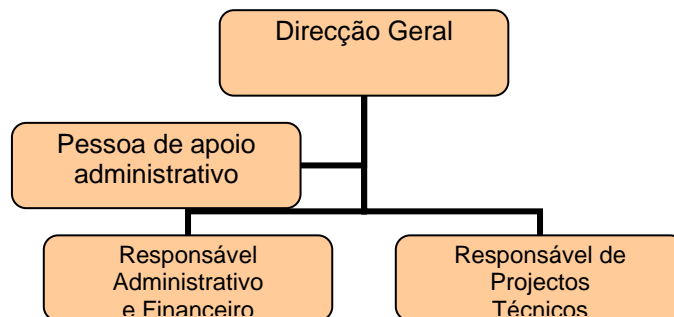
Fase 3: Consolidação (2 anos). Durante os dois últimos anos do prazo inicialmente estabelecido de 8 anos, deverão colocar-se em funcionamento verdadeiros serviços, tanto para a administração local como directamente para os cidadãos. É difícil prever uma estrutura durante esta fase, já que dependerá em boa medida da tipologia dos serviços finalmente colocados em funcionamento. Não obstante e para dar coerência ao presente documento, estimamos que no mínimo deverão ser necessárias 2 pessoas de apoio administrativo, 1 pessoa permanente de apoio informático e, provavelmente, uma pessoa encarregada pela gestão da comunicação da entidade para o exterior, reforçando os aspectos de difusão da entidade.

- Equipa: Director-geral, 3 pessoas de apoio, responsável Administrativo e Financeiro, responsável de Projectos Técnicos e responsável de Comunicação.

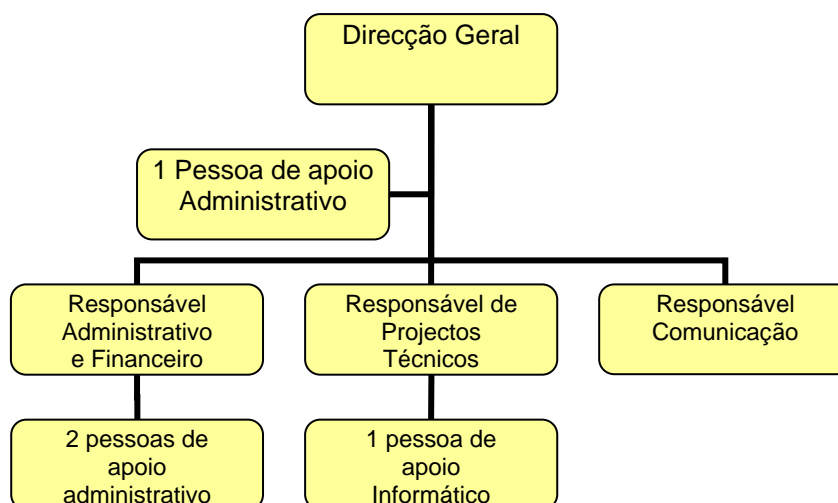
Os **organigramas** correspondentes a cada fase são apresentados a seguir:



Fase 1



Fase 2



Fase 3

Em grande medida, a Uniminho dependerá da eleição de uma equipa directiva implicada no projecto, com confiança no mesmo e que o tome como seu, que conte com a experiência necessária mas com a juventude de espírito e capacidade de sacrifício que pressupõe o lançamento de um projecto tão complexo como a Uniminho.

Neste sentido e para facilitar uma adequada selecção dos recursos humanos, detalhamos a seguir os perfis de competências da equipa directiva da Uniminho:

SECRETÁRIO / DIRECÇÃO GERAL

	Perfil requerido				
	Nada		Em grau muito alto		
	1	2	3	4	5
Formação					
1. Formação académica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
2. Formação técnica para o lugar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
3. Conhecimentos informáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Conhecimento de línguas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
Capacidades					
5. Polivalência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Capacidade para organizar o trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
7. Capacidade criativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
8. Capacidade para solucionar problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
9. Capacidade para trabalhar sob pressão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Habilidade para negociar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
11. Habilidades de comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
12. Capacidade para dirigir pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
13. Habilidade para formar pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atitudes					
14. Capacidade de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
15. Interesse pelo trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
16. Responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
17. Capacidade para assumir riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Flexibilidade e adaptabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Capacidade para trabalhar em equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
20. Capacidade coordenar-se com outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
21. Sentido de disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Iniciativa e optimismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Ambição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
24. Capacidade de aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>

Estamos, portanto, perante uma pessoa com uma licenciatura, com experiência, conhecedora da administração pública e da gestão de projectos europeus. Com

capacidades de comunicação e gestão de relações e com capacidade para organizar o trabalho de outras pessoas. Serão valorizados os conhecimentos ou a experiência em áreas como:

- A gestão económica.
- A capacidade de elaborar documentação.
- Experiência na elaboração e gestão de projectos.
- Experiência na implantação ou gestão de serviços públicos.
- A gestão de parcerias.

O domínio do Português e Castelhano/Galego, assim como do Inglês e de outras línguas da UE é igualmente um factor que deve ser valorizado, pela necessidade de relação da Uniminho com projectos de carácter transnacional.

Trata-se, em qualquer caso, de um lugar no qual têm mais importância a experiência profissional e as competências e atitudes do que os conhecimentos ou a formação de base que o candidato possa ter.

RESPONSÁVEL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

	Perfil requerido				
	Nada		Em grau muito alto		
	1	2	3	4	5
Formação					
1. Formação académica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
2. Formação técnica para o lugar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
3. Conhecimentos informáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
4. Conhecimento de línguas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Capacidades					
5. Polivalência	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Capacidade para organizar o trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
7. Capacidade criativa	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Capacidade para solucionar problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
9. Capacidade para trabalhar sob pressão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Habilidade para negociar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Habilidades de comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Capacidade para dirigir pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Habilidade para formar pessoas	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atitudes					
14. Capacidade de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
15. Interesse pelo trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
16. Responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
17. Capacidade para assumir riscos	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Flexibilidade e adaptabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>

19. Capacidade para trabalhar em equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
20. Capacidade coordenar-se com outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
21. Sentido de disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
22. Iniciativa e optimismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
23. Ambição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Capacidade de aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X

É muito importante para este lugar a formação técnica do candidato. Trata-se de uma pessoa que, possivelmente, se encaixa no perfil académico de Licenciado ou Diplomado em Ciências Empresariais, com experiência em contabilidade e na área fiscal. Será conveniente possuir conhecimentos da legislação administrativa de ambos os países, bem como dos sistemas de contabilidade e orçamentos das administrações públicas.

É de valorizar a capacidade de gestão de documentação; elaboração de comunicados, organização de documentos, gestão de arquivos, sendo igualmente importante o conhecimento prático das ferramentas de automatização do escritório.

RESPONSÁVEL DE PROJECTOS

	Perfil requerido				
	Nada		Em grau muito alto		
	1	2	3	4	5
Formação					
1. Formação académica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
2. Formação técnica para o lugar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
3. Conhecimentos informáticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
4. Conhecimento de línguas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
Capacidades					
5. Polivalência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
6. Capacidade para organizar o trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
7. Capacidade criativa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
8. Capacidade para solucionar problemas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Capacidade para trabalhar sob pressão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
10. Habilidade para negociar	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Habilidades de comunicação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
12. Capacidade para dirigir pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Habilidade para formar pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Atitudes					
14. Capacidade de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
15. Interesse pelo trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
16. Responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
17. Capacidade para assumir riscos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Flexibilidade e adaptabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
19. Capacidade para trabalhar em equipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X

20. Capacidade coordenar-se com outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X
21. Sentido de disciplina	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Iniciativa e optimismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>
23. Ambição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Capacidade de aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	X

Trata-se de um cargo em que o fundamental é a capacidade de gerir projectos nas respectivas áreas de especialização da Uniminho. Em qualquer caso, são essenciais as seguintes competências:

- Gestão de projectos.
- Capacidade de concepção de projectos e criatividade.
- Gestão de documentação, sendo uma mais valia a capacidade de criação de documentação.
- Muito bons conhecimentos de informática, que permitam que em todos os projectos, as TIC sejam aplicadas ao máximo.

Destacam-se ainda atitudes consideradas básicas como o interesse pelo trabalho, a responsabilidade, a capacidade de trabalho em equipa ou a capacidade de aprendizagem.

Sobre esta estrutura, estabelecem-se agora as seguintes **considerações económicas** que podem servir de ponto de partida para o debate no seio do Comité de Direcção da Uniminho, tendo em conta que se parte do salário bruto do trabalhador e a essa base se acrescenta 30%, a título de encargos com a segurança social a cargo da empresa. Estabelece-se um aumento anual de 2%.

HIPÓTESIS DE TRABAJO
CÁLCULO DE LA MASA SALARIAL - UNIMINHO

	FASE 1		FASE 2				FASE 3	
	año 1	año 2	año 3	año 4	año 5	año 6	año 7	año 8
Director general	40.000 €	40.800 €	41.616 €	42.448 €	43.297 €	44.163 €	45.046 €	45.947 €
Personal de apoyo adm.	18.000 €	18.360 €	18.727 €	19.102 €	19.484 €	19.873 €	20.271 €	20.676 €
Responsable de Proy.			30.000 €	30.600 €	31.212 €	31.836 €	32.473 €	33.122 €
Responsable Adm y Ec.			30.000 €	30.600 €	31.212 €	31.836 €	32.473 €	33.122 €
Personal de apoyo adm.							19.000 €	19.380 €
Personal de apoyo adm.							19.000 €	19.380 €
Personal de apoyo inform.							19.000 €	19.380 €
Responsable de comunic.							31.000 €	31.620 €
Subtotal 1	58.000 €	59.160 €	120.343 €	122.750 €	125.205 €	127.709 €	218.263 €	222.629 €
<i>Costes Seguridad Social a cargo de la empresa</i>	17.400 €	17.748 €	36.103 €	36.825 €	37.562 €	38.313 €	65.479 €	66.789 €
TOTAL	75.400 €	76.908 €	156.446 €	159.575 €	162.767 €	166.022 €	283.742 €	289.417 €

Por último e como conclusão desta secção, relativamente à **política geral de recursos humanos**, na nossa opinião, uma boa gestão requer um alto grau de envolvimento, que é difícil de conseguir se não se fomentar a sua participação na tomada de decisões e na elaboração das estratégias. Este factor é mais difícil nas entidades de direito público, pela própria configuração dos sistemas de tomada de decisões e não é fácil encontrar a resposta adequada, mas é certo que a participação

das equipas técnicas na concepção dos projectos (em maior ou menor medida) contribuirá para conseguir esse envolvimento.

Uma organização que aprende só o faz na medida que os seus empregados aprendam e tenham incentivos para partilhar com os demais o seu conhecimento. Para que isto seja possível é imprescindível a criação de um ambiente que favoreça o intercâmbio de ideias, a formação de equipas multidisciplinares e a promoção das pessoas que melhor partilhem o conhecimento. Tudo isto constitui uma ferramenta fundamental para aumentar a base de conhecimento da organização.

2.3 Recursos técnicos

Delimitar os recursos técnicos dependerá em grande medida da disponibilidade de utilização dos recursos da associação de municípios do Vale do Minho. O objectivo desta secção é definir as necessidades de instalações, equipamento e sistemas informáticos para o lançamento e desenvolvimento do projecto da Uniminho. Neste sentido, é difícil prever com pormenor as necessidades de recursos, pelo que nos limitaremos à formulação das considerações que entendemos serem mais importantes.

Em grande medida, a maior parte dos requisitos técnicos e de espaço será determinada pelos projectos que vão sendo implementados, nos quais, normalmente, este tipo de despesa é elegível.

Provavelmente, as maiores dificuldades serão as necessidades de espaço físico para albergar as equipas técnicas, que como temos visto, podem ser muito numerosas, especialmente se se implementar uma Unidade de Promoção e Desenvolvimento transfronteiriça. Por isso recomenda-se que a curto e médio prazo, a Uniminho utilize as instalações da Associação de Municípios do Vale do Minho para as suas equipas centrais e que se procurem instalações específicas para os diferentes projectos que forem sendo postos em marcha.

Embora esta dispersão exija um maior esforço de coordenação e seja necessário criar espaços de reunião para que as diferentes equipas técnicas possam partilhar informação, entendemos que com as possibilidades que as tecnologias de informação oferecem hoje, esta solução é muito mais eficiente do que outras alternativas. Em todo caso, recomenda-se o envolvimento, também aqui, das câmaras municipais integrantes, e que se possam aproveitar algumas infra-estruturas de carácter público que possam estar subutilizadas.

A tipologia de espaços necessários baseia-se numa configuração típica de:

- Gabinetes de direcção
- Espaço de escritórios
- Salas de reuniões
- Espaço de arquivo e documentação
- Casas de Banho

Entendemos que, nas primeiras fases do projecto, será necessário um espaço de 100 a 150 m², em função da utilização partilhada de espaços comuns

Durante os primeiros anos recomenda-se a contratação de serviços de aluguer de equipamento informático e mobiliário em vez da sua aquisição, para facilitar deslocações e possíveis mudanças durante esta primeira etapa da Uniminho.

Relativamente às considerações orçamentais, estima-se que as despesas operacionais de funcionamento da entidade possam representar 30% das despesas salariais.

HIPÓTESIS DE TRABAJO II
COSTES DE FUNCIONAMIENTO OPERATIVO

	FASE 1		FASE 2				FASE 3	
	año 1	año 2	año 3	año 4	año 5	año 6	año 7	año 8
Presupuesto de gastos	22.620 €	23.072 €	46.934 €	47.873 €	48.830 €	49.807 €	85.123 €	86.825 €

2.4 Considerações económicas e orçamentais

Nesta secção aborda-se uma proposta para a gestão económica e orçamental da Uniminho, com o propósito de servir como primeiro nível de reflexão aos órgãos de gestão da Uniminho e facilitar o seu debate posterior. Não é, em caso algum, uma proposta fechada, já que a capacidade económica da Uniminho está relacionada com a vontade e a decisão dos responsáveis políticos relativamente a esta nova entidade.

Necessidades orçamentais de despesas

Já foram definidas, em secções anteriores, as necessidades económicas relativas aos gastos com o pessoal (que representam o maior centro de custos), bem como uma estimativa dos gastos correntes para o funcionamento operacional.

Sem entrar na gestão das receitas, a equipa redactora do presente plano propõe um modelo de co-financiamento dos projectos no qual se estabelecerá um orçamento mínimo de co-financiamento para dotar a Uniminho de alguma liberdade de funcionamento. Esta possibilidade dará à nova instituição a margem de manobra e a independência necessárias para o cumprimento dos seus fins, permitindo também uma pequena margem financeira para abordar projectos de alguma envergadura. A Assembleia-geral ficará encarregada de fiscalizar e supervisionar semestralmente o uso correcto dos fundos.

A existência de um co-financiamento mínimo justifica-se pela necessidade de dotar a Uniminho de projectos estruturantes, que afectem por igual os 21 municípios da Uniminho, como é o caso dos projectos que impliquem a criação de uma estrutura técnica. De forma complementar, poderão estabelecer-se dotações específicas para projectos concretos, que poderão ser determinadas pelo impacto que um determinado projecto tem em cada município, seguindo a regra de que a um maior impacto corresponde um maior co-financiamento. Isso facilitaria a participação directa na parceria das câmaras municipais envolvidas num projecto determinado, mas apenas caso esse projecto afecte um pequeno número de câmaras.

Como ponto de partida para o debate político propõe-se a dotação de um fundo de co-financiamento livre que, pelo menos, iguale o orçamento das despesas operativas (pessoal + despesas correntes). Com este ponto de partida, a estrutura de custos da Uniminho seria a seguinte:

HIPÓTESIS DE TRABAJO
PRESUPUESTO DE GASTOS DE UNIMINHO

	FASE 1		FASE 2				FASE 3	
CONCEPTOS	año 1	año 2	año 3	año 4	año 5	año 6	año 7	año 8
Director general	40.000 €	40.800 €	41.616 €	42.448 €	43.297 €	44.163 €	45.046 €	45.947 €
Personal de apoyo adm.	18.000 €	18.360 €	18.727 €	19.102 €	19.484 €	19.873 €	20.271 €	20.676 €
Responsable de Proy.			30.000 €	30.600 €	31.212 €	31.836 €	32.473 €	33.122 €
Responsable Adm y Ec.			30.000 €	30.600 €	31.212 €	31.836 €	32.473 €	33.122 €
Personal de apoyo adm.							19.000 €	19.380 €
Personal de apoyo adm.							19.000 €	19.380 €
Personal de apoyo inform.							19.000 €	19.380 €
Responsable de comunic.							31.000 €	31.620 €
<i>Subtotal 1</i>	58.000 €	59.160 €	120.343 €	122.750 €	125.205 €	127.709 €	218.263 €	222.629 €
<i>Costes Seguridad Social a cargo de la empresa</i>	17.400 €	17.748 €	36.103 €	36.825 €	37.562 €	38.313 €	65.479 €	66.789 €
<i>Subtotal 2</i>	75.400 €	76.908 €	156.446 €	159.575 €	162.767 €	166.022 €	283.742 €	289.417 €
<i>Presupuesto de gastos</i>	22.620 €	23.072 €	46.934 €	47.873 €	48.830 €	49.807 €	85.123 €	86.825 €
<i>Subtotal 3</i>	98.020 €	99.980 €	203.380 €	207.448 €	211.597 €	215.828 €	368.865 €	376.242 €
<i>Cofinanciación libre</i>	98.020 €	99.980 €	203.380 €	207.448 €	211.597 €	215.828 €	368.865 €	376.242 €
TOTAL	196.040 €	199.961 €	406.760 €	414.895 €	423.193 €	431.657 €	737.730 €	752.485 €

As despesas decorrentes do início do funcionamento dos serviços serão analisadas de forma individual e dependerão da natureza e dimensão dos mesmos, pelo que não são tidas em conta neste modelo. Do mesmo modo, não se teve em conta a possível gestão financeira da entidade, já que também dependerá do volume de financiamento externo conseguido através de projectos europeus.

Considerações sobre as receitas da Uniminho

Nos estatutos da Uniminho estabelece-se que, entre outras fórmulas legais possíveis, os receitas da Uniminho advirão, fundamentalmente, e por ordem de importância de:

2. Quotas ou contribuições ordinárias dos seus membros
3. Subsídios
4. Co-financiamentos específicos para projectos ou rendimentos extraordinários.
5. Taxas e preços públicos pela prestação de serviços
6. Receitas de operações financeiras

Embora estes instrumentos permitam uma operação lógica da entidade, os pontos fracos e as ameaças para a gestão da entidade radicam em dois aspectos chave:

- 1) Não se estabelece um regime sancionatório para os sócios que não cumpram os seus compromissos, nem existe um mecanismo pelo qual se garanta a cobrança das contribuições.
- 2) No caso da Uniminho começar a gerir projectos de alguma envergadura, se não existir uma cobertura financeira adequada ou na qual os seus associados possam avaliar as operações financeiras, quanto maior for o número de projectos sob a sua gestão, maiores problemas de tesouraria existirão.

São dois aspectos que não têm uma solução única nem imediata e que deverão ser debatidos nos órgãos de gestão da Uniminho, para que fiquem previstos no seu Regulamento de funcionamento ou possam ser incluídos nos seus estatutos através de uma futura modificação.

Relativamente às contribuições extraordinárias e aos subsídios recebidas, estas dependerão da actividade que a própria instituição for gerando e dos projectos que forem sendo apresentados, pelo que nos centraremos nos mecanismos para estabelecer as contribuições ordinárias.

Dentro de uma possível distribuição das contribuições podemos estabelecer dois cenários de discussão:

Cenário A). Como a Uniminho é formada pela Diputación de Pontevedra e pela Comunidade Intermunicipal, é a cargo destas duas entidades que ficam as necessidades de financiamento ordinário. Cada entidade concorrerá com 50% das contribuições ordinárias, em coerência com o espírito dos estatutos da Uniminho. Esta situação resultaria no seguinte cenário para os primeiros anos:

ESCENARIO A						
	FASE 1		FASE 2			
	año 1	año 2	año 3	año 4	año 5	año 6
Presupuesto ordinario anual	196.040 €	199.961 €	406.760 €	414.895 €	423.193 €	431.657 €
Aportación Diputación Pontevedra	98.020 €	99.980 €	203.380 €	207.448 €	211.597 €	215.828 €
Aportación CI Vale do Minho	98.020 €	99.980 €	203.380 €	207.448 €	211.597 €	215.828 €

Este cenário tem a vantagem de as contribuições ordinárias provirem apenas de dois organismos, pelo que é mais fácil assegurar os pagamentos a tempo. Pelo contrário, os verdadeiros beneficiários do projecto, os municípios, permanecem alheios ao esforço e participam economicamente apenas no caso de receberem "mais alguma coisa" em troca. Entendemos que, neste cenário, o maior risco é o de o projecto da Uniminho ser visto como um projecto "da Diputación" e que as câmaras municipais não o vejam como um projecto próprio mas sim como um novo organismo "angariador" de projectos e financiamento.

Cenário B). Com o objectivo de envolver as câmaras municipais no processo de desenvolvimento da Uniminho, ocorre um segundo cenário quando as câmaras municipais suportam o financiamento operacional. Assim, as contribuições da Uniminho são pagas pelos municípios em função de diferentes critérios e factores de ponderação.

Poderia pensar-se num critério de população, pagando mais os municípios mais povoados. Embora se pudesse pensar noutros critérios mais complexos, a presente proposta tem um carácter pedagógico, e entendemos que introduzir critérios mais complexos não traria grandes diferenças face ao critério "população".

É evidente que esta fórmula dificulta a colecta das receitas e aumenta significativamente os riscos de falta de pagamento dos associados. Pelo contrário, a contribuição económica directa para o projecto garantiria um maior envolvimento das câmaras municipais, embora o resultado pudesse ser demasiado ambicioso para a sua realidade económica e financeira das mesmas.

Ao mesmo tempo, a Diputación de Pontevedra e a Comunidade Intermunicipal VM também podem participar, cobrindo 50% das contribuições que corresponderiam às câmaras municipais. Desta forma, garantir-se-ia a participação de todos os agentes públicos envolvidos na construção da Uniminho.

Por último e para evitar situações comprometedoras para a Uniminho em caso de atraso nos pagamentos, a Diputación de Pontevedra no caso galego e a Comunidade

Intermunicipal no caso de Portugal poderiam actuar como organismos garantes do mesmo, ou seja, adiantariam o dinheiro e poderiam compensar com outras actividades entre a Diputación e as câmaras municipais a serem desenvolvidas em simultâneo.

No caso da Comunidade Intermunicipal seria necessário pensar se seria melhor que as contribuições fossem realizadas directamente pelas câmaras municipais, já que a própria Comunidade é formada por 5 câmaras municipais.

A título de exemplo, um cenário com uma proposta de distribuição com base numa repartição inicial de carácter linear e a introdução de um factor de correcção tendo como base o critério da população. Para facilitar a compreensão do modelo não se partiu de uma distribuição prévia de 50% entre a Galiza e Portugal.

EXEMPLO DE PROPOSTA PARA O CENÁRIO B

Municipios	Poblacion residente 2001	Presupuesto	196.040 €	FACTOR DE CORRECCIÓN 1 (población)	Factor de corrección 2 (aportaciones Dip y VM)
Nombre	POB_Resi_01	%	Cuota lineal		
Arbo	3.742	2,01%	9.335 €	3.947,83 €	1.973,91 €
A Cañiza	7.194	3,87%	9.335 €	7.589,71 €	3.794,85 €
O Covelo	3.743	2,01%	9.335 €	3.948,88 €	1.974,44 €
Crecente	2.677	1,44%	9.335 €	2.824,25 €	1.412,12 €
A Guarda	9.835	5,29%	9.335 €	10.375,98 €	5.187,99 €
Mondariz	5.185	2,79%	9.335 €	5.470,20 €	2.735,10 €
Mondariz-Balneario	693	0,37%	9.335 €	731,12 €	365,56 €
As Neves	4.478	2,41%	9.335 €	4.724,31 €	2.362,16 €
Oia	2.995	1,61%	9.335 €	3.159,74 €	1.579,87 €
Ponteareas	19.011	10,23%	9.335 €	20.056,70 €	10.028,35 €
O Porriño	15.960	8,59%	9.335 €	16.837,88 €	8.418,94 €
O Rosal	5.923	3,19%	9.335 €	6.248,80 €	3.124,40 €
Salceda de Caselas	6.335	3,41%	9.335 €	6.683,46 €	3.341,73 €
Salvaterra de Miño	8.073	4,34%	9.335 €	8.517,06 €	4.258,53 €
Tomiño	11.371	6,12%	9.335 €	11.996,46 €	5.998,23 €
Tui	16.042	8,63%	9.335 €	16.924,39 €	8.462,20 €
Melgaço	9.996	5,38%	9.335 €	10.545,83 €	5.272,92 €
Monção	19.956	10,74%	9.335 €	21.053,68 €	10.526,84 €
Paredes de Coura	9.571	5,15%	9.335 €	10.097,45 €	5.048,73 €
Valença	14.187	7,63%	9.335 €	14.967,36 €	7.483,68 €
Vila Nova de Cerveira	8.852	4,76%	9.335 €	9.338,91 €	4.669,45 €
TOTAL	185.819			Municipios	98.020,00 €
				Diputación de Pontevedra	65.018,38 €
				C. I. Vale do Minho	33.001,62 €
				TOTAL	196.040,00 €

2.5 Mecanismos de Controlo e acompanhamento: Quadro de comando do projecto

Para levar a cabo os projectos descritos torna-se necessário contar com uma série de ferramentas básicas que possibilitem a adequada gestão do organismo, e também o seu controlo e acompanhamento permanente por parte dos órgãos de direcção.

De todas as ferramentas que podem ser implementadas (CRM, sistemas de informação internos, etc.) é necessário destacar a necessidade de implantar um Quadro de Comando Integral do projecto Uniminho que permita a monitorização agregada do painel de indicadores de gestão da Uniminho. Esta ferramenta deve

servir para efectuar o acompanhamento executivo da gestão e os resultados da organização.

As principais funcionalidades que o quadro de comando deve permitir são:

- Desenvolver uma ferramenta que permita extrair resumos executivos sobre a situação da organização.
- Monitorizar em tempo real os diferentes indicadores da organização do ponto de vista estratégico e operativo, com o objectivo de poder efectuar um acompanhamento dos mesmos e analisar o impacto que têm sobre eles certas acções da organização.
- Dotar a Uniminho de uma ferramenta de apoio para a tomada de decisões estratégicas.

Implantação de um quadro de comando integral da Uniminho.

Para levar a cabo esta implantação, parte-se de uma análise inicial da informação que estará presente no quadro de comando. A análise começa a partir de um trabalho de depuração - no que diz respeito à realização de consultas- sobre os indicadores propostos para o quadro de comando estratégico e operativo.

Com base nestes indicadores realiza-se a análise do tipo de dado e a sua origem dentro do sistema de informação da organização (por exemplo, base de dados de projectos). É importante ter identificados a origem e o tipo de dado, já que nos projectos em que se realiza um tratamento de dados, geralmente são necessárias conversões de tipos para conseguir a homogeneidade dos valores.

Para o conjunto destes indicadores, que foram identificados como fundamentais para o acompanhamento da gestão da organização, são elaboradas uma série de ligações de dados, que permitam a sua obtenção a partir da sua fonte de origem. As ligações de dados têm uma estrutura homogénea, apenas diferem na origem e no tipo do dado. Com elas podemos desenvolver uma aplicação de quadro de comando que opere com ligações genéricas de dados.

A actualização destes dados realiza-se de forma automática, com uma periodicidade razoável, tipicamente mensal, ainda que, de modo operativo, no acompanhamento através da Assembleia Geral, se tenha considerado o semestre como período de controlo e como funcionalidade básica se tenha de implementar a "Administração numa página", de forma a que se possa ter, muito rapidamente, uma ideia imediata do estado actual da organização e proceder em conformidade com este. Isto implica um ponto de vista muito importante que nos permite "resumir" um conjunto extenso de indicadores numa página simples, personalizada em função do cargo a que se destina e que ofereça uma imagem completa para o alcance do referido cargo na organização (Assembleia, Presidência, Direcção Geral, etc.).

É fundamental centrar-se nas variáveis chave de gestão. Regra geral, estas variáveis são de tipo não estritamente contabilizável e constituem um complemento imprescindível ao controlo orçamental. É através das variáveis chave de gestão que se pretende governar e influir no comportamento dos factores chave de gestão.

A estrutura do quadro de comando apresenta-se no seguinte quadro:

Variáveis	Indicadores	Valor Previsto	Valor Real	Desvio	Tendência	Acções Propostas
-----------	-------------	----------------	------------	--------	-----------	------------------

Variáveis: O quadro de comando deve especificar de forma clara quais são as variáveis ou aspectos chave mais importantes a ter em conta para uma correcta medição da gestão numa determinada área num nível de responsabilidade concreto. Estas variáveis terão uma relação estreita com os objectivos da entidade e os factores chave em que se deve basear a persecução dos objectivos.

Indicadores: As variáveis chave da gestão devem ser quantificadas de alguma forma através de indicadores precisos e nos períodos de tempo que se considerem oportunos.

A título de proposta assinalam-se alguns indicadores que podem ser escolhidos como referência para a criação do quadro de comando e a elaboração dos relatórios de controlo aos órgãos políticos.

Indicadores de realização

Projectos apresentados
Jornadas realizadas
Cobrança voluntária (receitas de quotas)
Documentos/relatórios realizados
Apresentações públicas realizadas (transferência)
Consultas dadas
Publicidade / anúncios realizados

Indicadores de resultados

Projectos aprovados
Financiamento conseguido para projectos de desenvolvimento (euros)
Participantes em conferências e outros actos
Distribuição de revistas e boletins (exemplares)
Entidades colaboradoras nos projectos de desenvolvimento ou agentes mobilizados
Orçamento executado face ao orçamento disponível (geral e por projectos)
Inquéritos de satisfação a cidadãos / municípios associados

Indicadores de impacto

Projectos de cooperação transfronteiriça implementados sobre o espaço territorial da Uniminho
Redução da taxa de desemprego
Aumento de iniciativas empresariais
Investimento exterior no período
Pessoas beneficiárias directas dos projectos de emprego concebidos
Aumento do investimento público por habitante (global ou projectos de cooperação transfronteiriça)

A título de exemplo:

DIMENSÃO OPERACIONAL: GESTÃO DE PROJECTOS			
Objectivos / Factores críticos	Indicadores propostos	Valor mínimo admissível	Valor desejado
Conseguir um alto nível de cumprimento do plano operativo	Número de projectos postos em marcha.	5	10
	Nível de cumprimento dos prazos. Índice configurado em função do cumprimento dos prazos dos projectos (desvio do prazo previsto).	40%	70%
	Cumprimento orçamental dos projectos. Índice configurado em função do cumprimento dos orçamentos adstritos aos projectos (desvio do orçamento previsto).	60%	85%
	Nível de cumprimento dos recursos humanos destinados a projectos. Índice configurado em função do número de recursos humanos disponíveis destinados a projectos (desvio do número previsto).	30%	65%
Conseguir o máximo nível de envolvimento nos projectos	Participação dos municípios por projectos e por áreas (Percentagem média de participação)	60%	85%
Maximizar a qualidade dos projectos e o nível de satisfação dos sócios	Índice de satisfação por projectos e por áreas.	Regular	Muito Bom
	Número de serviços técnicos oferecidos pela Uniminho aos seus municípios (Catálogo de produtos / serviços)	2	4
Optimizar a gestão dos recursos nos projectos	Nível de utilização de recursos internos por projecto e por área.	70%	85%
	Nível de utilização de recursos internos vs. externos por projecto e por área.	1,5	2

Por último, é de destacar também a necessidade de implementar a médio prazo um bom sistema de informação interno de apoio à gestão interna da organização e, mais concretamente, no que diz respeito à gestão económico-financeira, à gestão documentário e à gestão de projectos.

Como objectivo complementar a médio prazo esta ferramenta alimentará, através do sistema de quadro de comando, as decisões da organização, tanto a nível operativo como a nível estratégico, garantindo o acesso dos órgãos de gestão à informação e a uma gestão transparente voltada para o cidadão. Como complemento final, propõe-se que a Uniminho edite anualmente uma Memória de Acções, que seja distribuída entre os principais agentes sócio-económicos do território.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS DE FUTURO NO SEIO DA COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA. 2007-20013

3.1 Os novos instrumentos da política de coesão para 2007-2013

Em 15 de Julho de 2006, a Comissão Europeia apresentou propostas de cinco novos regulamentos destinados a reformar a política de coesão no período 2007-2013. O pacote de regulamentos compreende um regulamento geral que estabelece um conjunto de normas comuns para todos os instrumentos e regulamentos específicos para o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE) e o Fundo de Coesão. Além disso, propõe um novo regulamento cuja finalidade é criar um quadro opcional para que os Estados membros e as regiões fundem organismos destinados à cooperação transfronteiriça (AECT).

Regulamento geral (Nº 1083/2006): O novo regulamento geral define princípios, normas e padrões comuns para a aplicação do FEDER, do FSE e do Fundo de Coesão. Partindo do princípio da gestão partilhada entre a União e os Estados membros e as regiões, este regulamento estabelece um novo processo de programação, assim como padrões comuns de gestão financeira, controlo e avaliação. O sistema de funcionamento reformado facilitará uma gestão mais simples, proporcional e descentralizada dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão.

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER): O papel do FEDER consiste em fomentar o investimento e contribuir para a redução dos desequilíbrios regionais na União. As prioridades de financiamento incluirão a investigação, a inovação, os aspectos ambientais e a prevenção de riscos, enquanto a infra-estrutura mantém um papel importante, especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Fundo Social Europeu (FSE): O FSE apoia políticas e prioridades destinadas a conseguir mais e melhores postos de trabalho, aumentar a qualidade e a produtividade no trabalho e fomentar a integração e a coesão sociais. O Fundo é aplicado seguindo as directrizes e recomendações da estratégia europeia de emprego (EEE).

Fundo de Coesão: O Fundo de Coesão contribui nas intervenções no âmbito do meio ambiente e das redes transeuropeias. É aplicável aos Estados membros com um Rendimento Nacional Bruto (RNB) inferior a 90% da média comunitária. De acordo com as estatísticas actuais, engloba os dez novos Estados membros, a Grécia e Portugal. No futuro, o Fundo de Coesão dará a sua contribuição, juntamente com a do FEDER, para os programas anuais de investimento geridos de forma descentralizada, em vez de ser a Comissão a aprovar os projectos individualmente.

3.2 Agrupamento europeu de cooperação transfronteiriço (AECT)

Propõe-se um novo instrumento jurídico baseado no artigo 159º do Tratado, que proporciona um enquadramento opcional para a criação de organismos europeus destinados à cooperação transfronteiriça, para superar os obstáculos existentes que a travam. Esses organismos serão dotados de personalidade jurídica para a aplicação de programas de cooperação transfronteiriça e basear-se-ão num convénio acordado

pelas autoridades participantes, quer estas sejam nacionais, regionais, locais ou públicas de outro tipo.

Para ultrapassar os obstáculos à cooperação territorial, instaura-se um instrumento de cooperação à escala comunitária para criar no território da Comunidade agrupamentos, cooperativas dotadas de personalidade jurídica, denominadas "Agrupamentos europeus de cooperação territorial" (AECT). O novo instrumento enquadra-se dentro do pacote legislativo sobre Fundos Estruturais 2007-2013 e substitui os actuais programas Interreg de cooperação transfronteiriça.

Natureza da AECT

A AECT tem capacidade para actuar em nome e por conta dos seus membros e, em particular, das autoridades regionais e locais que a integram. O recurso à AECT deverá ter carácter facultativo. As funções e competências de uma AECT devem ser definidas num convénio.

A AECT deve poder actuar, quer para aplicar programas ou projectos de cooperação territorial co-financiados pela Comunidade, em particular no que toca aos Fundos Estruturais, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (5), quer para levar a cabo acções de cooperação territorial por iniciativa exclusiva dos Estados membros e das suas autoridades regionais e locais, com ou sem a intervenção financeira da Comunidade. A criação das AECT não afecta a responsabilidade financeira das autoridades regionais e locais nem a dos Estados membros, no que se refere à gestão dos fundos comunitários e dos fundos nacionais.

A AECT deve estabelecer os seus próprios estatutos e dotar-se de órgãos de gestão próprios e de normas relativas ao orçamento e ao exercício da sua responsabilidade financeira. As condições da cooperação territorial devem ser criadas de acordo com o princípio da subsidiariedade disposto no artigo 5 do Tratado.

Embora o artigo 159, no terceiro parágrafo, do Tratado não permita que a legislação que se baseia nessa disposição inclua entidades de países terceiros, a adopção de uma medida comunitária que possibilite a criação de uma AECT não deve excluir a possível participação de entidades de países terceiros numa AECT, caso assim o permitam a legislação de um terceiro país ou os acordos entre Estados membros e países terceiros.

O objectivo da AECT é facilitar e fomentar entre os membros a cooperação transfronteiriça, transnacional e/ou inter-regional, exclusivamente para reforçar a coesão económica e social. A AECT tem personalidade jurídica própria. Em cada um dos Estados membros, a AECT tem a mais ampla capacidade jurídica de actuação que a legislação nacional desse Estado membro reconheça às pessoas jurídicas. Pode, em particular, adquirir ou alienar bens móveis ou imóveis, empregar pessoal e comparecer em tribunal como parte.

Legislação aplicável

A AECT é regulada pelo Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho de 2006, pelas disposições do convénio e pelos estatutos a que se referem os artigos 8 e 9 (sempre que o Regulamento o autorize expressamente) e, no caso de questões não reguladas ou reguladas apenas em parte pelo Regulamento, pelo Direito do Estado membro no qual a AECT tenha a sua sede social.

Sempre que necessário, no que toca ao Direito comunitário ou ao Direito internacional privado, estabelecer a opção do Direito que reja uma AECT, esta é considerada como uma entidade do Estado membro no qual tenha a sua sede social.

Sempre que um Estado membro compreenda várias entidades territoriais com normas jurídicas próprias aplicáveis, a referência à legislação aplicável inclui a legislação relativa a tais entidades, tendo em conta a estrutura constitucional do Estado membro em causa.

Composição da AECT

A AECT é composta por membros pertencentes a uma ou mais das seguintes categorias: estados membros; autoridades regionais; autoridades locais; organismos ² públicos.

Podem também ser membros as associações formadas por organismos pertencentes a uma ou mais destas categorias.

A AECT é composta por membros situados no território de pelo menos **dois** Estados membros.

Criação da AECT

A decisão de criar uma AECT será tomada por iniciativa dos seus membros futuros. Cada futuro membro notifica o estado-membro de acordo com a legislação do mesmo, sobre a intenção de participar numa AECT e envia a esse estado membro uma cópia do convénio e dos estatutos propostos mencionados nos artigos 8 e 9 do Regulamento.

Ao decidir acerca da participação de um membro futuro na AECT, os Estados membros poderão aplicar as suas normas nacionais. Os Estados membros designarão as autoridades competentes para receber as notificações e documentos. Os membros aprovarão o convénio e os estatutos, garantindo a coerência com a aprovação dos Estados membros.

Funções

A AECT leva a cabo as funções que os seus membros lhe encomendem ao abrigo do Regulamento. As suas funções serão definidas no convénio acordado pelos seus membros. A AECT actua dentro dos limites das funções que lhe sejam encomendadas, que se limitarão à facilitar e promover a cooperação territorial de modo a fortalecer a coesão económica e social. Estas funções são determinadas pelos

² Regidos pelo Direito público para efeitos do artigo 1, secção 9, parágrafo segundo, da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março de 2004, sobre a coordenação dos procedimentos de adjudicação dos contratos públicos de obras, de fornecimento e de serviços.

seus membros respeitando o princípio de que todas elas devem entrar no âmbito de competência de cada membro em virtude do Direito nacional.

As funções das AECT estão limitadas, principalmente, à execução dos programas ou projectos de cooperação territorial co-financiados pela Comunidade, particularmente no que se refere ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e/ou ao Fundo de Coesão. Não obstante, a AECT pode realizar outras acções específicas de cooperação territorial entre os seus membros.

Os Estados membros podem restringir as funções que as AECT podem realizar sem contribuição financeira comunitária. Não obstante, estas funções incluirão, pelo menos, as acções de cooperação enumeradas no artigo 6 do Regulamento (CE) no 1080/2006.

As funções atribuídas à AECT pelos seus membros não se referem ao exercício de competências atribuídas pelo Direito público e de funções destinadas a salvaguardar os interesses gerais do Estado ou de outras autoridades públicas, como as competências policiais e regulamentares, a justiça e a política externa. Os membros da AECT poderão decidir por unanimidade **delegar** a execução das suas atribuições num dos seus membros.

Organização

A AECT será regulada por um convénio celebrado por unanimidade pelos seus membros de acordo com o artigo 4 do Regulamento. Os membros da AECT aprovarão por unanimidade os seus estatutos com base no convénio. Os estatutos da AECT compreenderão, no mínimo, todas as disposições do convénio, juntamente com as disposições operativas dos seus órgãos de gestão e as competências destes, os procedimentos de tomada de decisões da AECT, o idioma ou idiomas de trabalho, as modalidades do seu funcionamento, em particular no que se refere à gestão do pessoal, às condições de contratação e à natureza dos contratos de trabalho, às modalidades da contribuição financeira dos membros e às normas orçamentais e contabilísticas aplicáveis, incluindo as questões financeiras, de cada um dos membros da AECT no que toca à mesma, as modalidades da responsabilidade dos membros, de acordo com o disposto no artigo 12, secção 2, as autoridades encarregadas de designar uma auditoria externa independente, e os procedimentos de alteração dos estatutos, que respeitarão as obrigações estabelecidas nos artigos 4 e 5.

A AECT deve contar, no mínimo, com os seguintes órgãos de gestão: uma assembleia, constituída por representantes dos seus membros e por um director, que representará a AECT e actuará em nome desta. Os estatutos poderão estabelecer órgãos de gestão adicionais com poderes claramente definidos. A AECT é responsável pelos actos dos seus órgãos de gestão no que se refere a terceiros, mesmo quando tais actos não façam parte das atribuições da AECT. A AECT estabelece um orçamento anual, que é adoptado pela assembleia, contendo uma componente relativa aos gastos de funcionamento e, caso seja necessário, uma componente relativa à exploração.

No que respeita à liquidação, à insolvência, à suspensão de pagamentos e procedimentos similares, uma AECT rege-se pela legislação do Estado membro no qual tenha a sua sede social, salvo disposição em contrário das secções 2 e 3 do Regulamento. O novo Regulamento entrou em vigor no dia a seguir à sua publicação no *Diário Oficial da União Europeia* (6 de Julho de 2006). **Será aplicado o mais**

tardar a 1 de Agosto de 2007, à excepção do artigo 16, que será aplicado a partir de 1 de Agosto de 2006.

3.3 Mudanças nos novos regulamentos relativos à cooperação transnacional

Regulamento Geral do FSE, FEDER e Fundo de Coesão

Segundo o novo Regulamento Geral, a intervenção da Comunidade ao abrigo do artigo 158 do Tratado tem como objectivo aumentar a coesão económica e social da União Europeia ampliada, com vista a impulsionar um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável da Comunidade. Esta intervenção é feita com a ajuda dos Fundos, do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e de outros instrumentos financeiros existentes. Tem por objecto reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais que têm surgido, em particular, nos países e nas regiões cujo desenvolvimento seja inferior, bem como actuar ao nível da reestruturação económica e social e do envelhecimento da população.

O FEDER, o FSE, o Fundo de Coesão, o Banco Europeu de Investimentos (BEI) e os restantes instrumentos financeiros comunitários existentes apoiarão, cada um dentro das suas competências, a consecução dos objectivos de "convergência" (a prioridade dos Fundos), de "competitividade regional e emprego" e de "cooperação territorial europeia"

O último objectivo será o de intensificar a cooperação transfronteiriça, através de iniciativas locais e regionais conjuntas, fortalecendo a cooperação transnacional através de actuações que vão no sentido de conseguir um desenvolvimento territorial integrado e ligado às prioridades da Comunidade, e fortalecendo a cooperação inter-regional e o intercâmbio de experiências no nível territorial apropriado.

Para efeitos de **cooperação transfronteiriça**, poderão beneficiar de financiamento as regiões de nível **NUTS 3** da Comunidade situadas ao longo de todas as fronteiras terrestres interiores e de certas fronteiras terrestres exteriores, e todas as regiões de nível NUTS 3 da Comunidade situadas ao longo das fronteiras marítimas e separadas, em geral, por uma distância máxima de 150 km, tendo em conta os possíveis ajustes necessários para garantir a coerência e continuidade da cooperação.

Assim que entre em vigor o novo Regulamento, a Comissão elaborará a lista das regiões com direito a financiamento. Esta lista estará em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 2007 até ao dia 31 de Dezembro de 2013.

Em termos de cooperação transnacional, a Comissão elaborará a lista das zonas transnacionais com direito a financiamento por programas. Esta lista estará em vigor de 1 de Janeiro de 2007 até 31 de Dezembro de 2013. Para efeitos de cooperação inter-regional, das redes de cooperação e do intercâmbio de experiências, todo o território da Comunidade poderá concorrer a este financiamento

FEDER

O antigo regulamento do FEDER (Regl. (CE) n.º 1783/1999 de 12 de Julho 1999) não tratava em profundidade as acções transnacionais porque a sua descrição estava em documentos dos programas das iniciativas Interreg IIIA, IIIB, IIIC. O novo regulamento (Regl.(CE) n.º 1080/2006 de 5 de Julho de 2006 inclui um novo objectivo de Cooperação territorial europeia.

As intervenções do FEDER centrar-se-ão em três prioridades.

A primeira é a realização de actividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças, através de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável que são realizadas fundamentalmente através do fomento do espírito empresarial, do seu impulso e da melhoria da protecção, da gestão conjunta dos recursos naturais e culturais, assim como da prevenção dos riscos naturais e tecnológicos, do apoio às ligações entre as zonas urbanas e rurais, da redução do isolamento e do estímulo da colaboração, do desenvolvimento da capacidade e da utilização conjunta de infra-estruturas, especialmente em sectores tais como a saúde, a cultura, o turismo e a educação.

O FEDER pode contribuir, ainda para promover a cooperação judicial e administrativa, a integração dos mercados de trabalho transfronteiriços, as iniciativas locais em matéria de emprego, a igualdade entre os sexos e a igualdade de oportunidades, a formação e a inclusão social, assim como a utilização partilhada dos recursos humanos e dos meios destinados à I+DT.

Outra das prioridades das intervenções do FEDER é o estabelecimento e desenvolvimento da **cooperação transnacional**, incluindo a cooperação bilateral entre as regiões marítimas, mediante o financiamento de redes e acções que propiciem um desenvolvimento territorial integrado que se concentrará nas seguintes prioridades: inovação, meio ambiente, acessibilidade e desenvolvimento urbano sustentável

A terceira prioridade é a potenciação da eficácia da política regional, promovendo:

- a) a cooperação regional centrada na inovação e na economia do conhecimento e, no que toca ao meio ambiente, na prevenção de riscos
- b) intercâmbios de experiência relativos à definição, partilha e difusão das melhores práticas, inclusivamente sobre o desenvolvimento urbano sustentável
- c) acções que incluam a realização de estudos, a compilação de dados e a observação e análise dos modelos de desenvolvimento na Comunidade.

O novo Regulamento do FEDER marca alguns objectivos de projectos no novo quadro 2007-2013:

Desenvolver as actividades económicas e sociais transfronteiriças como estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável:

- Fomentar o espírito de empresa e em particular o desenvolvimento de PMEs, da cultura, do turismo e do comércio transfronteiriço.
- Promover a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente
- Impulsionar o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações
- Superar o isolamento, melhorando o acesso a redes e serviços de transporte, de informação e comunicação, bem como às redes transfronteiriças de água, de gestão de resíduos e de energia
- Desenvolver a colaboração, as capacidades e a utilização conjunta de infra-estruturas (sectores de saúde, cultura e educação)

O FEDER pode também contribuir para reforçar a cooperação jurídica e administrativa, a integração transfronteiriça do mercado de trabalho, as iniciativas locais de emprego,

a igualdade de oportunidades, a formação e a inclusão social, assim como a partilha de recursos humanos e de instalações para a RDT.

FSE

De acordo com o Regulamento n.º 1262/1999 relativo ao Fundo Social Europeu, o Fundo deveria contribuir para o arranque da iniciativa comunitária EQUAL, para combater a discriminação e quaisquer desigualdades em relação ao mercado de trabalho. No novo regulamento n.º 1081/1999 relativo ao FSE, substitui-se a iniciativa EQUAL pelos programas operativos de cada estado membro, assim como por programas específicos promovidos pela Comissão (Progress).

O FSE é o principal instrumento financeiro da política social europeia e a sua função consiste em apoiar as políticas e prioridades orientadas para a consecução do pleno emprego, para melhorar a qualidade e a produtividade no trabalho e fomentar a inclusão social e a coesão.

O novo Regulamento do FSE para o período 2007-2013 oferece um quadro bem definido dentro do qual as intervenções se centrarão em quatro âmbitos de actuação fundamentais:

- Melhorar a capacidade de adaptação dos trabalhadores e das empresas;
- Facilitar a obtenção de emprego, prevenir o desemprego, prolongar a vida laboral e aumentar a participação no mercado de trabalho;
- Propiciar a inclusão social, promovendo a inserção laboral das pessoas desfavorecidas e lutando contra a discriminação;
- Fomentar a cooperação em prol da reforma em matéria de emprego e de inclusão social.

O novo Regulamento do Fundo Social Europeu considera que se têm extraído novas aprendizagens da iniciativa comunitária EQUAL, especialmente no que toca à combinação de acções locais, regionais, nacionais e europeias que devem ser integradas no apoio proporcionado pelo FSE dentro dos diferentes programas operativos. Deve prestar-se particular atenção à participação de grupos por objectivos, à integração dos emigrantes, à definição das questões políticas e à sua posterior integração, às técnicas de inovação e de experimentação, às metodologias destinadas à cooperação transnacional, ao acesso dos grupos marginalizados relativamente ao mercado de trabalho, às repercussões dos assuntos sociais no mercado interior e ao acesso das organizações não governamentais aos projectos e à sua gestão.

De acordo com o novo regulamento, o FSE apoia acções a nível transnacional e inter-regional, em particular, através do intercâmbio de informação, experiências, resultados e boas práticas, e do desenvolvimento de planeamentos complementares e actuações coordenadas ou conjuntas.

Sempre que os Estados membros apoiem actuações a favor de acções a nível transnacional e/ou inter-regional, contempladas como eixo prioritário específico de um programa operativo, a contribuição do FSE pode aumentar em 10 %, no que se refere ao eixo prioritário.

Este aumento de contribuição não será incluído no cálculo dos limites máximos estabelecidos no artigo 53 do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. Os Estados membros, assistidos sempre que necessário pela Comissão, assegurar-se-ão de que o FSE não

financiará operações concretas que contem simultaneamente com o apoio de outros programas comunitários transnacionais, em particular no âmbito da educação e da formação.

3.4 Conclusões: O que há de novo no âmbito comunitário?

1. Redução de objectivos: São eliminadas as iniciativas comunitárias Equal, Leader, Interreg e Urban, ficando os seus âmbitos de actuação integrados de forma transversal nos objectivos de **convergência económica**, destinados a acelerar a convergência económica dos países menos desenvolvidos da União, entre os quais estão incluídos, tanto a Galiza como a Região Norte de Portugal e cujo financiamento representará 81,7% do total dos Fundos Estruturais. As acções que serão co-financiadas com o Fundo de Coesão, juntamente com o FEDER e o FSE serão as de melhorar as condições de crescimento de emprego, protecção do meio ambiente e promover a eficiência Administrativa. A **convergência regional e emprego**, irá afectar todos os países membros e receberá 15,8% de financiamento, podendo financiar-se através do FEDER, programas em matéria de inovação e conhecimento, protecção do meio ambiente, prevenção de riscos tecnológicos e ambientais e acesso às comunicações e serviços de interesse geral, bem como através do FSE, no caso das acções que se integram nos objectivos da Estratégia Europeia de Emprego. Por último, relativamente à **cooperação territorial europeia**, criar-se-á um quadro único para as políticas de cooperação, para uma integração harmoniosa e equilibrada dos territórios da União, à escala transfronteiriça, transnacional e inter-regional.
2. Abordagem mais estratégica: Os fundos da União concretizar-se-ão em acções mais estratégicas, centrando-se nas Directrizes Estratégicas Comunitárias que apoiem o crescimento e o emprego, no Quadro Estratégico Nacional de Referência (no caso de Espanha) e no Quadro de Referência Estratégica Nacional (para Portugal) e nos objectivos estratégicos da Estratégia de Lisboa renovada.
3. Maior descentralização: Que se traduzirá numa participação mais activa em todas as fases da vida dos programas operativos dos actores económicos, políticos e sociais.
4. Simplificação do financiamento: Ao reduzir os fundos ao FEDER, ao FSE e ao Fundo de Coesão, e ao activar os programas monofundos
5. Maior consideração das especificidades de cada território: Será prestada especial atenção às zonas com problemáticas específicas, elaborando políticas coerentes com a problemática a abordar, com especial atenção às zonas rurais, urbanas, ultraperiféricas ou afectadas por baixas densidades populacionais.

3.5 Recursos destinados ao objectivo de "cooperação territorial europeia"

Os recursos totais destinados ao objectivo 3 de "cooperação territorial europeia" correspondem a 2,52 % dos recursos para compromissos atribuídos aos Fundos para o período 2007-2013 (um total de 7.750.081.461 EUR), os quais estão distribuídos entre os diferentes capítulos do seguinte modo:

- a) 73,86 % (5.576.358.149 EUR) destinados a financiar a cooperação transfronteiriça, utilizando o critério de população com direito a subsídio para calcular as distribuições indicativas por Estado-Membro (regiões NUTS 3);
- b) 20,95 % (1.581.720.322 EUR) destinado a financiar a cooperação transfronteiriça, utilizando o critério de população com direito a subsídio para

calcular as distribuições indicativas por Estado-Membro (Zonas transnacionais com direito a financiamento desagregadas por programas);

c) 5,19 % (392.002.991 EUR) para financiar a cooperação inter-regional, as redes de cooperação e a partilha de experiências (todo o território da Comunidade),

No programa operativo do objectivo 3, cooperação transfronteiriça, inicialmente as bases do programa mantêm as áreas de cooperação que estão em vigor para INTERREG III A Espanha-Portugal com o seu plano financeiro específico.

Os créditos vão ser definidos ao nível dos EIXOS, não de medidas, mas nas Convocatórias será feita uma concretização por medidas. A selecção e aprovação de projectos para as associações empresariais serão realizadas pelo respectivo comité territorial.

A programação do Programa Operativo passará a ser coerente com o Quadro Nacional Estratégico de Referência e com as prioridades da Estratégia de Lisboa. Procura-se também, dentro do possível, simplificar as infra-estruturas e os procedimentos de gestão.

As prioridades do Programa Operativo são:

- Acessibilidade e Ordenamento Territorial
- Meio ambiente e enquadramento natural
- Fomento da Competitividade e Promoção do emprego
- Fomento da cooperação e da integração económica e social

À priori, há duas possibilidades para a sua gestão sem que seja adoptado, actualmente, um acordo definitivo:

- Manter a situação actual (10 secretariados em Espanha e Portugal), o que exige muito esforço de coordenação e gestão
- Criação de um secretariado técnico conjunto que se ocupe das tarefas próprias, contemplado pelo regulamento do FEDER, sem prejuízo do papel das CCAA e das Comissões de coordenação em Portugal.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora ainda seja prematuro avançar como se vai efectuar a gestão dos programas operativos, como nos demos conta pela secção anterior, a possibilidade de criar Agrupamentos Europeus de cooperação territorial constitui, simultaneamente, uma ameaça e uma oportunidade para a Uniminho.

Uma ameaça, porque poderiam ser promovidos pelos organismos regionais agrupamentos de base territorial mais ampla, que poderiam engolir a Uniminho e, inclusivamente, no caso de gerir fundos comunitários directamente, constituir uma via muito mais atractiva para efeitos de financiamento.

É ainda prematuro avançar qual vai ser o posicionamento das autoridades regionais relativamente a estas fórmulas, uma vez que cabe aos Estados membros aprová-las: Vão ser apoiadas financeiramente? Haverá espaço para mais do que uma AECT na Galiza? Vão gerir programas operativos concretos? Sugerirão a necessidade de que várias administrações participem na sua criação ou permitirão que seja formada exclusivamente por entidades locais?

São perguntas às quais provavelmente não se possa responder neste momento e, em grande medida, a sua orientação num ou noutro sentido poderá fazer mesmo com que seja conveniente transformar a figura actual da Uniminho numa verdadeira AECT. Neste sentido, esta figura, pela sua regulação actual na UE, pode ser uma verdadeira oportunidade para impulsionar a cooperação transfronteiriça no Minho, com a cobertura económica dos fundos europeus no quadro estável da gestão de um programa operativo.

Se for necessário, esta transformação será a primeira actuação que responsáveis técnicos e líderes políticos da Uniminho deveriam levar a cabo. Neste momento de nascimento da Uniminho, entendemos que o custo para a transformar numa AECT pode ser perfeitamente assumido, pelo que como recomendação final, propomos o desenvolvimento de acções de acompanhamento sobre a evolução das AECT, assim como a intensificação dos contactos com responsáveis técnicos e políticos com competências na matéria para analisar as diferentes possibilidades.

PLANO DE ACTUAÇÕES PARA A UNIMINHO 2006-2013

PROPOSTA DE PROJECTOS PARA A NOVA ENTIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

O novo quadro de financiamento comunitário, ainda que continue a apresentar um saldo especialmente positivo para as regiões da Galiza e do Norte de Portugal, representará também um corte importante nas contribuições económicas para os projectos de desenvolvimento local. Esta diminuição não é tão significativa do ponto de vista quantitativo como qualitativo, isto é, irá verificar-se especialmente nas janelas que estarão abertas às administrações locais para a apresentação de projectos tendo em conta que desaparecerão as Iniciativas comunitárias como o Interreg e que estas convocatórias serão substituídas por novos programas de menor dotação económica (por exemplo, o PROGRESS comparativamente com o EQUAL) ou por programas operativos específicos (o Programa operativo de cooperação transfronteiriça de Objectivo 3 comparativamente com o Interreg III-A).

Por exemplo, o Progress, o programa que, em certa medida, substituirá a Iniciativa comunitária Equal dispõe, para o período 2007-2013, e em toda Europa de menos dinheiro do aquele que o Equal tinha para Espanha, no anterior período de programação comunitária. No caso específico da cooperação transfronteiriça, se até agora 2000-2006 contámos com 800 milhões de euros, no futuro, 2007-2013,

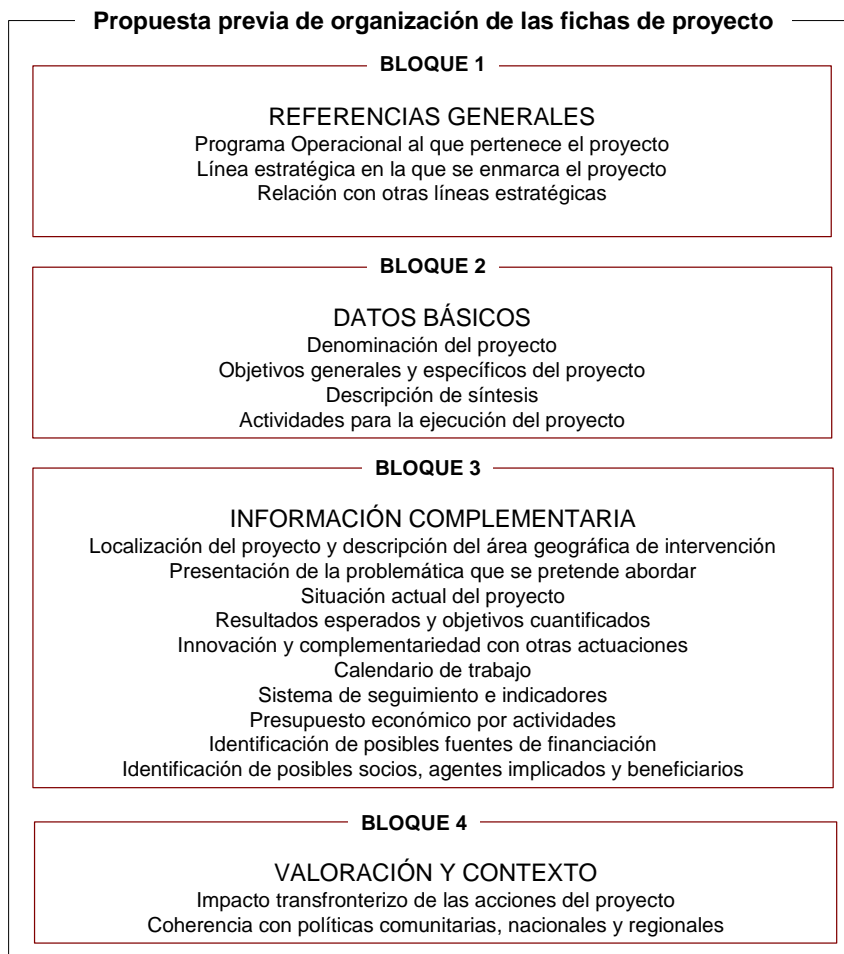
contaremos com 278 (220 Espanha e 58 Portugal), embora estes números não sejam ainda definitivos.

Por este motivo, e com base nos diferentes processos de validação técnica e institucional explicados na fase de diagnóstico, quisemos dar prioridade aos projectos em dois grupos de intervenção:

- a) **Projectos prioritários.** São aqueles de maior impacto sobre o desenvolvimento do território. Para além da necessidade da intervenção, também apresentam maiores características de inovação e um maior impacto na cooperação transfronteiriça, o que faz deles candidatos idóneos a receber financiamento europeu.

Para a elaboração das diferentes fichas de projectos e dado que na redacção das mesmas têm trabalhado diferentes equipas, os redactores do presente Plano Estratégico da Uniminho têm optado por facilitar uma estrutura comum a todas as equipas redactoras. Embora esta homogeneização limite os aspectos criativos das respectivas memórias, também é certo que oferece coerência ao documento global e facilita a sua leitura e compreensão. Além do mais, foi seguida uma estrutura muito semelhante à dos formulários das últimas convocatórias da Interreg III-A, o que também facilita a sua apresentação perante terceiros.

A estrutura proposta e que foi tomada como referência para a redacção dos diversos projectos é a seguinte:



- b) **Projectos complementares.** Constituídos por acções pontuais que contribuem em menor medida para alcançar os objectivos estratégicos e que, em função dos pedidos de ajuda ou do diálogo institucional com as autoridades regionais, podem ser susceptíveis de receber financiamento comunitário. Dado que deveriam ter uma dimensão económica menor ou um carácter de intervenção "piloto", os projectos complementares desenvolvem-se numa menor dimensão que os projectos prioritários.

Os projectos a que se propõem deveriam ser abordados por critérios de oportunidade, isto é, deveria existir uma linha de financiamento de fundos comunitários que possibilitasse aceder ao financiamento comunitário com algumas garantias, e em todo o caso, deveriam ser projectos que não consumissem grandes quantidades de dinheiro em co-financiamentos. Por este motivo, fez-se com que o investimento total por projecto não superasse um milhão de euros, somando o investimento em ambos os territórios.

Em grande parte, estes projectos deverão ser apresentados como experiências piloto, projectos de carácter demonstrativo que possam ser aproveitados posteriormente em políticas de desenvolvimento local de carácter mais amplo. De facto, em muitos casos, o próprio projecto deverá centrar-se exclusivamente na realização de um estudo técnico ou de viabilidade (Ex.: projecto de gestão de resíduos específicos) ou na própria concepção e implementação de um programa de trabalho mais amplo (Ex.: Plano de emprego rural).

Ainda que o promotor principal da iniciativa seja sempre a Uniminho, a inovação e a participação de outros agentes locais na sua execução também constituem premissas de partida e vectores chave para a apresentação dos mesmos, procurando parceiros públicos e privados para a execução dos projectos.

Temos de ter em conta que os projectos se dividem pelos diferentes programas e objectivos estratégicos para a UNIMINHO comentados em detalhe na secção de diagnóstico. Procura-se, portanto, um desenvolvimento harmonioso e equilibrado dos diversos objectivos estratégicos, pelo que os projectos principais descritos deverão ser abordados progressivamente, mas na sua totalidade no horizonte 2013, enquanto que os projectos complementares poderão apresentar-se com base em critérios de oportunidade (convocatórias de ajudas específicas) e sempre que estejam disponíveis os recursos económicos próprios para os co-financiar.

Para a selecção de cada um dos projectos que são apresentados neste documento em seguida, procurou-se, a adequação ao diagnóstico e aos objectivos estratégicos da cooperação transfronteiriça, e também foram organizados em função dos âmbitos temáticos que deram coerência à estrutura de programas operativos que se adiantaram no documento de diagnóstico, favorecendo assim as sinergias entre os diferentes projectos.

O resultado desta selecção foi o agrupamento dos projectos prioritários e complementares nos quatro programas operacionais do Plano Estratégico da Uniminho:

A.- PROGRAMA DE PROMOÇÃO DO TURISMO

PROJECTOS PRIORITARIOS	<ul style="list-style-type: none"> A1: Promoção de campos de Golfe e infra-estruturas desportivas. A2: Desenvolvimento turístico do espaço Uniminho. A3: Regeneração integral de Centros Históricos na Uniminho. A4: Projecto cultural.
PROJECTOS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> a1: Projecto de Eventos Desportivos Transfronteiriços. a2: Identificação turística do espaço Uniminho.

B.- PROGRAMA DE MELHORA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROJECTOS PRIORITARIOS	<ul style="list-style-type: none"> B1: Acções locais em Saneamento e Abastecimento. B2: Gestão sustentável do monte e prevenção de incêndios. B3: Acções de restauro ambiental e equipamentos de acessibilidade às Ribeiras do Minho.
PROJECTOS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> b1: Gestão de resíduos específicos, de construção e de montes. b2: Glizaçãoestão conjunta do estuário de Minho. b3: Sensibilização e educação ambiental.

C.- PROGRAMA DE DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL E EMPREGO

PROJECTOS PRIORITARIOS	<ul style="list-style-type: none"> C1: Unidade de promoção e desenvolvimento e observatório transfronteiriço. C2: Projecto de gestão transfronteiriça de iniciativas empresariais.
PROJECTOS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> c1: Desenvolvimento de manuais e ferramentas para a atracção do investimento estrangeiro. c2: Um espaço em igualdade de oportunidades. c3: Pacto para o emprego transfronteiriço.

D.- PROGRAMA DE APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJECTOS PRIORITARIOS	<ul style="list-style-type: none"> D1: Acesso à Banda Larga no espaço transfronterço D2: Projecto piloto para a gestão de um sistema de transportes públicos transfronteiriço.
PROJECTOS COMPLEMENTARES	<ul style="list-style-type: none"> d1: Projecto de ampliação do uso da rede de telecentros rurais. d2: Projecto piloto de desenvolvimento de serviços municipais de atendimento da terceira-idade. d3: Projecto de melhoria dos serviços públicos.

PROGRAMA A: PROMOÇÃO DO TURISMO

PROJECTOS PRIORITARIOS

A1. PROMOÇÃO DE CAMPOS DE GOLFE E INFRA-ESTRUTURAS PARA O APROVEITAMENTO DESPORTIVO DO RÍO MINHO.

A2. PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESPAÇO UNIMINHO.

A3. REGENERAÇÃO INTEGRAL DE CENTROS HISTÓRICOS NA UNIMINHO.

A4. PROJECTO CULTURAL DA UNIMINHO.

PROJECTOS COMPLEMENTARES

a1. PROJECTO DE EVENTOS DESPORTIVOS TRANSFRONTEIRIÇOS.

a2. IDENTIFICAÇÃO TURÍSTICA DO ESPAÇO UNIMINHO.

PROJECTOS PRIORITARIOS

A1. PROMOÇÃO DE CAMPOS DE GOLFE E INFRA-ESTRUTURAS PARA O APROVEITAMENTO DESPORTIVO DO RIO MINHO

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto.

O Projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho (equipamentos transfronteiriços) enquadra-se no **Plano Estratégico da Uniminho** no programa operacional de Turismo.

O diagnóstico realizado no espaço Uniminho caracteriza-se pelo desenvolvimento de um sector turístico de qualidade que se desenvolve especificamente com base no **objectivo estratégico 1 "apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave no espaço Uniminho"**

O desenvolvimento do projecto que se apresenta em seguida, é uma das acções em matéria de turismo que fazem parte deste Plano Estratégico da Uniminho, tendo-se tomado como referência para a sua elaboração o novo programa operativo de

Cooperação transfronteiriça Espanha-Portugal para o próximo período de programação 2007-2013, e por sua vez, dentro deste, o subprograma Galiza/Norte de Portugal, no âmbito básico Pontevedra /Minho-Lima.

Com esta proposta pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por algum instrumento ou programa que será posto em marcha no novo período 2007 - 2013 (**Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha- Portugal**)

1.2 Linha Estratégica na qual se Enquadra o Projecto.

A linha estratégica dentro da qual se enquadra este projecto, relativamente às prioridades do Projecto de **Regulamento do FEDER da CE (2007-2013)** seria a seguinte:

- Fomentar o espírito empresarial e em particular o desenvolvimento de PME's, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço.

Por sua vez, o projecto encaixar-se-ia dentro das prioridades do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007-2013), concretamente na prioridade:

- Fomento da competitividade e promoção do emprego, sendo que dentro desta, se encaixaria na linha de desenvolvimento empresarial, em particular no desenvolvimento de PME's, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço e na linha de promoção, desenvolvimento e melhoria da competitividade.

1.3 Relação com outras Linhas Estratégicas.

O projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho (equipamentos transfronteiriços) apresenta **relações com outras linhas ou eixos prioritários do Projecto de Regulamento do FEDER da CE** como sejam:

- *Fomento da protecção e gestão conjunta do meio ambiente.*
- *Promoção do desenvolvimento urbano e rural e as suas relações.*
- *Desenvolvimento da colaboração, das capacidades e da utilização conjunta de infra-estruturas.*

Complementarmente, também está presente a **relação com as linhas prioritárias para a Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007 - 2013) como são:**

- *Meio ambiente e contexto natural, mais concretamente a sustentabilidade ambiental dos espaços naturais, do património histórico- artístico- cultural, dos recursos hídricos, dos resíduos e da energia.*
- *Ordenamento territorial, mais concretamente o ordenamento urbano e territorial e de zonas costeiras transfronteiriças e o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações.*
- *Fomento da cooperação e integração económica e social, através do desenvolvimento da integração social, laboral e institucional, especialmente*

através de serviços conjuntos e equipamentos locais, em particular dentro dos sectores da saúde, cultura e educação.

Além das relações apresentadas anteriormente, devemos mencionar também que este projecto está **estritamente relacionado com outros projectos apresentados neste Plano Estratégico da Uniminho**. As relações existentes são as seguintes:

- *Saneamento integral do rio Minho:* O arranque deste projecto condiciona a consecução do projecto que se apresenta, já que o rio é um dos elementos de maior importância para a consecução dos objectivos definidos no projecto, sendo que é o cenário no qual se realizam parte das actividades turísticas que a Uniminho pode oferecer aos visitantes e o espaço no qual se localizariam.
- *Actuação integral para o desenvolvimento de passeios e rede de caminhos nas ribeiras fluviais do rio Minho:* O atractivo turístico da zona será maior, aumentará o número de recursos turísticos da Uniminho e a qualidade de vida da população residente.
- *Projecto de recuperação e valorização das fortalezas do rio Minho:* Ambos os projectos estão relacionados, já que as actuações que fazem parte deste projecto em concreto, juntamente com as acções que são planificadas no projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho, aumentarão tanto em qualidade como em quantidade a oferta turística que a Uniminho pode apresentar no mercado, além de melhorar os serviços e equipamentos que este espaço oferece aos seus habitantes.
- *Projecto de gestão florestal e extinção de incêndios:* Relacionado com este projecto, já que se estarão a proteger e planificar os recursos naturais do espaço transfronteiriço, velando pela paisagem da zona, um dos principais atractivos turísticos que condicionam a oferta que este espaço pretende criar.
- *Projecto de transporte público metropolitano (linha de transporte transfronteiriça à volta do Minho):* Com a consolidação deste projecto, seria favorecida a mobilidade dos visitantes entre os vários municípios que compreendem o espaço Uniminho e melhorar-se-ia a qualidade de vida dos habitantes deste espaço transfronteiriço. Assim, pode ser importante a relação existente com o projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas desportivas, já que facilitará a mobilização tanto de habitantes como de turistas para a prática das actividades que se apresentam neste projecto.
- *Projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço Uniminho:* A relação entre ambos os projectos é evidente, já que o desenvolvimento deste projecto aumentará a oferta existente relativamente à prática de actividades turísticas na Uniminho, à realização de actividades desportivas relacionadas com estas infra-estruturas entre os habitantes deste espaço transfronteiriço, e por sua vez, a criação destas infra-estruturas serão um factor essencial para combater a sazonalidade da actividade turística da zona, aumentando o número de visitantes. Finalmente, há que mencionar que, no Plano de Desenvolvimento Turístico que se apresenta como uma das acções a realizar no projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço Uniminho, a criação destas infra-estruturas é uma das acções que este plano deve contemplar.

2.- DADOS BÁSICOS

2.1 Denominação do Projecto.

Projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho. Para apresentar este projecto a uma futura candidatura para ser financiado com fundos comunitários, poderá ser utilizado o acrónimo DEPORMINHO.

2.2 Objectivos Gerais e Específicos do Projecto.

O projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho tem como objectivo criar infra-estruturas relacionadas com a prática de diferentes desportos e actividades náuticas que melhorem, aumentem e diversifiquem a oferta turística deste espaço transfronteiriço.

Os **objectivos gerais** seguidos por este projecto são os seguintes:

- Promover a actividade turística da zona Uniminho, contribuindo para transformações económicas significativas para a zona, gerando importantes receitas e criando emprego.
- Criar um produto através dos recursos existentes na Uniminho e ao mesmo tempo um atractivo para os visitantes, que melhore a qualidade de vida dos cidadãos que residem habitualmente neste espaço.
- Incentivar a actividade turística, assegurando ao mesmo tempo a protecção e a valorização do património tanto natural, como arquitectónico e cultural.
- Valorizar os recursos endógenos do território, assim como a melhoria e a protecção destes.
- Travar a sazonalidade do turismo, especialmente com o projecto de promoção de campos de golfe.
- Diversificar a oferta turística.

Os **objectivos específicos** deste projecto são:

- Promover acções de dinamização e animação cultural que se dirijam à consolidação no mercado do espaço transfronteiriço como destino turístico de qualidade e qualificado.
- Criar infra-estruturas e equipamentos de tamanho reduzido, relacionados com o desenvolvimento de actividades náuticas no rio Minho, tendo em conta a protecção que estes espaços devem ter.
- Criação de infra-estruturas e equipamentos ligados à prática do golfe.

- Melhorar e ampliar os equipamentos desportivos relacionados com o lazer e o desporto de aventura existentes na zona, tanto para ser utilizados pelos visitantes, como para melhorar o bem-estar da população do espaço transfronteiriço.
- Converter a zona da Uniminho numa referência nacional e internacional na prática do golfe.
- Fomentar o movimento associativo entre as empresas dedicadas aos desportos náuticos e aos desportos de aventura no rio.
- Promoção do espaço Uniminho como destino turístico.

2.3 Descrição de Síntese.

O projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho tem como finalidade a criação e consolidação de actividades turísticas relacionadas com a prática de desportos, mais concretamente o golfe e os desportos náuticos, dando prioridade ao desenvolvimento sustentável e à conservação do meio ambiente .

Este projecto pretende criar um espaço atractivo no qual se possa desenvolver uma grande quantidade de actividades desportivas, não exclusivamente para os visitantes, mas também infra-estruturas que aumentem as possibilidades de ocupação dos tempos livres dos habitantes deste espaço e que tenham a capacidade de atrair novos investidores.

O aspecto mais inovador deste projecto é a aposta na titularidade pública destas instalações, que têm aumentado de forma contínua nos últimos anos. Espanha conta actualmente com 35 campos de golfe públicos, quando há 15 anos tinha apenas 3. Portugal, pelo seu lado, começa a impulsionar este tipo de actuações, com um projecto nos arredores de Lisboa.

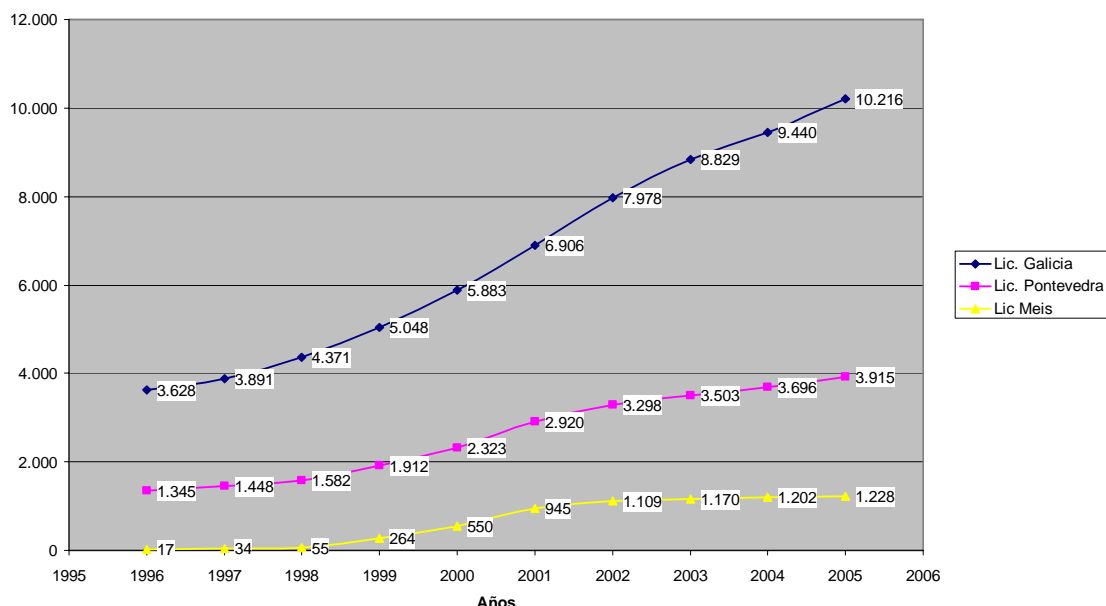
O único campo público de golfe existente na Galiza é o Campo de golfe de Meis e que representou um verdadeiro marco no Golfe Galego como se pode ver nas tabelas apresentadas em seguida, tanto pelo número de licenças como pelo crescimento relativo à Galiza e à província de Pontevedra, o campo de Golfe de Meis é o que mais contribuiu para expansão do Golfe na Galiza. Concretamente, no ano 2001 representou 39% do crescimento de licenças em toda Galiza e 66% na província de Pontevedra.

% de aumento de licenças										ano
1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
	39%	28%	49%	49%	58%	35%	24%	32%	28%	Pontevedra/Galiza
	17%	16%	63%	70%	66%	43%	30%	17%	12%	Meis/Pontevedra
	6%	4%	31%	34%	39%	15%	7%	5%	3%	Meis/Galiza

Fonte: Elaboração própria a partir dados da Federação Galega de Golfe

Actualmente, o campo de Golfe de Meis contribui com 10% do total de licenças concedidas na Galiza das 17 instalações existentes na Comunidade para a prática deste desporto.

Evolución Nº Licencias Golf en Galicia / Pontevedra / C.P. de Meis



Fonte: Elaboração própria a partir dados da Federação Galega de Golfe

Para incentivar a existência de campos públicos é preciso envolver um grande número de instituições e consciencializar muitas pessoas para o impacto positivo que gera tanto no aspecto económico, como desportivo e social, já que permite aproximar à prática destes desportos todos os cidadãos que o desejem, aumentando a possível massa social de adeptos do golfe quando comparados com os campos privados, que se centram num leque de beneficiários mais reduzido.

Se queremos criar uma oferta atractiva, mais equilibrada, menos sazonal e caracterizada pela diversidade e pela qualidade, é necessário apostar neste tipo de infra-estruturas que consolidem a Galiza e o Norte de Portugal como "destino de Golfe" passando, a partir desse momento, a fazer parte dos possíveis objectivos dos operadores turísticos internacionais. **A construção de dois campos de golfe que aumente a oferta existente até o momento e a criação de infra-estruturas e equipamentos na zona do rio Minho, em ambos os lados do rio, que melhorem e facilitem a prática de desportos náuticos, são as duas apostas deste projecto.**

2.4 Actividades para a Execução do Projecto.

O projecto centra-se na criação de uma série de infra-estruturas e de equipamentos relacionados com a prática de desportos como o golfe e os desportos náuticos.

1. Estudo de viabilidade e de localização.

Para a criação das infra-estruturas e dos equipamentos que são o objectivo principal deste projecto, o primeiro passo a dar é a elaboração de um estudo de viabilidade no qual se localize o espaço geográfico concreto em que se devem

levar a cabo estas actividades, com a finalidade de preservar os espaços naturais, o património, o meio rural e respeitando as políticas europeias em matéria de ambiente, bem como as nacionais, regionais e locais.

O estudo de viabilidade irá indicar-nos todos os investimentos que é necessário realizar, como se poderiam financiar, custos da operação e rentabilidade do projecto. Deverá conter:

- ✓ Valorização de terrenos
- ✓ O Plano Mestre, que é a primeira planificação que se realiza num terreno e pretende determinar a localização de todas as instalações no terreno disponível. Tem em conta os seguintes aspectos: características do terreno, morfologia (relevo, vegetação e fauna, aspectos ambientais, localização da água e linhas de água, etc., tipologia do campo de golfe, acessos, etc.
- ✓ Estudo do mercado potencial
- ✓ Impacto ambiental
- ✓ Plano de marketing (posicionamento da comunidade, fixação de preços, plano de comunicação)
- ✓ Investimentos a serem realizados (concepção do campo de golfe, construção do campo de golfe e paisagismo)
- ✓ Custos operativos (do campo de golfe e de outras instalações, da manutenção, jardins e outros custos de condomínio)
- ✓ Receitas. Através do campo de golfe e das suas instalações (green-fees, campo de treinos, comércio, escola, restauração, organização de torneios e eventos, etc.),
- ✓ Estados financeiros calculados (contas de resultados e balanços), fluxos de caixa, necessidades de financiamento, análise da rentabilidade dos investimentos

2. Construção Campo de Golfe e Casa Clube (Country club).

Propomos a criação de dois campos **de golfe públicos com o respectivo Country club** em ambos os lados do Minho.

Para poder avançar com a construção destes campos de golfe, seria necessário dispor de cerca de 50 hectares de terreno para um campo de 18 buracos ou de 30 ha para construir um de 9 buracos . Relativamente às necessidades hídricas, que dependem das condicionantes climáticas do lugar, oscilando entre caudais máximos de 4-7 l/m² por dia, consoante sejam zonas com maior ou menor pluviosidade.

Quanto à obtenção de água para rega, esta pode ser obtida pela concessão de rio ou canal, de poços, que deverão ser legalizados, ou de águas depuradas, que devem reunir uma série de requisitos de qualidade e quantidade, tendo em conta a possível problemática acrescentada no que respeita à sua canalização até ao campo de golfe.

Por último, é igualmente necessário dotar todas estas instalações de acessos, serviços de energia eléctrica, telefone, e instalação de água potável para consumo do Centro Social.

Em suma, os passos a seguir para a construção de um campo de golfe são os seguintes:

1. Selecção dos terrenos.
2. Análise de viabilidade da exploração.
3. Comprovação urbanística.
4. Redacção do Ante-projecto.
5. Projecto de Impacto Ambiental.
6. Troca do uso dos terrenos se for solo comunal
7. Redacção dos Projectos de Execução
8. Construção
9. Manutenção até ao início de actividade
10. Exploração.

Um aspecto importante num campo de golfe é a manutenção (gestão, seguros, electricidade, pessoal, etc.), o que implicaria a necessidade de orçamentação anual (aprox. 300.000€)

Os campos de golfe projectados para o espaço da Uniminho teriam as seguintes características:

- 18 buracos preferencialmente Par 72 (no caso de projectar um campo de 9 buracos seria conveniente contar com terreno anexo para uma futura ampliação de outros 9 buracos)
- 1 Putting-green com bunker de treino
- 1 Campo de treinos
- 1 Vestiários/Duches/Armários
- 1 Aluguer de carrinhos de golfe (Trolleys), carros (Buggies) e conjunto de tacos
- 1 Loja de Golfe
- 1 Country club com restaurante e cafetaria

Poder-se-ia promover, a partir do campo de golfe, a criação de uma escola de golfe na qual se poderia administrar todo o tipo de cursos de ensino, individuais e colectivos, de diferentes níveis, para adultos e jovens, com o fim de oferecer uma grande oferta educativa. O principal objectivo da escola seria o de promover o desporto a preços acessíveis para facilitar e tornar acessível a entrada na prática do golfe a todas as pessoas interessadas.

O que se pretende com esta acção é criar uma oferta de serviços mais ampla, já que a ideia é oferecer circuitos aos visitantes, que lhes permitam praticar este desporto em campos diferentes e a relativamente escassa distância uns dos outros, bem como facilitar a prática deste desporto aos habitantes do espaço Uniminho.

Portugal, hoje em dia, com os seus 70 campos, é considerado um dos destinos de golfe mais interessantes. A IAGTO (International Association of Golfe TourOperators), acaba de nomear Portugal como Established Golf Destination of the Year 2006, distinção que já havia recebido em 2000, muito embora a oferta seja escassa no norte, contando na área de influencia da Uniminho com os Campos de Golfe de Ponte de Lima e o de Esposende

Outro tema para reflectir é a titularidade pública dos campos de golfe. O **número de campos de golfe** existentes em Espanha, **a 1 de Janeiro de 2006**,

é de 308. Destes 308 campos de golfe, 35 deles têm carácter público e popular, o que representa 11.3%, uma percentagem já significativa tendo em conta que há quinze anos os campos de golfe públicos eram só 3. Concretamente, o espaço Uniminho não tem nenhum campo de golfe público, sendo o mais próximo, e o único, na Galiza, o campo de Golfe de Meis.



Golfe Monte Castrove



Os requisitos para se ter um campo de golfe público em Espanha são:

- 1.- Que o terreno seja doado, normalmente por um ajuntamento.**
- 2.- Que não tenha sócios, que seja aberto ao público.**
- 3.- Que os preços a praticar sejam acessíveis, populares**

Em Portugal, de momento não existe nenhum campo público. Está projectada a construção de um campo de carácter público de 18 buracos no complexo do Jamor (encontra-se na Câmara Municipal de Oeiras), e com um financiamento tripartido entre o Instituto de Desporto de Portugal (IDP), a Federação Portuguesa de Golfe (FPG) e o Instituto de Turismo de Portugal (ITP).

Poder-se-ia seguir o modelo da fundação Pública Monte Castrove, nascida com o objectivo da realização na zona de influência, de actividades desportivas, turísticas e culturais orientadas para a promoção, prestação e gestão directa ou indirecta dos recursos desportivos, turísticos e culturais da comunidade. Esta fundação é integrada por 8 câmaras municipais e um agrupamento desportivo. A fundação é formada por dois tipos de órgãos, os do governo e os de gestão; este último foi cedido à Federação Espanhola de Golfe.

3. Realização de dois torneios de golfe

Se quisermos que a zona da Uniminho seja um destino turístico consagrado dentro da Península, será necessário empreender diferentes actividades promocionais para aumentar a procura deste turismo, principalmente nos países onde a percentagem de jogadores de golfe é muito alta, como a Alemanha e a Grã-Bretanha.

Propõe-se que estes torneios sejam realizados duas vezes por ano para que possam trazer publicidade e ter reconhecimento em vez de ter grande transcendência dentro do âmbito desportivo. Seria importante impulsionar o patrocínio de torneios profissionais e de amadores.

Com esta acção, pretende-se organizar actividades fora da época alta turística, a fim de abrandar a elevada sazonalidade do turismo, assim como impulsionar a prática do golfe nos cinco campos de golfe, tanto do interior como junto à costa tanto do território Uniminho como da sua zona de influência.

4. **Participação em feiras especializadas:** com o objectivo de promover a zona da Uniminho como destino turístico.
5. **Organização de viagens de familiarização de operadores turísticos, agentes de viagens, jornalistas**
6. **Infra-estruturas e equipamentos para o aproveitamento desportivo do rio Minho.**

Dentro desta medida, é contemplada a construção e melhoria dos equipamentos no rio Minho, para a prática de desportos náuticos e desportos de aventura no rio. Os equipamentos a seguir enumerados constituirão uma área de recreio, de descanso e de serviços para os visitantes e habitantes da Uniminho, que se localizará em cada uma das margens, em dois locais.

Recursos existentes na zona Uniminho: Infra-estruturas para a prática de desportos náuticos



GALICIA	<ul style="list-style-type: none"> • Puerto deportivo de Tui • 3 Pantalanes en el embalse de Crecente • 2 Pantalanes en el Concello de Tomiño (Goián y Sobrada) • Puerto de A Guarda
PORTUGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Posto Náutico de Vila Nova de Cerveira

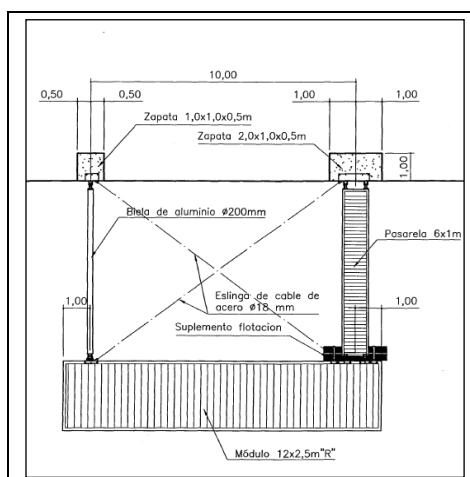
A equipa técnica propõe localizar estas áreas naqueles municípios (Valença Salvaterra, Arbo e Melgaço) que lidam com o Minho em primeiro lugar, e em segundo lugar, naqueles em que, na actualidade, já existe uma oferta de desportos náuticos ou de aventura consolidada, para os quais não é necessário qualquer tipo de infra-estrutura ou equipamento. Ainda assim, deve mencionar-se que a localização é uma proposta da equipa técnica e que pode ser alterada pelos promotores que levem a cabo este projecto.

Estas áreas seriam constituídas por:

A. Embarcadouro (Ver anexo ilustração)

Características da proposta:

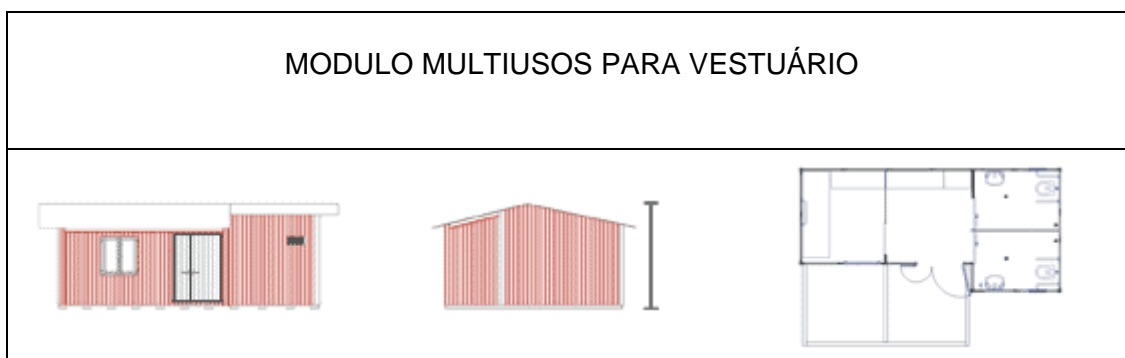
- 12 Mts. Embarcadouro flutuante, formado por um módulo de 12 x 2,50m. "R".Reforçado, fabricado em perfilaria de alumínio naval com perfil principal de 9 Kg/ml em alheação 6082 em estado T-6, piso de madeira Tropical de 25mm, 8 flutuadores de poliéster tipo canoagem, cheios com poliestireno expandido de 15 Kg/m3 de densidade. Altura à Água 250 mm.
- Passagem "Tipo biela" de 6 x 1m, com acesso ao embarcadouro flutuante, fabricada em perfilaria de alumínio naval, piso de madeira tropical de 20 mm, peças especiais para ancoragem a maciço de betão em terra e ao embarcadouro flutuante.
- Biela de alumínio qualidade naval. Incluídas peças especiais de fixação ao maciço de betão em terra e em embarcadouro ao perfil principal.
- Maciços de betão para fixação a terra da passagem e da biela.
- Espias para estabilizar o conjunto do embarcadouro e da biela, fabricadas com cabo de aço galvanizado com calibre de 18mm. Com os seus guarda-cabos e tensores correspondentes.
- Flutuação sob a passagem para compensar o seu peso.



B. Zona de vestuários

As diferentes modularidades vão permitir adaptar a instalação ao número de usos que se prevejam necessários em cada caso. Convém destacar o carácter transportável dos módulos, que permitirão, em determinados casos e como resposta a necessidades crescentes, substituir a antiga sala de banho por uma maior com o mínimo esforço e sem afectar, em momento algum, os horários de abertura do negócio e o seu funcionamento.

É composto por duas cabinas, a primeira alberga o departamento de senhoras e deficientes, adaptado à normativa de acessibilidade vigente, incluindo o equipamento, e a segunda cabina destinada ao uso para homens. Neste caso, será possível efectuar um uso em cada departamento.



DIMENSÕES: Sala de Banho, Cacifo e Vestiário - 7200 x 3400 m

C. Área de descanso

A criação destas áreas permitirá, tanto a visitantes como a habitantes do espaço Uniminho, praticar actividades de contacto com a natureza. Por sua vez, terá como finalidade, trazer espaços verdes, perfeitamente planificados e adaptados e oferecerá os serviços necessários para o recreio e lazer.

D. Estacionamento

O planeamento de um parque de estacionamento em cada uma das áreas recreativas apresentadas neste projecto, constituem um serviço para os/as visitantes que aumenta a qualidade da nova oferta turística que se pretende criar. Este serviço de estacionamento, favorecerá o aumento dos visitantes, já que oferece a possibilidade de estacionar tanto automóveis como autocarros em áreas planificadas e adaptadas para esta actividade em espaços próximos das áreas recreativas, com a finalidade de melhorar os serviços para todas aquelas pessoas que se deslocam até ao espaço Uniminho para praticar desportos no rio ou outro tipo de actividades.

Os parques de estacionamento caracterizar-se-ão por serem ao ar livre, com menor impacto sobre o terreno possível e respeitarão a vegetação existente na zona.

E. Cafeteria

Com o planeamento de uma cafeteria em cada uma das áreas recreativas, segue-se a ideia constante em todo o projecto de criar uma nova oferta turística de qualidade, caracterizada pela criação de serviços que facilitem a prática de desportos no rio e, por sua vez, que façam do espaço Uniminho um espaço com serviços e agradável para os seus habitantes. Os materiais e estruturas que serão utilizados para a construção das cafeterias, serão materiais de tipo rústico (madeiras), que se enquadrarão perfeitamente no espaço natural onde estiverem localizados, sem causar impactos paisagísticos e respeitando sempre o meio natural onde se encontram.

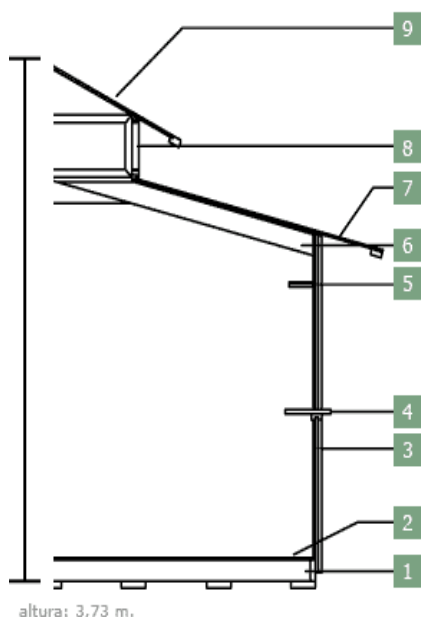
Tratar-se-ia de módulos concebidos para oferecer no âmbito da restauração o serviço de Bar e/ou Cozinha.

As configurações possíveis para os diferentes usos são:

1.- Superfície dedicada exclusivamente a Bar: Para esse fim, são colocados portões em todo o perímetro do módulo com o objectivo de facilitar o acesso do público a partir de qualquer lado.

2.- Bar / Cozinha: Divide-se o módulo com um tabique central para o aproveitamento da superfície. Zona de balcão aberta completamente para o exterior através de portões e zona de cozinha revestida interiormente com tampo estratificado de alta pressão com resina fenólica, com acabamento na sua face superior com papel de cor de alumínio ou creme para otimizar a sua higiene.

3.- Bar / Armazém / Serviços: Dispõe-se metade da superfície do módulo para zona de balcão de características idênticas ao Bar / Cozinha. A segunda metade é partilhada entre armazém ou pequena cozinha e os sanitários sendo possível escolher a sua configuração, entre sanitário unisexo, cumprindo a normativa de acessibilidade, ou de dupla cabina, homens e senhoras / deficientes.



1. Estrutura de Solo: Composta por uma trama de vigas em madeira de pinheiro silvestre, tratada em Autoclave risco IV (Wolmanith).

2. Solo: Tábua anti-derrapante.

3. Fecho Exterior: Formado por pilares de madeira de pinheiro silvestre V. Tábua Contraplacado decorativo imitação placas de 15mm., virada para o exterior. E na parte interior, tábua compacta anti-humidade cor creme de 3,2 mm.

Fecho Interior: Formado por pilares de madeira de pinheiro silvestre V. Tábua Contraplacado decorativo imitação placas de 15mm., voltado para a zona do bar. E visto da cozinha, tábua compacta alta pressão M1 anti-humidade cor alumínio ou creme de 3,2 mm.

4. Balcão: Em madeira com listas de pinho da flandres V de 30mm. De espessura.

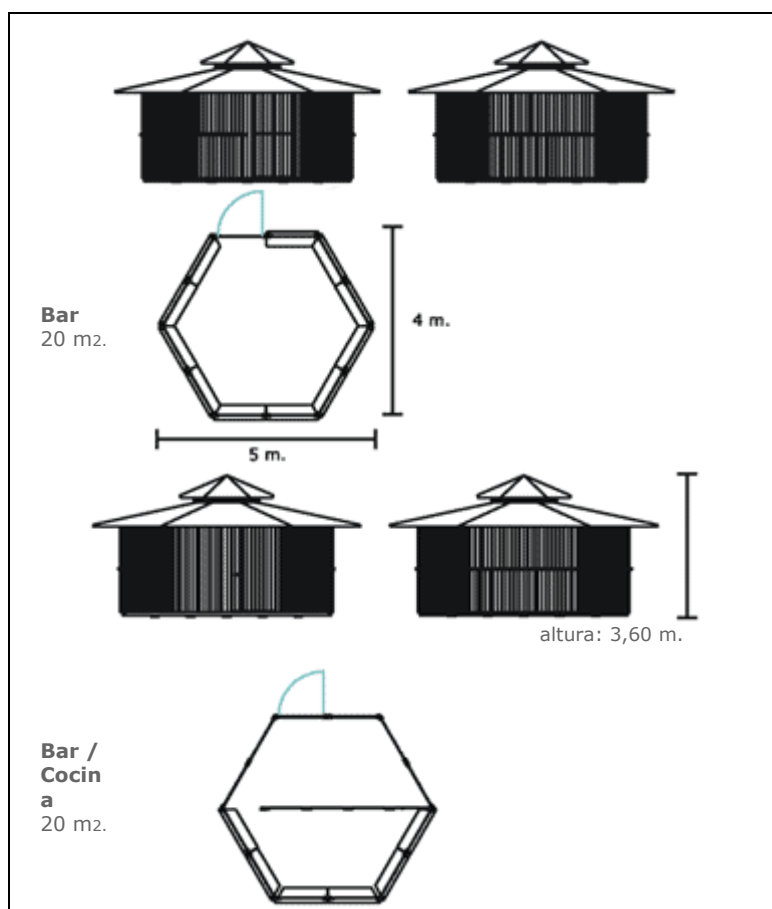
5. Garrafeira: De tábua contraplacado de pinheiro de 18mm.

6. Estrutura de tecto: Composto por vigas principais, de madeira Contraplacado (Kerto Q) e as vigas auxiliares são de madeira de pinheiro silvestre V.

7. Tecto: Zona da cozinha composta por tábua de aglomerado revestido de melamina de 10 mm., visto do interior. E por tábua em contraplacado de pinheiro de 18 mm., revestido de tégola castanha modelo castor.

8. Clarabóia: Composta por perfis em madeira de pinho silvestre.

9. Tecto clarabóia: Composto por tábua em contraplacado de pinheiro de 18 mm., coberto no exterior por tégola castanha modelo castor.



DIMENSÕES:

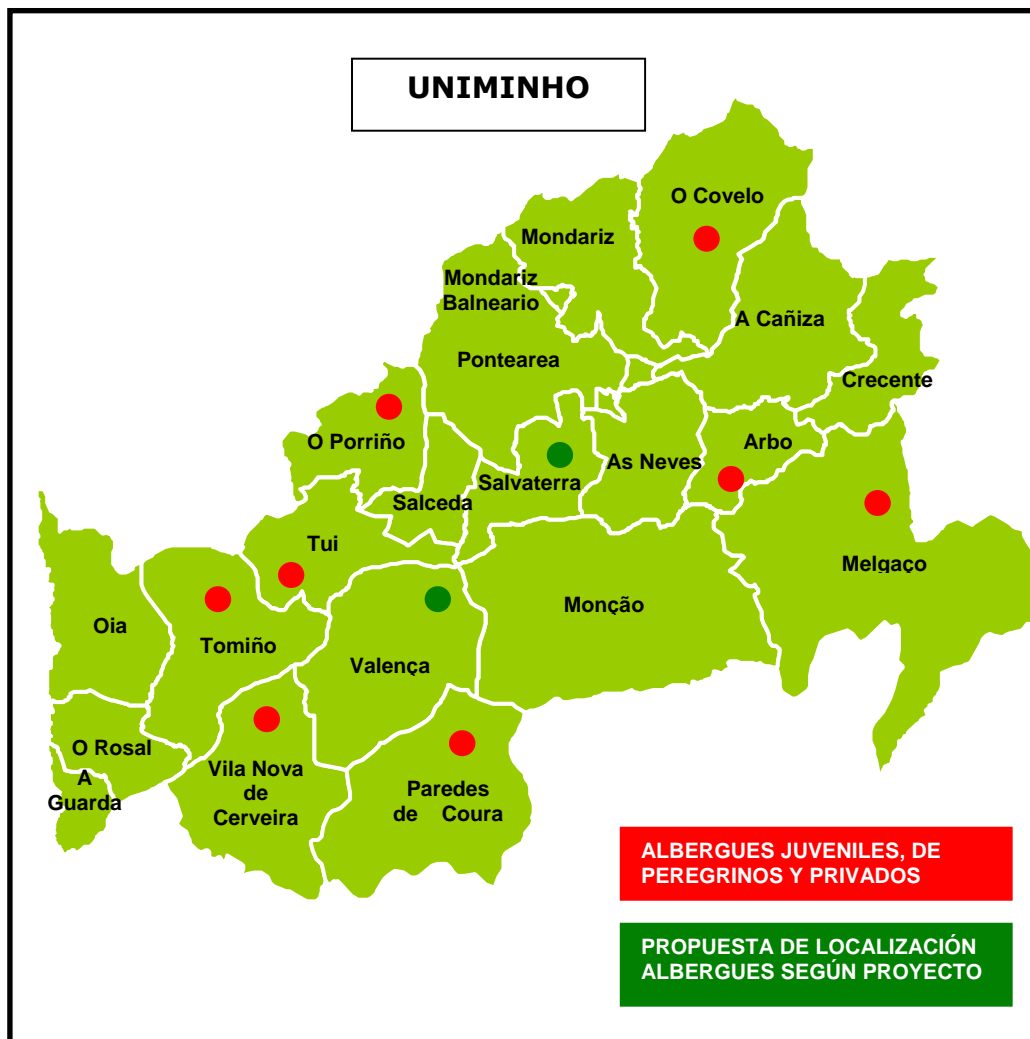
Bar - 2400 x 4850

Bar /Cozinha - 20 m

7. Construção de 2 pousadas de juventude.

Cada uma das pousada localizar-se-á em cada uma das margens do rio com um funcionamento em rede (Valença e Salvaterra), com o objectivo de ampliar a oferta de alojamento da zona com destaque para a juventude já que a oferta existente é escassa, e para a prática de desportos de aventura. Estes pousadas poderiam ser geridas da mesma forma que o campo de golfe e o country club, através da entidade transfronteiriça da Uniminho no âmbito da cooperação transfronteiriça.

Recursos existentes na zona Uniminho: Pousadas



GALIZA	<ul style="list-style-type: none"> • Pousada para peregrinos (Tui) • Pousada para peregrinos em Tomiño (Figueiró) • Pousada para peregrinos O Porriño • Pousada <u>privado</u> em O Covelo (Alentea) • Pousada <u>privado</u> em Arbo (O Coto) •
PORTUGAL	<ul style="list-style-type: none"> • Pousada para peregrinos (Paredes de Coura) • Pousada de juventude (Vila Nova de Cerveira) • Pousada de juventude (Melgaço)

8. Criação de uma associação

Esta **associação** proposta pretende fomentar o movimento associativo entre as empresas dedicadas aos desportos náuticos e desportos de aventura no rio. Com esta medida, pretende-se melhorar a oferta existente através da cooperação entre as empresas que trabalham em ambos os lados do Minho com a finalidade de criar uma oferta mais vasta, variada e de qualidade, assim como a gestão conjunta das actividades realizadas através da página Web de turismo da Uniminho (acção desenvolvida no projecto de Desenvolvimento Turístico do Espaço Transfronteiriço Uniminho), onde se poderá obter a informação necessária sobre o território, as actividades que se realizam, assim como a consulta de disponibilidade, preços, reservas, etc. através do centro de gestão online existente na página Web.

9. Tramitação para a elaboração da carta de navegação do Minho.

Já que na actualidade, neste território, não existe uma carta de navegação deste curso do rio Minho, a partir deste projecto, apresenta-se a medida de tramitar a elaboração da **carta de navegação** perante o Instituto Hidrográfico de Cádiz, já que, actualmente, o rio só é navegável até ao município de Tui, e em vez da carta de navegação são utilizados uns planos de regência que apenas cobrem o troço do rio Minho desde Tui até Camposantos no município de A Guarda no caso espanhol.

10. Celebração de campeonatos desportivos no rio Minho

Como medida de promoção e difusão dos desportos náuticos que se praticam no rio, assim como para dar a conhecer a oferta existente e aproveitando o impulso que terão no Concelho de Crecente concretamente na Central Eléctrica de Frieira as competições que se vão organizar no ano 2007: final da Copa da Europa de Estilo Livre ou Pré-europeus e durante o ano de 2008 disputar-se-ão os Campeonatos de Europa de Estilo Livre 2008, com a representação dos melhores canoistas de Águas Bravas do continente europeu, propõe-se a celebração de campeonatos desportivos no rio Minho entre equipas pertencentes aos dois países transfronteiriços. Estes campeonatos seriam celebrados duas vezes por ano e seriam geridos pela entidade transfronteiriça da Uniminho em cooperação com a associação que se propõe neste projecto de empresas dedicadas à prática de desportos náuticos e desportos de aventuras.

A promoção, informação e difusão das actividades realizadas através da consecução dos objectivos que se apresentam neste projecto realizar-se-iam através da Campanha de promoção turística, das acções de promoção e difusão e do programa de informação que se apresentam como medidas dentro do projecto de Desenvolvimento Turístico do Espaço Transfronteiriço Uniminho.

3.- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1.- Localização do Projecto E Descrição da Área Geográfica De Intervenção.

A área geográfica de intervenção localiza-se dentro da NUT II Galiza / Norte de Portugal e, por sua vez, dentro da NUT III Província de Pontevedra / Minho-Lima.

A Uniminho é a área geográfica de intervenção. Este território é constituído por 16 Câmaras municipais do sul da província de Pontevedra, que compreendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e Baixo Minho, e por duas câmaras municipais da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), bem como pelas cinco Câmaras Municipais que formam a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, localizadas no Norte de Portugal. O nexu de união destes territórios da Península Ibérica é ter como eixo estruturante do território o rio Minho e os seus afluentes, sendo este rio o que marca a fronteira entre os dois países. Ocupa uma superfície total de 1.907,4 Km², sendo a parte espanhola da Uniminho ligeiramente maior do que a portuguesa, e com uma população de cerca de 200.000 habitantes, que, tal como acontece para o território, é ligeiramente superior em termos populacionais, no caso da Galiza. A densidade populacional da área da Uniminho é de 97,4 hab/Km².

A **localização dos campos de golfe** responde ao critério de aproveitar a posição fronteiriça e privilegiada do espaço da Uniminho, que constitui um recurso territorial inquestionável. Pretende-se igualmente aproveitar o valor patrimonial do território que faz, sem dúvida, da Uniminho um lugar de valor turístico. Concretamente, propõe-se criar cada um dos campos de golfe em cada ribeira do Minho, tendo em conta a existência de estudos realizados para projectar campos de Golfe tanto no Concelho de Melgaço como em Vila Nova de Cerveira.

Concretamente, as **actividades de infra-estruturas desportivas** estão centradas nas câmaras municipais banhadas pelo rio Minho tanto da parte espanhola como da parte portuguesa (ver mapa: Recursos existentes na zona Uniminho: Infra-estruturas para a prática de desportos náuticos)

A localização das **pousadas** que apresenta o projecto não passa de uma proposta. A equipa técnica optou por esta localização geográfica ao elaborar o projecto atendendo a uma série de critérios mencionados a seguir: (ver mapa Recursos existentes zona da Uniminho: Pousadas)

- A existência de uma oferta de pousadas de juventude, sobretudo relacionada com a prática de desportos náuticos e de aventura é escassa. Apesar de que a representação gráfica destes estabelecimentos no mapa pode levar a pensar que a oferta é competitiva, na realidade não o é, já que no espaço Uniminho, só existem 2 pousadas de juventude estatais (Portugal). As demais pousadas representadas são exclusivamente para peregrinos (naqueles municípios por onde passa o Caminho de Santiago), e pousadas privadas.

- Por outro lado, a localização em cada um dos municípios que se propõe deve-se à posição central que ocupam ambos os municípios no espaço Uniminho, e consequentemente, a distância a percorrer pelos visitantes para visitar outros municípios de Uniminho a partir desta localização central é similar.
- O terceiro critério é o de localizar uma pousada na margem portuguesa e outra na margem espanhola com a finalidade de estar dotada de serviços em ambos os territórios fomentando a cooperação entre eles, já que se pretende dar um funcionamento em rede a estes serviços.
- E o último dos critérios foi o de considerar a oferta existente em cada um dos municípios que formam esta entidade, e localizar os novos serviços naquelas áreas menos dotadas e com uma maior capacidade de atracção de visitantes.

3.2.- Apresentação da Problemática Que Se Pretende Abordar.

A Uniminho é um espaço transfronteiriço formado por 16 municípios do sul de Pontevedra e por 5 Câmaras municipais do norte de Portugal. O elemento fundamental que une estes territórios, pertencentes a dois países diferentes, é o rio Minho, que serve contudo também de factor de separação, já que serve de fronteira física e administrativa entre ambos os territórios.

Depois da criação da entidade Uniminho, que tem como finalidade a cooperação entre os territórios para conseguir o desenvolvimento, uma das metas que se propõe a esta entidade é a de desenvolver este projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço mas sempre no âmbito da cooperação.

A problemática que com este projecto se pretende abordar é a seguinte:

- Escassa oferta turística complementar ao turismo de sol e praia na região transfronteiriça.
- Sazonalidade do sector turístico.
- Ausência de uma oferta turística mista.
- Ausência de infra-estruturas e equipamentos turísticos, tanto relacionados com a prática de desportos náuticos, de aventura como a falta de alojamentos orientados para a população mais jovem.
- Escassa oferta desportiva existente no espaço da Uniminho para os/as habitantes, visitantes e turistas.
- Necessidade de promover e publicitar o espaço da Uniminho.

Na opinião da Turespaña, o turismo de golfe oferece vantagens não só económicas, mas também para a não sazonalidade e a diversificação de produtos e mercados. "Este desporto está a ajudar a captar quotas de mercado que anteriormente não existiam, quando a oferta espanhola se concentrava quase exclusivamente no produto de sol e praia e na franja temporal muito estreita dos meses de verão". No caso da Galiza e de Portugal, é mais evidente a importância da diversificação de produto, já que o turismo de sol e praia não é o que há de mais relevante nesta zona, e em todo caso, trata-se de um turismo nacional muito localizado. O golfe atrai um tipo de turistas de alto poder aquisitivo que gasta por dia quatro vezes mais que o turista médio, o que aumenta a rentabilidade da actividade turística

Tratar-se-ia de um "turismo de actividade", como contraposto ou complementar ao "turismo de sol e praia", que geraria menor riqueza, e seria fortemente sazonal. Mas dentro do "turismo de actividade" há muitíssimas opções, para além do golfe: todo o tipo de desportos em pista, a vela, as actividades subaquáticas, as rotas culturais e gastronómicas, a bicicleta ou a caminhada.

3.3.- Situação Actual do Projecto.

Estamos a falar, ao longo de todo o projecto, de uma zona que ofereça ao visitante um conjunto de produtos e de serviços turísticos. Actualmente, não partimos do zero, como se pode verificar pelos mapas de localizações de algumas infra-estruturas, pelo que é necessário ter em conta que, dentro desta zona, o que pretendemos é ampliar a oferta de serviços que actualmente se oferecem e que estão em funcionamento.

3.4.- Resultados Esperados e Objectivos Quantificados.

Os resultados do projecto são apresentados nos seguintes pontos:

- **1 Estudo de viabilidade**, que se realizará para localizar com exactidão o espaço no qual se deve levar a cabo a construção de cada uma das infra-estruturas e equipamentos para o aproveitamento desportivo do rio para a construção dos campos de golfe.
- **2 Campos públicos de golfe com o respectivo country club**. Estas instalações serão constituídas por um campo de golfe de 18 buracos, campo de treinos e barraquinhas de controlo - loja.
- **1 Campeonato de golfe** que se realizará 2 vezes por ano para promover os campos de golfe existentes no território da Uniminho e, por sua vez, será uma forma de promover turisticamente este território. Os campeonatos começarão a realizar-se nos campos de golfe existentes na parte espanhola da Uniminho, até que se possa completar o circuito de campos de golfe na parte portuguesa da Uniminho, uma vez finalizadas as obras de construção da infra-estrutura desportiva planeada.
- **2 Participações em feiras especializadas**
- **2 Visitas de familiarização de operadores turísticos, agentes de viagens, jornalistas à zona da Uniminho**
- **4 Áreas recreativas**, destinadas à prática de desportos náuticos e desportos de aventura. Duas destas ficarão localizadas na parte espanhola da Uniminho e as outras duas na parte portuguesa. Estas áreas serão constituídas por: **passadiços, zonas de vestuários, cafetaria, zonas de descanso e estacionamento.**
- **2 Pousadas de juventude**, uma em cada um dos lados do rio Minho, com capacidade para 60 pessoas e acessos e capacidade para pessoas com mobilidade condicionada em 10 dos 60 lugares.
- **1 Associação de empresários dedicados a actividades relacionadas com desportos náuticos e desportos de aventura.**
- **Tramitação da elaboração da carta de navegação do rio Minho**, a partir dos municípios transfronteiriços da Uniminho localizados mais a Este (Melgaço e Crecente) até à foz do rio Minho em A Guarda.

- **1 Campeonato desportivo no rio Minho de desportos náuticos e aventura.** Este campeonato, celebrar-se-á duas vezes por ano como medida para a cooperação entre os territórios de um lado e do outro do rio, como acção que fomenta as inter-relações entre os/as habitantes destes territórios e como promoção e difusão das infra-estruturas existentes e as actividades que se realizam.

3.5.- Inovação e Complementaridade Com Outras Acções.

Os aspectos inovadores que este projecto apresenta podem ser agrupados nos seguintes pontos:

É um projecto de cooperação transfronteiriça, que pretende resolver uma problemática comum em ambos os lados do rio. A ideia de desenvolver este projecto conjuntamente, possa ser levada a cabo graças à existência da entidade da Uniminho, que favorece a cooperação entre estes territórios, para além de fomentar a criação de uma identidade própria para este espaço localizado em países diferentes. A ideia de resolver os problemas existentes em relação aos usos desportivos do rio Minho e a prática do golfe, assim como a criação de uma oferta desportiva turística conjunta caracterizada pela qualidade e a qualificação dos serviços, sempre sob o ponto de vista da cooperação terá uma grande repercussão social e económica para a Uniminho.

- Considerar estas actividades desportivas como uma oportunidade para a Uniminho, que promove o desenvolvimento territorial equilibrado, como medida de abrandamento da emigração da população jovem deste espaço, que cria emprego e gera receitas importantes para a base económica do território e que favorece o desenvolvimento rural.
- Introduz no sector turístico actividades complementares que constituem uma oferta turística alternativa à oferta de sol e praia, assim como uma oferta para os diferentes grupos de idade.
- A criação de espaços e melhoria dos existentes, que fazem com que o território seja mais agradável para os habitantes da Uniminho e por sua vez, dá um novo valor de atracção de visitantes e de investidores a este espaço.

Ao mesmo tempo, existem outras infra-estruturas que deveriam ser aproveitadas e potenciadas para obter sinergias complementares. Referimo-nos fundamentalmente ao aeródromo do Vale do Minho (CERVAL), que apresenta um grande potencial de desenvolvimento e deveria de constituir uma infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento dos produtos turísticos associados à oferta de Golfe e desporto/aventura.

3.6.- Calendário de Trabalho.

Para alcançar os objectivos previstos, conta-se com uma duração de 24 meses. A data de início será a 1 de Janeiro de 2007 e a finalização estará prevista Dezembro de 2008.

CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES								
ANOS	2007				2008			
TRIMESTRE	1	2	3	4	1	2	3	4
ACTIVIDADE								
Estudo de Viabilidade	x	x						
Campos de Golfe e Country Club			x	x	x	x	x	x
Campeonato de Golfe		x				x		
Participação em feiras especializadas		x				x		
Visitas de operadores turísticos, agências de viagens, jornalistas		x				x		
Área Recreativa			x	x	x	x	x	x
Pousadas de Juventude					x	x	x	x
Associação Empresas Desportivas								x
Tramitação Carta Navegação	x	x						
Campeonatos Náuticos					x		x	

3.7.- Sistema de Acompanhamento e Indicadores

Com o sistema de acompanhamento previsto ter um controlo da realização das actividades conforme os objectivos operacionais expostos nesta proposta. Para tal, o Chefe de Fila irá desenvolver uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o objectivo de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- 4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

São apresentados a seguir os indicadores de realização propostos.

Indicadores de REALIZACIÓN	Unidades	Cuantificación
Campo de Golf	Nº	2
Casa Club	Nº	2
Áreas Recreativas	Nº	4
Campeonatos de Golf	Campeonatos/año	2
Asistencia a ferias	Nº	2
Visitas touroperadores	Nº	2
Campeonatos Deportes Náuticos	Campeonatos/año	2
Carta de navegación del Miño	Nº	1
Albergues Juveniles	Nº	2
Asociación de Empresas Deportivas	Nº	1

Relativamente aos **indicadores de resultado**, são indicadas a seguir as previsões que se alcançarão com o projecto:

Indicadores de RESULTADO	Unidades	Cuantificación
Visitantes	Personas/año	Incremento 30%
Comercialización de Producto Conjunto	Nº	Incremento 20%
Actividades Deportivas Realizadas	Nº	Incremento 40%
Acciones de Promoción Conjunta	Nº/año	4
Servicios Turístico Complementarios	Nº	Incremento 40%
Desestacionalización del Turismo	Nº	Incremento 20-30%
Oferta de Alojamiento Juvenil Creada	Nº	Incremento 30%

Por último, apresentam-se os **indicadores de impacto** que se prevêem alcançar com a execução do projecto actual:

Indicadores de IMPACTO	Unidades	Cuantificación
Empleo Creado	Nº	Incremento 10-15%
Gastos Efectuados por Visitante	Nº	Incremento 20-30%
Turistas y Visitantes	Nº	Incremento 30%
Aumento del Gasto Efectuado por Visitante	Nº	Incremento 20-30%
Operadores Turísticos en la Zona	Nº	Incremento 15%
Empresas de Servicios Deportivos Creadas	Nº	Incremento 20%
Plazas de Alojamiento Juvenil	Nº	Incremento 30%

3.8.- Orçamento económico por actividades

O orçamento total do projecto ascende a **7.924.740€**, distribuídos da seguinte forma:

	Orçamento
1. Obras públicas	6.244.740
2. Aquisição de materiais	180.000
3. Outros investimentos materiais	100.000
4. Prestações de serviços	400.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	340.000,00
8. Despesas gerais	660.000
9. Outros	
Total	7.924.740,00 €

A distribuição orçamental para cada uma das actividades do projecto é a que se segue:

Estudo de viabilidade e localização

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	100.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	100.000,00 €

Campos de Golfe e Country Club

	Orçamento
1. Obras públicas	5.100.000
2. Aquisição de materiais	180.000
3. Outros investimentos materiais	100.000
4. Prestações de serviços	300.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	660.000
9. Outros	
Total	6.340.000,00 €

Realização de torneios de Golfe

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	80.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	80.000,00 €

Criação de áreas desportivas e recreativas

	Orçamento
1. Obras públicas	436.740,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	436.740,00 €

Construção de 2 pousadas

	Orçamento
1. Obras públicas	708.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	708.000,00 €

Tramitação da carta de navegação do rio Minho

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	0,00 €

Celebração de campeonatos desportivos no rio Minho

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	120.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	120.000,00 €

Participação em feiras especializadas

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	60.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	60.000,00 €

Org. Viagens de familiarização para operadores turísticos e agentes

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	80.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	80.000,00 €

Criação de uma associação turística na Uniminho

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	0,00 €

3.9.- Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

A procura de financiamento para levar a cabo o projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho deve centrar-se por um lado, no novo quadro comunitário para o período 2007-2013, concretamente na nova arquitectura de coesão, convergência, competitividade, cooperação e cooperação transfronteiriça.

Os diferentes fundos europeus que poderão ser eventuais fontes de financiamento para levar a cabo as acções expostas neste projecto são:

-No quadro dos objectivos da convergência, competitividade e emprego e cooperação territorial europeia, o FEDER apoiará modelos de turismo mais sustentáveis para fomentar o património cultural e nacional, melhorar as infra-estruturas relativas à acessibilidade e mobilidade, e promover as TIC, as PME inovadoras, as redes e os grupos empresariais, os serviços de grande valor acrescentado, as estratégias turísticas transfronteiriças conjuntas e os intercâmbios inter-regionais de experiências.

Mas, por outro lado, no caso da construção de campos de golfe públicos teriam que se ter em conta não só a Administração pública como também à própria Federação Portuguesa de Golfe e ver se levam a cabo iniciativas que impulsionem a construção de campos públicos como a Federação Espanhola de Golfe que durante o ano 2004 entregou dos seus fundos próprios, durante o ano 2004, 656.307 euros e actualmente tem a gestão do Campo público de Meis.

3.10.-Identificação de possíveis sócios, agentes envolvidos e beneficiários

Para a apresentação deste projecto de promoção de campos de golfe e infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho às iniciativas comunitárias o promotor seria a entidade de cooperação transfronteiriça Uniminho, criada na iniciativa comunitária Interreg IIIA.

Como possíveis parceiros na apresentação de uma candidatura poderiam citar-se, entre outros:

- Comunidade Intermunicipal Vale do Minho.
- Deputación Provincial de Pontevedra.
- Secretaria de Inovação e Indústria (Direcção Geral do Turismo)
- Federação Espanhola de Golfe
- Federação Portuguesa de Golfe
- Instituto de Desporto de Portugal
- Instituto do Turismo de Portugal
- Região Turística do Alto Minho.
- Patronato de Turismo das Rias Baixas.
- Turgalicia
- Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região Norte de Portugal.
- Associação Galega de Turismo Rural.
- Associação do Turismo de Habitação.

4.- AVALIAÇÃO E CONTEXTO

4.1.- Impacto Transfronteiriço das acções do projecto.

O âmbito geográfico do projecto encontra-se dentro da Euro-região formada pela Galiza e a Região Norte de Portugal, situada no Noroeste da Península Ibérica, ocupando uma superfície de 50.800 Km² e na qual residem cerca de 6,3 milhões de habitantes.

Dentro desta Euro-região, o projecto localiza-se em plena zona transfronteiriça, em 16 municípios a sul de Pontevedra que formam as comarcas de A Paradanta, O Condadeo, Baixo Minho e dois municípios da comarca de Vigo que fazem fronteira com as 5 Câmaras municipais do norte de Portugal incluídas no projecto e que constituem a entidade de cooperação transfronteiriça Uniminho.

O carácter transfronteiriço foi delineado a partir do momento da concepção do projecto, já que este parte da própria entidade transfronteiriça da Uniminho. Isto

traduziu-se no estabelecimento de canais de comunicação eficazes e na realização de diversas reuniões transnacionais.

A cooperação transfronteiriça, para além da localização do projecto no espaço transfronteiriço, reflecte-se nos seguintes aspectos:

- A própria entidade da Uniminho, criada para a cooperação transfronteiriça através da iniciativa comunitária Interreg III A, que será a responsável pela execução do projecto que se apresenta neste documento.
- A experiência de cooperação que supõe a Comunidade de trabalho Galiza-Norte de Portugal.
- A existência da Euro-região.
- A intensificação das relações comerciais Luso-Galegas.
- A existência no panorama comunitário das estratégias de desenvolvimento de Espanha e Portugal.
- A vontade comum destes territórios para um desenvolvimento turístico conjunto.
- As actividades e acções descritas no projecto serão executadas por sócios de ambos países através da Uniminho, o que garantirá a cooperação transfronteiriça, o envolvimento de sócios de ambos os países assim como o fomento do associativismo que pretende o projecto em si, facilitará a comunicação e o desenvolvimento em comum de acções no território de agentes de ambos os países conjuntamente.
- Por último, a gestão do acompanhamento do projecto realizar-se-á através da entidade transfronteiriça da Uniminho, assim que se garantir a cooperação em todas as fases do projecto.

4.2.- Coerência com Políticas Comunitárias, Nacionais e Regionais.

O projecto de desenvolvimento turístico é coerente com uma série de políticas e prioridades que, para o novo quadro comunitário 2007-2013, serão imprescindíveis para desenvolver qualquer tipo de acção num território que pertença a um estado-membro da União Europeia, assim como para a procura de um eventual financiamento para realizar este projecto. Desta forma, de seguida enumeram-se e explicam-se brevemente cada uma das políticas e estratégias que se tomaram como referência para elaborar, planificar e concretizar cada uma das medidas deste projecto.

As prioridades estabelecidas pelo FEDER e pelo FSE, e dentro das linhas que definem este projecto de Desenvolvimento Turístico do espaço transfronteiriço Uniminho, vão ao encontro uma da outra:

◆ FEDER:

- Desenvolvimento Local, através de iniciativas e estruturas que proporcionem serviços para criar novos postos de trabalho.
- Meio Ambiente, com a reabilitação do enquadramento físico, de espaços e terrenos contaminados e recuperação de zonas industriais degradadas, o fomento da biodiversidade, a protecção da natureza e investimentos em espaços da rede Natura 2000.
- Prevenção de riscos, tanto naturais como tecnológicos

- Turismo, promovendo a riqueza natural como potencial do desenvolvimento turístico sustentável e a concessão de ajudas para melhorar a prestação de serviços turísticos com maior valor acrescentado e fomentar o turismo sustentável
- Património cultural, através de investimentos em bens culturais, do fomento e conservação do património cultural, do desenvolvimento de infra-estruturas culturais de apoio, do desenvolvimento socio-económico do turismo sustentável e de ajudas para oferecer serviços culturais de maior valor acrescentado.

◆ **FSE:**

- Ampliar e melhorar os investimentos em capital humano
- Melhorar a capacidade de adaptação dos trabalhadores às empresas
- Facilitar o acesso ao emprego e a inserção duradoura no mercado de trabalho
- Promover o associativismo, pactos e iniciativas através da criação de redes de interessados.

Assim, no planeamento deste projecto, tomar-se-ão também como referência:

- **A nova política turística da União Europeia** para o período 2007- 2013, publicada a 17 de Março de 2006 e que destaca a importância do desenvolvimento do sector turístico para a maior parte das regiões europeias, já que as infra-estruturas criadas para o turismo contribuem ao desenvolvimento local, criam e mantêm postos de trabalho, melhoram o atractivo das regiões tanto para viver como para investir e promovem práticas e políticas mais sustentáveis e positivas no que diz respeito ao meio ambiente.
- **As Directrizes Estratégicas de Desenvolvimento Rural** para o período 2007- 2013, publicadas a 25 de Fevereiro de 2006, que se centram em três âmbitos, a economia agro-alimentar, o meio ambiente e a economia e a população rural. Os dois últimos eixos da nova estratégia rural incidem directamente sobre o desenvolvimento do sector turístico, já que relativamente ao meio ambiente, se incluem medidas para proteger e melhorar os recursos naturais, preservar os sistemas agrários e florestais tradicionais de grande valor ambiental e as paisagens culturais das zonas rurais da Europa, e relativamente à economia e à população rural se pretende contribuir para o desenvolvimento de infra-estruturas locais e de capital humano nas zonas rurais, para melhorar as condições de crescimento e a criação de emprego em todos os sectores e propiciar a diversificação das actividades económicas, dentro das quais o turismo pode ser um dos pilares básicos para as economias rurais.
- **O Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal** para o período 2007- 2013, que marca como prioridades para este novo período de programação:
 - Fomentar o espírito das empresas e em particular o desenvolvimento de PME's, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço
 - Fomentar a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente
 - Promover o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações
 - Superar o isolamento melhorando o acesso a redes e serviços de transporte, de informação e comunicação e às redes transfronteiriças de água, gestão de resíduos e energia

- Desenvolver a colaboração, capacidade e utilização conjunta de infra-estruturas, em especial dentro dos sectores da saúde, cultura e educação

A nível nacional, tomaram-se como referência o **Quadro Estratégico Nacional de Referência para o período 2007-2013** e o **Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007- 2013**, no caso de Espanha, e o **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013)** e o **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013** para Portugal.

A2. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO ESPAÇO DA UNIMINHO

1.- REFERÊNCIAS GERAIS:

1.1.- PROGRAMA OPERACIONAL AO QUAL PERTENCE O PROJECTO.

O Projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço integra o Plano Estratégico da Uniminho, mais concretamente, o programa operacional de Turismo. Este Plano Estratégico enquadra-se na iniciativa comunitária Interreg IIIA, no subprograma Galiza / Norte de Portugal e no âmbito territorial Pontevedra / Minho.

1.2.- LINHA ESTRATÉGICA EM QUE SE ENQUADRA O PROJECTO.

Dado que a Uniminho se enquadra na Iniciativa Interreg III-A e está prevista a continuidade da mesma através do programa Operativo de Objectivo 3 (Cooperação Transfronteiriça), na presente ficha, será utilizado o esquema inicial da Iniciativa Interreg III-A em vigor, tendo em conta que os objectivos e as linhas estratégicas não serão alterados substancialmente nos seus aspectos estratégicos. De facto, o desenvolvimento turístico enquadra-se nas **Prioridades do Projecto de Regulamento do FEDER da CE (2007-2013)**. Mais concretamente, enquadrar-se-ia na linha:

- Fomento do espírito empresarial e, em particular, do desenvolvimento de PME, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço.

Por sua vez, também se encaixaria nas prioridades do **Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013)**, concretamente na prioridade:

- Fomento da competitividade e promoção do emprego, e dentro desta, por sua vez, encaixar-se-ia na linha de desenvolvimento empresarial, em particular no desenvolvimento de PME, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço e na linha de promoção de desenvolvimento e melhoria da competitividade.

1.3.- RELAÇÃO COM OUTRAS LINHAS ESTRATÉGICAS.

O projecto de desenvolvimento turístico da zona transfronteiriça da Uniminho apresenta relações com outras linhas ou eixos **Prioritários do Projecto de Regulamento de FEDER da CE**, nomeadamente:

- Fomento da protecção e gestão conjunta do meio ambiente.
- Promoção do desenvolvimento urbano e rural e as suas relações.
- Desenvolvimento da colaboração, das capacidades e da utilização conjunta de infra-estruturas.

Além disso, também existe complementaridade com as Linhas Prioritárias para a Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (2007 - 2013):

- Meio ambiente e ambiente natural, concretamente sustentabilidade ambiental dos recursos naturais, do património histórico-artístico-cultural, dos recursos hídricos, dos resíduos e da energia.
- Ordenamento territorial, concretamente ordenamento urbano e territorial e das zonas costeiras transfronteiriças e desenvolvimento urbano e rural e as suas relações.
- Fomento da cooperação e integração económica e social, através do desenvolvimento da integração social, laboral e institucional, especialmente através de serviços conjuntos e de equipamentos locais, em particular nos sectores da saúde, da cultura e da educação.

Para além das relações apresentadas anteriormente, devemos mencionar também que este projecto está **estritamente relacionado com outros projectos propostos neste Plano estratégico da Uniminho**. As relações existentes são as seguintes:

- Saneamento integral do rio Minho: A activação deste projecto condiciona o desenvolvimento turístico, uma vez que o rio é o principal atractivo do espaço da Uniminho, é o eixo que liga o território e o cenário no qual se realizam parte das actividades turísticas que a Uniminho pode oferecer aos visitantes. Ao mesmo tempo, a imagem turística do espaço transfronteiriço deve ser caracterizada pela qualidade ambiental, pelo respeito pelo meio ambiente e pelo desenvolvimento sustentável, tanto para os visitantes como para a população que reside neste território.

- Actuação integral para o desenvolvimento de passeios e rede de caminhos nas ribeiras fluviais do rio Minho: com a sua execução, o atractivo turístico da zona será maior, aumentará o número de recursos turísticos da Uniminho e a qualidade de vida da população residente.
- Projecto de recuperação e valorização das fortalezas do rio Minho: Este projecto, embora já se encontre na sua fase final de execução através do Interreg III-A (Fortrans), está ligado ao projecto de desenvolvimento turístico, já que a preservação, a reabilitação e a valorização dos recursos patrimoniais é um dos objectivos pretendidos em ambos os projectos. No Plano estratégico da Uniminho, propõe-se dar continuidade ao mesmo através de uma actuação coordenada das zonas históricas das cidades.
- Promoção de campos de Golfe e de infra-estruturas para o aproveitamento desportivo do rio Minho (equipamentos transfronteiriços): a construção das infra-estruturas e dos equipamentos que se propõem neste projecto possibilitarão a criação de uma oferta turística específica na matéria.
- Projecto de gestão florestal e extinção de incêndios: com este projecto, estar-se-ia a proteger e a melhorar os recursos naturais do território, importantes para o desenvolvimento turístico, principalmente em relação ao turismo natural, paisagístico e ecológico ou ecoturismo.
- Projecto de transporte público metropolitano (linha de transporte transfronteiriça à volta do Minho): Com a consolidação deste projecto, favorecer-se-ia a mobilidade dos visitantes entre os vários municípios que compreendem o espaço Uniminho e melhorar-se-ia a qualidade de vida dos habitantes deste espaço transfronteiriço.

2.- DADOS BÁSICOS

2.1.- DENOMINAÇÃO DO PROJECTO.

Projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço da Uniminho. Para facilitar os aspectos de comunicação com vista à sua eventual inclusão numa candidatura a fundos comunitários, poder-se-ia utilizar o acrónimo PRODETUR-MINHO ou ainda TURMINHO.

2.2.- OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PROJECTO.

O presente projecto de desenvolvimento turístico tem como finalidade criar um sector turístico no espaço da Uniminho, caracterizado pela especialização, pela qualidade dos serviços e pelo desenvolvimento sustentável, sendo este um dos pilares da base económica da zona, gerando emprego e construindo um território agradável para os seus habitantes, para os visitantes e que gera, por sua vez, novos investimentos.

Os **objectivos gerais** seguidos por este projecto são os seguintes:

- Criação de uma estratégia de desenvolvimento turístico conjunto, através da elaboração de um Plano de Marketing turístico da zona da Uniminho (transfronteiriço).
- Valorização, do ponto de vista turístico, dos recursos naturais, patrimoniais e culturais assim como da identidade de cada um dos territórios que compõem a Uniminho.
- Promoção da actividade turística assegurando práticas respeitadoras do meio ambiente e do património através de melhorias no território que nos permitam consolidar uma oferta turística permanente, assegurando a protecção e a valorização dos recursos do território.
- Criação de serviços de informação, redes de alojamentos e de serviços turísticos complementares de gestão conjunta.

Os **objectivos específicos** deste projecto são:

- Criação e consolidação da actividade turística da zona como um complemento à base económica da mesma, gerando receitas, consolidando o destino turístico e criando emprego.
- Criação de uma oferta turística conjunta e que a diferencie da concorrência no mercado.
- Promoção de acções que dinamizem a actividade turística na zona e que consolidem esta actividade nos mercados pela oferta e pela qualidade dos seus serviços.
- Valorização dos recursos existentes, transformando-os numa oferta de produtos, mas tendo como referência o desenvolvimento sustentável.
- Definição da estratégia que a Uniminho deve seguir para se consolidar no mercado turístico, através do Plano de Marketing, que terá como principal objectivo transformar os recursos existentes no território em produtos e assegurar uma adequada comercialização.
- Fomento e potenciação da identidade própria da Uniminho entre os seus habitantes, do sentido de pertença, para que estes façam parte da promoção do território e do acolhimento ao visitante.
- Melhoria da qualidade de vida dos cidadãos criando um espaço comum de atracção turística que gere projectos de desenvolvimento e melhorias no território transfronteiriço tomando como referências, a fronteira, o rio, o património natural e cultural.

2.3.- DESCRIÇÃO DE SÍNTESE.

Um novo quadro para o turismo

O sector turístico em geral, e o da Uniminho que não é uma excepção, encontra-se mergulhado numa etapa de profundas mudanças e de transformações. Os destinos turísticos já não "esperam" pelos visitantes mas antes vão "procurá-los". É o momento de uma gestão pro-activa perante a gestão passiva que tem caracterizado a gestão turística em décadas anteriores. É um momento de forte concorrência entre territórios que se auto-denominam "turísticos". Que município espanhol ou português não especifica, nos seus folhetos, a importância do turismo?

Actualmente, a "orientação para o cliente", a "sustentabilidade", a "qualidade" e a "competitividade" aparecem como termos de necessária implantação em qualquer destino turístico. Os clientes (turistas ou excursionistas) escolhem espaços ou destinos turísticos: unidades complexas, constituídas por elementos estritamente turísticos e por outros tangencialmente turísticos, mas tão necessários uns como os outros, e que contribuem como tal para o resultado positivo (ou negativo) da experiência turística.

Neste contexto, é obvio que os agentes envolvidos no desenvolvimento de um espaço turístico não podem trabalhar de forma isolada, de forma independente. É importante ter em conta que o cliente (turista ou excursionista) mantém uma interacção global e constante com o espaço turístico, manifestada numa multiplicidade de aspectos: o aeroporto, as estradas, o abastecimento eléctrico, os taxistas, o comércio, os hotéis, as instalações desportivas, a limpeza da cidade, a sinalização turística ou sinalética, etc. . Definitivamente, como se pode verificar, o conceito de "espaço ou destino turístico" é muito mais amplo que o de "oferta turística" (isto é, os seus elementos individuais, tais como os hotéis, os restaurantes, etc.).

Definimos então, o conceito de "espaço ou destino turístico" como sendo um espaço físico de acolhimento, integrado por infra-estruturas, equipamentos e serviços, normalmente de natureza pública e/ou privada, e localizados no seu respectivo meio natural e social.

Perante esta realidade, complexa e integral, os "actores" do espaço turístico devem centrar a sua actuação em três aspectos chave:

- Sensibilização: É indispensável que a população "autóctone" aposte a favor e acredite no desenvolvimento turístico
- Coordenação: "Sector público e sector privado estão condenados a entender-se", o primeiro oferecendo as infra-estruturas e serviços públicos adequados, e o segundo incentivando a geração de emprego e de riqueza.
- Planeamento: Não pode existir uma verdadeira gestão sem planeamento, com a definição de uma estratégia coerente que nos permita diferenciarmo-nos de outros destinos turísticos.

Com base no estabelecimento destes três eixos, os espaços turísticos devem empreender o seu processo de evolução e de melhoria. Num espaço turístico transfronteiriço, com diversas administrações públicas implicadas, com normas diferentes, com inércias de gestão diferentes, é básico identificar os pontos fortes ou aqueles aspectos que nos dão uma massa crítica suficiente para poder competir num mercado globalizado. Nem todos os territórios possuem uma verdadeira capacidade para competir turisticamente, e ainda menos para se transformarem num destino de referência.

Os municípios que rodeiam o rio Minho têm, ainda, um grande potencial, dispõem de recursos naturais e patrimoniais verdadeiramente diferenciadores, mas o grande desafio está em saber se é possível valorizar estes recursos, do ponto de vista turístico, se é possível definir uma estratégia específica e coordenada entre o público e o privado de ambos os lados da fronteira, se é possível diferenciar-se e competir num mercado cada vez mais amplo e diverso.

E essa diferenciação deve partir de reflexões estratégicas, com a máxima participação dos actores envolvidos (públicos e privados). Só desta forma é que o destino será capaz de obter resultados adequados. Uns resultados que estarão em função da satisfação alcançada pelo(a)s visitantes. E uns/umas visitantes que procuram, cada vez mais, "experiências -vivências". A história e o passado são as épocas de "esperar pelo cliente" e que este simplesmente "observe". O/a cliente (turista ou excursionista) procura, cada vez mais, "experimentar - viver", descobrir os destinos de uma forma mais activa, mais participativa. Os espaços turísticos que "vendam" experiências -vivências turísticas, em vez de "oferta turística" terão ganho a "batalha" do turismo nos próximos anos.

O espaço turístico da Uniminho

O projecto de desenvolvimento turístico do espaço da Uniminho pretende, com as suas acções, criar e consolidar a oferta turística da zona. Assim e como já referimos, há bons recursos para poder construir produtos turísticos "de qualidade", mas falta muito caminho por percorrer para se transformar num espaço turístico e destino de referência.

A presente iniciativa, que se descreve em acções concretas na seguinte secção, é articulada em critérios de actuação que devem estar sempre presentes em cada uma das acções ou projectos realizado(a)s:

- Incorporação do turismo como uma actividade que gere emprego e receitas na base económica da zona.
- O conceito de desenvolvimento sustentável com uma dupla abordagem, por um lado, a continuidade no tempo da actividade e por outro, o respeito, melhoria e protecção dos recursos, tanto naturais, patrimoniais como culturais.
- O planeamento como instrumento básico de gestão, incluindo o desenho estratégico da actuação turística e os elementos chave da diferenciação do destino turístico.
- A cooperação e coordenação, primeiro entre os municípios da Uniminho, criando uma nova identidade territorial em que não existam diferenças por pertencer a um lado ou outro do rio, e sobretudo, na cooperação público-privada. É básico, além disso, sensibilizar a população local para que participe na "construção" do destino turístico.

Em seguida, são apresentadas as principais tipologias de turismo que estão referidas neste espaço formado pelo sul da província de Pontevedra e pelos municípios do Vale do Minho, com a respectiva descrição através da sua motivação turística básica. Estas tipologias de turismo constituem a base actual da actividade turística e constituem ou podem constituir as bases do futuro do desenvolvimento turístico no espaço turístico da Uniminho.

1. Fim-de-semana: Desligar-se da rotina quotidiana descobrindo, normalmente, uma nova cidade / zona durante um fim-de-semana ou uma ponte
2. Turismo Rural: Sair de um ambiente urbano para encontrar a tranquilidade num ambiente mais natural
3. Touring: Conhecer quantos mais lugares melhor, fazendo uma breve paragem nos sítios mais pitorescos e interessantes (paisagem, cultura, gastronomia, etc.). Tem um grande atractivo a existência de centros históricos de grande relevância.
4. Turismo Desportivo: Praticar (ou assistir a) desportos, num ambiente dotado das instalações e serviços necessários, quer seja por razões profissionais (estágios), como elemento principal da visita ou como aspecto complementar da estadia (Exemplo: Turismo de Golfe, Turismo Activo/Desporto Aventura, Turismo de Caça e Pesca, Turismo de Eventos Desportivos, Turismo de Estágios Desportivos, etc.). Actualmente, esta tipologia de turismo encontra-se numa fase de incipiente desenvolvimento, uma vez que apenas existe a "massa crítica" suficiente que se precisa para constituir produto turístico e a sua comercialização.
5. Turismo Educativo-Escolar: Aprender, observando e vivendo aspectos que são ensinados na escola. Esta tipologia de turismo ajuda, em grande parte, no corte da tendência da sazonalidade da procura, especialmente no caso de certa tipologia de oferta de lazer (museus, aquários,...).
6. Turista excursionista da terceira idade: Conhecer lugares novos junto de pessoas com uma certa idade, num ambiente lúdico-cultural. Tal como no caso do turismo educativo - escolar, esta tipologia de turismo ajuda, em grande parte, no corte à tendência da sazonalidade da procura, especialmente no caso de certas tipologias de oferta de lazer (museus, aquários, etc.)
7. Turismo "emigrante": Voltar ao lugar de nascimento - ou dos antepassados - para passar um período de férias.
8. Turismo de Eventos: Assistir a um determinado evento (desportivo, cultural gastronómico, musical, etc.) e, aproveitando esta circunstância, visitar o destino. Esta é uma tipologia de turismo em evidente ascensão em todo o mundo, e como prova disso, temos a própria Galiza, com o Xacobeo. A Uniminho dispõe de eventos de carácter internacional como o Festival de Paredes de Coura.
9. Turismo cultural: Acudir, normalmente a um centro urbano, em função do seu interesse cultural, patrimonial, artístico, etc.. . A Uniminho dispõe de um património cultural rico que deve saber conjugar adequadamente com a oferta cultural e histórica da Galiza e todo o Norte de Portugal.

10. Turismo de Saúde: Acudir a um centro (normalmente relacionado com o tratamento com águas), para "se desligar", relaxar, etc. num ambiente confortável e cuidado, sem descuidar o aspecto lúdico.
11. Turismo de Compras: A presença de espaços tão vinculados com o comércio como o centro histórico de Valença fazem com que a presença deste produto tenha uma importante relevância, especialmente quando combinado com o Touring.
12. Turismo Gastronómico / Vinhos: Ainda em fase muito incipiente, e vinculado com a existência de denominações de origem de muito alta qualidade, e adegas cada vez mais orientadas para o turismo.

Por último, e antes de descrever as actividades concretas que farão parte deste projecto de desenvolvimento turístico, destaca-se também que alguns dos serviços, infra-estruturas e actuações necessários para um desenvolvimento integral deste território, do ponto de vista turístico, já estão comentados noutros projectos do presente Plano, tanto complementares como prioritários, pelo que, na presente descrição do projecto, não vamos incluir actividades tais como:

- Portal turístico da Uniminho e serviços de atenção ao cidadão e turista
- Plano de aproveitamento de margens de rios
- Plano de desenvolvimento de infra-estruturas de saneamento
- Plano de desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação.
- Plano de desenvolvimento cultural

O carácter transversal do turismo, que se nutre e desenvolve na medida em que avançam outros vectores do desenvolvimento local, faz com que muitas das acções comentadas anteriormente sejam, por sua vez, projectos chave para o desenvolvimento turístico. Como desenvolver centrais de reservas em estabelecimentos turísticos se não há acesso a redes de banda larga? É possível o desenvolvimento turístico sem um adequado saneamento do seu eixo central, o rio?

2.4.- ACTIVIDADES PARA A EXECUÇÃO DO PROJECTO.

Embora a concepção de um plano de marketing turístico da Uniminho seja uma das actividades principais do projecto que vamos apresentar, entendemos que, em primeiro lugar, a Uniminho deveria realizar um esforço de aprofundamento do diagnóstico que se realizou através do presente Plano estratégico e, sobretudo, definir uma estratégia própria que se possa ajustar às acções que vamos propor.

A definição desta estratégia num primeiro nível deveria ser alvo de consenso com todos os agentes públicos e privados do território, tarefa que pode realizar-se com o próprio equipamento técnico da Uniminho, e articular-se com os seguintes eixos de actuação:

- Posicionamento: Qual é a imagem, a par da competência, que queremos que se fixe na mente do nosso público-alvo? A proposta de posicionamento deverá também ser articulada, conjugando-se com as áreas de destinos turísticos de índole geográfica superior (Minho-Lima, Portugal, Galiza e Espanha). Assim, a proposta de posicionamento deve articular-se em torno de um eixo diferenciador da Uniminho, por exemplo, o rio Minho. Esta proposta de

posicionamento deve integrar, no seu seio, sub-propostas que a complementem (turismo rural, turismo de manutenção, turismo de natureza, turismo cultural, etc.).

- Segmentação: A quem nos dirigimos? Onde vivem os nossos clientes? Cada vez mais a segmentação é a chave para a comunicação do destino turístico e para a articulação de canais de compra adequados às nossas potencialidades.
- Diferenciação: Tal como se referiu anteriormente, os destinos turísticos devem diferenciar-se em função do seu produto, da sua promoção/comercialização e/ou da sua gestão. O eixo estratégico de diferenciação poderia ser o conceito de "Rio Minho", que não se limita ao elemento natural nem ao elemento físico. O conceito "Rio Minho" amplia-se ao nível, por exemplo, do vinho alvarinho, do turismo de manutenção ou do turismo de saúde.

Linhas de actuação

E, uma vez definida a estratégia básica, é necessário conceber as linhas de actuação que, globalmente, se estruturarão em três fases de actuação do projecto: PRODUTO, PROMOÇÃO E GESTÃO.

FASE 1: PRODUTO

Durante esta fase, e como primeira proposta de actuação, devem articular-se ou reforçar-se os produtos turísticos mais importantes para a Uniminho. Para tal, propõe-se realizar, inicialmente, o seguinte:

1. Desenvolvimento de um **plano de sinalização conjunta**, bilingue, para dotar o espaço transfronteiriço de unidade e coerência na informação ao visitante, e também para o sector e sociedade local, em geral.
2. Desenvolvimento de **2 produtos turísticos**, com carácter experimental. A título de exemplo, poderiam desenvolver-se os produtos relacionados com desporto/aventura e com vinho/gastronomia.
3. **Grandes eventos**. É necessário potenciar aqueles elementos que já possuem uma certa capacidade de atracção além das fronteiras da Uniminho, quer pela sua capacidade de atracção de massas (festival internacional de Paredes de Coura), quer pela sua relevância mediática (a Bienal Internacional de Vila Nova de Cerveira, assim como os Festivais relacionados com a temática "cinema" do lado galego, Playdoc e Cans). É também necessário, no futuro, potenciar as festas relacionadas com o vinho, como elemento único do património da Uniminho.

FASE 2: PROMOÇÃO

Tendo como base os produtos desenvolvidos, realizar-se-á uma primeira campanha de promoção da Uniminho como destino turístico, usando o Rio Minho como elemento estruturante. A actividade prevista nesta fase é:

4. **Campanha de promoção**: Estará destinada a dar a conhecer a Uniminho como espaço turístico, bem como a criação de uma imagem de marca comum que diferencie este espaço dos seus concorrentes e permita uma clara identificação da zona transfronteiriça para os turistas e visitantes, através de um logotipo identificador do espaço da

Uniminho, de material informativo e promocional, (Folhetos, Cds, etc.) a edição de guias, a elaboração de material de promoção do espaço Uniminho e de todas as actividades que aí se realizam, bem como a divulgação em feiras e congressos turísticos de forma conjunta, nos meios de comunicação e através da Internet por via de publicidade específica.

FASE 3: GESTÃO

A fase mais importante do projecto, já que não existem operadores na Galiza e em Portugal de espaços territoriais que giram a sua oferta turística de forma conjunta. Trata-se, fundamentalmente, de um projecto para experimentar, que possua um efeito demonstrativo e possibilite uma verdadeira gestão conjunta entre ambos os países, pelo que esta fase constitui o grosso das actividades a desenvolver.

5. **Plano de Marketing.** Embora se realize na 3^a fase, é necessário começar a partir do primeiro momento de constituição da Uniminho. Procura-se contar com a assistência de peritos internacionais para o desenvolvimento do mesmo, garantindo a orientação para um mercado absolutamente globalizado.
6. **Observatório turístico e mesas de concertação.** Como complemento específico do observatório transfronteiriço geral e para poder dispor de estatísticas turísticas específicas do destino, sem as quais a gestão do mesmo se realizaria às cegas. Inclui a elaboração de um quadro de comando do turismo na Uniminho. Adicionalmente, a criação de mesas permanentes de colaboração com o sector privado possibilitará dispor de informação qualitativa e abrir, ao mesmo tempo, um canal permanente de colaboração com o sector.
7. **Formação e melhoria da qualidade** no sector privado. Esta linha básica de actuação procura a implantação de sistemas e normas de qualidade homogéneas para ambos os lados da fronteira, assim como garantir uma formação de qualidade para o sector.
8. **Equipas mistas de gestão conjunta.** Este projecto não pode ser desenvolvido sem uma equipa de gestão conjunta, com técnicos de ambos os países. A equipa será formada por um Director, por um técnico de desenvolvimento de produtos, outro de comercialização/promoção e um terceiro encarregado da elaboração da informação turística, num total de 4 pessoas.
9. **Linhas de ajudas ao sector,** para o investimento e a modernização do sector. Seriam estabelecidas linhas específicas para investimentos ligadas à qualidade, às TIC, à promoção ou ao desenvolvimento de produtos específicos.

2.5 ORÇAMENTO ECONÓMICO POR ACTIVIDADES

FASE A: PRODUTO

PLANO DE SINALIZAÇÃO CONJUNTA	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	200.000,00
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	200.000,00 Euros

DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS TURÍSTICOS CONJUNTOS	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	60.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	300.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	360.000,00 Euros

GRANDES EVENTOS E PATROCÍNIO.	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	100.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	150.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	100.000,00
Total	350.000,00 Euros

FASE B: PROMOÇÃO

PROMOÇÃO TURÍSTICA CONJUNTA	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	100.000,00
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	400.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	60.000,00
Total	560.000,00 Euros

FASE C: GESTÃO

PLANO DE MARKETING	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	120.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	120.000,00 Euros

OBSERVATÓRIO TURÍSTICO E MESA DE CONCERTAÇÃO	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	60.000,00
5. Despesas com o Pessoal	120.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	30.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	210.000,00 Euros

FORMAÇÃO E QUALIDADE	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	150.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	250.000,00
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	400.000,00 Euros

GESTÃO TURÍSTICA CONJUNTA	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	60.000,00
5. Despesas com o Pessoal	280.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	30.000,00
9. Outros	
Total	370.000,00 Euros

LINHA DE AJUDAS AO SECTOR: PROJECTOS INOVADORES	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	600.000,00
Total	600.000,00 Euros

RESUMO GLOBAL

ORÇAMENTO TOTAL DE PROJECTO	
TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	300.000,00
4. Prestações de serviços	550.000,00
5. Despesas com o Pessoal	400.000,00
6. Formação	250.000,00
7. Promoção e divulgação	880.000,00
8. Despesas gerais	30.000,00
9. Outros	760.000,00
Total	3.170.000,00 Euros

3.- INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR.

3.1.- LOCALIZAÇÃO DO PROJECTO E DESCRIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO.

A área geográfica de intervenção localiza-se dentro da NUT II Galiza / Norte de Portugal e, por sua vez, dentro da NUT III Província de Pontevedra / Minho-Lima.



A associação de municípios da Uniminho define a área geográfica de intervenção. Este território é constituído por 16 Câmaras municipais do Sul da província de Pontevedra, que abrange as comarcas de A Paradanta, o Condado e Baixo Minho e duas câmaras municipais da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), e as cinco Câmaras Municipais que formam a Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho, localizadas no norte de Portugal. O nexu de união destes territórios da Península Ibérica é ter como eixo estruturante do território o rio Minho e os seus afluentes, sendo este rio o que marca a fronteira entre os dois países. Ocupa uma

superfície total de 1.907,4 Km², sendo a parte espanhola da Uniminho ligeiramente maior do que a portuguesa, e com uma população de cerca de 200.000 habitantes, que, tal como acontece para o território, é ligeiramente superior em termos populacionais, no caso da Galiza. A densidade populacional da área da Uniminho é de 97,4 hab/Km².

3.2.- APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA QUE SE PRETENDE ABORDAR.

A problemática que com este projecto se pretende abordar é a seguinte:

- A ausência de uma estratégia turística conjunta do espaço da Uniminho.
- Ausência de produtos turísticos conjuntos, que se comercializem simultaneamente em ambos os países.
- Problemas de qualificação/formação da mão-de-obra.
- Escassa modernização e utilização das novas tecnologias entre os agentes e serviços envolvidos no sector.
- Sazonalidade do sector turístico, embora este não seja um destino de praias. Existem recursos suficientes que podem ajudar a superar o problema da sazonalidade.
- Escassa protecção dos recursos naturais, patrimoniais e culturais. Também não estão a ser valorizados do ponto de vista turístico.
- Ausência de infra-estruturas e de equipamentos turísticos.
- Falta de informação e de pontos informativos de apoio ao visitante.
- Escassa oferta de lugares hoteleiros e de equipamentos de qualidade.
- Necessidade de promover e publicitar o espaço da Uniminho. Inexistência de uma marca específica que permita promover de forma específica esta zona transfronteiriça.
- Capacidade de atracção do sector comercial, em especial o que está relacionado com centros históricos e feiras.
- Existência de eventos de relevância regional, como apresentações artísticas, feiras gastronómicas e festivais musicais.
- Promoção turística tradicional, atomização da oferta e situação num âmbito de forte competência.
- Ausência de cooperação e iniciativas comuns e falta de coordenação entre o sector público e o privado.
- Aumento dos destinos turísticos que concorrem com localizações e produtos semelhantes aos da zona da Uniminho.

3.3.- SITUAÇÃO ACTUAL DO PROJECTO.

A elaboração do plano estratégico da Uniminho serviu para pôr em evidência a necessidade de actuar conjuntamente no âmbito turístico. Até agora, não tem havido experiências de gestão do espaço turístico de forma conjunta. É certo que, através de projectos Inter-regionais como o Fortrans ou o Traslatio, se têm valorizado recursos com um amplo aproveitamento turístico como as fortalezas e núcleos históricos, ou o caminho português para Santiago, mas não existem projectos de gestão turística de referência (entendida como gestão comum do espaço turístico).

3.4.- RESULTADOS ESPERADOS E OBJECTIVOS QUANTIFICADOS.

Os resultados do projecto são apresentados nos seguintes pontos:

- Sinalização de 100-150 recursos do património e lugares de interesse turístico
- Desenvolvimento de 2 produtos turísticos transfronteiriços, de carácter piloto.
- Apoio a 4 grandes eventos, 2 na Galiza e 2 em Portugal.
- Assistência a 10 feiras nacionais e internacionais e edição de material específico
- Elaboração de um plano de marketing turístico da Uniminho.
- Criação de uma marca turística da Uniminho.
- Execução de um observatório turístico.
- 2 relatórios anuais durante a duração do projecto
- 12 reuniões das mesas de concertação. Elaboração de um relatório final de conclusões.
- 20 empresas com sistemas de qualidade implantados
- 300 pessoas formadas
- 20 acções formativas
- Contratação de uma equipa mista transfronteiriça para a gestão do espaço turístico: 4 pessoas
- 30-50 PME e empresas turísticas beneficiárias de linhas de ajudas.

3.5.- INOVAÇÃO E COMPLEMENTARIEDADE COM OUTRAS ACÇÕES.

Inovação temática ou de produto: Embora existam referências prévias, das quais já falámos, nunca se abordou a gestão turística do espaço transfronteiriço de forma conjunta. É um projecto de grande complexidade (legislações ambientais, turísticas diferentes, salários dos trabalhadores, equipamentos, etc.) e, por isso, nunca antes foi possível abordá-lo em toda a sua profundidade, não só partindo da promoção ou do património, mas também da gestão conjunta de um destino/espaço turístico único. A própria criação de produtos turísticos é uma verdadeira inovação, não só entre a Galiza e o Norte de Portugal, mas sim entre todo o território espanhol e portugueses.

Inovação de processo: A participação activa de todos os agentes socioeconómicos, com a aplicação de um princípio de abordagem ascendente, é ainda uma inovação neste território, especialmente se tivermos em conta que as empresas de um lado e doutro não costumam colaborar. Durante a fase de diagnóstico, foi possível comprovar que empresas do mesmo sector de actividade, situadas a escassos quilómetros uma da outra, não realizam qualquer actividade de colaboração. As mesas permanentes de trabalho ajudarão os gestores da Uniminho a tornar mais coeso este espaço e a fomentar a cooperação pública e privada. É de destacar além disso a criação de uma equipa técnica multidisciplinar que se encarregará da gestão do espaço e que contará com pessoal técnico de ambos os lados.

O valor acrescentado deste projecto centra-se fundamentalmente na cooperação transfronteiriça, mas sobretudo na gestão conjunta de um espaço turístico unitário que abarca dois países. Como conclusão, há que destacar a capacidade de transferência deste projecto para outros territórios da União Europeia, e a sua inclusão como projecto de referência ou linha orientadora no âmbito do próximo objectivo 3 de cooperação.

Dentro da complementaridade com outras actuações, devem-se destacar, pela sua importância estratégica e capacidade para gerar sinergias, os projectos do **Aeródromo do Vale do Minho** (CERVAL) e o **Centro da Dieta Atlântica** em Paredes de Coura. O primeiro, CERVAL, como infra-estrutura básica para o desenvolvimento

de todos os produtos turísticos desenvolvidos no presente projecto. O segundo, porque incide num dos vectores chave do desenvolvimento turístico local (a gastronomia) e contempla a criação de uma infra-estrutura específica que pode vir a transformar-se num espaço de referência para o atendimento do visitante. Actualmente existem já projectos específicos para o desenvolvimento destas duas infra-estruturas, projectos que poderão ser aproveitados para serem utilizados a partir da Uniminho para captar recursos económicos externos.

3.6.- CALENDÁRIO DE TRABALHO.

A duração do projecto é de 24 meses. A título meramente indicativo, estima-se que o projecto se inicie em Janeiro de 2007 e que termine a 31 de Dezembro de 2008.

	2007				2008			
	1t	2t	3t	4t	1t	2t	3t	4t
FASE A: PRODUTO								
PLANO DE SINALIZAÇÃO CONJUNTA	X	X	X	X				
DESENVOLVIMENTO PRODUTOS TURÍSTICOS CONJUNTOS		X	X	X	X	X		
GRANDES EVENTOS E PATROCÍNIO.		X	X			X	X	
FASE B: PROMOÇÃO								
PROMOÇÃO TURÍSTICA CONJUNTA		X	X	X	X	X		
FASE C: GESTÃO								
PLANO DE MARKETING	X	X	X					
OBSERVATÓRIO TURÍSTICO E MESA DE CONCERTAÇÃO			X	X	X	X	X	X
FORMAÇÃO E QUALIDADE				X	X	X	X	X
GESTÃO TURÍSTICA CONJUNTA	X	X	X	X	X	X	X	X
LINHA DE AJUDAS AO SECTOR: PROJECTOS INOVADORES			X	X	X	X		

3.7.- SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INDICADORES.

O sistema de acompanhamento será compilado num Manual de Gestão Interno e num Quadro de Comando específico, através de um programa de acompanhamento e avaliação para o projecto que será desenvolvido pelo(a)s técnicos/as do projecto, no qual se apresentará em detalhe o processo sistemático de identificação e obtenção de informação válida acerca da concepção, do planeamento, da realização e dos resultados, assim como do impacto do projecto. O sistema de acompanhamento permitirá monitorizar a evolução dos indicadores de realização, o resultado e o impacto seleccionados de acordo com critérios de relevância, de quantificação, de fiabilidade e de disponibilidade. Estes indicadores irão abranger os seguintes aspectos:

- De acompanhamento físico e financeiro;
- De tempos de execução do projecto;
- De acompanhamento relativo a problemas e deficiências de implantação das actividades (incidências)

Para recolher a evolução destes indicadores será concebida uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária referente à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do projecto com os seguintes objectivos:

- Garantir a correcta administração dos fluxos financeiros e obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, o desenvolvimento e os resultados

- Facilitar a tomada de decisões relativamente ao desenvolvimento e execução das acções.
- Contribuir para a adequada canalização da informação para as bases de dados nacionais
- Facilitar a visibilidade, difusão e transferência dos resultados

A sistematização na recolha e no tratamento da informação permitirá realizar um processo de avaliação contínua, que se materializará através da realização de estudos de avaliação parciais e da elaboração de relatórios globais por períodos semestrais de gestão.

Relativamente à utilização de indicadores específicos, tomar-se-ão, como referência, os resultados esperados do projecto e objectivos quantificados referidos anteriormente. A título de proposta inicial, e sem querermos ser exaustivos, propomos a utilização dos seguintes indicadores:

Indicadores de realização

Cursos de formação realizados
Empresas que recebem ajudas
Materiais editados
Participação em feiras
Planos de marketing realizados
Equipamentos de trabalho postos em funcionamento (mesas)
Eventos promovidos
Inquéritos realizados
Relatórios emitidos

Indicadores de resultados

Participação em acções de formação
Ajudas recebidas por empresa (média em euros)
Consultas à página Web da Uniminho
Compras de produtos (Internet)
Participação em eventos
Participação em mesas e/ou horas de reunião das mesas.
Horas de trabalho da equipa técnica

Indicadores de impacto

Aumento do nº de turistas
Aumento de estadias
Aumento do emprego no sector
Aumento do gasto médio por turista.

3.8.- IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO.

A procura de financiamento para levar a cabo o projecto de desenvolvimento turístico do espaço transfronteiriço da Uniminho deve centrar-se no novo quadro comunitário para o período 2007-2013, concretamente na nova arquitectura de coesão, de convergência, de competitividade, de cooperação e, nomeadamente, da transfronteiriça.

Os diferentes fundos europeus que poderão ser eventuais fontes de financiamento para levar a cabo as acções expostas neste projecto são:

- No âmbito dos objectivos da convergência, da competitividade e do emprego e da cooperação territorial europeia, o FEDER apoiará modelos de turismo mais sustentáveis para fomentar o património cultural e nacional, melhorar as infra-estruturas relativas à acessibilidade e mobilidade, e promover as TIC, as PME inovadoras, as redes e os grupos empresariais, os serviços de grande valor acrescentado, as estratégias turísticas transfronteiriças conjuntas e os intercâmbios inter-regionais de experiências.
- O Fundo de Coesão financiará as infra-estruturas ambientais, de transporte e de grande importância para o turismo.
- Devido à relevância deste sector na criação de emprego, este será um âmbito importante das intervenções do Fundo Social Europeu (FSE), que co-financiará projectos de programas educativos e de formação para aumentar a produtividade e melhorar a qualidade do emprego e dos serviços no sector turístico. Este também proporcionará a micro-empresas turísticas formação específica combinada, com pequenas subvenções, assim como financiará acções de apoio à mobilidade dos profissionais.
- O novo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, poderá ser outra das fontes de financiamento para este projecto, já que terá entre os seus objectivos o fomento das actividades turísticas como parte da diversificação do objectivo da economia rural e a realização de estudos de investimentos relacionados com a manutenção, o restauro e actualização do património cultural.
- O Fundo Europeu de Pesca (FEP) introduzirá, como novo fundo prioritário, o desenvolvimento sustentável das zonas pesqueiras, como medida para aliviar os efeitos causados pela reestruturação do sector pesqueiro e regenerar zonas dependentes da pesca através da diversificação e da criação de outras alternativas de emprego. Uma destas alternativas para os pescadores é a de reorientar as suas actividades para o turismo ecológico. Assim, o FEP apoiará as infra-estruturas turísticas e concederá subsídios a projectos de formação em actividades paralelas à pesca que possam estar relacionadas com o turismo.
- Os quadros e programas financeiros específicos para o desenvolvimento da sociedade da informação podem ser úteis para o sector turístico em aspectos como a investigação sobre tecnologias da informação aplicadas ao sector, as aplicações dos satélites, o património cultural e e-learning (aprendizagem por via electrónica).

3.9.-IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS SÓCIOS, AGENTES ENVOLVIDOS E BENEFICIÁRIOS

Para a apresentação deste projecto de desenvolvimento turístico para as iniciativas comunitárias o promotor seria a entidade de cooperação transfronteiriça da Uniminho, criada no quadro da iniciativa comunitária Interreg IIIA.

Como possíveis parceiros na apresentação de uma candidatura poderiam citar-se, entre outros:

- Comunidade Intermunicipal Vale do Minho.
- Deputación Provincial de Pontevedra.

- Região Turística do Alto Minho.
- Patronato de Turismo das Rias Baixas.
- Turgalicia
- Associação de Turismo do Norte de Portugal.
- Associação Galega de Turismo Rural.
- Associação do Turismo de Habitação.
- Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes.
- Conselho Regulador das Rias Baixas.

4.- AVALIAÇÃO E CONTEXTO

4.1.- IMPACTO TRANSFRONTEIRIÇO DAS ACÇÕES DO PROJECTO.

A cooperação transfronteiriça, além da própria localização do projecto no espaço transfronteiriço que se estende nas margens do rio Minho, reflecte-se nos seguintes aspectos:

- A gestão de um espaço de forma unitária permitirá alcançar massa crítica suficiente para competir em mercados mais vastos.
- Maior capacidade para atrair turistas, o que levará a um maior crescimento do sector e a mais emprego.
- Eficiências na gestão de produtos turísticos, evitando duplicações e maximizando a utilização dos recursos públicos (por exemplo, na participação em feiras).
- Homogeneização nos critérios de qualidade que operam no sector, contribuindo, em conjunto, para uma maior profissionalização.
- Mais e melhores recursos para atrair o/a visitante.
- Concertação dos objectivos turísticos em ambos os países. É impossível gerir um espaço turístico com estratégias não coincidentes em ambos os lados.
- Coordenação transfronteiriça nas estratégias do sector privado.
- Experiência na criação de equipas multidisciplinares de gestão conjunta.

4.2.- COERÊNCIA COM POLÍTICAS COMUNITÁRIAS, NACIONAIS E REGIONAIS.

O projecto de desenvolvimento turístico é coerente com uma série de políticas e prioridades que, para o novo quadro comunitário 2007-2013, serão imprescindíveis para desenvolver qualquer tipo de acção num território que pertença a um estado-membro da União Europeia, assim como para a procura de um eventual financiamento para realizar este projecto.

A nível europeu, foram tomadas como referência e procurou-se que o projecto fosse coerente com as prioridades que o novo quadro comunitário para o período 2007-2013 estabelece para a União Europeia, através dos objectivos de desenvolvimento sustentável de Gotemburgo e da Estratégia de Lisboa renovada, que se centra no crescimento e na criação de emprego através de objectivos específicos para conseguir este fim.

As prioridades estabelecidas pelo FEDER e pelo FSE, e dentro das linhas que definem este projecto de Desenvolvimento Turístico do espaço transfronteiriço Uniminho, vão ao encontro uma da outra:

FEDER:

- Desenvolvimento Local, através de iniciativas e estruturas que proporcionem serviços para criar novos postos de trabalho.
- Turismo, promovendo a riqueza natural como potencial do desenvolvimento turístico sustentável e a concessão de ajudas para melhorar a prestação de serviços turísticos com maior valor acrescentado e fomentar o turismo sustentável
- Património cultural, através de investimentos em bens culturais, do fomento e conservação do património cultural, do desenvolvimento de infra-estruturas culturais de apoio, do desenvolvimento socio-económico do turismo sustentável e de ajudas para oferecer serviços culturais de maior valor acrescentado.

FSE:

- Ampliar e melhorar os investimentos em capital humano
- Melhorar a capacidade de adaptação dos/as trabalhadores/as às empresas
- Facilitar o acesso ao emprego e a inserção duradoura no mercado de trabalho
- Promover o associativismo, pactos e iniciativas através da criação de redes de interessados/as.

Assim, no planeamento deste projecto, tomar-se-ão também como referência:

A nova política turística da União Europeia para o período 2007-2013

Publicada a 17 de Março de 2006, põe em evidência a importância do desenvolvimento do sector turístico para a maior parte das regiões europeias, já que as infra-estruturas criadas para o turismo contribuem para o desenvolvimento local, criam e mantêm postos de trabalho, melhoram a capacidade de atracção das regiões tanto para viver como para investir e promovem práticas e políticas mais sustentáveis e positivas relativamente ao meio ambiente.

Esta nova política da União marca como desafios para o novo período a sustentabilidade económica, social e ambiental, como chave para a competitividade dos destinos e o bem-estar da população, assim como a criação de emprego e preservação e fomento das atracções naturais e culturais.

Relativamente aos instrumentos financeiros da União, esta considera a possibilidade de co-financiar projectos turísticos através do FEDER, para apoiar o desenvolvimento socioeconómico das regiões através de modelos de turismo mais sustentáveis para fomentar o património cultural e natural, melhorar as infra-estruturas relativas à acessibilidade e mobilidade, promover as TIC's, as PME inovadoras, as redes e os grupos empresariais, os serviços de grande valor acrescentado, as estratégias turísticas transfronteiriças conjuntas e os intercâmbios regionais de experiências.

As Directrizes Estratégicas de Desenvolvimento Rural para o período 2007- 2013

Publicadas a 25 de Fevereiro de 2006, centram-se em três âmbitos a economia agro-alimentar, o meio ambiente e a economia e a população rural. Os dois últimos eixos da nova estratégia rural incidem directamente sobre o desenvolvimento do sector turístico, já que relativamente ao meio ambiente, se incluem medidas para proteger e

melhorar os recursos naturais, preservar os sistemas agrários e florestais tradicionais de grande valor ambiental e as paisagens culturais das zonas rurais da Europa, e relativamente à economia e à população rural se pretende contribuir para o desenvolvimento de infra-estruturas locais e de capital humano nas zonas rurais, para melhorar as condições de crescimento e a criação de emprego em todos os sectores e propiciar a diversificação das actividades económicas, dentro das quais o turismo pode ser um dos pilares básicos para as economias rurais.

Relativamente aos instrumentos financeiros da União Europeia, como já foi referido, será o novo FEADER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural) a co-financiar projectos nos âmbitos rurais, dentro dos quais teriam lugar os projectos de desenvolvimento turístico em zonas rurais, como o aumento das capacidades competitivas destes territórios, melhorias do meio ambiente e dos ambientes naturais, melhorias da qualidade de vida rural e desenvolvimento da capacidade local de criação de emprego e diversificação.

A nível nacional, tomaram-se como referência o Quadro Estratégico Nacional de Referência para o período 2007-2013 e o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007- 2013, no caso de Espanha, e o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) e o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 para Portugal.

A3. PROJECTO DE REGENERAÇÃO INTEGRAL DOS CENTROS HISTÓRICOS DA UNIMINHO.

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto

Do ponto de vista dos objectivos estratégicos propostos para a Uniminho através do presente Plano estratégico, o projecto que se apresenta enquadra-se no objectivo estratégico 1 *Apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave* e 3 *Potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego*; transversalmente nos objectivos 1 e 2 *Avançar para um modelo de turismo de qualidade e sustentável e Revalorizar o património natural e cultural como factor de desenvolvimento*. Enquadra-se nos âmbitos prioritários de actuação em matéria de Turismo e de emprego, como se pode verificar no *Plano Estratégico de Uniminho*.

Concretamente, dentro do 8.3.A 3. Projecto de recuperação e valorização dos centros históricos e fortalezas do rio Minho. .

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por um instrumento ou programa que será lançado no novo período 2007 - 2013, e mais concretamente à Iniciativa Interreg (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal).

1.2 Linha Estratégica em que se Enquadra o Projecto

De acordo com o Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007-2013), o projecto encaixar-se-ia na seguinte prioridade do *Projecto de Regulamento FEDER da CE (2007 - 2013)*.

- Promover o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações
- Fomentar o espírito de empresa e em particular o desenvolvimento de PME's, do turismo, da cultura e do comércio transfronteiriço

1.3 Relação com Outras Linhas Estratégicas

DIRECTRIZES PARA A POLÍTICA DE COESÃO, 2007-2013

Prioridades:

- Melhorar o atractivo dos Estados-membros, as regiões e as cidades melhorando a acessibilidade, garantindo uma qualidade e um nível adequados de serviços e preservando o meio ambiente;

POLÍTICA DE COESÃO E CIDADES: A CONTRIBUIÇÃO URBANA PARA O CRESCIMENTO E O EMPREGO NAS REGIÕES: 13.07.06

Algumas orientações propostas

Iniciativas destinadas a transformar as zonas urbanas e os centros das cidades em lugares atraentes para se viver.

ÂMBITO DE ACTUAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NA UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia, 28 de Outubro de 1999

1. Aumentar a prosperidade económica e o emprego nas pequenas e grandes cidades
2. Fomentar a igualdade, a integração social e a regeneração nas zonas urbanas

1.4 Relação com Outros Planos no âmbito da UNIMINHO

Especialmente com o projecto FORTTRANS, deverá estabelecer um diálogo activo com as suas medidas, acções e projectos. Neste projecto, estão reunidos instrumentos para fazer com que as actuações previstas no Plano Director de Fortalezas operem.

Por outro lado, este projecto está intimamente relacionado com o Projecto Cultural-Uniminho, de valorização do Património Histórico-Cultural e de Oferta Cultural Integrada, incluído no presente Plano Estratégico.

2. DADOS BÁSICOS

2.1 Denominação do Projecto

Projecto de Regeneração Integral dos Centros históricos dos municípios Uniminho.

2.2. Descrição geral e objectivos

Os centros históricos na Europa têm sofrido um processo generalizado de perda de importância urbana, caracterizada, com maior ou menor intensidade, e de acordo com os casos, por:

- A degradação do espaço público e das casas
- A queda demográfica
- A tendência para usos do terciário.
- A perda da centralidade económica e social

As cidades e os núcleos urbanos integrados na Uniminho não estão alheios a estes processos. Só uma acção decidida da administração, que actue como alavanca para a geração de outras iniciativas públicas e privadas, pode conseguir a inversão desta tendência, mediante a colocação em prática de planos integrais de revitalização, reabilitação e restauração urbanística, socioeconómica e arquitectónica.

Tal acção integral visa reconverter o núcleo histórico num lugar de referência e com uma identidade própria. Certas tendências para uma actuação puramente "monumental" têm como resultado a transformação dos núcleos urbanos históricos em centros vazios de conteúdo vital e cultural, desperdiçando-se o seu potencial de desenvolvimento como lugares de articulação e liderança sócio-económica.

A regeneração integral é integrada parte da premissa de que os distintos elementos da realidade urbana se encontram interligados e que, para evitar a decadência de uma zona, é preciso actuar de forma planificada e simultânea, não só na reabilitação dos edifícios, mas também nas infra-estruturas, no meio ambiente, na economia urbana e na realidade sócio-cultural, especialmente, pela sua transcendência, na recuperação dos usos residenciais habituais noutros tempos. São os habitantes actuais e futuros, num enquadramento com forte carga identificativa, o principal activo destas zonas urbanas.

O presente projecto prevê, nas suas linhas gerais, os objectivos, tipo de actuação e instrumentos para possibilitar uma política de regeneração integrada e integral nos centros históricos urbanos dos municípios Uniminho, para os situar numa posição articular privilegiada do desenvolvimento da comarca.

Objectivos gerais

- Proteger, conservar, reabilitar e valorizar as zonas urbanas históricas que se encontram no âmbito transfronteiriço da Uniminho, preservando a sua trama urbana tradicional, os seus monumentos e edifícios, potenciando a diversidade social e de usos.

- Valorizar os centros históricos de ambos os lados da fronteira como **conjunto histórico singular**, fruto de uma História e de um meio físico partilhados.
- Elaborar um Plano Integral de revitalização, reabilitação e restauração patrimonial, socioeconómica e urbanística dos núcleos urbanos históricos da Uniminho, com a definição de objectivos de longo prazo, adequadamente consensuais e aceites por todos os agentes sociais do município
- Desenvolver um plano de regeneração integral e integrado dos núcleos urbanos históricos da Uniminho, que recupere a diversidade de usos e funções próprias do âmbito citadino e sirva para os situar como referências simbólicas e de identidade da zona.
- Recuperar a relação entre os Centros históricos, a nova cidade e o mundo rural, através de acções e programas que colocam em relação física, simbólica e económica as três realidades
- Estabelecer uma política de promoção da habitação e dos usos residenciais como instrumento essencial na regeneração integral dos núcleos históricos.
- Conseguir uma diversidade de usos nos centros urbanos históricos, com especial enfoque no comercial, no cultural e no institucional, para além do principal, que é o uso residencial.
- Conseguir um instrumento técnico estável de promoção e gestão da reabilitação do património cultural edificado comum da Uniminho.

Objectivos específicos:

- Criar um instrumento técnico e administrativo transfronteiriço comum para fomentar, coordenar e gerir as acções de reabilitação do património edificado dos municípios Uniminho e da promoção da habitação nos núcleos urbanos históricos.
- Estabelecer um diagnóstico preciso sobre a situação patrimonial, sócio-económica e cultural urbana no território transfronteiriço Uniminho
- Estabelecer um programa de protecção, conservação e reabilitação dos elementos e conjuntos mais significativos dos núcleos urbanos.
- Converter os Centros históricos da Uniminho em lugares com forte capacidade de atracção de moradores, como alternativa às novas urbanizações na periferia e às casas unifamiliares, para conseguir a permanência da população local actual e atrair novos habitantes das grandes cidades próximas.
- Estabelecer uma coordenação permanente entre os municípios Uniminho para a definição de estratégias de valorização do património cultural existente
- Promover estudos e investigações sobre o património cultural transfronteiriço, assim como a difusão dos valores dos núcleos históricos da zona transfronteiriça.
- Criar redes comerciais urbanas transfronteiriças baseadas em estratégias comuns de singularização que permitam enfrentar a concorrência actual das grandes superfícies.
- Conseguir um espaço público de qualidade e uma percepção unitária de conjunto por parte dos visitantes.
- Responder às necessidades de equipamentos públicos e iniciativas privadas, através da intervenção na aquisição, reabilitação e disponibilização de imóveis com valor patrimonial.
- Elaborar uma imagem urbana unitária, que favoreça a percepção e valorização de um circuito cultural de "Núcleos históricos fortificados", através da normalização de mobiliário urbano, sinalética e promoção comuns.
- Potenciar as boas práticas em matéria de reabilitação do espaço público em recintos históricos, através da elaboração de estudos de normalização de

pavimentos, mobiliário urbano, materiais e técnicas de reabilitação dos edifícios.

- Impulsionar o papel dos centros históricos e dos seus arredores como eixos culturais de referência e espaços de participação cívica da população.
- Impulsionar as acções formativas de inserção e aperfeiçoamento profissional dirigidas a comerciantes e pequenos empresários
- Contribuir para estabelecer a reabilitação como resposta habitacional, tanto entre a população em geral, como entre os agentes imobiliários públicos e privados, conseguindo que a melhoria das casas seja uma opção a considerar relativamente à procura dominante de casas novas.
- Fixar a população residente, evitando a perda de habitantes tradicionais
- Rejuvenescer a população dos núcleos históricos através do incentivo à habitação para novos residentes.
- Projectar e executar um programa de potenciação do uso residencial dos núcleos históricos e tradicionais, através da coordenação, prestação de serviços de assessoria a agentes privados e públicos e da centralização da gestão dos recursos públicos e privados nesta matéria.

2.3 PROBLEMÁTICA QUE SE PRETENDE ABORDAR E SOLUÇÕES APONTADAS NO PROJECTO

Os centros históricos dos municípios da Uniminho sofrem os conhecidos processos de perda de centralidade social e económica, deterioração dos seus edifícios e perda de uso residencial. As acções visadas, de reabilitação monumental ou de melhoria parcial do espaço público, são paliativos dos efeitos imediatos do processo de decadência urbana, mas não servem para conseguir um desenvolvimento urbano sustentável, que se deve basear na diversidade de usos, especialmente o residencial e o comercial, na melhoria da qualidade de vida da população residente e no aumento, através de políticas de habitação, da população com a inclusão de novos efectivos que vêm nos núcleos históricos um lugar agradável para viver.

Este projecto aborda, desde os planos de reabilitação urbana integral e integrada, a uma série de acções planificadas em distintos âmbitos que estão na base do processo de deterioração. Acções de índole física que regenerem os espaços públicos, para conseguir uma trama urbana adequada à implantação de novas actividades e atractiva para investimentos públicos e privados. Acções em infra-estruturas que contribuam para a melhoria da qualidade ambiental, restabelecendo e optimizando os sistemas de abastecimento e saneamento de águas.

O projecto centra-se na recuperação dos usos residenciais, através da elaboração de programas de habitação que se considera serem um dos principais eixos da reabilitação.

Para evitar que as acções e financiamentos visados percam o seu potencial, prevê-se a criação de uma Sociedade Transfronteiriça para a Reabilitação do Património Edificado da Uniminho, entidade complexa que abarca funções tanto executivas para o investimento com fundos próprios ou de terceiros, como técnicas de assessoria e acompanhamento.

O comércio tradicional nos centros históricos está em crise, como consequência da perda de identidade e da concorrência das grandes superfícies. Por outro lado, a potencialidade comercial está minimizada pois, devido aos processos de deterioração física e social, a cidade histórica não atrai novos empreendedores, deixando um número cada vez maior de pequenos comerciantes sem actividade.

O projecto inclui acções decididas de melhoria do espaço físico que o tornarão mais atractivo para os potenciais clientes. Projecta-se expressamente o Plano Comércio da Uniminho que combina acções de diagnóstico, assessoria e incentivos para a melhoria do comércio tradicional e a instalação de novas actividades económicas.

A perda de identidade como consequência dos processos de degeneração urbana e social, representa uma deficiência para a união de vontades na reabilitação.

As acções propostas destinam-se a valorizar os elementos que constituem o maior activo dos centros históricos: a sua centralidade espacial, o seu património histórico e a sua capacidade como referência de identidade. Criar-se-á ainda um organismo supra-municipal com a participação dos cidadãos, no Conselho Social, que permitirá a partilha entre as cidades dos dois países da problemática patrimonial e sócio-económica.

2.4. ACÇÕES DO PROJECTO

As acções que se propõem visam a integralidade citada. Estabelece-se como **elemento estratégico** a criação de um instrumento de Gestão com as características e funções gerais que se descrevem.

As acções integram-se nas seguintes medidas, que visam abarcar de forma integrada o conjunto dos factores que estão na base de um desenvolvimento urbano sustentável:

0. Gestão
1. Melhoria das infra-estruturas, meio ambiente e espaço urbano
2. Equipamentos sociais e culturais
3. Promoção da habitação
4. Incentivos económicos
5. Dinamização do tecido social
6. Difusão e acção cultural
7. Formação e emprego

Criação da Sociedade Transfronteiriça da Uniminho para a Conservação e Reabilitação do Património Cultural Edificado

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica e recursos próprios, em forma de Sociedade ou Consórcio Transfronteiriço que tem como objectivos e funções:

- Servir como órgão comum de referência e gestão a todos as câmaras municipais da zona Uniminho e para a administração provincial e regional, de todos aqueles programas que se dirigem à reabilitação do espaço público e dos bens imóveis situados tanto nos núcleos urbanos históricos como no resto do território Uniminho, especialmente aqueles com maior potencial interpretativo e que serão objecto de atenção especial no Plano de Interpretação do Património descrito no projecto Cultural-Uniminho dentro deste mesmo Plano Estratégico.
- Prestar assessoria técnica e acompanhamento administrativo nos processos de ordenamento do território para a inclusão dos critérios de protecção e

- conservação do património, especialmente na elaboração e/ou na revisão dos planos gerais e dos planos especiais de protecção
- Estabelecer acções de assessoria e de acompanhamento aos agentes públicos e privados nas suas iniciativas de reabilitação
 - Canalizar as diversas iniciativas de recuperação do património
 - Actuar perante os particulares como instituição centralizadora das administrações em matéria de restauração - reabilitação
 - Coordenar todos os agentes públicos e privados envolvidos na reabilitação do património
 - Servir como órgão de gestão integrado para as ajudas públicas e para a intervenção da iniciativa privada em matéria de habitação.
 - Actuar como sede de reabilitação transfronteiriça para a gestão e assessoria nas ajudas públicas à reabilitação de habitação em núcleos históricos
 - Gerir acções de conservação e reabilitação promovidas pelas câmaras municipais e organismos provinciais ou regionais
 - Procurar e gerir financiamentos públicos e privados para a reabilitação, através da captação de subvenções, de estabelecimento de convénios e da obtenção de patrocínios.
 - Estabelecer acções de formação e intercâmbio de experiências entre os agentes públicos e privados da reabilitação.
 - Realizar actividades de difusão do património da zona e das acções de recuperação.

A Sociedade Transfronteiriça será dotada da equipa técnica e administrativa necessária para cumprir os seus fins e desenvolver os programas e actividades que a Uniminho lhe encomendar.

Os programas iniciais da Sociedade Transfronteiriça serão os seguintes:

1. O financiamento, a redacção, a gestão, a supervisão e o acompanhamento técnico dos projectos de conservação e restauração patrimoniais contidos no Programa transfronteiriço FORTTRANS.
2. A preparação da documentação necessária para a declaração, por parte dos órgãos correspondentes, em cada Estado, das Áreas de Reabilitação Integradas, que permitam o acesso às linhas de financiamento público para a reabilitação privada de edifícios, de locais e de habitações.
3. A redacção de um documento único de Bases para a redacção de Planos de Protecção dos núcleos históricos, em que se contemplem critérios gerais e orientações comuns para a protecção, conservação e valorização dos centros históricos da zona Uniminho.
4. A identificação, aquisição e reabilitação integral de edificações de especial valor arquitectónico e/ou histórico, para serem usados como equipamentos institucionais, sociais ou culturais ou para como habitação, em regime de aluguer, no interior dos núcleos urbanos históricos.
5. A aquisição e adequação de locais em edificações que sirvam como base para os programas de dinamização comercial e de Comércio artesanal protegido.
6. A direcção técnica e administrativa e a contratação da redacção e execução dos projectos do Plano de Interpretação do Património Cultural da Uniminho
7. A redacção de um projecto de normalização de elementos do espaço público nos núcleos urbanos históricos da Uniminho, que permita, por um lado, a criação de uma imagem unitária da zona transfronteiriça associada e a optimização da aquisição e manutenção dos elementos comuns (mobiliário, iluminação, sinalização, pavimentos, elementos controladores de tráfego, etc.)

A Sociedade Transfronteiriça de Gestão do Património Cultural Uniminho será financiada com as contribuições dos seus membros, através da Associação Uniminho e com as contribuições, mediante os fundos específicos gerais e extraordinários procedentes de convénio das administrações Regionais e Estatais, e programas europeus.

Assistência técnica especializada

A criação de um ambicioso programa transfronteiriço de regeneração dos Centros Históricos requer, pelo menos durante os primeiros 18 meses, um trabalho de diagnóstico, planeamento e assessoria de muito alto nível, que permita o funcionamento óptimo dos recursos técnicos próprios com os quais está dotada a Uniminho nesta matéria, em especial para o correcto início e funcionamento da Sociedade Transfronteiriça.

Neste sentido, será necessário um acompanhamento durante, pelo menos, 18 meses pela equipa técnica da Uniminho, por parte de uma Consultora, altamente especializada em ordenamento e gestão urbanística, com experiência na redacção de planos de protecção e de reabilitação de centros históricos.

Este apoio técnico participará nos processos iniciais de elaboração de memorandos de condições, selecção da equipa técnica, supervisão técnica e assessoria permanente.

MEDIDA 1.- MELHORIA DAS INFRA-ESTRUTURAS, MEIO AMBIENTE E ESPAÇO URBANO

Esta medida destina-se a fixar as bases de um espaço público de qualidade que permita alicerçar-se sobre as actividades vitais e económicas renovadas. Visa acabar com a degradação de ruas e praças, dotando-as de infra-estruturas necessárias para um desenvolvimento equilibrado: Renovação do saneamento e abastecimento de águas, canalizações subterrâneas, de iluminação, telefone, electricidade e gás e previsão de canalizações para cabos de fibra óptica.

A melhoria do espaço público é um elemento essencial para o fomento da participação da iniciativa privada, tanto em novas actividades económicas como na reabilitação da habitação e recuperação de usos residenciais.

O seu conteúdo é pois

- A reposição, reabilitação ou renovação dos pavimentos tradicionais em ruas e praças nas suas diversas tipologias: Lajes de granito, calçada, pedras para caminhos, mosaico de cantos redondos e as várias combinações presentes no território e na documentação escrita e gráfica existente.
- A melhoria dos espaços públicos residuais e a criação de zonas verdes
- A renovação da totalidade das infra-estruturas subterrâneas obsoletas
- A renovação e normalização de outros elementos do espaço público (mobiliário, sinalização, rótulos, etc.)

Acção 1. Redacção de um Projecto de Normalização de Elementos do Espaço público nos centros urbanos históricos.

Pavimentos tradicionais

É imprescindível considerar os pavimentos como parte integrante do património cultural do núcleo histórico . Assim, a redacção deste documento é imprescindível para

garantir a pertinência do seu valor histórico, o respeito pelos materiais, **tipologia e sistemas de construção tradicionais** e a harmonização e coerência formal e funcional de ruas e praças com os edifícios históricos, proporcionando às medidas de reabilitação o valor acrescentado da sua dimensão histórica.

Por outro lado, este documento permitirá **a transferência de conhecimentos, experiência, técnicas** e boas práticas de construção em toda a zona transfronteiriça, possibilitando a coerência do conjunto, com o que se evitará o efeito de "catálogo de materiais" e a descaracterização, que acções dispersas, com critérios não unificados e baseadas em projectos conjunturais, têm provocado em muitos dos núcleos históricos, especialmente da Galiza.

A *normalização* permitirá também:

- Canalizações e iluminação pública, seguindo critérios comuns de eficiência e poupança energética, assim como de adequação da iluminação e da estética aos conjuntos patrimoniais.
- Mobiliário urbano - essencialmente bancos e baldes de lixo
- Outros elementos de urbanização comuns - árvores, mecos, cercas, bueiros, canteiros, etc.
- Sinalética comum, que abarca tanto os sinais de trânsito como os sinais informativos e interpretativos.
- Placas e toldos de estabelecimentos
- Elementos das esplanadas de hotelaria (cadeiras, mesas, chapéus de sol)

Ao tratar-se de núcleos urbanos distintos, e para evitar uma excessiva uniformidade, especialmente nos elementos de mobiliário, o projecto de Normalização fixará, numa linha comum identificável, alternativas que permitam uma certa especificidade. Estas alternativas, no caso dos pavimentos seriam dadas exclusivamente pelo estudo específico da tradição de cada núcleo e não por diferenças de desenho arbitrárias ou conjunturais.

Este projecto de normalização transcende as considerações formais, estéticas e funcionais, para incidir também no campo da eficiência e optimização de recursos, tanto no que se refere à racionalização e economia de fornecimento, como à sua reposição e manutenção.

Acção 2. Actuações singulares no espaço público, actuações marginais

Aquilo que denominamos de actuações singulares no espaço público corresponde essencialmente à necessidade de estabelecer uma adequada relação física entre os Centros Históricos e os seus respectivos bairros novos, para estabelecer uma transição adequada que permita "descobrir" o centro e convida a nele entrar e passear. Estas actuações marginais deverão gozar de uma grande qualidade e de uma maior liberdade de concepção, para não afectar directamente a trama histórica e servir de ligação entre esta e as zonas urbanas contemporâneas.

Este encontro físico de qualidade entre a cidade velha e a cidade nova possui, do ponto de vista da acessibilidade e carácter atractivo, um carácter estratégico.

Acção 3. Actuações exaustivas nos pavimentos

Os pavimentos representam uma das "fachadas" horizontais dos cascos históricos. A actuação sobre os pavimentos deve seguir estritos critérios de qualidade e respeito

histórico. Responderão a critérios gerais de normalização material, formal e construtiva, sem a intervenção de um desenho formal alternativo. Responderão às tipologias de pavimentos existentes na zona, especialmente materiais, disposição, escalas e divisões e ao estudo prévio rigoroso dos mesmos, adaptando-se às necessidades previstas relativamente ao seu uso pedonal, de passagem de veículos ou misto.

Estas actuações dizem respeito a ruas e praças cujo estado de degradação recomende a sua reabilitação. Cada actuação comportará, consoante os casos, a renovação integral das infra-estruturas, canalizações subterrâneas e iluminação pública.

Ficará prevista, no caso de áreas acauteladas, a realização de um projecto arqueológico preceptivo.

Acção 4. Melhoria extensiva da imagem urbana: plano de fachadas

Nos espaços históricos, os exteriores das casas devem ser considerados como parte integrante de forma singular - já que evidentemente boa parte do casario é de propriedade privada - do espaço público. É este carácter "público" que permite à administração modular o direito aos edifícios, submetendo-a umas normas rigorosas de conservação, para evitar que se percam os valores pelos quais se entende necessária a especial protecção dos imóveis.

Juntamente com os pavimentos, são as fachadas dos edifícios os elementos que proporcionam, em primeiro lugar, a imagem da cidade ou do núcleo urbano histórico.

Esta acção dirige-se à realização de actuações de **reabilitação ligeira** das fachadas, que permitam um "plano de choque" estético que congregue no início do programa integral, as vontades dos actores públicos e privados a favor da regeneração. Este programa intensivo tem por finalidade possibilitar também a percepção de um objectivo e de uma vontade comum transfronteiriça.

Com carácter prévio no início do programa, por parte dos Serviços Técnicos da Sociedade ou Consórcio Transfronteiriço, redigir-se-á um modelo comum de Ordenamento aplicável a cada uma das Câmaras municipais, que obrigue os proprietários a manter nas devidas condições de arranjo, limpeza e segurança os edifícios, explicitando nas mesmas as actuações que se devem realizar nas fachadas para a sua manutenção e não deturpação arquitectónica. Serão indicados, além disso, os elementos de distorção que deverão ser eliminados.

Os serviços técnicos da Sociedade Transfronteiriça redigirão também as memórias descritivas de condições técnicas para a reabilitação de fachadas nas quais estarão afixados os materiais, sistemas de construção e cores.

Paralelamente à aprovação destes regulamentos, será tornada pública a convocatória do programa de Reabilitação de Fachadas dos Núcleos históricos da Uniminho e uma campanha publicitária ao estilo da campanha "Barcelona, põe-te bonita", de assinalável êxito e difusão.

Actuar-se-á, naqueles edifícios que não tenham problemas estruturais graves, mediante a contratação por lotes correspondentes a núcleos a empresas especializadas. O financiamento ficará a cargo da Sociedade Transfronteiriça da

Uniminho para a Reabilitação do Património Cultural Edificado em 75%, ficando os restantes 25% a cargo dos proprietários, sem máximo do que possa ser protegido.

Estabelecer-se-á uma linha de subvenções para a reabilitação de telhados, que corresponda a 50% dos custos, até ao máximo protegido que seja considerado, assim como outra para o arranjo de pisos térreos alterados, de importância similar.

As actuações em fachadas do Programa da Uniminho dirão respeito basicamente a:

- Limpeza, estuque e pintura de paredes, de acordo com as necessidades
- Restauro de carpintaria exterior
- Restauro de serralharia e forjas
- Eliminação de elementos de distorção
- Normalização de placas
- Ordenamento dos cabos em fachada, enquanto não se consiga colocá-los debaixo de terra

O documento técnico para a actuação em fachadas será a Memória descritiva, que será redigida pelos serviços técnicos da Sociedade Transfronteiriça, que também exercerá a direcção e/ou a supervisão das obras.

Trata-se pois de uma intervenção pública intensiva em espaço privado, baseado conjuntamente na obrigação dos proprietários relativamente à manutenção dos edifícios e no interesse social pelo património histórico comum.

Acção 5.- Plano de arborização

As características das cidades históricas com forte pavimentação e escassez de espaços verdes, têm levado a uma ausência de elementos vegetais no seu interior. O Plano de arborização, cuidadosamente concebido para definir a localização e selecção das plantas, aproveitará as oportunidades espaciais que - sem ir contra o carácter urbano concreto da rua ou praça - permitam a localização das árvores. Estas serão preferencialmente de porte médio e folha caduca.

MEDIDA 2.- EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

A dotação nos núcleos históricos centrais de equipamentos públicos de carácter social ou cultural, representa outro dos factores essenciais para a recuperação da actividade social nestas zonas, ao representar um elemento de atracção e de diversificação de usos, imprescindível para a reabilitação.

O projecto Uniminho encaminha-se neste sentido, na fase inicial e, nesta medida, a

Acção 1.- Aquisição e/ou reabilitação de edifícios para os Centros de Interpretação e outras infra-estruturas culturais derivadas dos projectos FORTRANS e Plano de Interpretação do Património Cultural Uniminho.

Acção 2.- Aquisição e Reabilitação de um edifício para a sede dos serviços técnicos e administrativos da Uniminho e da Sociedade Transfronteiriça.

Acção 3.- Aquisição e/ou reabilitação de um edifício para a sede do "Centro dos Ofícios", previsto neste Projecto em combinação com o Projecto Cultural da Uniminho,

incluído neste mesmo Plano Estratégico. Esta acção está prevista no orçamento no Projecto Cultural-Uniminho.

Acção 4.- Aquisição e/ou reabilitação de edifícios para outros equipamentos sociais e culturais resultantes de um estudo de necessidades (equipamentos educativos, sócio-culturais, institucionais, etc.)

Acção 5.- Reabilitação monumental

Uma linha de actuação para o restauro de edifícios singulares de carácter monumental ou de interesse arqueológico, arquitectónico ou etnográfico, no interior dos núcleos históricos.

MEDIDA 3.- PROMOÇÃO DOS USOS RESIDENCIAIS

Pressupõe uma medida de complexa realização, mas que representa **um dos eixos estratégicos para a regeneração integral** dos núcleos urbanos históricos. É precisamente o vazio residencial e o consequente abandono dos edifícios um dos principais produtos e causas da crise destas zonas. A prevalência de uma cultura de nova residência, relativamente à recuperação da habitação, leva primeiro ao envelhecimento da população residente nos núcleos históricos, ao aparecimento de bolsas de exclusão social e, depois, ao seu abandono ou transformação para usos terciários.

Pretende-se, nesta matéria, alcançar os seguintes objectivos:

- Fixar a população actualmente residente através do incentivo da reabilitação dos seus edifícios, evitando assim a progressiva desertificação e perda de diversidade social da zona;
- Incentivar através de políticas de habitação, especialmente de arrendamento, a inclusão de novos efectivos demográficos, sobretudo jovens.
- Transformação, através de políticas específicas, da habitação sem condições no interior dos núcleos históricos.

Acção 1.- Assessoria sobre reabilitação da habitação

A Sociedade Transfronteiriça criará no seu interior uma secção de Assessoria e acompanhamento na gestão da reabilitação da habitação por particulares e empresas. Esta estrutura de Assessoria será a mesma que servirá para as funções de incentivo e dinamização do tecido económico, desenvolvendo-se na respectiva secção como Unidade de Assessoria.

Acção 2. Programa de Actuações singulares em habitações

Persegue-se o objectivo da obtenção de habitação social nos Núcleos históricos, através da técnica de reabilitação pesada, recuperando para esse uso, edifícios de interesse, que tenham tido ou não um uso residencial anterior. Poder-se-ia utilizar, dependendo dos casos, a edificação de pisos novos em solares estratégicos da trama urbana consolidada.

As casas daí resultantes serão submetidas a um regime de arrendamento para famílias com fracos recursos e para jovens, preferencialmente residentes na zona ou noutras partes, tanto do âmbito da Uniminho como de outros municípios.

Acção 3.- Programa de Auto-reabilitação

Trata-se de processos de reabilitação de pequena escala. Trata-se das obras que os particulares realizam para melhorar as suas casas. O objectivo deste processo que, embora se inicie em pequena escala, pode ter uma repercussão importante no processo de regeneração urbana e do conjunto histórico ou tradicional, ao melhorar o aspecto dos edifícios e fixar a população residente, é conseguir uma solução adequada às necessidades reais de alojamento em cada zona.

Ao contrário da acção anterior, a actuação da Uniminho e da Sociedade Transfronteiriça, passa por apoiar, através da prestação de assessoria administrativa e técnica e do financiamento da redacção dos projectos e da direcção de obra, a iniciativa dos proprietários. Além disso, está prevista a gestão dos fundos de outras administrações (convénio nos ARI na Galiza) para subsidiar a reabilitação das casas. A Sociedade Transfronteiriça receberá estes fundos, administrando-os globalmente e gerindo as operações de selecção de beneficiários, organização e acompanhamento das actuações, etc.).

Em definitivo, procura-se, com este programa, uma mudança cultural que consiste promover a opção de melhoria das casas já existentes relativamente à aquisição de casas novas em bairros externos ao Centro histórico ou em novas urbanizações periféricas no município, evitando assim a perda da população autóctone de cada Núcleo Histórico.

Acção 4.- Ajuda à habitação sem condições

Em alguns núcleos históricos, especialmente nas cidades da Uniminho de tamanho médio, há pequenas bolsas de habitação sem condições, como consequência dos escassos recursos económicos dos residentes, especialmente casais ou pessoas idosas que vivem sozinhas.

Nesta medida, inclui-se a possibilidade de lançar um programa específico com fundos das áreas de Acção Social das Câmaras municipais da Uniminho e da administração regional de ambos os estados, gerido pela Sociedade Transfronteiriça. Este programa, que denominamos de **Acção Social na Habitação**, combina políticas de fomento do emprego com a reabilitação de habitação sem condições, com a criação de uma equipa de obras transfronteiriça composta por desempregados de longa duração que - após a selecção de actuações por parte dos serviços sociais das câmaras municipais e a elaboração de uma memória descritiva por parte dos serviços técnicos da Sociedade Transfronteiriça - reabilitarão aspectos essenciais dos interiores da habitação sem condições: melhoria da alvenaria e electricidade, azulejos de casas de banho e cozinhas, pintura, pequenos arranjos de carpintaria, etc.

Os materiais para as actuações serão fornecidos pelos serviços sociais municipais, enquanto a mão-de-obra será financiada pelos fundos para o fomento do emprego da Uniminho.

MEDIDA 4. INCENTIVO DA ECONOMIA

As acções incluídas nesta medida destinam-se a fomentar, numa perspectiva de diversidade de usos e de integralidade, a recomposição do tecido económico em cada núcleo histórico. As acções, ao abrangerem vários núcleos urbanos, pretendem gerar um **espaço e tecido económico supramunicipal e transfronteiriço** que *associe*, especialmente em matéria comercial, as economias de cada um deles, gerando sinergias e oportunidades que não seriam possíveis num regime de estrita

concorrência entre cidades. Um espaço comum que assenta no eixo comum do carácter patrimonial, com os seus tópicos associados de qualidade, autenticidade, tradição, singularidade, autoctonia, identidade.

PLANO DE COMÉRCIO DA UNIMINHO

O surgimento das grandes superfícies comerciais, das lojas localizadas em zonas novas da cidade como consequência da melhor qualidade da urbanização e facilidade de acessos, o desaparecimento do comércio de proximidade devido à desertificação demográfica e o desaparecimento do comércio tradicional como consequência de hábitos de compra mais globalizados, está a provocar a crise da actividade comercial nos núcleos históricos que pode, a curto prazo, sofrer uma diminuição qualitativa e quantitativa ainda maior.

Perante esta crise torna-se necessário reposicionar a actividade comercial nos valores associados aos núcleos históricos: qualidade, autenticidade, tradição, artesanato, autoctonia, singularidade, identidade. Trata-se portanto de criar, através de acções integradas, um espaço comum transfronteiriço, identificado e identificável pelo seu carácter histórico.

Por conseguinte, o plano de Comércio da Uniminho tem como objectivo a recuperação das actividades económicas, tanto do comércio tradicional ligado ao artesanato, aos produtos locais e à gastronomia e restauração, como à geração de um novo comércio que aproveite as sinergias que advêm da regeneração do tecido social e arquitectónico, a serem executadas no âmbito do Plano de Regeneração Integral, e o valor acrescentado de se encontrar numa zona histórica revalorizada.

As acções contempladas, que devem ser executadas de forma estritamente planificada com outras de reabilitação física, para evitar que colidam entre si (instalação de novas actividades numa zona em obras), apresentam-se como um conjunto de projectos integrados e de implementação progressiva, com uma participação muito activa dos sectores directamente envolvidos.

O resultado final do Plano de Comércio da Uniminho será a criação não só de um **Centro Comercial Aberto Centro Históricos do Minho**, como também de um espaço económico urbano singular, que signifique a unificação de uma ampla oferta de qualidade, o planeamento conjunto e sustentado e a implementação de serviços e promoções orientados para o cliente, para o comércio e para as empresas, a sinalização e a imagem comum, etc.

Acção 1.- Assessoria

Na sede da Sociedade Transfronteiriça para a Reabilitação, será criada uma estrutura técnica permanente de assessoria e acompanhamento para o Comércio e para as novas actividades económicas. Um Serviço para prestar assessoria aos comerciantes existentes e para atrair novos empreendedores para a zona. Este Serviço será o mesmo que o de Assessoria para a Habitação contemplado na medida 3, acção 1 desta ficha de projecto.

Acção 2.- Estudo de caracterização comercial

É o instrumento inicial para a redacção do Plano Comércio Uniminho. Partirá de um inquérito exaustivo, de alta qualificação técnica, a todos os comerciantes que se encontram nos núcleos históricos e tradicionais do âmbito transfronteiriço Uniminho.

Este inquérito procurará conhecer a fundo a realidade do sector, as suas aspirações, exigências e necessidades. Os itens do inquérito referir-se-ão à actividade desenvolvida (regime jurídico, antiguidade, horário comercial, clientela, meios e serviços, grau de associativismo, etc.) e às necessidades de formação e reforma sentidas pelos próprios comerciantes.

Com os dados resultantes elaborar-se-á um documento de conclusões que permitirá definir de forma mais precisa o Plano de Comércio da Uniminho.

Acção 3.- Formação comercial

Em função dos resultados obtidos no inquérito, elaborar-se-á um programa de formação dirigido a comerciantes e PME's da zona. Este Programa desenvolverá temas sobre gestão empresarial das PME's, apoio ao cliente, imagem e publicidade, decoração, informatização e comércio electrónico, associativismo, etc.

O formato será de módulos formativos curtos muito operativos.

Acção 4.- Comércio artesanal protegido

O artesanato é considerado uma actividade altamente compatível com os núcleos históricos e tradicionais. O seu êxito depende do aproveitamento comercial do seu principal valor acrescentado: o seu conteúdo patrimonial, a sua singularidade e a sua íntima relação com o enquadramento ambiental e cultural da zona, bem como a presença no local da venda do artesão.

Esta acção está incluída no projecto Cultural-Uniminho, mas será da responsabilidade da Sociedade Transfronteiriça para a Reabilitação a consecução, mediante a aquisição-reabilitação de locais comerciais adaptados para funcionarem como loja-oficina, para ampliar o comércio artesanal protegido.

Com esta acção pretende-se conseguir uma rede e um itinerário de compras singular, com uma imagem e selo de garantia artesanal comum, pelos núcleos históricos. Com a presença do artesão e dos artesanatos de base patrimonial conseguir-se-á a união entre a procura de compra do cliente e a atracção turística por um produto patrimonial de profundas raízes tradicionais na zona.

Acção 5.- Ajudas económicas

Estudar-se-á a implementação de subvenções económicas em duas linhas:

- Ajudas à instalação de novas actividades económicas no núcleo histórico, dando especial prioridade às mais compatíveis com o carácter histórico e com o objectivo residencial e de diversidade de usos do Plano de Regeneração.
- Ajudas à melhoria do comércio tradicional existente

Esta fase de ajudas económicas, especialmente a linha para empreendedores, deverá realizar-se num momento intermédio dos processos de regeneração urbana, para evitar que outras acções, especialmente as obras de reabilitação do espaço público, levem ao fracasso das novas instalações comerciais.

Acção 6. Promoção do mercado dos frescos

Com esta acção tenta-se estabelecer sinergias entre o desenvolvimento rural e o urbano, baseando-se em actividades tradicionais dessa relação. Estudar-se-á a possibilidade de estabelecer **um mercado quinzenal dos produtos frescos**

biológicos da zona no qual interajam directamente os pequenos produtores agrícolas da zona e o consumidor urbano. Este mercado quinzenal realizar-se-á todos os meses, num dos principais núcleos históricos, alternando entre eles.

Para garantir a qualidade dos produtos, o estudo preverá formas de associação de produtores agrícolas próximos dos núcleos urbanos, que garantam o abastecimento e estado sanitário dos produtos biológicos.

Esta experiência de interacção directa entre pequenos produtores próximos e consumidores urbanos, que procuram produtos frescos, está a realizar-se de forma experimental em várias cidades. Em Nova Iorque, por exemplo, existem 45 mercados de agricultores com produtos frescos e biológicos cultivados nas proximidades da cidade (Greenmarket).

[<http://www.elmundo.es/suplementos/natura/2006/5/1152309629.html>]

Pretende-se com esta acção desenvolver uma actividade comercial singular, que tem uma procura cada vez maior [<http://www.terra.org/html/s/servicios/>], com capacidade de expansão e forte atracção tanto para o residente na zona Uniminho, como inclusivamente para os habitantes de cidades que fiquem fora deste âmbito. Trata-se, portanto, de voltar a identificar o núcleo histórico com valores como a autenticidade, a qualidade natural, a tradição, a ecologia e a autoctonia.

Esta acção será desenvolvida paralelamente com a melhoria dos mercados municipais.

Acção 7. Promoção do ciclo de feiras de produtos da Galiza

As feiras e mercados foram um dos componentes mais importantes da economia tradicional urbana, ao ponto de muitas praças dos bairros históricos terem ou terem tido já a denominação do uso mercantil que delas era feito: Praça das Cebolas, Praça da Lenha, Praça da Verdura, Praça da Peixaria, etc.

A recuperação actualizada destas feiras pode ser uma alternativa às forçadas celebrações "medievais" que todos os anos proliferam com grandes doses de anacronismo nas cidades e vilas da Galiza e Portugal.

O projecto propõe estabelecer um calendário de feiras ligadas especialmente aos produtos elaborados em diversas comarcas da Galiza e do Norte de Portugal (com especial atenção aos produtos com algum tipo de carácter distintivo). Essas feiras seriam realizadas de forma rotativa pelas praças dos Centros Históricos da Uniminho nos primeiros sábados do mês (para aproveitar a abertura do comércio habitual), com o objectivo de criar uma actividade que potencie a aproximação habitual ao interior dos cascos históricos, convertendo-se além disso numa forma de promoção turística e comercial permanente.

No projecto estará incluído a concepção, fabrico e fornecimento de estruturas permanentes transportáveis e duradouras para a celebração do mercado sob a forma de postos funcionais e outras estruturas gerais. Cuidar-se-á especialmente da sua qualidade e concepção, fugindo do modelo mais vulgar de estruturas de baixa qualidade material e estética.

Exemplos de Feiras a propor

- Pão e empadas: organizada em colaboração com a Associação Provincial de Indústrias da Panificação (APROINPA)
- Plantas ornamentais e frutíferas

- Mel: em colaboração com a Associação de Apicultores da província de Pontevedra.
- Conservas, em colaboração
- Queijos e marmelos
- Charcutaria
- Vinhos
- Licores e aguardentes
- Brinquedos didácticos e artesanais no Natal
- Doces típicos

MEDIDA 5.- DINAMIZAÇÃO DO TECIDO SOCIAL

Persegue-se o objectivo de conseguir o maior envolvimento de todos os sectores sociais no processo de regeneração.

Acção 1.- Criação do Conselho Social para a Regeneração dos Núcleos Históricos da Uniminho

O Conselho será constituído por representantes dos partidos políticos, sindicatos e associações empresariais e outras associações e entidades presentes no território Uniminho. As suas funções serão consultivas e assessoras.

Acção 2.- Apoio a Projectos sócio-culturais de iniciativa Social

Linha de apoio económico e técnico a projectos apresentados por entidades cívicas de carácter social e cultural. Promover-se-á uma convocatória anual, primando-se por iniciativas que levem a uma maior integração entre as sociedades de ambos os lados da fronteira.

MEDIDA 6. DIFUSÃO E ACÇÃO CULTURAL

A conversão dos centros históricos em referentes culturais de primeira ordem é um dos objectivos, e por sua vez consequência, do Plano de Reabilitação que se propõe.

Esta medida está directamente relacionada com o desenvolvimento do projecto Cultural Uniminho apresentado neste mesmo Plano Estratégico e com as medidas propostas pelo FORTTRANS no que toca à valorização de fortificações e recintos amuralhados no âmbito da Uniminho.

Na medida de Equipamentos Sociais e Culturais deste projecto, está incluída a aquisição e adaptação de edifícios para os centros de interpretação de Fortalezas e possíveis Museus locais ligados à interpretação do sistema de fortalezas, tal como se prevê no Plano Director de Fortalezas (FORTTRANS)

Dentro da medida de difusão, realizar-se-á uma Campanha de sensibilização social virada para os centros históricos, sob um lema semelhante a "Volte ao Centro", ou "Reencontro", para dar a conhecer os processos de recuperação da cidade histórica, insistindo especialmente na dinamização social amparada nos factores de identidade patrimonial.

MEDIDA 7.- FORMAÇÃO E EMPREGO

Acção 1.- Programa de formação ocupacional

Implementação de processos formativos e cursos sobre actividades laborais ligadas aos processos de regeneração urbana: reabilitação, turismo, hotelaria, artesanato, gestão de PMEs, agricultura biológica, etc. Neste Programa integra-se também o subprograma previsto de Formação comercial na Medida 4, Acção 3 deste Projecto.

Como elemento singular neste programa, está a secção de Profissões relacionadas com a construção tradicional e a reabilitação e restauro, dentro do "Centro de Ofícios" (ver acção correspondente no Projecto Cultural Uniminho, incluído neste Plano estratégico). Trata-se de formar técnicos em profissões para as quais existe uma grande procura de especialistas, de maneira a conseguir, além disso, mão-de-obra especializada para as empresas que actuem nos processos de reabilitação urbana contidos neste Projecto.

Acção 2.- Plano de Escolas Oficina e Centros de Emprego

Elaborar-se-á, na Unidade de Promoção e desenvolvimento existente na Uniminho e em íntima relação com a Sociedade Transfronteiriça, um Plano de Escolas Oficina e Centros de Emprego coerente para o conjunto do território Uniminho e em estreita ligação com os projectos de desenvolvimento local contidos neste Plano Estratégico. Este Módulo ficará além disso encarregado pela redacção dos projectos específicos, pela sua administração e acompanhamento.

Pretende-se, assim, alcançar uma coerência e unidade em termos dos objectivos, nas iniciativas de fomento de emprego das câmaras municipais que fazem parte da Associação Transfronteiriça, de forma a otimizar os recursos públicos usados, bem como a gerar sinergias entre as distintas acções formativas e os projectos de valorização patrimoniais e naturais previstos.

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção será as das câmaras municipais do Sul da província de Pontevedra, que compreendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e o Baixo Minho, assim como as cinco Câmaras Municipais que pertencem à Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho e que se integram na Uniminho.

Assim, o espaço geográfico será o compreendido pela Uniminho.

3.2. Situação Actual do Projecto

Não existem antecedentes de projectos com esta amplitude, pelo que devemos ter em conta sobretudo o desenvolvimento do Plano Director de Fortalezas (FORTRANS) por ter objectivos parciais coincidentes com este projecto.

Para o desenvolvimento do Plano de Interpretação contemplado neste projecto é necessário ter em linha de conta o "diálogo" com as propostas já avançadas pelo FORTRANS, especialmente no que se refere às acções de conservação, restauro e reabilitação das fortalezas, que se propõe que sejam geridas pela Sociedade Transfronteiriça criada com este projecto.

Torna-se crítica, no processo de valorização dos núcleos urbanos, a existência de **instrumentos urbanísticos de protecção** por parte das câmaras municipais participantes. Estes instrumentos são a garantia essencial da conservação dos valores patrimoniais e sociais dos centros históricos e núcleos urbanos tradicionais. Deverão ser aprovados os respectivos Planos Especiais de Protecção e Reforma Interior, com objectivos coincidentes com os desta estratégia, especialmente com uma percepção não exclusivamente monumental do núcleo histórico, como também na protecção e conservação do conjunto urbano, o que inclui todas as edificações que permitam a compreensão histórica da trama urbana, assim como os outros elementos que, como os pavimentos tradicionais, fazem parte inseparável da sua imagem.

3,3 Inovação e Valor Acrescentado do Projecto

Este projecto é devedor do programa operativo Urban I e II. Este programa co-financiado pelo FEDER e pelo FSE representou a sistematização e apresentação num programa de reflexão europeia sobre a importância das cidades no desenvolvimento dos estados. O programa evidenciou que não é possível recuperar os bairros ou zonas urbanas em crise, a não ser através de uma perspectiva de actuação integral e integrada. Os programas URBAN têm significado uma profunda inovação, não só no que respeita ao seu conteúdo e formas de gestão, como também porque, graças a eles, se aperfeiçoou um instrumento bem sucedido para ajudar as zonas urbanas em crise a superar as suas carências e a participar de forma activa no desenvolvimento do conjunto da cidade. Muitas dessas zonas em crise têm coincidido com os centros históricos das cidades grandes e médias da Europa. Este programa operativo veio responder com eficácia à consideração contida na Carta Internacional para a Conservação de Povoações e Áreas Urbanas Históricas, proclamada pelo ICOMOS em Outubro de 1987: "A conservação das povoações ou áreas urbanas históricas só pode ser eficaz se for integrada numa política coerente de desenvolvimento económico e social, e se for tomada em consideração no planeamento territorial e urbanístico, a todos os níveis".

O projecto Uniminho para os centros históricos responde a esta proposta de integralidade na gestão e integração de recursos.

O seu carácter inovador -para além do URBAN- advém do facto de se apresentar um âmbito de actuação policêntrico e transfronteiriço, que pressupõe a possibilidade de estabelecer sinergias, que seriam impossíveis se o objecto fosse um só Centro Histórico.

Parte-se da premissa da unidade essencial dos problemas que afectam os centros históricos dos municípios do âmbito da Uniminho e propõem-se, em consequência, Entidades, documentos técnicos e programas estritamente comuns para o território municipal dos dois Estados.

Enfrenta-se, assim, o desafio de uma gestão unitária, comum mas tendo em conta tanto os aspectos comuns como as peculiaridades de cada uma das cidades,

elaborando instrumentos de gestão e desenvolvimento com a flexibilidade suficiente para que se adaptem a um objecto essencialmente igual nos seus processos internos mas distinto do ponto de vista da actualidade física, social e cultural.

3.4 Resultados esperados

O resultado final esperado da aplicação do projecto depois dos seus quatro anos de desenvolvimento previsto será:

- A remodelação integral da quase totalidade de ruas e praças principais dos núcleos históricos mais relevantes, com a renovação das suas infra-estruturas de saneamento e a previsão de canalizações subterrâneas para usos diversos.
- A consolidação de uma Entidade Transfronteiriça para a gestão do Património histórico Edificado e a implementação de políticas de habitação em toda a zona Uniminho, nos âmbitos urbanos e rurais
- A consolidação e funcionamento normalizado de um Centro Comercial Aberto Centros Históricos Uniminho.
- A abertura de novas actividades comerciais e a melhoria substancial das existentes
- A criação, no âmbito de novas actividades económicas, de uma ligação entre o mundo urbano e o rural
- A construção de equipamentos sociais e culturais necessários para criar nos núcleos históricos uma rede transfronteiriça para a cultura e a interpretação do território.
- Alcançar uma consciência unitária de identidade em ambos os lados da fronteira
- Travar as tendências de degradação urbana, económica, demográfica e social nos centros e núcleos históricos das cidades e vilas que estão integrados na Uniminho.

3.5. Calendário de Trabalho

Prevê-se uma duração de **4 anos**, de acordo com o seguinte calendário estimado:

CALENDÁRIO DE ACÇÕES																
ANOS	2007				2008				2009				2010			
TRIMESTRES	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
ACÇÃO																
Sociedade Transfronteiriça Uniminho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Assistência técnica especializada	X	X	X	X	X	X			X			X				
Proj. de Normalização de Elementos		X	X													
Act. Singulares no espaço público				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Actuações extensivas em pavimentos				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de fachadas			X	X	X	X	X	X	X	X						
Plano de Arborização				X	X			X	X			X	X			X
Centro de Ofícios	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Equipamentos sociais e culturais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Acção 1				X	X	X										
Acção 2	X	X	X	X	X											
Acção 3		X	X	X												
Acção 4					X	X	X	X	X	X	X	X	X			

Assess. em reabilitação da habitação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Actuações singulares em Habitação			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Programa de auto-reabilitação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ajuda à hab. sem condições –interv.			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Unidade de Assess. à habitação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Estudo de caracterização comercial		X	X														
Formação comercial					X	X	X	X	X	X							
Comércio artesanal protegido								X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ajudas económicas							X	X	X	X	X	X	X	X			
Promoção de mercados de frescos				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Promoção de Feiras específicas				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Conselho Social transfronteiriço			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apoio a iniciativas sócio-culturais		X				X				X					X		
Programa de formação ocupacional			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de Escolas Oficina			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Campanha difusão "Volte ao Centro"				X			X				X		X		X		

3,6 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

O acompanhamento das acções do programa ficará a cargo da Sociedade Transfronteiriça, através de instrumentos de supervisão e avaliação quantitativa e qualitativa. Iniciar-se-á o funcionamento dos serviços técnicos da Sociedade com a elaboração de um plano de acção e de um cronograma. O director dos Serviços Técnicos da Sociedade elaborará um relatório trimestral sobre os avanços e resultados, no qual indicará ainda a situação administrativa e a problemática detectada no desenvolvimento do plano de acção.

Para isso, elaborar-se-á uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o fim de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- 4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Indicadores gerais de realização	unidades	Quantificação
Espaço público reabilitado (pavimentos e parte correspondente de instalações subterrâneas de saneamento e abastecimento de águas e canalizações electricidade, iluminação, telefones e usos múltiplos)	m2	105.000
Superfície de equipamentos institucionais, sociais e culturais	m2	7.565
Equipamentos institucionais, sociais e culturais	n.º	15
Edifícios com fachada reabilitada	n.º	600
Habitações em actuações singulares	n.º	400
Habitações reabilitadas por proprietários	n.º	500
Actuações de melhoria da habitação sem condições	n.º	375

Módulos de formação comercial	n.º	40
Participação em acções de formação Comercial	n.º	600
Horas de formação comercial	n.º	1.000
Módulos de formação ocupacional	n.º	40
Participação em acções de formação ocupacional	n.º	600
Horas de formação comercial	n.º	1.000
Feiras de carácter específico a celebrar	n.º	39
Mercados de produtos frescos próximos	n.º	156
Elementos monumentais restaurados	Nº	20
Postos de trabalho directos criados + 1 ano	Nº	36
Ajudas económicas a PMEs	Nº	300
Investimento público em fachadas	euros	7.200.000
Investimento privado em fachadas induzido	euros	2.400.000
Contribuição da Sociedade Transfronteiriça para a auto-reabilitação	euros	1.500.000
Investimento privado induzido na auto-reabilitação	euros	4.000.000
Investimento de outros organismos públicos na auto-reabilitação	euros	2.000.000
Projectos sócio-culturais de iniciativa cidadina apoiados pela Uniminho	Nº	20

3.7. Orçamento económico

O orçamento total estimado do projecto ascende aos 79.052.905 €, distribuídos da seguinte forma:

SOCIEDADE TRANSFRONTEIRIÇA	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	114.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	280.000
5. Despesas com o Pessoal	1.881.648
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	60.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	30.000
Total	2.365.648 €

ACTUAÇÕES NO ESPAÇO PÚBLICO	
1. Obras públicas	39.901.950
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	600.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	18.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	40.519.950 €

EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS	
1. Obras públicas	9.062.635
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	600.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	18.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	9.680.635 €

HABITAÇÃO	
1. Obras públicas	22.400.000
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	1.439.472
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	18.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	23.857.472 €

PLANO COMERCIAL	
1. Obras públicas	120.000
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	120.000
4. Prestações de serviços	582.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	60.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	900.000
Total	1.782.000 €

DINAMIZAÇÃO DO TECIDO SOCIAL	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	24.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	

7. <i>Promoção e divulgação</i>	15.000
8. <i>Despesas gerais</i>	43.200
9. <i>Outros</i>	240.000
Total	322.200 €

FORMAÇÃO E EMPREGO	
1. <i>Obras públicas</i>	
2. <i>Aquisição de materiais</i>	
3. <i>Outros investimentos materiais</i>	
4. <i>Prestações de serviços</i>	360.000
5. <i>Despesas com o Pessoal</i>	
6. <i>Formação</i>	
7. <i>Promoção e divulgação</i>	15.000
8. <i>Despesas gerais</i>	
9. <i>Outros</i>	
Total	375.000 €

CAMPANHA "VOLTE AO CENTRO"	
1. <i>Obras públicas</i>	
2. <i>Aquisição de materiais</i>	
3. <i>Outros investimentos materiais</i>	
4. <i>Prestações de serviços</i>	
5. <i>Despesas com o Pessoal</i>	
6. <i>Formação</i>	
7. <i>Promoção e divulgação</i>	150.000
8. <i>Despesas gerais</i>	
9. <i>Outros</i>	
Total	150.000 €

TOTAL DO PROJECTO	
1. <i>Obras públicas</i>	71.484.585
2. <i>Aquisição de materiais</i>	114.000
3. <i>Outros investimentos materiais</i>	120.000
4. <i>Prestações de serviços</i>	2.446.000
5. <i>Despesas com o Pessoal</i>	3.321.120
6. <i>Formação</i>	0
7. <i>Promoção e divulgação</i>	354.000
8. <i>Despesas gerais</i>	43.200
9. <i>Outros</i>	1.170.000
Total	79.052.905 €

A4. PROJECTO CULTURAL PARA A UNIMINHO

1 REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto

Do ponto de vista dos objectivos estratégicos propostos para a Uniminho através do presente Plano estratégico, o projecto que se apresenta enquadra-se no objectivo estratégico 1 *Apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave* e transversalmente nos objectivos 1 e 2 *Avançar para um modelo de turismo de qualidade e sustentável* e *Revalorizar o património natural e cultural como factor de desenvolvimento*.

Encontra-se nos âmbitos prioritários de actuação em matéria de Turismo apresentado no *Plano Estratégico da Uniminho*.

Concretamente, no 8.3.A. Programa de Promoção do Turismo do Plano Estratégico inclui-se a realização de um A.6. *Programa de política cultural conjunta*.

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por um instrumento ou programa que será lançado no novo período 2007 - 2013, e mais concretamente à Iniciativa Interreg (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal).

1.2 Linha Estratégica em que se Enquadra o Projecto

De acordo com o Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007-2013), o projecto encaixar-se-ia na seguinte prioridade do *Projecto de Regulamento FEDER da CE (2007 - 2013)*.

- Sustentabilidade ambiental dos espaços naturais, **do património histórico-artístico-cultural**, dos recursos hídricos, dos resíduos e da energia.

1.3 Relação com Outras Linhas Estratégicas

Complementarmente, o projecto que se apresenta relaciona-se de forma secundária com as seguintes prioridades do Projecto de Regulamento de FEDER da CE:

- *Promover o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações*
- *Desenvolver a colaboração, as capacidades e a utilização conjunta de infra-estruturas*

De acordo com o esboço do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), este projecto está em linha, de forma secundária, com as seguintes prioridades:

- *Ordenamento territorial*, concretamente com o "desenvolvimento urbano e rural e as suas relações".
- *Fomento da cooperação e integração económica e social* através do "desenvolvimento da integração social, laboral e institucional, especialmente através de serviços conjuntos e equipamentos locais"

Conforme a Decisão do Conselho de 20 de Fevereiro de 2006, sobre as directrizes estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (período de programação 2007-2013), o presente projecto também está em linha com as seguintes prioridades Comunitárias:

Dentro do Eixo "qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural", que contribui para o desenvolvimento dos territórios rurais mediante a promoção de serviços à população, às micro-empresas, ao turismo rural e a valorização do património cultural para melhorar as condições de crescimento e de criação de emprego em todos os sectores:

- Prioridade comunitária 3: Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e fomento da diversificação da economia rural, Objectivos 3, 4 e 8:
 - Devolver a alma às localidades, através de iniciativas integradas que combinem a diversificação, a criação de empresas, o investimento em património cultural, as infra-estruturas para serviços locais e a renovação;
 - Promover a criação de micro-empresas e o artesanato com base no saber tradicional ou introduzindo novos conhecimentos para promover o espírito de empresa e desenvolver o tecido económico;

- Fomentar o desenvolvimento do turismo;

1.4 Relação com Outros Planos no âmbito da UNIMINHO

O Plano Director das Fortalezas Transfronteiriças (FORTTRANS), contempla propostas de Dinamização Turística dos Recursos Territoriais, em relação ao Património que representam as fortalezas e as cidades fortificadas no âmbito desse Plano. O presente projecto contempla a extensão e sistematização dos processos de Interpretação aos elementos do património histórico-cultural do conjunto do território da Uniminho, mediante a redacção do Plano de Interpretação Territorial de Recursos Culturais, que integrará e completará os conteúdos reunidos no FORTTRANS.

Além disso, deve contemplar-se a correlação deste projecto com outras acções acessíveis a outros instrumentos de financiamento comunitário ou regional no campo da arqueologia e da etnografia.

2. DADOS BÁSICOS

2.1 Denominação do Projecto

Projecto Cultural-Uniminho de Valorização do Património Histórico-Cultural e de Oferta Cultural Integrada

2.2 Descrição geral

O objectivo do projecto é construir a **Oferta cultural** da Uniminho sobre três eixos:

- Eixo 1.- Revalorização do património histórico arqueológico, arquitectónico e etnográfico.
- Eixo 2.- Valorização da cultura e artesanato tradicionais
- Eixo 3. Criação da Rede Cultural Transfronteiriça da Uniminho para a coordenação, gestão e difusão integrada de instituições, actores e eventos culturais actualmente activos e geração de novos produtos culturais comuns.

Trata-se pois de uma actuação sobre um eixo diacrónico e outro sincrónico, que se reforçam mutuamente ao colocar a animação, a difusão e a criação cultural actual sobre uma base firme e geradora de uma personalidade histórica singular e identidade comuns.

2.3 Objectivos gerais e específicos

Objectivos gerais

Relativamente ao eixo 1, preservar e valorizar de forma sustentável os recursos patrimoniais de carácter imobiliário e institucional, existentes no território, seguindo acções e técnicas de catalogação selectiva, de reabilitação, de planeamento interpretativo e de integralidade das acções.

Quanto ao eixo 2, preservar e valorizar a cultura e o património imaterial tradicional como elemento de identidade local e de desenvolvimento local e rural

Passando para o eixo 3, criar uma oferta cultural unitária, baseada na integração dos recursos e eventos culturais existentes, a formação, intercomunicação e apoio aos seus actores e instituições, na racionalização do planeamento e da difusão, e na criação de novos eventos de promoção comum, complementares da oferta actual.

Parte-se, como elemento gerador, da consideração do património e da cultura no âmbito Uniminho como um recurso estratégico. Em consequência, as acções que se venham a desenvolver nos vários projectos sectoriais, deverão considerar a protecção e conservação do património cultural como condicionante, por um lado, e como objectivo, por outro.

Objectivos específicos

- Promover a melhor identificação da população local dos dois países com um território, origens e cultura tradicional comuns, para favorecer o factor de identidade e de coesão social como vector de desenvolvimento deste território transfronteiriço.
- Contribuir para o conhecimento, protecção, reabilitação, conservação e difusão do património arquitectónico, arqueológico, etnográfico da zona transfronteiriça de forma estável e sustentável.
- Estabelecer uma estratégia de dinamização local dos recursos patrimoniais e culturais transfronteiriços, na perspectiva de uma cultura com profundas raízes comuns.
- Construir sobre o território e os seus recursos um discurso histórico acessível, mediante métodos, meios e instrumentos de interpretação.
- Converter, através da sua identificação e valorização, os elementos patrimoniais dispersos existentes em autênticos recursos culturais e estes em produtos turísticos de qualidade.
- Possibilitar a transformação dos recursos patrimoniais e culturais em elementos de desenvolvimento económico local, vinculando-os de novo ao processo de produção agrícola autóctone e aos pedidos de consumo alternativo.
- Recuperar saberes, técnicas, tradições e ferramentas do artesanato tradicional de base patrimonial, para o converter num recurso cultural e de desenvolvimento económico e do emprego, como parte das estratégias de desenvolvimento local baseado em recursos endógenos.
- Contribuir para fixar a população rural através da criação de actividades económicas adaptadas ao mercado actual, ligadas à produção tradicional agrícola e artesanal.
- Optimizar a formação e a participação em projectos comuns dos vários actores culturais da zona da Uniminho (associações, fundações, instituições, promotores de eventos culturais contemporâneos e tradicionais, técnicos municipais, guias e pessoal de interpretação).
- Favorecer a mobilidade transfronteiriça na área cultural.
- Potenciar a actividade económica transfronteiriça no sector cultural de acordo com o conhecimento mútuo e o uso partilhado de recursos.
- Aprofundar o conhecimento do sector cultural nos dois países.
- Estabelecer processos e mecanismos de estudo e avaliação dos projectos culturais territoriais existentes.
- Sensibilizar, informar e divulgar os recursos patrimoniais e os projectos culturais e artísticos do âmbito da Uniminho.

- Assessorar e apoiar técnica, organizativa e materialmente os projectos culturais de organismos públicos, industriais culturais, entidades e associações.
- Desenhar programas culturais inovadores e otimizar os programas existentes
- Criar a marca de qualidade "Cultural Uniminho" aplicável a eventos culturais, entidades e produtos artesanais e gastronómicos.
- Fomentar a participação social transfronteiriça mediante acções de governação com a criação da Plataforma transfronteiriça da Uniminho Cultural.
- Criar uma oferta cultural transfronteiriça comum de alta qualidade e de forte atracção que parta da racionalização e da integração num produto unitário, da dinâmica ainda que dispersa oferta actual.
- Criar no âmbito institucional da Uniminho, um Serviço cultural transfronteiriço estável, como instrumento permanente de planeamento, gestão e assessoria eficiente e sustentável.

2.4 Justificação do projecto

Relevância dos conteúdos:

- O território transfronteiriço da Uniminho possui uma extraordinária e diversa riqueza patrimonial, produto de condições geográficas e ambientais muito favoráveis que provocaram uma intensa ocupação humana do território do paleolítico até aos nossos dias. O rio Minho, contrariamente à sua aparente presença como barreira geográfica, tem servido desde a pré-história como elemento de união entre as duas comunidades ribeirinhas pertencentes actualmente a dois estados mas com expressas características comuns históricas, culturais, linguísticas, de cultura tradicional e patrimoniais.
- No âmbito da Uniminho, são desenvolvidas, de forma permanente, acções culturais contemporâneas e populares, algumas delas com uma longa tradição e considerável recepção por parte do público da zona e de visitantes externos. Entre os eventos contemporâneos encontramos festivais musicais e de criação audiovisual, literários e artísticos (Festival de Música de Paredes de Coura, Festival de Cans, Festival de Poesia do Condado, Festival Internacional de Documentais de Tui Play-Doc, Bienal de Arte de Vila Nova da Cerveira, por exemplo). Entre os eventos populares destacam-se múltiplas festas gastronómicas, feiras e romarias que abarcam quase todos os aspectos da cultura tradicional comum.

Os recursos para cada eixo são³:

Eixo 1.

- Jazidas, lugares e materiais arqueológicos pertencendo a todos os períodos da pré-história e História.
- Cidades históricas
- Núcleos urbanos de interesse patrimonial

³ Em Anexo, encontra-se classificada por Câmaras municipais uma ampla relação de elementos representativos do património cultural presente nas comarcas do Baixo Minho, Vale do Minho, Condado e Paradanta (mais precisamente por disponibilidade de fontes, no correspondente aos municípios espanhóis). Reúne-se, para além disso, uma relação de instituições culturais, de festas e eventos mais significativos no âmbito.

- Arquitectura militar defensiva sob a forma de fortalezas, torres e recintos amuralhados
- Edificações monumentais con funções religiosas e civis
- Arquitectura tradicional popular rural e *pacega*
- Construções adjectivas e produtivas rurais e ligadas ao rio
- Elementos de arte popular religiosa
- Sítios paisagísticos de especial significação humana

Eixo 2.

- O acervo cultural popular inerente a uma cultura tradicional de carácter rural que permaneceu praticamente íntegra, até há menos de meio século e que ainda permanece em múltiplas manifestações, especialmente numa rica tradição de transmissão oral, folclore, música, rituais, festas, romarias, gastronomia, etc.
- Os saberes e técnicas ancestrais de ofícios tradicionais que ainda conservam mestres vivos e em exercício e têm como produto um singular artesanato.

Eixo 3.

- Diversidade e quantidade de eventos culturais de carácter contemporâneo e popular (Festivais, Feiras, Festas Gastronómicas, Religiosas)
- Instituições, associações, entidades e agentes culturais diversos (Museus, centros de interpretação, associações culturais, fundações, comissões de festas, técnicos culturais municipais.)

Relevância como recurso estratégico

A abundância, diversidade, estado de conservação e representatividade das impressões materiais da presença humana neste território ao longo de milhares de anos, representadas em todas as regiões da Uniminho, faz com que **o Património cultural arqueológico, arquitectónico, etnográfico e não material, constitua um factor de oportunidade para construir, próximo do seu conhecimento, reabilitação e valorização rigorosa e sistemática, uma oferta cultural e turística de elevado interesse, singularidade e qualidade.**

Este factor de oportunidade advém também da não existência de referências próximas de gestão integral patrimonial do carácter e transcendência sócio-cultural do alcance que aqui se desenha. O desenvolvimento do projecto do Plano de Interpretação permitirá uma compreensão global do desenvolvimento histórico num espaço limitado, geográfico e culturalmente coerente e abarcável em percursos curtos, com variadas oportunidades complementares de lazer e de desfrute do meio ambiente e da cultura.

O património cultural, em maior medida num lugar onde está especialmente representado, desempenha um papel muito relevante nos processos de desenvolvimento local, representando uma linha estratégica e uma prioridade nas políticas de desenvolvimento rural e territorial na União Europeia.

Esta enorme riqueza patrimonial, firmemente ligada ao território e à História, detém uma **grande potencialidade**, do ponto de vista social e cultural:

- Como elemento identitário para a necessária reconsideração dos seus valores por parte da população local, como elemento vital para um desenvolvimento local sustentável baseado em recursos endógenos,
- Como factor gerador, a partir da sua *visibilidade* ordenada, de produtos turísticos de qualidade, essenciais também para aproximar recursos exógenos a um projecto de recuperação do emprego e à economia a escala local.

A aposta na articulação do eixo 3 deste projecto representa o contraponto ao desenvolvimento de acções de valorização histórica e da cultura tradicional, pois possibilita a geração de sinergias entre uma base de identidade forte e singular e a dinamização e difusão cultural em campos de vanguarda da criatividade contemporânea, por um lado, e da optimização da animação sócio-cultural nas manifestações populares tradicionais, por outro.

A proposta que abraça este projecto produzirá processos e sinergias indispensáveis à melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável na zona:

- A criação e/ou reforço da identidade local, ao provocar a identificação com a própria História e o sentimento de um passado comum no conjunto dos habitantes da zona transfronteiriça. Este factor de coesão social é considerado um vector indispensável para o reforço da capacidade da comunidade para enfrentar os desafios do desenvolvimento.
- O singular património cultural presente no território, depois do processo de planeamento e organização interpretativa proposto no projecto, conferirá um posicionamento muito competitivo em matéria de turismo cultural, sendo um factor básico (em conjunto com o intimamente relacionado turismo ambiental e o de desportos de aventura), tanto para conseguir dormidas na zona como para o desejável processo de contrariar a sazonalidade do turismo e conseguir a fidelização dos turistas.
- Tanto a fase de reabilitação patrimonial como a de planeamento e exploração continuada levarão à criação de emprego em diversos graus de especialização: a micro-empresa artesanal ou de agricultura alternativa complementar, os ofícios ligados às técnicas de construção em reabilitação de monumentos e de habitação em lugares históricos, até às profissões ligadas em diversos níveis à interpretação (gestores de unidades interpretativas, guias, seguranças, etc.), à gestão e à administração. Conseguir-se-á formar, além disso, circuitos de comercialização para produtos artesanais e autóctones, que singularizem parte do pequeno comércio da zona, fortemente condicionado pela ocorrência das grandes superfícies comerciais próximas.
- A existência no projecto de estruturas de gestão, administração e de formação, garantem a sua sustentabilidade uma vez executadas as suas acções.
- A boa prática no planeamento e execução do plano de interpretação, permitirá o desenvolvimento de acções de investigação que poderão ser extrapoladas para unidades geográficas e patrimoniais de características semelhantes na Galiza e em Portugal.
- O projecto inclui acções para estabelecer um ponto de união entre a valorização do património e a criação de emprego e de novas actividades produtivas estabelecidas com o valor acrescentado de valores como "o autêntico", "o natural", "o tradicional".

- A articulação de toda a oferta dispersa de eventos contemporâneos e populares numa Oferta Cultural Comum representará uma referência única na Galiza e no Norte de Portugal, que deixará a Uniminho numa posição privilegiada para a atracção do turismo cultural.

O carácter estratégico que para a UNIMINHO tem a **valorização ordenada do património cultural presente no território para a sua transformação num produto cultural e turístico**, pressupõe que seja a administração local a promotora, que gere e co-financia acções funcionais para os objectivos deste projecto de conhecimento, conservação e difusão do património. Deve ter-se em conta que as prioridades das administrações com maiores competências nesta matéria se centram principalmente em monumentos de interesse regional ou estatal. A redacção final deste projecto permitirá alcançar fundos genéricos consignados anualmente a esta função pelas administrações regionais e estatais, sendo que o seu desenvolvimento poderá gerar recursos extraordinários trazidos por elas e por outras entidades públicas e privadas como consequência da singularidade e carácter integrador (dentro de uma estratégia global de desenvolvimento local e emprego) das acções propostas.

2.5 Problemática que se pretende abordar e soluções apresentadas no projecto

Os recursos existentes, antes da aplicação do projecto, na sua actual situação, não podem servir os objectivos de um desenvolvimento local sustentável, pelas seguintes razões:

- Os inventários de património cultural existentes não se encontram actualizados e carece-se de um diagnóstico operativo sobre o estado de conservação dos elementos que o compõem, sobre as suas necessidades de reabilitação e sobre o seu potencial interpretativo.
 - *O projecto propõe a realização, como parte do Plano de Interpretação, da catalogação selectiva dos bens patrimoniais em relação ao discurso e aos tópicos de interpretação escolhidos e em função do seu potencial de interpretação.*
- O estado de conservação de alguns elementos patrimoniais com potencial interpretativo é deficiente ou tem uma baixa visitabilidade, o que os torna inadequados para a sua conversão em produtos culturais e turísticos.
 - *O projecto prevê a realização de projectos, reabilitação progressiva e melhoria da visitabilidade das unidades que se apresentam no Plano de Interpretação.*
- Os elementos de interesse patrimonial encontram-se muito dispersos em todo o território e sem relação expressa entre si, tanto do ponto de vista conceptual como do de imagem, comunicação, gestão e ligação espacial. Isto produz uma percepção menor da sua importância, fazendo com que não sejam vistos como um legado conjunto com grande coerência histórica, cultural e territorial.

- *O projecto propõe a sua articulação em unidades e centros de interesse coerentes que permitam e animem o visitante a uma compreensão global e a percursos curtos e médios relacionados com cada tópico. A planificação tecnicamente rigorosa dos recursos escolhidos permitirá transformar esta debilidade num ponto forte, ao incitar os visitantes ao conhecimento, para completar a sua curiosidade cultural, de zonas e instituições culturais (museus, etc.) do território da Uniminho, que, caso não existisse o Plano de Interpretação, só visitariam de forma casual. A articulação interpretativa produz não só a revalorização do conjunto, mas de cada elemento integrado.*
- O património cultural, em geral e salvo os seus elementos monumentais mais reconhecidos e reconhecíveis, é insuficientemente conhecido e tem uma escassa valorização social e institucional.
 - *Incluem-se no projecto acções prévias de difusão e animação cultural dirigidas à população da Uniminho, que façam visualizar e valorizar a quantidade e qualidade do património cultural existente. O projecto promoverá um compromisso social com a preservação do património cultural considerando-o como factor estratégico do desenvolvimento local da zona Uniminho. Um exemplo paradigmático da alteração de consideração social de um elemento patrimonial na zona é o das Fortalezas, que esquecidas durante décadas, têm passado, depois de um processo activo e ordenado de valorização, a serem reconhecidas e valorizadas pela população local, transformando-se num recurso de primeira ordem na estratégia de promoção turística deste território transfronteiriço.*
- Existem actuações de valorização de recursos do património realizadas até à data pelas administrações públicas e entidades privadas que não se articulam num discurso compreensivo geral, perdendo assim grande parte da sua capacidade como recurso turístico integrado, limitando a compreensão de unidades mais amplas e não provocando a itinerância e permanência na zona dos visitantes. Devemos exceptuar os processos integrais que estão a ser realizados através do programa FORTTRANS no qual existe um Plano Director coerente e compreensivo do conjunto dos elementos deste importante "tópico". Porém, este recurso cultural não é articulado com os restantes elementos significativos do património imobiliário presente no território, faltando efectividade cultural e turística ao forte investimento realizado.
 - *O Plano de Interpretação integrará os recursos com vocação interpretativa actualmente existentes - sejam lugares ou sítios de interesse patrimonial ou instituições de difusão cultural (Museus, Centros de Interpretação, Centros Comarcais, colecções visitáveis, exposições permanentes) -, articulando-os a partir de tópicos (O rio, as Fortificações, Os assentamentos, a Cultura agrícola tradicional, A Vida e a morte, A Arte, A religiosidade... por exemplo), de acordo com as técnicas, meios e instrumentos de interpretação (centros, itinerários com ou sem guia, sinalização e informação in situ, etc.), propondo, além disso, a sua melhoria e adaptação funcional ao discurso interpretativo geral.*

O Plano de Interpretação proposto no projecto inclui a integração do sistema interpretativo de Fortalezas no discurso histórico sobre o território.

- Há uma indefinição estratégica entre o tradicional - e dentro do tradicional entre o artesanato de qualidade e o mais popular - e o novo. As políticas de promoção do artesanato estão orientadas, naquilo que diz respeito à tradição de base patrimonial, para uma consideração meramente testemunhal e folclórica.

A promoção de um artesanato sem vínculo patrimonial nem territorial (design contemporâneo realizado por artesãos e não por artistas) está a produzir, em geral, uma forte vulgarização do produto - com uma notável perda do valor acrescentado proporcionado pelo seu carácter de peça única, "típica", ligada a saberes ancestrais e, consequentemente, uma escassa viabilidade comercial, que se torna cada vez mais evidente ao transformar-se em "artesanato de design" num sector subsidiado sem valor patrimonial real nem futuro competitivo num mercado globalizado.

Os poderes públicos não garantem, na actualidade, a preservação dos saberes de alguns ofícios em perigo de extinção que são a base indispensável para a produção artesanal com valor patrimonial. É preciso para isso que os já escassos portadores deste património continuem a aumentar as competências e saberes e os transmitam às gerações seguintes. Encontramo-nos, em alguns casos, no limite geracional entre a recuperação e a perda definitiva.

A transmissão não será possível sem a existência de uma acção consciente e planificada da administração para a recolha e documentação, partindo dos seus protagonistas, dos saberes, técnicas, ferramentas e folclore de cada ofício e do estabelecimento de estruturas estáveis de formação e de canais de ligação entre produtores e procura qualificada.

- *O projecto propõe a criação de um Centro de Ofícios com uma secção de artesanato tradicional com funções de investigação operativa e documentação sobre ofícios e artesanato em perigo de extinção na zona e de formação de novos artesãos e promoção do artesanato tradicional. Este Centro é completado com uma secção de formação em ofícios da construção para a reabilitação, que têm uma procura crescente, e para os quais não existem especialistas formados (carpintaria e carpintaria para armar, forja-metal, cantaria, cobertas, rebocos, pintura, etc.).*
- *O Centro de Ofícios proposto centrar-se-á, inicialmente, na valorização do ofício e do produto dos telheiros ou casqueiros (já só presentes em O Rosal, mas que tiveram uma importante presença noutros municípios da zona), dos cesteiros (com tradição viva em Mondariz) e do têxtil com técnicas tradicionais (especialmente representado nos municípios da zona Portuguesa).*
- *Além disso, dar-se-á cobertura a outros ofícios tradicionais presentes no território (carpintaria, tonelaria, cantaria, fundição), para conseguir não só a sua inclusão permanente no acervo cultural da zona, mas também, para criar um novo mercado para os seus produtos, uma vez que existe um consumidor que procura produtos originais, únicos e com uma relação explícita com os usos e costumes autóctones.*

- *A formação em construção para a reabilitação será encaminhada para fornecer mão-de-obra especializada em ofícios ao mercado de trabalho, uma vez que não existe actualmente uma formação regulamentada.*
- É necessária uma estrutura técnica comum adequada para o planeamento e gestão cultural conjunta, o que leva a que se produzam actuações isoladas e se desperdiçam oportunidades, perdendo possíveis sinergias. Sem esta estrutura técnico-administrativa, é impossível garantir a sustentabilidade das acções de revalorização patrimonial anteriores e futuras e a conformação de uma oferta cultural unitária e comum de qualidade. Os agentes culturais são muito diversos e sem ligação entre si: desde os profissionais da gestão e produção cultural aos responsáveis de comissões de festas, técnicos/as municipais ou directivos/as e membros de associações sócio-culturais.
 - *O projecto propõe criar uma Unidade técnica permanente encarregada da proposta, gestão, acompanhamento e avaliação de projectos culturais e assessoria e coordenação de técnicos e agentes culturais. Também está incluída uma estrutura de governação, através da criação da Plataforma Cultural-Uniminho que agrupe as associações culturais, associações profissionais e agentes culturais do âmbito transfronteiriço da Uniminho.*
- No âmbito da Uniminho, é produzida uma grande quantidade de eventos culturais, contemporâneos e populares, com duplicações, sem ligação nem de fundo nem formal entre eles e sem que se optimizem os recursos de produção, organização e difusão.
 - O projecto propõe articular uma oferta cultural unitária composta pelo ordenamento dos existentes e pela criação de eventos culturais comuns e para todo o âmbito transfronteiriço da Uniminho, com uma marca comum, baseada na qualidade, na participação social, na qualificação dos agentes culturais, no apoio administrativo e técnico, na optimização de recursos técnicos, humanos e materiais e na utilização dos recursos endógenos ligados ao território e à cultura comum transfronteiriça.

2.6 Síntese da problemática e soluções projectadas.

Detecta-se a existência de um património cultural com múltiplos elementos de grande potencial interpretativo, presentes em todo o território com maior ou menor monumentalidade. Mas estes elementos não são ainda, na maior parte dos casos, sequer um *recurso* cultural. Não se encontram articulados de forma coerente e eficiente pelo que não são transformáveis, na situação actual, em *produtos* culturais e turísticos.

O projecto, mediante a redacção e execução progressiva de um Plano de Interpretação do Património Cultural, persegue a articulação coerente, acessível e sustentável dos elementos constitutivos do património cultural para potenciar os mecanismos identitários da comunidade local, atrair novos visitantes externos, prolongando a estada dos visitantes ocasionais, e gerar novas actividades económicas ligadas aos recursos autóctones.

Além disso, o projecto apresenta acções de revalorização do artesanato e dos produtos locais tradicionais mediante a criação do Centro dos Ofícios, das tradições

populares e da criação de uma estrutura técnica permanente para a gestão cultural integrada.

A intensidade da actividade cultural e popular no âmbito da Uniminho não tem correspondência numa transcendência equiparável como elemento de desenvolvimento local e turístico, devido à sua dispersão, falta de planeamento e inexistência de imagem e promoção conjunta. O projecto propõe articular uma Oferta Cultural comum sob a denominação e marca "Cultural Uniminho", mediante a implementação de estruturas técnicas e de governação na área cultural, dependentes do organismo transfronteiriço da Uniminho.

2.7 Eixos de actuação e actividades do projecto

ACÇÕES DO PROJECTO

Agrupam-se em redor dos dois eixos citados na secção 2.2.

- Eixo 1.- Revalorização do património histórico
- Eixo 2.- Valorização da cultura e artesanato tradicionais
- Eixo 3. Rede Cultural Transfronteiriça da Uniminho: coordenação, gestão e difusão integrada de instituições, actores e eventos culturais actualmente activos e geração de novos produtos culturais comuns.

Eixo 1. Revalorização do património cultural e a cultura tradicional

Plano de Interpretação do Património Cultural da Uniminho (PIPCU)

A interpretação do património, para efeitos deste projecto deve ser considerada como sendo um processo de comunicação de carácter criativo, entendido como a *arte* de revelar o significado e importância do legado histórico e cultural ao visitante que está no seu tempo livre num lugar de interesse patrimonial, para que o compreenda, o aprecie, o desfrute e contribua para a sua conservação.

O Plano de Interpretação é um instrumento técnico que ultrapassa os objectivos da mera difusão cultural ou da didáctica, para se fixar na criação de um autêntico produto turístico, gravado nas estratégias de desenvolvimento local, baseado no ordenamento dos recursos patrimoniais de uma perspectiva de acessibilidade, sustentabilidade e visibilidade.

Neste contexto entendemos aqui como acessibilidade, um produto para o qual o público médio oriente a sua visita, sabendo qual o significado do sítio, apreciando-o e desfrutando dele. Entendemos aqui como sustentabilidade a relação com a racionalidade dos custos, a manutenção, a idoneidade dos materiais utilizados, o uso turístico responsável e o uso adequado pela população local, o impacto ambiental, social e psicológico, e o financiamento não oneroso dos produtos ou serviços interpretativos. Por visitabilidade entendemos aqui a capacidade de acolhimento de pessoas e veículos relativamente ao equilíbrio entre a difusão e a conservação do elemento protegido.

O seu desenvolvimento está previsto em fases sucessivas ou sobrepostas

Fase 1. Actualização e unificação do Catálogo do Património Cultural

Embora existam inventários parciais do património em toda a área, é necessário para o planeamento geral deste recurso, elaborar um catálogo actualizado, funcional para a redacção do catálogo selectivo que oriente o Plano de conservação preferencial e o Plano de Interpretação. Servirá, além disso, para a publicação via Web de uma base de dados relativa às regiões da Uniminho. Este catálogo será redigido recorrendo a fontes documentais e a bases de dados existentes, sendo completado com aqueles elementos evidentes que, seja por que causa for, não tenham sido inventariados a seu tempo.

As fichas que correspondam a elementos com maior potencialidade interpretativa, que possam fazer parte do Plano de Interpretação, qualificar-se-ão através de trabalho de campo, incluindo uma caracterização do seu estado de conservação, as indicações básicas para a sua conservação e - reabilitação se for o caso- e para a melhoria da sua *visibilidade* (acessos, adequação do enquadramento, eliminação de barreiras..).

Fase 2. Campanha de difusão do Património cultural

Visa-se, com ela, o objectivo de sensibilização social a favor do património, condição indispensável para a implementação posterior do Plano de Interpretação. Trata-se de uma chamada de atenção para a singularidade e importância do património das comarcas da Uniminho, sobre o seu carácter transfronteiriço e sobre a vontade de o valorizar.

A campanha será articulada através da publicação de um resumo ordenado do catálogo, difusão através de TIC e acções de promoção convencionais (cartazes, campanhas em meios de comunicação, etc.)

Fase 3. Redacção do documento Plano de Interpretação do Património Cultural de Uniminho.

O Plano de Interpretação é o documento de referência para a implementação de serviços de interpretação. É, pois, um documento complexo para cuja elaboração:

- Após a compilação selectiva, a documentação histórica e arqueológica e a fixação cartográfica da informação sobre os recursos do património existentes na zona, do seu estado de conservação, propriedade, etc., serão seleccionados aqueles com maior potencial interpretativo e indicadas as necessidades de intervenção física ou jurídica para os tornar visitáveis em condições de sustentabilidade.
- São estabelecidos os vínculos com outros processos de planeamento, com os circuitos turísticos, com produtos e ofertas existentes.
- Definem-se os traços interpretativos e a infra-estrutura possível de utilizar ou acondicionar
- Estabelecem-se os objectivos, acções, estratégias e mensagens interpretativas relativas à gestão, aos serviços e para a comunicação.
- Organizam-se e ordenam-se os conteúdos em "matérias" ou "tópicos" e associam-se a eles os elementos do património adequados para a correcta interpretação por parte do público.
- Estabelecem-se os meios e instalações interpretativas, os seus conteúdos concretos (inclusive textos) e a forma de gestão geral e para cada unidade interpretativa.

No Plano de Interpretação do Património Cultural integrar-se-á o programa interpretativo que seja concebido para a FORTTRANS.

Sequência

- Redacção do conjunto de condiciones técnicas e administrativas para a contratação da assistência técnica para a redacção do Plano de Interpretação do Património Cultural do âmbito da Uniminho
- Contratação
- Aprovação do documento e financiamento
- Execução em fases

Fase 4. Conservação de elementos do património e melhoria da visitabilidade

A partir do diagnóstico realizado na fase de catalogação (elementos de especial potencial interpretativo) e dos elementos significativos seleccionados no Plano de Interpretação, elaborar-se-á um plano de intervenção sobre os elementos seleccionados para assegurar a sua adequada conservação bem como as obras de melhoria da acessibilidade física.

A partir desta proposta, os projectos e o desenvolvimento das obras serão geridos pela entidade gestora da conservação e reabilitação do Património Cultural imobiliário da UNIMINHO (que se inclui no projecto "Revitalização dos núcleos históricos" como *Sociedade - ou Consórcio - de Gestão do Património Cultural Edificado*).

As execuções dos projectos de conservação não são objecto deste projecto, por estarem condicionados pelo diagnóstico e selecção incluídas no PIPCU. Prevê-se unicamente uma rubrica orçamental inicial.

Fase 5. Execução do Plano de Interpretação

A implementação do Plano comporta:

- A construção ou adaptação de edifício existente para Centro de interpretação de primeiro nível.
- A construção ou adaptação de edifício existente para possíveis Centros de interpretação de segundo nível que possam estar previstos no Plano.
- A concepção dos meios e suportes para os conteúdos previstos no plano
- As dotações materiais e de pessoal para o conjunto dos instrumentos interpretativos reconhecidos no Plano.

A execução do Plano não é objecto deste projecto, por estar condicionada pelo conteúdo do documento PIPCU. Prevê-se unicamente uma rubrica orçamental inicial.

Eixo 2. Valorização da cultura e artesanato tradicionais

Artesanato tradicional: Actividades de transformação para a produção de bens (objectos - peças) que se realizam através das especialidades que circunscrevem os ofícios e que se realizam com predomínio da energia humana de trabalho, física e mental, complementada, geralmente, com ferramentas e máquinas simples; condicionada pelo meio ambiente (factor de limitação do espaço) e pelo desenvolvimento histórico (factor de circunscrição sociocultural no tempo). Actividade com que se obtém um resultado final individualizado (produto específico), que cumpre uma função utilitária e tende a adquirir a categoria de obra de arte dentro de um âmbito cultural determinado para cuja caracterização contribui.

Acção 1. Criação do Centro de Ofícios e Tradições Populares da Uniminho

Este Centro - por não existir outro com as suas características - nasceria com a vocação de se converter numa referência na Galiza e em Portugal na formação de artesãos em ofícios de base patrimonial em risco de desaparecimento e na promoção do artesanato tradicional como recurso do desenvolvimento local.

Com a sua criação e início de actividade pretende-se:

- A valorização do artesanato e dos ofícios tradicionais por parte da população
- A formação de novos artesãos nas áreas em que não existe um relevo geracional, incentivando a aprendizagem na oficina como base.
- A formação em ofícios relacionados com a reabilitação arquitectónica que actualmente têm uma forte procura sem que existam profissionais específicos formados.
- A investigação operativa e documentação dos saberes, técnicas, ferramentas, processos produtivos e tradição oral concreta associada aos ofícios artesanais tradicionais, inicialmente, de maior presença na zona (especialmente Telleiros/Cabaqueiros, Cesteiros, Tecelões, Tamanqueiros, carpinteiros de ribeira, fundição de bronze em cera - possível colaboração com Arte Bronze Fundación, em Goián) para ampliar-se desde logo o conjunto dos ofícios em perigo de desaparecimento.
- O arranque de acções de difusão do produto artesanal próprio como produto de qualidade e a ajuda à transformação em recurso económico através do sub-programa de **comércio artesanal protegido** (loais em regime de aluguer temporário com apoio institucional), a criação da **Rede de comercialização do produto artesanal da Uniminho**.
- Criação de uma etiqueta de certificação de artesanato de valor patrimonial "Cultural Uniminho". O centro contará com uma loja de produtos artesanais tradicionais que poderá servir também como unidade de comercialização para pequenas produções de artesãos novos.
- A ligação prática a outros programas de desenvolvimento agrário, turístico e de emprego.
- Criação de produtos artesanais "estrela", de especial significado que, pela sua ligação ao conjunto do projecto, podem ser a "nasa do rio Minho" e "monico" (cestaria em madeira aberta), "tela de elaboração artesanal" (cabaqueiros/as). Sobre esta última, pela sua possível relevância na reabilitação e pela sua capacidade decorativa, realizar-se-ão acções especiais para a sua colocação no mercado, após a formação no ofício de novos artesãos e o fomento de empreendedores.

Sequência:

- Aquisição/Reabilitação de edifício para sede do Centro ou - caso seja necessário, nova construção-
- Redacção do projecto de plano de Centro (referências: Centro de Ofícios de León/Centro de Ensinamentos Artesanais de Deba-Guipúzcoa, Centro de Artesanato de Llanes)
- Contratação do pessoal de gestão, administrativo e de formação e início, convocatória do corpo discente, selecção e início de actividades.
- Redacção e execução do Programa de investigação operativa e documentação para os ofícios artesanais representados.
- Execução do sub-programa de Comércio artesanal protegido
- Execução do sub-programa Rede de comercialização alternativa
- Execução do sub-programa Cabaqueiros/as.

Sub-programa de Comércio Artesanal Protegido

O elemento central deste sub-programa é pôr em funcionamento 30 lojas-oficina protegidas, 15 na Galiza e 15 em Portugal, sob a marca comum "Uniminho Cultural", para artesãos tradicionais. Visa-se, por um lado, apoiar o início das actividades viradas para o público e a comercialização dos trabalhos de jovens artesãos com formação em ofícios tradicionais, tanto formados no Centro de Ofícios como noutros da Galiza e Portugal, atraídos pela possibilidade de desenvolver a sua pequena oficina e iniciar-se empresarialmente no contexto de um programa integral de promoção muito ligado ao território transfronteiriço e aos núcleos históricos dos municípios da Uniminho.

O carácter "protegido" refere-se a:

- o A colocação à disposição do artesão, por parte da Uniminho, durante dois anos, de um local preparado para ser uma loja - oficina (será condição para associar-se ao programa o desenvolvimento de todo ou parte do processo de produção artesanal no lugar da venda)
- o A elaboração de um certificado Uniminho de qualidade artesanal -etiqueta
- o O acompanhamento e assessoria especializados
- o A promoção conjunta ao abrigo da marca "Uniminho Cultural"
- o A procura de redes de comercialização e venda alternativas (oferta institucional e de empresa, Festas e Feiras populares, Turismo rural, centros de interpretação e museus, centros comerciais, loja, Centro de Ofícios)
- o A loja de artesanato tradicional on-line

Sub-programa Cabaqueiros/as:

O trabalho dos telheiros (Telleiros, cabaqueiros) foi uma actividade económica relevante na comarca do Baixo Minho (documentada desde o séc. XVI em Salvaterra, As Neves, Pontearreas e também em A Guarda), embora a sua origem na zona deva remontar à época castrense, na produção artesanal de tégulas e ímbrices de acordo com a técnica introduzida por Roma nas edificações dos muitos Castros próximos [<http://www.aaviladonga.é/e-castrexo/é/expmano.htm>].

Hoje esta actividade está circunscrita a O Rosal como reminiscência folclórica de uma produção que teve relativa importância no emprego de muitos habitantes, com o aproveitamento de matéria-prima presente na zona. Como actividade económica terminou nos anos 50 do século XX, por não poder competir com a produção industrial em série.

No entanto, o auge da reabilitação e da revalorização dos produtos tradicionais que contam com o valor acrescentado de proceder de actividades seculares, assim como com o reconhecimento da qualidade dos produtos elaborados artesanalmente, permite supor que **a produção sistemática de telhas com métodos tradicionais certificados pode ter saída no mercado actual** da reabilitação e da nova construção de casas unifamiliares no meio rural

[<http://www.geographicarp.com>], reabilitação de monumentos e inclusivamente para as actuações de reconstrução arqueológica. Este ponto de vista é apoiado pela existência de um mercado de telhas velhas para a construção, que demonstra o interesse de determinado sector do mercado pela "autenticidade".

[http://www.solostocks.com/bRel_tejas_1_1.html]

Este produto tem além disso virtualidades como elemento decorativo em construção ou como elemento individual (através de técnicas de pintura, vidro, utilização como aplique em iluminação..) já exploradas noutros lugares, alguns dos quais inclusivamente com menos tradição artesã que o Baixo Minho.

O subprograma promoverá a plena documentação sobre o ofício, a formação de novos artesãos e a recuperação desta actividade produtiva, a partir das necessidades do mercado actual, com o arranque do Obradoiro do Telleiro e o apoio à criação de uma pequena empresa artesanal e o apoio à comercialização do produto.

Ação 2. Programa experimental "O Pão da terra"

Pretende-se desenvolver uma experiência demonstrativa de iniciativa económica a partir da revalorização da cultura tradicional, referenciada na tradição do Pão de O Porriño, relíquia já industrializada de um tipo de produção em vias de desaparecer, que adquiriu um assinalável êxito até mediados do século passado, quando era ainda feito com matéria-prima autóctone e fabricado com métodos tradicionais.

Trata-se de aproveitar a existência de um consumidor de Pão artesanal (e de outros produtos derivados de grão panificável: Pão com passas e nozes, empadas, biscoitos, tortas e bolos de forma) que não encontra no mercado um produto que responda às suas exigências de qualidade e naturalidade. Além disso existe um mercado importante no abastecimento com produto autenticamente artesanal, tanto para estabelecimentos de turismo rural como para as numerosas festas gastronómicas da zona (a começar pela Festa dos Callos e Pan de O Porriño).

O programa procurará pôr em marcha todas as fases do processo de elaboração do pão a partir de recursos tradicionais existentes:

- Plantações experimentais para a recuperação do cultivo de plantas autóctones para a produção de grão panificável: trigo, milho e centeio (referência Milho Corvo em O Morrazo, associação cultural de Meiro-Bueu [http://www.culturagalega.org/temadia_arquivo.php?id=2548])
- Colocação em funcionamento e adequação dos Moinhos hidráulicos tradicionais, para a produção artesanal experimental de farinha (Moinhos do Folón/Picón?) e formação de moleiros.
- Preparação de forno tradicional de lenha, através da recuperação de elementos existentes ou construção *ex novo*. Cozedura.
- Estabelecimento de uma linha de comercialização inicial através de festas gastronómicas para depois passar a padarias convencionais.

Este programa poderá servir de referência para pôr em prática outros programas de valorização do ciclo produtivo tradicional (Tecido e confecção tradicional: plantação de linho-pisões-tecido-comercialização) e de produtos agrícolas.

Acção 3. Festival da criação e tradições populares

Esta actividade de desenvolvimento anual e itinerância pelas Câmaras municipais da Uniminho, pretende:

- Potenciar o valor patrimonial e turístico da cultura tradicional da zona mediante um encontro anual de alta qualidade expositiva
- Sensibilizar a população local para a importância e complexidade cultural das manifestações populares tradicionais
- Divulgar as acções e boas práticas internacionais em matéria de revalorização do património rural tradicional.
- Diminuir a tendência para a banalização e descontextualização da cultura tradicional, manifestada através da proliferação de um artesanato de escasso valor acrescentado e da utilização dos artesãos de ofícios tradicionais em feiras "medievais" que saturam o "mercado" festivo.
- Integrar uma actividade de conteúdo patrimonial no Calendário de Eventos culturais contemporâneos da Cultural-Uniminho.

O seu conteúdo será composto por demonstrações locais e internacionais de ofícios tradicionais (seleccionados para cada edição), exposições temáticas, gastronomia, feiras de produto fresco autóctone e sessões de divulgação e encontros profissionais).

Acção 4. Arte contemporânea e tradição artesanal. Artesãos e artistas no processo criativo.

Tem por objectivo a colaboração entre artistas plásticos, designers e artesãos tradicionais para a criação de produtos artísticos originais. Pretende-se desta forma procurar soluções para a dialéctica artesão-designer-artista plástico, oferecendo vias mais claras e efectivas de desenvolvimento da criatividade baseada na ajuda do artesão ao artista para desenvolver as suas propostas criativas e na inspiração deste nas formas e tradições populares. Procura-se além disso a valorização "erudita" ou "académica" do trabalho artesanal de raízes patrimoniais. Na história da arte existem exemplos importantíssimos dessa colaboração (Picasso com os ceramistas de Vallauris, etc.).

Será realizada em colaboração com a Escola Superior Gallaecia de Vila Nova da Cerveira, a Bienal de Arte desta localidade e a Fundación Xoán Piñeiro com sede em Goián.

O conteúdo básico serão as estâncias para bolseiros em Vila Nova de Cerveira e Tui de 6 pares formados cada um deles por um artista plástico e um artesão todos os anos, o apoio à materialização da obra criativa e a sua exposição e divulgação.

Eixo 3. Rede Cultural Uniminho

Acção 1. Unidade técnica "Cultural Uniminho"

Unidade interdisciplinar encarregada do planeamento, administração, gestão e avaliação da oferta cultural integrada, concretizada no Plano de Interpretação do património cultural, do Programa de valorização da cultura e artesanato tradicionais e da Rede Cultural Uniminho.

Composta por três técnicos superiores com experiência em gestão cultural, um deles com categoria de director de equipa, um técnico médio de gestão e dois administrativos.

Ação 2. Rede Cultural Uniminho

Tem por objectivos:

- A criação de instrumentos de cooperação e acção integrada entre os diversos agentes culturais
- A elaboração de uma oferta integrada de conteúdos e actividades
- O planeamento e desenvolvimento de uma oferta cultural específica do organismo Uniminho
- A prestação de assessoria a instituições, associações e agentes culturais públicos e privados para a optimização dos seus recursos e a integração dos seus conteúdos numa oferta coerente e sem duplicações
- A melhoria dos produtos culturais existentes através de processos de informação, formação e qualificação.
- A elaboração de estratégias de comunicação e gestão que permitam a visibilidade conjunta dos eventos culturais contemporâneos que se realizam no âmbito da Uniminho: Festival de Música de Paredes de Coura, Festival de Cans, Festival de Poesia do Condado, Festival Internacional de Documentários de Tui Play-Doc, Bienal de Arte de Vila Nova da Cerveira, etc.
- A formação, coordenação e intercâmbio entre os responsáveis culturais dos municípios Uniminho

Materializa-se, não só na Unidade Técnica, mas também na:

Entidade Coordenadora Municípios-cultura

Formada pelos responsáveis técnicos das áreas de cultura e turismo das câmaras municipais Uniminho, com funções de intercâmbio e optimização de recursos.

Plataforma Cultural-Uniminho

Promovida pela Uniminho, constitui-se como entidade de participação social, composta pelas associações culturais e profissionais, instituições e outras entidades relacionadas com a produção, animação, difusão e gestão cultural pública e privada no âmbito da Uniminho. Servirá como fórum de cooperação activa entre entidades e agentes culturais locais para possibilitar a oferta dos seus recursos de forma conjunta;

Ficarão definidos no projecto a sua forma jurídica e estatutos.

Ação 3. Rede T.I.C. cultural

Composta por:

- Agenda cultural na Internet, actualizada em tempo real
- Base de dados do património e recursos culturais com consulta externa via internet
- Implementação da comunicação dentro da Plataforma mediante TIC (Internet/Intranet, lista de distribuição, correio electrónico, vídeo-conferência, etc.)

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção serão as câmaras municipais do sul da província de Pontevedra que compreendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e Baixo Minho e duas câmaras municipais da Comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), assim como as cinco Câmaras Municipais que fazem parte da Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho e que estão integradas na Uniminho.

Assim, o espaço geográfico será o compreendido pela Uniminho.

3.2 Situação Actual do Projecto

Não existem antecedentes de projectos com esta amplitude, pelo que devemos ter em conta sobretudo o desenvolvimento do Plano Director de Fortalezas (FORTRANS) por ter objectivos parciais coincidentes com este projecto.

Para o desenvolvimento do Plano de Interpretação contemplado neste projecto é necessário ter em conta o "diálogo" com as propostas já avançadas de rede interpretativa de FORTRANS, especialmente no que se refere aos Centros de Interpretação gerais e locais propostos nesse Plano de Fortalezas de ambos os lados da fronteira.

Além disso devem-se considerar, para a sua integração, o desenvolvimento de algumas acções de valorização de espaços arqueológicos como o projecto de valorização da área de arte rupestre dos petroglifos do Monte Tetón em Tomiño e as actuações de reabilitação do património etnográfico incluídas nas Rotas Verdes promovidas pela Secretaria de Meio Ambiente da Xunta de Galiza.

A existência de instrumentos urbanísticos de protecção por parte das câmaras municipais participantes é fundamental para a valorização do património contida no projecto. Estes instrumentos são a garantia essencial da conservação tanto dos elementos seleccionados no Plano de Interpretação, como daqueles do seu meio envolvente indispensável para a sua compreensão. Catálogos e ordens de protecção nos Planos Gerais, como a elaboração, caso seja necessário, de planos especiais de protecção são instrumentos que deverão estar presentes como parte de uma abordagem que considera que o património cultural da zona Uniminho é um recurso estratégico. Tais catálogos devem fugir à tentação monumentalista para proteger elementos e conjuntos que sem ter essa característica, tenham um nível de significação elevado na compreensão da evolução da ocupação humana do território.

3.3 Inovação e Valor Acrescentado do Projecto

Os principais aspectos inovadores apresentados no projecto são os seguintes:

A valorização do património através de instrumentos de planeamento interpretativo. Ultrapassam-se assim concepções da valorização dominantes baseadas em meros instrumentos de divulgação ou na soma não articulada de espaços de interesse patrimonial com informação endossada, geralmente com escassa efectividade sobre o público.

Estabelece-se como objectivo a transformação dos recursos culturais em produtos turísticos, superando a mera concepção "propagandista" típica na política turística convencional que separa a gestão da promoção local da do seu conteúdo, provocando muitas vezes a surpresa no visitante, quando não a rejeição.

Estabelece-se uma visão não monumentalista dos recursos do património, estabelecendo o seu valor na relação com um discurso histórico da ocupação humana do território, o que permite "promover" não só determinadas localidades de maior e reconhecida monumentalidade, mas também o conjunto, através da implementação dos tópicos do Plano de Interpretação.

Tanto na gestão como no resultado final do projecto de interpretação, leva-se à prática o carácter transfronteiriço, ao entender como de compreensão comum os elementos patrimoniais a um e a outro lado do rio Minho. Procura-se a optimização dos recursos interpretativos evitando duplicações num e noutro lado da fronteira. Os produtos culturais são concebidos como produtos "Uniminho", independentemente do lugar concreto que utilizem como referência. É potenciada a visão do rio Minho como um elemento de união, ao interpretar o território em termos históricos e culturais.

É reconsiderado o papel exclusivamente "folclórico" passivo da cultura tradicional, fugindo da sua vulgarização e situando-a numa posição de recurso activo para o desenvolvimento rural. São evidenciados os elementos comuns na cultura galaico-portuguesa, muito presentes no património imobiliário e incorpóreo. É activada a capacidade das acções de revalorização da cultura rural tradicional de gerar sinergias com as actividades agrícolas.

Estabelece-se como base de todas as actividades o seu carácter integrador.

3.4 Resultados esperados

- 1 Documento Plano de Interpretação do Património Cultural Uniminho (PIPCU)
- 1 Catálogo do Património cultural com fichas qualificadas de elementos de maior potencial interpretativo
- 1 Centro de interpretação de 1.º nível e 2 de 2.º nível
- Sinalizações interpretativas em elementos seleccionados no PIPCU
- 3 Bases de dados: Catálogo do património cultural / Recursos Culturais e eventos/ Agenda Cultural, disponíveis na internet.
- 1 Sistema informático para a comunicação cultural
- 1 Serviço de Cultura Transfronteiriço
- 1 Agenda cultural unitária
- 1 Organismo de participação sócio-cultural transfronteiriço Plataforma
- 1 Centro de Ofícios em Funcionamento durante 4 anos
- 1 Rede de micro empresas artesanais dentro do subprograma de comércio artesanal protegido.

- 1 Linha de ciclo completo de produção agrária tradicional ligada ao património
- 4 Festivais de cultura tradicional
- 4 Experiências de ligação tradição/modernidade

3.5 Calendário de Trabalho

Prevê-se uma duração de 4 anos, de acordo com a seguinte previsão:

CALENDÁRIO DE ACÇÕES																
ANOS	2007				2008				2009				2010			
TRIMESTRES	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
ACÇÃO																
Plano de Interpretação do Património Cultural	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Actualização e unificação do Catálogo</i>	X	X														
<i>Campanha de difusão do Património cultural</i>				X	X						X				X	
<i>Redacção do documento PIPCU</i>	X	X	X	X												
<i>Conservação do património e melhoria da visitab.</i>						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Execução do Plano de Interpretação</i>						X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Centro de Oficinas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Comércio artesanal protegido</i>								X	X	X	X	X	X	X	X	
<i>Rede de comercialização alternativa</i>					X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Programa experimental "O Pão da terra"	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
Festival da criação e tradições populares			X				X				X				X	
Arte contemporânea e tradição artesanal		X	X			X	X			X	X			X	X	
Rede Cultura Uniminho	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Unidade Técnica Cultural Uniminho</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Plataforma Cultural Uniminho</i>			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>Rede T.I.C. cultural</i>				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

3.6 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

O acompanhamento das acções do programa é encomendado à Unidade Técnica de Cultural Uniminho, através de instrumentos de supervisão e avaliação quantitativa e qualitativa. Iniciar-se-á o funcionamento dessa Unidade com a elaboração de um plano de acção e um cronograma. Será elaborado um relatório trimestral sobre os avanços e resultados pelo director da Unidade no qual será indicada também a situação administrativa e a problemática detectada no desenvolvimento do plano de acção. Para isso, elaborar-se-á uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o fim de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a

finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;

4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Indicadores de realização	Unidades	Quantificação
Catálogos do património	Nº	1
Equipamentos	Nº	4
Bases de dados	Nº	3
Estudos de diagnóstico de necessidades de reabilitação	Nº	1
Campanhas de informação e divulgação	Nº	8
Acções formativas gerais	Nº	15
Cursos de formação Ofícios	Nº	45
Exposições temporárias	Nº	12
Exposições permanentes	Nº	4
Projectos de conservação / reabilitação / visitabilidade	Nº	75
Execução de obras de conservação / reabilitação / visitab.	Nº	75
Painéis e outros sinais interpretativos	Nº	400

3.7 Orçamento económico

O orçamento total do projecto ascende aos 10.168.374 €, que se distribuem da seguinte forma:

TOTAL DO PROJECTO	Euros
1. Obras públicas	4.445.550
2. Aquisição de materiais	1.325.000
3. Outros investimentos materiais	0
4. Prestações de serviços	1.871.310
5. Despesas com o Pessoal	1.640.964
6. Formação	171.000
7. Promoção e divulgação	222.500
8. Despesas gerais	357.050
9. Outros	135.000
Total	10.168.374 €

A distribuição orçamental por cada uma das actividades do projecto é a que se segue:

PLANO DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÓNIO	
1. Obras públicas	3.764.000
2. Aquisição de materiais	360.000

3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	454.310
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	35.000
8. Despesas gerais	18.000
9. Outros	
Total	4.631.310 €

CENTRO DE OFÍCIOS E COMÉRCIO ARTESANAL PROTEGIDO	
1. Obras públicas	609.550
2. Aquisição de materiais	800.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	117.000
5. Despesas com o Pessoal	885.060
6. Formação	24.000
7. Promoção e divulgação	63.000
8. Despesas gerais	316.050
9. Outros	75.000
Total	2.889.660 €

PROGRAMA EXPERIMENTAL "O PÃO DA TERRA"	
1. Obras públicas	72.000
2. Aquisição de materiais	2.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	36.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	12.000
8. Despesas gerais	11.000
9. Outros	
Total	133.000 €

FESTIVAL DA CRIAÇÃO E TRADIÇÕES POPULARES	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	

4. Prestações de serviços	900.000
5. Despesas com o Pessoal	144.000
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	60.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	1.104.000 €

ARTE CONTEMPORÂNEA E TRADIÇÃO ARTESANAL	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	72.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	144.000
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	120.000
7. Promoção e divulgação	48.000
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	384.000 €

UNIDADE TÉCNICA CULTURAL UNIMINHO	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	56.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	180.000
5. Despesas com o Pessoal	611.904
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	12.000
9. Outros	
Total	859.904 €

REDE TIC CULTURAL /PLATAFORMA/COORDENADORA	
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	35.000
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	40.000

5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	27.000
7. Promoção e divulgação	4.500
8. Despesas gerais	
9. Outros	60.000
	166.500 €

PROJECTOS COMPLEMENTARES

a1. EVENTOS DESPORTIVOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Objectivos gerais do projecto

O projecto incide num duplo objectivo. Em primeiro lugar, procura-se melhorar a gestão pública local através do desenvolvimento conjunto de serviços que facilitem a gestão de subvenções e a exploração de dados sobre a actividade desportiva de amadores e de profissionais no espaço transfronteiriço.

Em segundo lugar, e de forma complementar, pretende-se estimular a participação das associações desportivas, infantis, juvenis ou amadores, em ambos os lados da fronteira e aumentar a percepção social de unidade do território através de actividades de execução conjunta de grande impacto social.

Descrição do projecto

Para a concepção de um projecto que cumpra os objectivos propostos, devemos actuar em três linhas de trabalho:

- 1) Desenvolvimento conjunto de uma **ferramenta de controlo de gestão** de subvenções a entidades desportivas, que permita uma classificação e organização de todas as entidades que realizam actividades desportivas, sejam elas federadas ou não. Criar-se-ia uma única base de dados promovida e gerida pela Uniminho, com acesso através da Internet para as câmaras, Deputación e associações de municípios, que possibilitasse conhecer as actividades realizadas por cada entidade e o dinheiro que recebe através das entidades locais. Temos de pensar que, actualmente, são as entidades locais (câmaras municipais, Deputación) que trazem maior quantidade de dinheiro a este tipo de entidades. A base de dados poderia realizar-se com referências geográficas (SIG) a fim de facilitar a exploração posterior dos dados, e dispor de ferramentas que facilitem o controlo de gestão de subvenções por parte de câmaras municipais e outras entidades públicas.
- 2) Promoção de **campeonatos conjuntos** em ambos os lados da fronteira, principalmente de desporto amador e juvenil. Poderiam realizar-se campeonatos de longa duração para desportos como o futebol, de amplo apoio social, tais como uma liga entre as escolas da Uniminho.
- 3) Promoção de um **grande evento desportivo**, preferencialmente que tivesse por tema o rio Minho. Este evento deveria procurar uma dimensão internacional e, a título de exemplo, poderia pensar-se na realização de uma competição de traineiras entre Universidades Europeias ou uma prova de atletismo com projecção internacional. Através deste projecto poderiam realizar-se investimentos em infra-estrutura de carácter permanente necessários, tais como o acondicionamento de um recinto, a sinalização, os equipamentos, etc.

Justificação e necessidade da actuação

A importância das associações desportivas juvenis e amadores na ligação social do território local está fora de qualquer dúvida. Não obstante, não existem, actualmente, mecanismos que facilitem a visão global das actividades que realizam e o seu impacto no território.

A actividade desportiva é, além disso, uma actividade básica no desenvolvimento educativo e social das pessoas, em todas as faixas etárias e, especialmente, entre a população mais jovem.

Actividades previstas para a sua execução

As actividades propostas correspondem com cada uma das linhas de trabalho propostas:

- a) Desenvolvimento de uma aplicação informática e base de dados referenciadas geograficamente para a gestão de entidades de carácter desportivo.
- b) Organização de um campeonato conjunto entre estabelecimentos de ensino.
- c) Realização de infra-estruturas para a gestão de um grande evento transfronteiriço (actuações sobre património público)
- d) Publicidade e difusão geral do projecto

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto pode ser realizado com um mínimo de 18 e um máximo de 24 meses, tempo suficiente para a realização dos eventos propostos e o desenvolvimento e prova da aplicação informática.

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas	300.000,00	Investimentos de carácter permanente (obra civil)
2. Aquisição de materiais	150.000,00	Equipamento de material para os eventos
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	200.000,00	Desenvolvimento da aplicação informática
5. Despesas com o Pessoal	40.000,00	Direcção e coordenação do projecto
6. Formação		
7. Promoção e divulgação	250.000,00	Promoção dos eventos
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	940.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

Para além da Uniminho, deveriam participar as entidades regionais de carácter sectorial, no projecto.

No seu esquema, deveria contar-se com a participação das próprias entidades desportivas, partindo de uma abordagem ascendente. Esta participação poderia concretizar-se através de mesas de trabalho durante a fase de definição concreta do projecto, procurando criar uma estrutura estável que possa actuar como interlocutor e colaborador para com a Uniminho, em fases posteriores.

Considerações para o seu financiamento

O financiamento público de fundos comunitários dever-se-ia centrar no esquema das ferramentas de controlo de gestão e na organização de pequenos eventos ou de campeonatos conjuntos (organizados integralmente pela Uniminho ou pelas suas câmaras municipais).

Para o grande evento desportivo transfronteiriço, é necessário procurar financiamento privado através de patrocínios embora também fosse possível receber financiamento comunitário para o desenvolvimento das infra-estruturas necessárias.

Embora, tal como está esquematizado, poderia estar integrado nas orientações do novo programa operativo de cooperação transfronteiriço (eixo de actuação 5: Fomento da integração e cooperação económica e social), também deveria candidatar-se o seu financiamento com fundos próprios das entidades de carácter nacional ou regional,

através das linhas de actuação ordinárias, dado o carácter inovador do projecto e a importante repercussão social do mesmo.

a2. IDENTIFICAÇÃO TURÍSTICA DO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO DE UNIMINHO

Objectivos gerais do projecto

Durante a fase de diagnóstico, tornou-se evidente a vocação do espaço da Uniminho como destino turístico. Os recursos naturais e culturais disponíveis, assim como a potencialidade de recursos que todavia estão por aproveitar do ponto de vista turístico, fazem com que todos os projectos que estejam relacionados com o turismo tenham uma elevada prioridade.

Neste sentido, e embora exista um projecto prioritário em matéria turística, tem-se desejado identificar um projecto específico dentro dos projectos complementares, pensando principalmente em termos de oportunidade já que se pretende centrar na utilização de ferramentas telemáticas para a promoção do Minho como destino turístico. Com este objectivo geral, o presente projecto poderia receber financiamento

adicional através de programas de apoio ao turismo ou também de programas para o desenvolvimento da sociedade da informação, como se comentará mais adiante.

Descrição do projecto

Em primeiro lugar, convém alertar que em nenhum caso se partirá do zero. É necessário integrar os diferentes espaços Web existentes, integração que se poderia realizar num único espaço com vida própria ou gerando informação complementar para os serviços Web que operam actualmente: As Rias Baixas e o futuro portal de informação de Vale do Minho (concebido no quadro das cidades digitais).

Não obstante e como primeiro passo, é necessário realizar uma recompilação, catalogação e ordenamento de todos os recursos turísticos disponíveis na região da Uniminho, sempre partindo da definição deste território como sendo um espaço único.

A partir dos dados disponíveis, elaborar-se-ão as bases de dados correspondentes que alimentarão a Web da Uniminho. Além da orientação gráfica e da concepção do portal, este poderia contar com funcionalidades como:

- O que fazer hoje / esta semana?
- Boletim quinzenal
- Ofertas do sector: Hotéis, aluguer de viaturas, etc.
- Pacotes turísticos específicos, que serão comercializados através da própria web e em exclusivo.
- Foro de viajantes/visitantes

Para garantir a concepção e a actualização de conteúdos relevantes, uma pessoa com formação em jornalismo será contratada, ficando encarregue pela actualização diária de conteúdos relevantes do ponto de vista do turista, bem como pela elaboração de um boletim com as actividades culturais e de lazer, ou das ofertas do sector.

Como parte final do projecto será realizada uma campanha de promoção em servidores internacionais: Motores de busca e Webs especializadas.

Justificação e necessidade da actuação

Se parte da estratégia da Uniminho é definir o território nas proximidades do rio como uma unidade, esta unidade deve ter também o seu reflexo nas actividades que se realizem na rede. Além do mais, temos de ter em conta o crescimento da venda pela Internet como canal de comercialização turístico, importância que se vê reforçada por recentes estudos e relatórios que nos indicam que, embora a venda seja feita por canais tradicionais (agência de viagens), o comprador pode obter informações do destino através da Internet. A informação que recolher será a chave para tomar a decisão de compra.

A criação deste portal é, por esse motivo, uma necessidade indispensável e, se considerarmos que a Uniminho é um espaço único, de nada irá valer que o território galego ou o português disponham de espaços de características similares. É, por último, uma forma de ganhar massa crítica que nos permita competir num mercado como o turístico, cada vez mais globalizado.

Actividades previstas para a sua execução

- Recompilação da informação e elaboração das bases de dados
- Concepção do portal da Web
- Produção de conteúdos específicos
- Acções de promoção e difusão
- Gestão geral do projecto: Contratação de um/a responsável técnico(a)

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto pode desenvolver-se num mínimo de 12 meses, embora fosse recomendado poder dispor de 24 meses para dar tempo para consolidar a elaboração de conteúdos.

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	400.000,00	Desenvolvimento da Web e bases de dados
5. Despesas com o Pessoal	120.000,00	2 pessoas
6. Formação		
7. Promoção e divulgação	150.000,00	Campanha de promoção
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	670.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

Neste caso, o projecto pode ser promovido exclusivamente pela Uniminho. Não obstante, é recomendado contar com as administrações regionais competentes na matéria (Xunta de Galiza e Região Turística) com o fim de evitar duplicidades desnecessárias.

Para o desenvolvimento de pacotes turísticos e ofertas específicas, é necessário contar com esse sector. Neste sentido, propõe-se criar uma Mesa de Coordenação com o sector, onde estejam representados todos os agentes (agências, hotéis, restaurantes, empresas de lazer, etc.), que possa participar no próprio processo de desenho conceptual do projecto.

Considerações para o seu financiamento

Para além de poder receber financiamento dos programas FEDER que se estabeleçam para o desenvolvimento do turismo, também pode apresentar-se de novo às linhas de financiamento que se possam abrir no campo de sociedade da informação. Mas é, antes de mais, um projecto podendo ser perfeitamente integrado no âmbito do programa operativo de objectivo 3, concretamente no eixo de fomento da competitividade territorial.

Se a concepção incluir o sector turístico, também se deveria pensar que a iniciativa privada pode garantir a sustentabilidade e persistência do projecto, para além da existência de financiamento comunitário.

PROGRAMA B: MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PROJECTOS PRIORITARIOS

B1. ACÇÕES LOCAIS EM SANEAMENTO E ABASTECIMENTO

B2. GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MONTE E PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

B3. ACÇÕES DE RESTAURO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ACCESIBILIDADE ÀS RIBEIRAS DO MINHO

PROJECTOS COMPLEMENTARES

b1. GESTÃO DE RESÍDUOS ESPECÍFICOS, DE CONSTRUÇÃO E DE MONTES

b2. GESTÃO CONJUNTA DO ESTUÁRIO DO MINHO

b3. SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

PROJECTOS PRIORITARIOS

B1. PROJECTO DE ACÇÕES LOCAIS EM SANEAMENTO E ABASTECIMENTO NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO DA UNIMINHO (ALOSA)

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1. Programa Operacional ao qual pertence o projecto

O projecto de Acções Locais em Saneamento e Abastecimento no espaço transfronteiriço da Uniminho (ALOSA) pertence ao *Programa de melhoria da sustentabilidade ambiental* do Plano Estratégico da Uniminho. Este projecto é tido como fundamental neste quadro operativo, contemplando também dois projectos estruturantes: o Projecto de gestão florestal e extinção de incêndios e a Rede de caminhos fluviais.

1.2. Linha estratégica em que se enquadra o projecto

Acções Locais em Saneamento e Abastecimento no espaço transfronteiriço da Uniminho enquadram-se na Linha estratégica 2: *Melhorar a gestão em matéria ambiental para preservar um recurso estratégico para o espaço da Uniminho.*

1.3. Relação com outras linhas estratégicas

A linha estratégica de melhoria da gestão em matéria ambiental para preservar um recurso estratégico para o espaço Uniminho apresenta relações especiais com duas outras linhas estratégicas:

- Linha 1. Apoiar o turismo como sector chave
- Linha 3. Potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego.

Em relação a estas duas outras linhas estratégicas, o Projecto de Acções Locais em Saneamento e Abastecimento no espaço transfronteiriço da Uniminho responde a dois objectivos transversais do Plano Estratégico:

- Avançar para um modelo de turismo de qualidade e sustentável
- Revalorizar o património natural e cultural como factor de desenvolvimento.

2. DADOS BÁSICOS

2.1. Denominação do Projecto

O presente projecto de gestão de recursos hídricos e melhoria da qualidade das águas denomina-se Acções Locais em Saneamento e Abastecimento no espaço transfronteiriço da Uniminho (ALOSA).

2.2. Objectivos gerais e específicos do projecto

O carácter essencial do projecto reside na sua estreita relação com a missão da Uniminho de promover o crescimento económico e a criação de emprego através da cooperação transfronteiriça. Este crescimento deve enquadrar-se num processo de desenvolvimento sustentável que deverá ter em conta as dimensões social, económica e ambiental. A partir desta perspectiva, a dimensão ambiental é fundamental, especialmente no que diz respeito à gestão dos recursos hídricos, já que este espaço transfronteiriço tem como referência geográfica o rio Minho e os reconhecidos valores naturais do seu leito e respectiva foz.

O objectivo geral partilha, em grande medida, o propósito da Directiva Quadro da Água (Directiva 2000/60/CE pela qual se estabelece um quadro comunitário de actuação no âmbito da política de águas), e, mais concretamente, na protecção das águas superficiais, de transição, costeiras e subterrâneas para:

- Prever qualquer deterioração adicional e se proteja e melhore o estado dos ecossistemas aquáticos e as zonas húmidas que dependam directamente dos ecossistemas aquáticos.
- Promover a utilização sustentável da água, baseada na protecção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- Confinar uma maior protecção e melhoria ao meio aquático, entre outras formas mediante medidas específicas de redução progressiva dos vazadouros.

- Garantir a redução progressiva da contaminação da água subterrânea e se evitem novas contaminações.

Nesse sentido, o projecto tem o objectivo geral de contribuir para alcançar os objectivos ambientais da Directiva Quadro da Água, segundo o qual, no horizonte 2015, todas as massas de água destas zonas, quer sejam continentais, costeiras ou de transição, se encontrem em bom estado.

Há que destacar os seguintes objectivos específicos:

- Abordar as necessidades de saneamento e tratamento identificadas no "Projecto de Saneamento Integral do Rio Minho" na parte galega do espaço transfronteiriço.
- Abordar as necessidades de abastecimento, saneamento e depuração identificadas pelos municípios e pela empresa "Águas do Minho e Lima" no lado português.

2.3. Abordagem do projecto

Embora o propósito geral do projecto tenha um forte carácter transfronteiriço, por afectar a qualidade ambiental de um espaço fluvial comum, a diferente estrutura de gestão da água nos dois países aconselha a adaptar o projecto a essa realidade administrativa.

Na Galiza, o planeamento hidrológico, a administração e o controlo do domínio público hidráulico e as obras de interesse geral ou as encomendadas pelo Estado são responsabilidade da Confederação Hidrográfica do Norte. Não obstante, são os municípios que têm competências em matéria de saneamento. Embora a sua pequena dimensão e capacidade de investimento, assim como o custo elevado das actuações de saneamento que advêm da elevada dispersão dos núcleos populacionais, obriguem a que esta competência seja, normalmente, exercida através de convénios com a Confederação, a Administração Autónoma, o Estado ou entidades locais supramunicipais.

A Diputación de Pontevedra é uma administração local de carácter supra-municipal que tem, entre os seus deveres, apoiar os municípios na prestação de serviços básicos. As infra-estruturas de saneamento e tratamento das águas residuais são um âmbito tradicional de cooperação entre as administrações municipais e a Diputación, que leva a cabo a sua colaboração num quadro de planeamento provincial. Neste sentido, o presente projecto é uma continuação da política de melhoria ambiental da zona transfronteiriça da província e continuação do projecto Interreg Deputrans em Pontevedra.

Na parte portuguesa, os municípios têm uma maior dimensão e capacidade operativa e a gestão da água é feita a partir de uma perspectiva integral através da empresa "Águas do Minho e Lima". É basicamente esta empresa, em colaboração com os responsáveis técnicos municipais, que estabelece as necessidades e objectivos específicos do projecto.

2.4. Metodologia para a definição do projecto nos municípios galegos

Para determinar as necessidades de saneamento e depuração na parte galega, realiza-se um estudo de base para apurar as necessidades de infra-estruturas necessárias nos municípios da província de Pontevedra que vertem as suas águas residuais para a bacia do Minho.

Para determinar as necessidades de construção de depuradores e da instalação de redes de saneamento, é feita uma análise multicritério espacial, baseada num SIG, na qual se integram parâmetros ambientais, económicos e sociais.

Para responder às especiais condições geográficas e demográficas do âmbito do estudo, é adaptada uma série de modelos para resolver o problema de determinação das áreas optimizadas de localização, o número de depuradores e seu o tipo. A hipótese de trabalho contempla um modelo linear inteiro e as seguintes zonas de protecção:

- Elementos patrimoniais catalogados: 200 m.
- Rios: 20 m.
- Zona de máximo distanciamento dos rios: 400 m.
- Zonas de influência negativa na direcção núcleo-rio.
- Distância de afastamento de captações de água: 500 m.
- Distância de afastamento de depósitos de água: 50 m.
- Distância de afastamento de núcleos populacionais: 100 m.
- Distância de afastamento de enxurradas de água: 50 m.
- Distância das unidades para tornar a água potável: 100 m.

Para obter as áreas para a localização optimizada dos depuradores, usa-se o programa ArcView com a extensão Spatial Analyst e o módulo Model Builder. Parte-se dos ficheiros vectoriais dos dados geográficos do Inquérito de Infra-estruturas e Equipamentos Locais (EIEL), que se transformam em ficheiros raster para serem usados na análise multicritério. Uma vez ponderados os diferentes factores contemplados na análise, são definidas as áreas optimizadas de localização e o número e tipo de depuradores, de acordo com a localidade a sanear e a proximidade dos núcleos.

Depois do ordenamento dos núcleos em subconjuntos e de calculada o agregado populacional a sanear, resolve-se o modelo linear que irá determinar o número de depuradores e a sua tipologia, atendendo a três modalidades contempladas: Depuradores biológicos convencionais e depuradores biológicos compactos (modelo Deputrans) para 250 e 500 habitantes equivalentes.

2.5. Síntese do projecto

O projecto contempla a melhoria dos serviços públicos de abastecimento, saneamento e depuração e, em consequência, a melhoria da qualidade das águas fluviais e de transição do espaço transfronteiriço.

Na parte galega, as infra-estruturas contempladas são colectores de saneamento e depuradores. Para adequar as infra-estruturas às características de número e dispersão da povoação, contemplam-se três tipos diferentes de depuradores. A sua distribuição municipal e a longitude do saneamento podem ser analisados no quadro 1.

Na parte portuguesa, as infra-estruturas, tanto as que vão ser criadas de raiz com as que serão remodeladas, são de abastecimento e saneamento. Os investimentos estimados nestas intervenções estão apresentados no quadro 2.

2.6. Actividades para a execução do projecto

Para a execução do projecto, são considerados três tipos de actuação, de planeamento, de execução de obras e de difusão.

As acções de planeamento consistem na redacção de projectos de reformulação, nos quais serão apresentadas as acções adaptadas às novas necessidades ou a correcção de erros na informação inicial. Na zona galega, a execução das obras consiste fundamentalmente na instalação de colectores de saneamento e de depuradores compactos. Na parte portuguesa, na criação e remodelação de infra-estruturas de saneamento e abastecimento. As acções de difusão consistem na execução de uma campanha unificada de informação sobre o projecto.

1. Infra-estruturas de saneamento previstas na zona galega

MUNICÍPIO	NÚMERO DE DEPURADORES 250HE	NÚMERO DE DEPURADORES 500 HE	N.º DE DEPURADORES BIOLÓGICOS TRADICIONAIS	EXTENSÃO DO SANEAMENTO
Arbo	2	8	0	29.951
A Cañiza	2	12	0	52.581
O Covelo	6	7	0	66.554
Crecente	6	10	0	113.974
A Guarda	0	7	1	16.351
Mondariz	7	15	0	84.971
Mondariz Balneario	1	2	0	2.500
Mos	0	1	0	96.644
As Neves	0	8	0	19.011
Oia	1	7	0	41.579
O Porriño	0	0	0	87.829
Ponteareas	9	21	1	109.653
O Rosal	3	19	0	44.029
Salceda de Caselas	0	0	0	67.666
Salvaterra de Minho	7	17	0	77.166
Tomiño	2	30	0	97.294
Tui	1	3	0	149.027
TOTAL	47	167	2	1.156.780

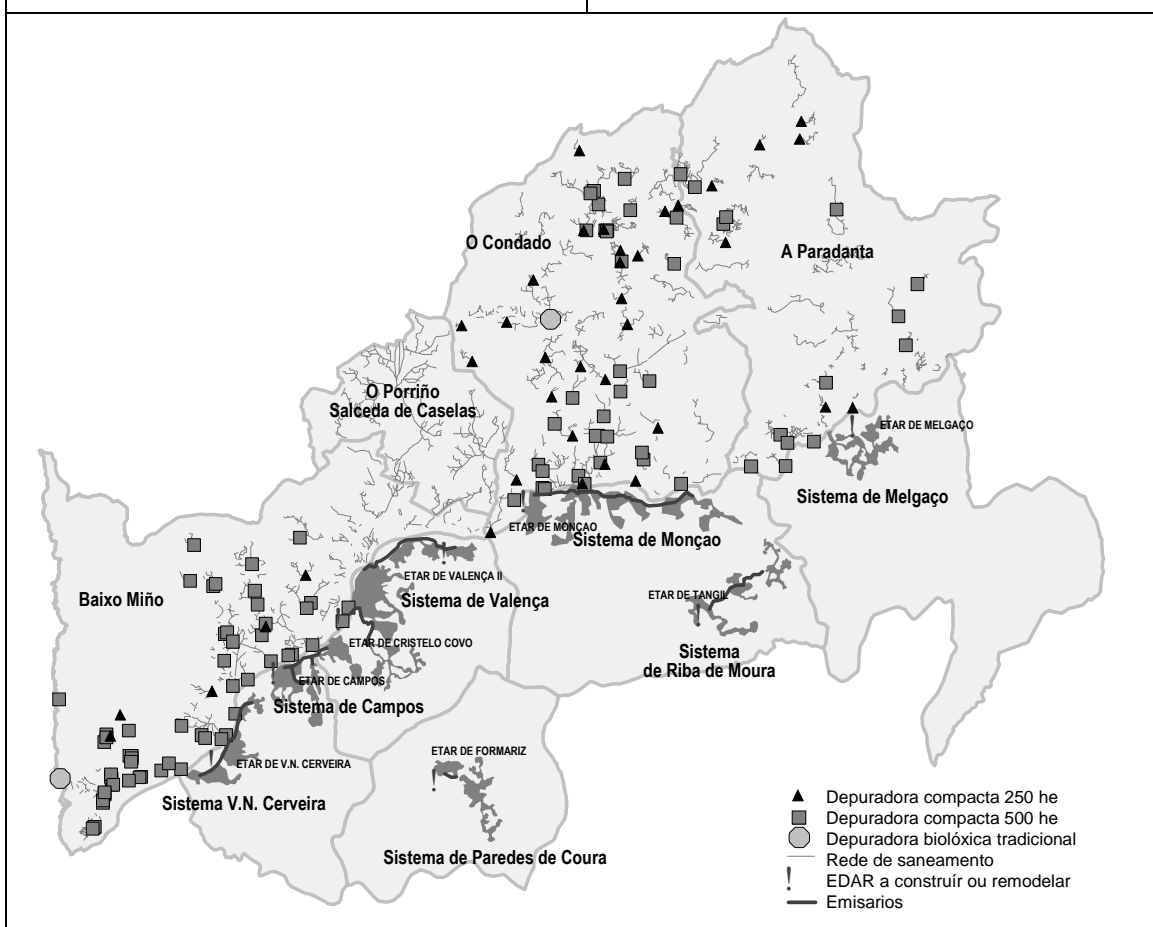
Fonte: Saneamento integral do Rio Minho. Bacia Norte. Província de Pontevedra. Estudo geográfico e económico. Diputación de Pontevedra, 2006.

2. Investimentos previstos para a gestão das águas na parte portuguesa do espaço transfronteiriço

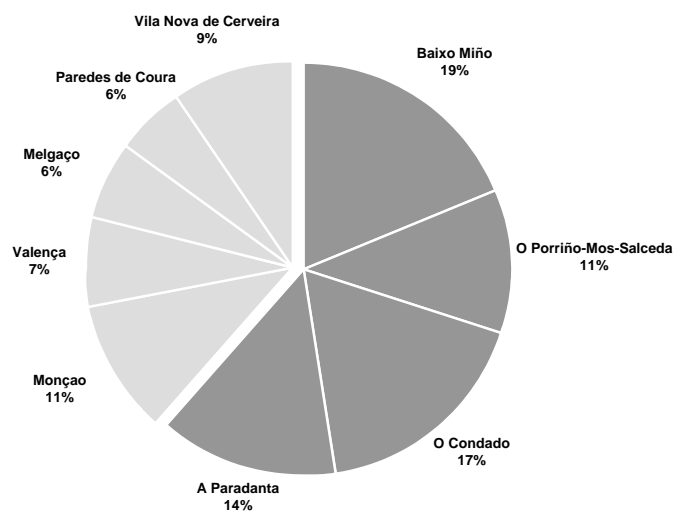
MUNICÍPIO	Novas infra-estruturas		Renovação ou remodelação em redes	
	ABASTECIMENTO	SANEAMENTO	ABASTECIMENTO	SANEAMENTO
Monção	5,3	27,7	3,5	0,4
Valença	3,6	15,0	4,1	1,5
Melgaço	3,9	14,7	1,7	0,7
Paredes de Coura	0,7	17,3	0,8	0,8
Vila Nova de Cerveira	15,4	13,4	2,8	0,8
TOTAL	28,9	88,1	12,9	4,2

Fonte: Águas do Minho e Lima S.A. 2006.

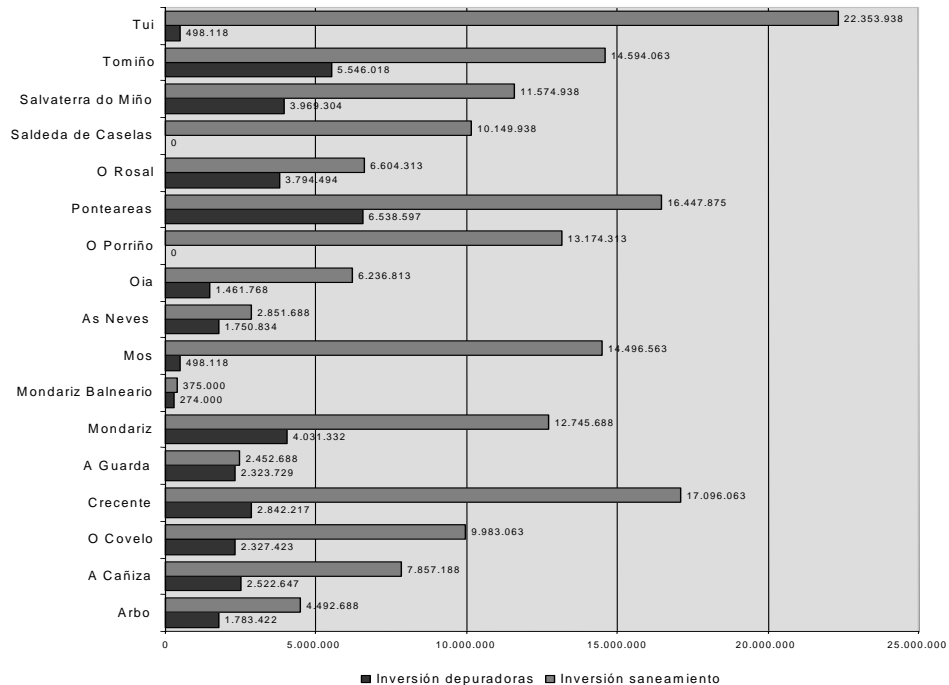
3. Croquis da distribuição de ações no espaço Uniminho



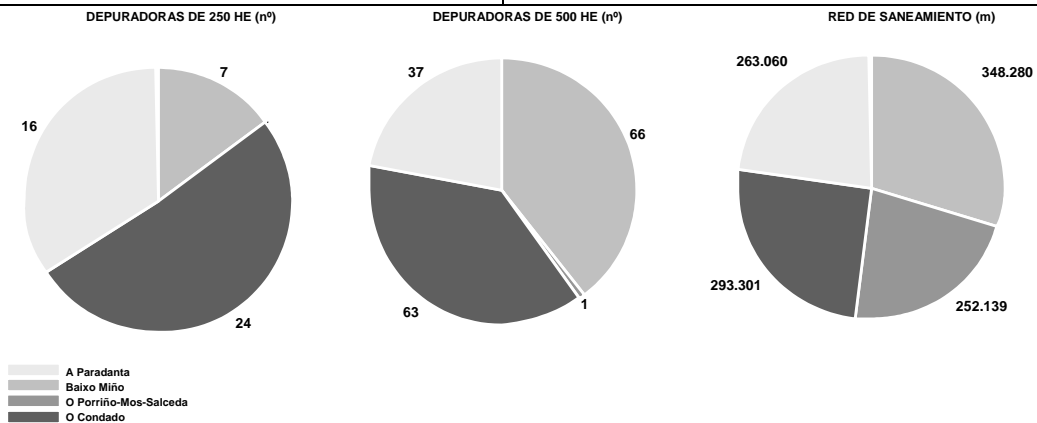
4. Distribuição dos investimentos entre câmaras municipais e comarcas



5. Investimento em depuradores e saneamento nos municípios galegos



6. Tipo de depuradores e rede de saneamento por comarcas



7. Características das zonas de saneamento na parte galega em função do número de habitantes

POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS (HABITANTES EQUIVALENTES)	NÚMERO DE ZONAS DE SANEAMENTO	HABITANTES EQUIVALENTES	INVESTIMENTO (EUROS)
Menos de 250	41	6.100	34.805.049
Entre 250 e 500	34	12.162	47.010.107
Entre 500 e 1.000	24	16.993	43.139.900
Entre 1.000 e 1.500	10	11.896	26.110.810
Entre 1.500 e 5.000	6	14.453	21.911.780
Mais de 5.000	5	47.377	42.478.320
TOTAL	120	108.981	215.455.966

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. Localização do projecto e descrição da área geográfica de intervenção

O projecto afecta todos os municípios da área Uniminho. Assim, na área espanhola inclui os concelhos das comarcas de Baixo Minho, O Condado e A Paradanta, e dois municípios da comarca de Vigo, O Porriño e Salceda de Caselas. O projecto afecta também o município de Mos que, embora não pertença ao espaço Uniminho, é importante para uma perspectiva integral do saneamento de uma das bacias de afluentes mais significativas do Minho, a bacia do rio Louro.

Pela parte portuguesa, estão incluídas as câmaras municipais de Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

3.2. Apresentação da problemática que se pretende abordar

A situação do saneamento e da depuração é claramente deficitária no espaço Uniminho, apresentando indicadores inclusivamente piores do que os correspondentes às respectivas NUT III, Pontevedra e Minho-Lima.

Em relação ao saneamento, a média da população servida na Uniminho é de 51%, embora com diferenças significativas entre a parte galega (57%) e a portuguesa (32%). Em geral, não podemos falar de modelos geográficos claros em relação à distribuição do serviço, embora em Portugal as menores percentagens de população com saneamento se encontrem nos municípios mais rurais de Paredes de Coura (17%) e Melgaço (23%), não chegando em nenhum caso aos 50%. Logicamente, esta situação de saneamento apresenta um perfil semelhante relativamente à depuração.

Não obstante, o "Plano da Bacia Hidrográfica do rio Minho" aborda esta situação através da remodelação das ETAR de Vila Nova de Cerveira e de Cristelo Novo (Sistema de Valença), para além da construção das ETAR de Campos, Valença II, Monção, Tangil (Sistema de Riba de Moura) e Melgaço. Por seu turno, as previsões do planeamento da Confederação Hidrográfica do Norte contemplam apenas a ETAR de Guillarei (Tui) no quadro de um plano de saneamento da bacia do Louro, uma actuação insuficiente para abordar a situação do saneamento e depuração da bacia do Minho, em Pontevedra.

3.3. Situação actual do projecto

A melhoria da qualidade ambiental e, mais especificamente, da qualidade das águas do Minho é um objectivo prioritário das administrações públicas de ambos os lados da fronteira. A renovação ou criação de infra-estruturas de abastecimento e saneamento na parte portuguesa são uma previsão das necessidades neste período financeiro realizada pela empresa encarregada pela gestão da água.

Na parte espanhola, as intervenções propostas no projecto são uma continuação do projecto Interreg IIIA Deputrans.

O objectivo deste projecto era a depuração de águas residuais domésticas de núcleos de povoação rural com menos de 2.000 habitantes, tendo sido alargado a 46 núcleos espanhóis e 7 portugueses.

3.4. Resultados esperados e objectivos quantificados

A orientação do projecto para o cumprimento da Directiva Quadro da água torna necessário ter em conta o objectivo de "bom estado" dos meios aquáticos antes de 2015. Não obstante, estas referências europeias para a qualidade das águas estão em processo de elaboração e espera-se a sua publicação para inícios de 2007.

Tendo como horizonte os parâmetros de qualidade ecológica que estabelecerão estas referências, nesta fase do desenvolvimento da Directiva serão estabelecidos para este projecto resultados e objectivos vinculados às acções do projecto.

No projecto, são contemplados os seguintes resultados:

- Oferecer um serviço de saneamento e depuração à totalidade da população actualmente sem este serviço (75,71%).
- Instalar 47 depuradores compactos de 250 habitantes equivalentes.
- Instalar 167 depuradores compactos de 500 habitantes equivalentes.
- Construir 2 depuradores biológicos tradicionais.
- Instalar 1.156.780 metros de rede de saneamento.

Na zona portuguesa da Uniminho, está prevista a execução do orçamento estimado para as necessidades de saneamento e abastecimento no período 2007-2013 (134,1 milhões de euros).

3.5. Inovação e valor acrescentado do projecto

A grande dispersão da população em numerosos núcleos de poucos habitantes obriga a encontrar soluções específicas, especialmente na parte galega, que permitam garantir a qualidade das águas superficiais e subterrâneas em condições de eficácia e eficiência. A solução adoptada são os depuradores compactos e prefabricados com base num tratamento biológico que não necessita da inclusão de aditivos e cloro, uma vez que se trata de um processo microbiológico natural, que actua sobre os resíduos orgânicos. Assim, não produzem lodos, maus odores nem ruídos e os gastos de instalação e exploração são muito reduzidos.

O funcionamento destes depuradores começa numa trituradora activada quase em permanência. O líquido resultante passa para uma câmara na qual se injecta oxigénio para que as bactérias possam actuar. Depois de uma decantação, num reactor biológico produz-se a biodegradação e filtragem prévias à desinfecção, processo com o qual se finaliza o tratamento das águas.

8. Situação actual da gestão da água no âmbito do projecto. População servida (%)

MUNICÍPIO	ABASTECIMENTO	SANEAMENTO	DEPURAÇÃO
Arbo	100	64,51	64,51
A Cañiza	100	62,58	36,45
O Covelo	100	36,54	26,89
Crecente	100	50,23	41,46
A Guarda	100	95,83	95,83
Mondariz	100	20,86	18,81
Mondariz-Balneário	100	100	100
As Neves	100	74,92	64,27
Oia	100	60,35	42,67
Ponteareas	100	56,98	43,67
O Porriño	100	53,45	0
O Rosal	100	37,18	37,18
Salceda de Caselas	100	44,85	44,85
Salvaterra de Minho	100	35,92	35,95
Tomiño	100	52,82	52,16
Tui	98,93	57,06	57,06
Melgaço	80,0	23,0	23,0
Monção	90,0	25,0	0,0
Paredes de Coura	99,0	17,0	17,0
Valença	100,0	55,0	55,0
Vila Nova de Cerveira	100,0	40,0	40,0
VALOR MÉDIO UNIMINHO	98,47	50,67	42,70

9. Tipologia dos dois tipos de depuradores compactos

CARACTERÍSTICA	UNIDADES	STP-25	STP-50
Capacidade	Habitantes equivalentes	250	500
Caudal máximo concebido	m ³ /d	62,5	125
Comprimento	M	5,29	9,00
Largura	M	2,44	3,10
Altura	M	2,73	3,00
Câmara-de-ar	M	23,50	54,70
Câmara de decantação	m ³	4,50	10,80
Câmara de descarga	m ³	2,90	5,50
Superfície de obra	m ²	60	90
Peso instalação	T	8	13
Potência instalada	KW	12	15
Preço estimado	€	105.000	137.000

4. CALENDÁRIO, ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO

4.1. Calendário de trabalho

Uma assinalável procura em matéria de infra-estruturas de saneamento e depuração traduz-se num elevado orçamento que aconselha à realização do projecto em três fases.

A principal característica do projecto na parte galega do espaço Uniminho é a adaptação da solução de saneamento a um modelo de assentamento caracterizado pela grande dispersão de núcleos de reduzida dimensão. É na procura de soluções ambientais numa perspectiva local que radica a singularidade desta iniciativa e é sobre este critério local que se basearam as suas fases, dando uma maior prioridade às intervenções em núcleos de pequena dimensão, com poucas possibilidades de ser objecto de intervenções em matéria de infra-estruturas regionais ou estatais.

Numa primeira fase incluem-se as zonas de saneamento com menos de 500 habitantes equivalentes, que se consideram prioritárias na perspectiva local que este projecto assume. Como se verifica pelo quadro 10, há 75 zonas de saneamento com estas características. Na fase seguinte, incluem-se as 34 zonas de saneamento cujo número de habitantes equivalentes está entre os 500 e os 1.500. A terceira fase afecta as 11 zonas com mais de 1.500 habitantes equivalentes.

Este esquema de fases é transposto para a zona portuguesa, traduzindo as percentagens de investimento que estas fases representam na zona galega e que são 40%, 35% e 25% para a primeira, segunda e terceira fases, respectivamente.

4.2. Sistema de acompanhamento e indicadores

Indicadores de realização

- Número de depuradores compactos de 250 habitantes equivalentes: 47.
- Número de depuradores compactos de 500 habitantes equivalentes: 167.
- Número de depuradores biológicos tradicionais: 2.
- Metros de rede de saneamento: 156.780
- Execução das previsões orçamentais (Águas de Minho Lima): 134,1 milhões de euros.

Os indicadores de acompanhamento são estabelecidos em função da população servida por serviços públicos de saneamento e depuração. Na Galiza, é estabelecido um objectivo de 95% (verificação: Inquérito de Infra-estruturas e Equipamentos Locais, EIEL). Em Portugal, está estabelecido um objectivo de saneamento e depuração de 80% (verificação: Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas residuais, INSAAR)

Os indicadores de impacto estabelecer-se-ão depois de definidos os objectivos ambientais da Directiva Quadro da Água, que serão definidos em 2007.

4.3. Orçamento económico por actividades

No quadro adjunto, apresenta-se o orçamento por actividades, que fundamentalmente se enquadram em acções de saneamento ou abastecimento consistentes na instalação ou na construção de infra-estruturas.

Com uma dimensão muito inferior em termos orçamentais, contemplam-se também gastos com o planeamento e redacção dos projectos de reformulação. Assim, inclui-se uma pequena quantia para a divulgação.

Em relação aos tipos de gasto, praticamente todos os orçamentos correspondem a obras públicas (99,95%).

4.4. Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

Este projecto foi concebido para ser desenvolvido ao abrigo dos fundos do novo quadro comunitário para o período 2007 - 2013.

4.5. Identificação de eventuais parceiros, agentes envolvidos e beneficiários

- Ministério do Ambiente Espanhol
- Confederação Hidrográfica do Norte
- Xunta de Galicia
- Diputación de Pontevedra
- Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Instituto da Água

10. Determinação de fases, em função do tamanho das zonas de saneamento na parte galega

FASES	POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS (HABITANTES EQUIVALENTES)	NÚMERO DE ZONAS DE SANEAMENTO	HABITANTES EQUIVALENTES	INVESTIMENTO (EUROS)
FASE I	Menos de 500	75	6.100	34.805.049
FASE I	Entre 500 e 1,5500	34	12.162	47.010.107
FASE I	Mais de 1.500	11	16.993	43.139.900

11. Orçamento por actividades

FASES	ACTIVIDADES	EM PORTUGAL	EM ESPANHA	TOTAL
FASE I	Estudos de reformulação	15.000	30.000	45.000
	Acções de abastecimento	16.720.000	-	16.720.000
	Acções de saneamento	36.920.000	81.815.156	118.735.156
	Acções de difusão	8.000	12.000	20.000
	TOTAL FASE I			135.520.156
FASE II	Estudos de reformulação	15.000	30.000	45.000
	Acções de abastecimento	14.630.000	-	14.630.000
	Acções de saneamento	32.305.000	69.250.710	101.555.710
	Acções de difusão	7.000	10.500	17.500
	TOTAL FASE II			116.248.210
FASE III	Estudos de reformulação	15.000	30.000	45.000
	Acções de abastecimento	10.450.000	-	10.450.000
	Acções de saneamento	23.075.000	64.390.100	87.465.100
	Acções de difusão	5.000	7.500	12.500
	TOTAL FASE III			97.972.600
TOTAL		134.165.000	215.575.966	349.740.966

Orçamento por tipos de gasto

		OBRAS PÚBLICAS		AQUIÇÃO DE MATERIAIS OUTROS INVESTIMENTOS MATERIAIS		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		GASTOS COM O PESSOAL FORMAÇÃO		PROMOÇÃO E DIFUSÃO		GASTOS GERAIS OUTROS					
ACÇÕES														TOTAL	%		
FASE I	Estudos de reformulação (I)					45.000								45.000	0,01		
	Acções de abastecimento (I)	16.720.000												16.720.000	4,78		
	Acções em saneamento (I)	118.735.156												118.735.156	33,95		
	Acções de difusão (I)									20.000				20.000	0,01		
FASE II	Estudos de reformulação (II)					45.000								45.000	0,01		
	Acções de abastecimento (II)	14.630.000												14.630.000	4,18		
	Acções em saneamento (II)	101.555.710												101.555.710	29,04		
	Acções de difusão (II)									17.500				17.500	0,01		
FASE III	Estudos de reformulação (III)					45.000								45.000	0,01		
	Acções de abastecimento (III)	10.450.000												10.450.000	2,99		
	Acções em saneamento (III)	87.465.100												87.465.100	25,01		
	Acções de difusão (III)									12.500				12.500	0,004		
TOTAL		349.555.966				135.000				50.000				349.740.966	100		
Percentagem		99,95%				0,04%				0,01%				100%	0,8		

5. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

5.1. Impacto transfronteiriço das acções do projecto

O rio Minho não só é o elemento geográfico de referência do espaço transfronteiriço da Uniminho, como tem também um grande papel simbólico. Neste nível, as acções de melhoria da qualidade das suas águas têm um grande impacto, tanto numa perspectiva ambiental como na integração do espaço transfronteiriço.

Mas também da qualidade das águas do rio Minho dependem recursos singulares do espaço transfronteiriço, fundamentais para o seu desenvolvimento económico. As pescas em águas interiores e de transição, das quais depende um sector de restauração baseado na qualidade dos produtos pesqueiros, requer um rio com águas de qualidade. Também o desenvolvimento hoteleiro relacionado com a água é de especial relevância nesta zona transfronteiriça, um sector balneário que exige a conservação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Outras actividades que dependem da qualidade dos recursos hídricos são a pesca desportiva e as actividades de navegação desportiva.

Todas estas actividades são peças fundamentais no desenvolvimento turístico, um sector emergente e de grande potencialidade. O projecto ALOSA é, portanto, um elemento chave para garantir o desenvolvimento sustentável do espaço transfronteiriço da Uniminho.

5.2. Coerência com políticas comunitárias, nacionais e regionais

5.2.1. Políticas comunitárias

As políticas relativas à contaminação das águas são as mais antigas das políticas ambientais da União Europeia. Desde 1975 que se têm desenvolvido mais de 30 directivas sobre a qualidade das águas. Esta legislação comunitária definiu objectivos, normas e valores de referência para os diferentes meios e usos, o que se traduziu numa regulamentação complexa, pouco legível e consequentemente pouco mobilizadora.

Esta profusão de textos e a falta de uma visão global foi abordada através da Directiva de 23 de Outubro de 2000, que propõe um quadro legislativo transparente, eficaz e coerente para a política comunitária da água e para os Estados-membros.

O presente projecto, tal como a Directiva Quadro, entende que a água como um património que é necessário proteger e defender. E, neste caso, trata-se de um património comum a dois Estados-membros, que através do projecto ALOSA assume para o espaço transfronteiriço da Uniminho os objectivos simples e ambiciosos da Directiva Quadro e a sua vontade de gestão integrada: prevenir a deterioração dos recursos hídricos, reduzir as emissões de substâncias e alcançar um bom estado das águas e dos meios aquáticos.

Outro aspecto relevante no que respeita à política comunitária é que a tomada de decisões do projecto se realiza a um nível o mais próximo possível dos lugares de utilização ou degradação da água, um critério expressamente citado no preâmbulo da

Directiva Quadro e que é a expressão do princípio de subsidiariedade, em vigor com o artigo 5 do Tratado.

A este propósito, a próxima criação em Espanha da Confederação Hidrográfica Minho-Lima e o aumento da transparência e da participação na definição da política hidráulica, que a nova Lei das Águas contemplará, reforçarão o papel da Uniminho como interlocutor em matéria de gestão hidráulica. O desenvolvimento do projecto ALOSA permitirá avançar na aplicação do princípio da subsidiariedade na gestão das águas da bacia baixa do Minho.

No que diz respeito às Directrizes estratégicas comunitárias 2007-2013, o projecto ALOSA está enquadrado no objectivo prioritário de "converter a Europa num lugar mais atractivo para viver e trabalhar" e, mais concretamente, na medida de "fortalecer as sinergias entre a protecção do meio ambiente e o crescimento".

Com efeito, o âmbito deste projecto destaca-se pela qualidade das suas paisagens naturais, pela sua riqueza em termos de património histórico e cultural e pela sua alta qualidade enquanto espaço residencial. Para que estes factores contribuam para o desenvolvimento local, as acções de saneamento e depuração são fundamentais para avançar no fortalecimento de sinergias entre o meio ambiente e o crescimento.

Esta coerência do projecto ALOSA com a perspectiva estratégica de fortalecer sinergias entre o meio ambiente e crescimento o tem também os seus reflexos em dois dos eixos prioritários do FEDER para o período 2007-2013:

- Meio ambiente, enquadramento natural, recursos hídricos e prevenção de riscos.
- Desenvolvimento sustentável local e urbano.

5.2.2. Políticas nacionais

De acordo com o Quadro Estratégico Nacional de Referência de Espanha, na última década, graças à aplicação do Plano Nacional de Saneamento e Tratamento de Águas Residuais 1995-2005, o cumprimento da Directiva 91/271/CEE, no que diz respeito à carga poluente, passou de 41%, expresso no equivalente por habitante, em 1995, para 73% em 2004, embora este valor diminua para 40% nas zonas urbanas. Existe ainda um número significativo de aglomerados urbanos (1157) que não cumpre a Directiva. Em qualquer caso, está-se ainda muito longe de alcançar os objectivos.

Com o objectivo de cumprir a Directiva e de prestar um serviço a um maior número de pessoas, a Confederação hidrográfica do Norte como organismo gestor desta bacia hidrográfica, na parte galega da Uniminho, centrou-se nas zonas com maior procura em termos de saneamento e tratamento de águas residuais, tanto de origem urbana como industrial. De facto, está a ser desenvolvido o projecto Saneamento da bacia hidrográfica do rio Louro que, também com financiamento do MIMAM e da Xunta de Galiza e com um orçamento global de 102 milhões de euros, contempla colectores e uma ETAR em Tuy.

O projecto ALOSA constitui, portanto, um complemento a estas actuações de âmbito nacional, ao abordar o saneamento de núcleos dispersos e com uma pequena população equivalente.

5.2.3. Políticas regionais

Como já foi referido, o âmbito do presente projecto não pertence à bacia hidrográfica Galiza-Costa, pelo que a sua gestão recai na Administração Central do Estado e não na administração regional. Por conseguinte, esta zona não é afectada pelas previsões e determinações do Plano de Saneamento da Galiza 2000-2015.

No Quadro Estratégico de Convergência Económica da Galiza 2007-2013, ainda a ser elaborado, pode destacar-se o objectivo intermédio de "Reforçar o potencial ambiental regional como veículo de desenvolvimento económico sustentável, protegendo e melhorando o seu enquadramento".

B2. GESTÃO SUSTENTÁVEL DO MONTE TRANSFRONTEIRIÇO E DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE INCÊNDIOS FLORESTAIS

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto

Do ponto de vista dos objectivos estratégicos propostos para a Uniminho através do presente Plano estratégico, o projecto que se apresenta enquadra-se no objectivo estratégico 2 "melhorar a gestão em matéria ambiental para preservar um recurso estratégico para o espaço da Uniminho" e encontra-se dentro dos âmbitos prioritários de actuação em matéria de ambiente definidos pelo Plano Estratégico da Uniminho.

Concretamente, dentro do Programa de melhoria da sustentabilidade ambiental do Plano Estratégico, inclui-se a realização de um Projecto de gestão florestal e extinção de incêndios.

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por um instrumento ou programa que será lançado no novo período 2007 - 2013, e mais concretamente à Iniciativa Interreg (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal).

1.2 Linha Estratégica em que se Enquadra o Projecto

De acordo com o Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), o projecto encaixar-se-ia com a seguinte prioridade do Projecto de Regulamento FEDER da CE (2007 - 2013).

- Fomentar a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente

Complementarmente, e de acordo com as prioridades do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), o projecto encaixar-se-ia directamente com a prioridade:

- Meio ambiente e ambiente natural e, dentro desta prioridade, alinhar-se-ia com o fomento da sustentabilidade ambiental dos espaços naturais e com a prevenção de riscos, especialmente de incêndios florestais, ambas incluídas nessa prioridade.

1.3 Relação com Outras Linhas Estratégicas

Complementarmente, o projecto que se apresenta relaciona-se de forma secundária com as seguintes prioridades do Projecto de Regulamento de FEDER da CE:

- Promover o desenvolvimento urbano e rural e as suas relações
- Desenvolver a colaboração, as capacidades e a utilização conjunta de infra-estruturas

De acordo com o esboço do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), este projecto está em linha, de forma secundária, com as seguintes prioridades:

- Ordenamento territorial, concretamente com o "desenvolvimento urbano e rural e as suas relações".
- Fomento da cooperação e integração económica e social através do "desenvolvimento da integração social, laboral e institucional, especialmente através de serviços conjuntos e equipamentos locais"
- Fomento da competitividade e promoção do emprego

2. DADOS BÁSICOS

2.1 Denominação do Projecto

Projecto de Gestão Sustentável do Monte Transfronteiriço e de Prevenção de Riscos de Incêndios Florestais. Para facilitar os aspectos relativos à comunicação, poderia utilizar-se o acrónimo PRIGES: Prevenção de Incêndios e Gestão Sustentável do Monte

2.2 Objectivos Gerais e Específicos do Projecto

O projecto que se apresenta tem como finalidade desenvolver planos, intervenções, infra-estruturas, serviços e equipamentos para permitir o desenvolvimento de uma gestão

respeitadora e sustentável do monte transfronteiriço e um sistema de gestão e infra-estruturas em matéria de prevenção de riscos de incêndios florestais.

Os objectivos gerais do projecto são os seguintes:

- Melhorar a profissionalização do sector produtor florestal, apoiando a criação de emprego e o desenvolvimento rural.
- Apoiar a sustentabilidade ambiental dos espaços naturais florestais, especialmente os de maior valor ambiental.
- Criar e Implementar instrumentos de gestão e ordenamento florestal que permitam um melhor planeamento dos espaços naturais.
- Reabilitar e valorizar espaços degradados ambientalmente, estabelecendo medidas de fomento e recuperação florestal.
- Apoiar a prevenção de catástrofes florestais através do desenvolvimento de actuações integrais em matéria de prevenção e defesa contra incêndios nos montes.
- Partilhar boas práticas no âmbito de actuação do projecto entre os diversos parceiros.

Para alcançar estes objectivos gerais, estabelecem-se os seguintes objectivos específicos:

- Apoiar a profissionalização do monte transfronteiriço através do desenvolvimento e implantação de instrumentos de gestão florestal.
- Valorizar em termos florestais os montes que contem com um instrumento de gestão florestal, através de intervenções silvícolas e de repovoamento.
- Desenvolver um plano geral de intervenções silvícolas em montes arborizados e de recuperação florestal em montes desarborizados.
- Recuperar, valorizar, consolidar e melhorar as massas de frondosas autóctones e de elevado valor ambiental como são os bosques de galeria dos rios da zona transfronteiriça.
- Desenvolver e executar um Plano de Intervenção para a prevenção contra incêndios florestais baseado no estudo e execução das infra-estruturas e equipamentos necessários na zona transfronteiriça.
- Criar um Sistema de Informação Geográfico de acessibilidade, equipamentos e recursos que facilite os trabalhos de gestão, prevenção e luta contra incêndios.
- Levar a cabo um Plano de Áreas Corta-fogos que permita criar perímetros de segurança em núcleos rurais concomitantes com áreas florestais onde o risco de incêndios florestais seja elevado.

- Desenvolver um Programa de Sensibilização ambiental transfronteiriço que permita fomentar e consciencializar os habitantes rurais acerca do valor dos montes transfronteiriços e detectar as problemáticas que estão por trás dos incêndios florestais no território.

2.3 Descrição de Síntese

O projecto que se apresenta tem como finalidade primordial contribuir para melhorar e recuperar o meio ambiente e o ambiente natural dos espaços florestais da zona transfronteiriça da Uniminho.

Hoje em dia, a principal problemática que afecta os montes em ambos os lados do Minho são os incêndios florestais. Assim, num território de apenas 190.000 ha., durante os 8 anos entre 1996 e 2003, arderam em total 67.020 ha., o que representa 35% da superfície total do espaço transfronteiriço, situação que se viu ainda mais agravada pela onda de incêndios do ano de 2006.

Do ponto de vista estrutural, estamos perante um monte que, na sua imensa maioria, é privado e onde a gestão comunitária (comunidades de montes) ou de comunidades locais (baldios) é muito significativa. O restante monte privado distribui-se por um grande número de pequenos proprietários florestais com uma escassa cultura florestal e de cooperação. Esta problemática descrita e as características estruturais particulares da propriedade não favorecem a aplicação de uma gestão florestal profissionalizada e orientada para a valorização do monte.

Com este projecto, pretende-se incidir sobre duas linhas complementares e inter-relacionadas entre si:

. Por um lado, gerir de forma respeitadora e sustentável o monte transfronteiriço, permitindo a profissionalização da gestão do monte privado, através do fomento da criação de agrupamentos florestais e da potenciação dos montes comunitários e dos baldios.

. Melhorar a prevenção de riscos florestais através da realização de acções integrais de actuação em matéria de prevenção e defesa contra incêndios florestais.

As medidas contempladas no projecto estão inter-relacionadas entre si e fazem parte de um plano de actuação geral que é complementado pelas políticas que a esse respeito se desenvolvem na zona. A novidade deste projecto está na aposta pela criação de unidades de gestão tecnicamente viáveis, a partir de pequenas propriedades, integrando, a todo momento, o proprietário, envolvendo-o nas medidas e acções a desenvolver e fomentando métodos de cooperação e trabalho para que persistam após a execução deste projecto.

Assim, a principal novidade deste projecto reside no facto de ir para além da mera execução de obras e actuações florestais, já que serão criadas as bases para uma nova organização do monte orientada pelo envolvimento dos proprietários, dando soluções de futuro através da criação de figuras de cooperação que permitam criar unidades de gestão viáveis. Em suma, o projecto procura valorizar o monte através da cooperação.

2.4 Actividades para a Execução do Projecto

Foram ordenadas em coerência com as actividades previstas pelo projecto, o que facilitará a sua posterior execução, acompanhamento e avaliação. As fases em que se estrutura permitirão a realização, de forma progressiva, das acções previstas:

- **Fase 1: Ordenamento e Repovoamento de Montes**

Esta actuação pretende dotar os montes do espaço transfronteiriço de instrumentos de gestão profissionalizados através dos quais se devem planificar as intervenções florestais do futuro. Em concreto, pretende-se a elaboração de projectos de ordenamento, planos técnicos de montes arborizados e projectos de repovoamento.

A elaboração deste tipo de projectos estará dirigida aos seguintes tipos de propriedade:

- . Montes comunitários ou baldios
- . Agrupamentos florestais de propriedades florestais particulares

De forma concreta, as actividades que serão desenvolvidas nesta fase são as seguintes:

- **Criação de um Gabinete Transfronteiriço de Escuta Florestal.** O gabinete tentará identificar quais são as problemáticas e conflitos que possam existir no monte, tratando de tomar as medidas oportunas que permitam integrar todos os interesses no desenvolvimento florestal. Como resultado desta intervenção, realizar-se-á uma classificação de riscos sociais de incêndios dos montes da zona transfronteiriça, de acordo com as diferentes problemáticas existentes e que consistirá no **Índice social de risco florestal**. A partir daí tentar-se-ão definir prioridades relativamente às restantes intervenções em montes onde a conflituosidade social rural o permita a priori. Este gabinete será formado por psicólogos, representantes das populações locais e proprietários florestais.
- **Criação de um Serviço de Apoio para o Fomento do Associativismo.** Este serviço de apoio será constituído por profissionais florestais e por representantes das populações locais, e terá como objectivo a constituição de unidades florestais tecnicamente viáveis a partir de propriedades florestais individuais. Com este serviço tenta-se valorizar as pequenas superfícies florestais que, de forma individual, teriam muita dificuldade em profissionalizar-se.

Desta forma, pretendem-se criar unidades de gestão com uma superfície mínima de 25 ha., cujos objectivos sejam pôr a funcionar um projecto de repovoamento ou um plano técnico de gestão florestal. Estes agrupamentos florestais deverão materializar-se através da constituição de uma figura jurídica dentro do estabelecido no quadro legislativo.

- **Criação de um Serviço Técnico de Apoio à Gestão Florestal.** Este serviço de apoio será constituído por um corpo de engenheiros/as e técnicos/as florestais de ambos os lados da fronteira, cujo objectivo será o seguinte:

. Apoiar e planificar as actuações contempladas nos projectos de repovoamento e ordenamento florestal. Tratar-se-ia de prestar um serviço de assistência técnica aos montes comunitários, baldios e agrupamentos florestais que carecem de técnicos/as profissionais capazes de levar a cabo as actuações previstas para os seus montes. Tentar-se-á por isso que os montes aderentes contem com um/a gestor/a profissional. Tratar-se-á de um serviço financiado a 100%.

. Desenvolvimento de Planos de Repovoamento em montes povoados por mato. Esta acção consistirá na execução de projectos de repovoamento de montes desarborizados, tanto com orientações produtivas como em termos de conservação. Neste último caso, serão tidas especialmente em conta as áreas mais sensíveis, como os leitos e os afluentes de rios, as ladeiras com especial risco de erosão, etc. Serão potenciadas nas acções de repovoamento de conservação as espécies autóctones. Neste caso, a superfície mínima de intervenção serão 5 ha.

No caso das acções de repovoamento produtoras, fomentar-se-á a repovoamento com várias espécies, sempre de acordo com as possibilidades da estação florestal e harmonizando os interesses sociais, ecológicos e económicos do monte. A superfície mínima de actuação seria de 25 ha. Serão tidas em especial consideração as infra-estruturas de acesso e a prevenção de incêndios na sua concepção.

As ajudas serão diferentes de acordo com os seguintes critérios:

- Montes Comunitários ou Baldios: 80%
- Agrupamentos Florestais: 100%

. Desenvolvimento de Planos de Ordenamento e Gestão Florestal. Trata-se de valorizar, através de uma gestão profissionalizada, os montes arborizados do espaço transfronteiriço. Através do desenvolvimento destes instrumentos de gestão, são planificadas as intervenções silvícolas ao longo do tempo, apresentando em pormenor os investimentos e rendimentos previstos. A superfície mínima de intervenção seria de 25 ha.

- Montes Comunitários ou Baldios: 75%
- Agrupamentos Florestais: 100%

- **Fase 2: Intervenções de Repovoamento Florestal e de Tratamentos Silvícolas**

Esta actuação consistirá na execução de obras no monte que permitam a realização de intervenções de repovoamento florestal e o desenvolvimento de tratamentos silvícolas.

Tratar-se-ia de criar uma linha de ajudas orientada para os montes do espaço transfronteiriço com os instrumentos de ordenamento ou repovoamento em vigor. As

obras de repovoamento ou os tratamentos silvícolas serão financiadas de acordo com os planos de actuação definidos nos mesmos.

As ajudas serão diferentes de acordo com os seguintes critérios:

- Montes Comunitários ou Baldios
 - o Acções de repovoamento florestais produtivas (espécies autóctones ou coníferas): 75%
 - o Acções de repovoamento florestais de conservação: 100%
 - o Tratamentos silvícolas: 75%
- Agrupamentos florestais
 - o Acções de repovoamento florestais produtivas (espécies autóctones ou coníferas): 90%
 - o Acções de repovoamento florestais de conservação: 100%
 - o Tratamentos silvícolas: 90%

Estas actividades terão, em todo o caso, de ser dirigidas por técnicos/as qualificados/as florestais e por empresas de serviços florestais com pessoal qualificado e com experiência.

De forma concreta, serão desenvolvidas intervenções do seguinte tipo:

- **Repovoamento florestal de coníferas e frondosas autóctones.** Fomentar-se-á a redacção de planos que prevejam a instalação das espécies com um maior valor ecológico e económico, sempre de acordo com as características da estação florestal.
- **Acções de desbaste, abertura de clareiras, de desmatação e de podas.** Estas intervenções serão realizadas em massas de regeneração natural ou plantação.
- **Mudanças de espécies.** Poderão ser financiadas acções de mudança de espécie, sempre que correspondam a espécies alóctones naturalizadas (eucalipto, acácia) que estejam afectadas por pragas ou relativamente às quais se tenham realizado 2 ou mais acções de cortes no passado.

- **Fase 3: Sustentabilidade de Massas de Frondosas Autóctones**

Trata-se de uma actuação orientada para as manchas de vegetação autóctone existentes na zona transfronteiriça, na qual serão financiadas intervenções em massas de mais de 3 ha. de extensão e, em particular, naquelas ligadas a enclaves fluviais ou de maior valor ecológico.

Em particular, desenvolver-se-ão intervenções do seguinte tipo:

- Controlo da vegetação de competência: desmatação
- Limpezas e Abertura de Clareiras
- Podas de formação e de manutenção
- Selecção de brotos
- Controlo da densidade: desmatação
- Tratamentos fitossanitários

O financiamento deste tipo de intervenções será de 100%.

- **Fase 4: Plano de Prevenção contra Incêndios Florestais**

Trata-se de desenvolver e executar um Plano de Intervenção para a prevenção contra incêndios florestais baseado no estudo e na execução das infra-estruturas e equipamentos necessários nos montes da zona transfronteiriça. Este Plano consistirá nas seguintes actuações concretas:

- **Estudo de Análise das Infra-estruturas e Equipamentos de Prevenção e Luta Contra Incêndios.** Este estudo analisará com que recursos contam actualmente os montes da região transfronteiriça e quais são as intervenções necessárias para prevenir, com um grau adequado, os riscos derivados dos incêndios florestais.

Este estudo estabelecerá, além disso, os modelos e as recomendações que deverão ser tidas em conta no planeamento dos projectos de repovoamento em matéria de infra-estruturas.

- **Recuperação e Construção de Infra-estruturas e Equipamentos de Prevenção e Luta contra Incêndios.** Serão desenvolvidas nos montes comunitários, baldios e agrupamentos florestais de acordo com o Estudo de Análise previamente definido. Dentro desta actividade, prevê-se o desenvolvimento das seguintes acções:

- . Abertura e revisão de caminhos florestais
- . Construção de pontos de água.
- . Abertura e manutenção de corta-fogos
- . Desenvolvimento de áreas e faixas de corta-fogos

Estas intervenções serão financiadas a 100% em todos os casos e realizar-se-ão, preferencialmente, nos montes que tenham um instrumento de gestão ou de planeamento (projecto de ordenamento ou de repovoamento).

- **Sistema de Informação Geográfico de Acessibilidade e Equipamentos de Prevenção e Luta contra Incêndios.** Com esta acção, pretende-se aplicar as TIC's de forma operativa na prevenção dos incêndios florestais. O seu objectivo é pôr à disposição de todos os agentes implicados na gestão do monte (proprietários/as, administração, gestores/as, etc.) informação relevante sobre as infra-estruturas e equipamentos, perfeitamente actualizados e localizados, de forma a permitir uma melhor optimização do seu uso. Terão informação precisa sobre cada infra-estrutura actual e recolherão os resultados previstos no Estudo de Análise previamente definido. A informação será apresentada na Internet e o sistema será gerido por profissionais florestais. Sobre cada infra-estrutura e equipamento analisados será apresentada informação sobre o seu estado actual, intervenções realizadas e/ou previstas, titularidade, etc. que será recolhida numa base de dados acessíveis por GIS.

Estão previstas as seguintes acções concretas dentro desta fase:

- **Caracterização da Acessibilidade**, através da definição de percursos e caminhos florestais.
- **Localização de Infra-estruturas e Equipamentos de Prevenção**: pontos de água, corta-fogos, áreas e faixas de corta-fogos, etc.
- **Localização de Obras Silvícolas Preventivas**: Informação sobre áreas onde seja necessário realizar obras silvícolas preventivas, estado actual, etc.

Esta actuação é completada pela realização de **acções de formação** para transmitir o seu funcionamento aos agentes envolvidos na gestão do monte, em particular: serviços de extinção de incêndios, proprietários florestais, colectivos comunitários locais, etc.

Ao mesmo tempo, existem outras infra-estruturas que deveriam ser aproveitadas e potenciadas para obter sinergias complementares. Referimo-nos fundamentalmente ao aeródromo do Vale do Minho (CERVAL), que apresenta um grande potencial de desenvolvimento e deveria de constituir uma infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento dos produtos turísticos associados à oferta de Golfe e desporto/aventura.

- **Fase 5: Plano de Áreas corta-fogos de Protecção Rural.**

De forma complementar às acções anteriores, será lançado um Plano de Áreas corta-fogos cujo objectivo principal é modificar a vegetação natural, densa e muito inflamável, trocando-a por outra vegetação de menor bio massa ou menos inflamável em zonas contíguas a núcleos de populações com o intuito de reduzir o risco de incêndios nas proximidades das zonas habitadas.

Para isso, serão identificados os núcleos rurais com maior risco e proceder-se-á a estas intervenções, com o consenso prévio das populações e de acordo com as normativas que tenham sido estabelecidas para esse efeito.

- **Fase 6: Sensibilização Ambiental**

Esta fase, de carácter horizontal terá como objectivo sensibilizar os habitantes do meio rural transfronteiriço sobre a importância do monte e o seu potencial. Por fim, a última fase consiste em conseguir uma maior valorização do monte por parte dos seus próprios proprietários, pelo que esta medida entra em relação directa com todas as anteriores.

As acções de sensibilização serão do seguinte tipo:

- Palestras informativas e de divulgação de carácter temático.
- Visita a montes e comunidades de proprietários/as que reflectam os ganhos alcançados através das práticas a investir no espaço transfronteiriço.
- Jornadas práticas de visitas aos montes da zona com peritos/as florestais, para dar a conhecer a riqueza natural da zona transfronteiriça.

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção serão as câmaras municipais do sul da província de Pontevedra que compreendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e o Baixo Minho e duas câmaras municipais da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), assim como as cinco Câmaras Municipais que fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho e que se integram na Uniminho.

Assim, o espaço geográfico será o que está compreendido na Uniminho e, mais concretamente, centrar-se-á nos montes e nos espaços florestais desta região.

3.2 Apresentação da Problemática que se Pretende Abordar

A Uniminho é um espaço transfronteiriço formado por 16 municípios do sul de Pontevedra e por 5 Câmaras Municipais do norte de Portugal. Em relação ao monte, a problemática que estes apresentam é a que caracteriza, de forma geral, todo o sector florestal do ocidente peninsular:

- Problemática muito importante de incêndios florestais devido a factores humanos, em muitos casos estruturais.
- Propriedade privada e muito atomizada.
- Existência de uma figura de propriedade própria e diferente do resto do conjunto de Portugal e Espanha: os montes comunitários e baldios
- Falta de cultura florestal e escassa valorização do monte.
- Mosaico territorial com diferentes usos em espaços muito reduzidos.
- Grande dispersão populacional
- Perda de população rural e desaparecimento dos costumes tradicionais agro-florestais.

Tudo isto tem contribuído para que um sector como o florestal, que encontra na Galiza e no Norte de Portugal óptimas condições sazonais para o seu desenvolvimento, não alcance o potencial desejado e enfrente, além disso, o maior número de incêndios e superfície destruída pelo fogo de toda a Europa.

Os dados da região transfronteiriça a esse respeito são eloquentes. Mais de 3.200 incêndios anuais e uma superfície arrasada nos últimos 8 anos equivalente a 35% da superfície total da Uniminho, retrata a gravidade do problema que enfrenta o monte transfronteiriço.

Por outro lado, a falta de uma profissionalização da gestão florestal e as limitadas infra-estruturas e equipamentos contra incêndios favorecem, em grande parte, um maior risco de incêndios florestais. Além do mais, a falta de informação e conhecimento das respectivas infra-estruturas por todos os agentes envolvidos no monte, incide negativamente na prevenção dos incêndios.

Tudo isto tem uma influência muito negativa no desenvolvimento rural do território. Numa conjuntura de transformação social do espaço rural, com perda de população e transformação dos costumes e aproveitamentos agrários tradicionais, é necessário

que surjam e sejam potenciadas novas oportunidades que permitam continuar a vincular os habitantes do meio rural com o seu enquadramento.

Para fazer do sector florestal no espaço transfronteiriço um eixo ligado à economia rural, é necessário fazer uma aposta decidida nesse sentido, sendo que esta aposta deva ser feita pelo proprietário/a florestal.

Os princípios fundamentais que orientam a realização deste projecto são os seguintes:

- A necessidade de reabilitar e valorizar o meio ambiente florestal.
- Envolver, em todas as fases do projecto, todos os agentes envolvidos no sector florestal, especialmente os seus proprietários/as.
- Articular um bom sistema de infra-estruturas e equipamentos que melhorem a prevenção dos incêndios florestais, facilitando esta informação a todos os agentes envolvidos
- Profissionalizar a gestão do monte apoiando a criação de unidades de gestão viáveis, fomentando a cooperação dos proprietários/as individuais.

3.3 Situação Actual do Projecto

Embora não existam antecedentes de projectos desta magnitude e profundidade na matéria, é importante analisar, nos próximos meses, os resultados obtidos em dois projectos da Iniciativa Interreg III-A que estão, actualmente, em execução.

Por um lado, o projecto COFROEM, que tem como objectivo o impulso dos recursos humanos e materiais à disposição dos serviços de emergências e salvamento; assim como a criação de parques de bombeiros nas comarcas, mas orientados para a prestação de serviços em áreas urbanas. Neste projecto, participam entre outros, a Deputación de Pontevedra, o Concelho de O Porriño, a Comunidade de Montes de Viana do Castelo e a Comunidade de Montes de Chaves.

Por outro lado, o projecto NAVI, promovido pela Secretaria do Ambiente e no qual participa também a Deputación de Pontevedra e a Comunidade de Montes de Vila Nova de Cerveira, tem como objectivo a promoção e a utilização sustentável dos espaços de carácter florestal através de um programa de criação de emprego e aproveitamento racional dos recursos económicos, sociais e culturais.

3.4 Resultados esperados e Objectivos Quantificados

Especificam-se, a seguir, os principais resultados que se esperam do projecto, de acordo com as actividades descritas anteriormente:

Fase 1: Ordenamento e Repovoamento de Montes

- **Actividade 1:** 1 Gabinete Transfronteiriço de Escuta Florestal para a classificação de riscos de âmbito social e estrutural que afectam os montes transfronteiriços.
- **Actividade 2:** 1 Serviço de Apoio para o Fomento do Associativismo orientado para a criação de unidades de gestão florestal tecnicamente viáveis.

- 1 Serviço Técnico de Apoio à Gestão Florestal, que se articula da seguinte forma:
 - o **Actividade 3:** Serviço de Gestão de Montes Transfronteiriços
 - o **Actividade 4:** Linha de Apoio para a elaboração de Planos de Repovoamento
 - o **Actividade 5:** Linha de Apoio para a elaboração de Planos de Ordenamento e de Gestão florestal

Fase 2: Intervenções de Repovoamento Florestal e de Tratamentos Silvícolas

- **Actividade 6:** 1 Linha de Apoio para a Execução de Projectos de Repovoamento Florestal de montes desflorestados da região transfronteiriça.
- **Actividade 7:** 1 Linha de Apoio para a Execução de Planos dos Projectos de Ordenamento e Planos Técnicos de Gestão Florestal

Fase 3: Sustentabilidade de Massas de Frondosas Autóctones

- **Actividade 8:** 1 Linha de Apoio para a Realização de Intervenções em Massas de Frondosas Autóctones

Fase 4: Plano de Prevenção contra Incêndios Florestais

- **Actividade 9:** 1 Estudo de Análise das Infra-estruturas e Equipamentos de Prevenção e Luta contra Incêndios
- **Actividade 10:** 1 Linha de Apoio para a Recuperação e Construção de Infra-estruturas e Equipamentos de Prevenção e Luta contra Incêndios.
- **Actividade 11:** 1 Sistema GIS de Acessibilidade e Equipamentos de Prevenção e Luta contra Incêndios

Fase 5: Plano de Áreas Corta-fogos de Protecção Rural

- **Actividade 12:** 1 Plano de Áreas Corta-fogos de Protecção Rural

Fase 6: Sensibilização Ambiental

- **Actividade 13:** 1 Programa de Informação e Divulgação Florestal
- **Actividade 14:** 1 Programa de Visitas de Boas Práticas Florestais
- **Actividade 15:** 1 Programa de Promoção e Difusão

3.5 Inovação e Valor Acrescentado do Projecto

O projecto que se apresenta contempla diferentes aspectos inovadores que se descrevem pormenorizadamente a seguir:

Relativamente à **temática**, trata-se de um projecto que integra, de forma complementar, uma série de actuações interrelacionadas, todas elas encaminhadas para melhorar a profissionalização do monte transfronteiriço. Consegue-se tudo isto tendo em conta o proprietário/a florestal, na sua grande maioria privado, o que, sem dúvida, irá favorecer o aumento da cultura florestal no território.

Quanto aos **meios e processos**, contar-se-á, a todo momento, com a participação activa dos proprietários e restantes agentes rurais envolvidos. O fomento do associativismo florestal através da constituição de agrupamentos florestais será um meio não só para desenvolver as restantes intervenções previstas no projecto, como também para procurar a criação de figuras estáveis de gestão florestal com vista ao futuro. Por outro lado, procura-se o envolvimento dos proprietários/as florestais ao estabelecer mecanismos de co-financiamento na execução de diferentes actividades.

No que diz respeito aos **resultados**, o projecto é muito inovador pela criação de actividades de clara intermediação com o(a)s proprietários/as e agentes rurais do espaço transfronteiriço. A criação de um Gabinete de Escuta Florestal que analise as problemáticas que possam estar relacionadas com o monte ou com os Serviços de Apoio ao Fomento do Associativismo e Gestão Florestal, permitirão determinar intervenções a realizar e envolver desde o princípio a população local no projecto que se venha a desenvolver.

Por outro lado, todas as intervenções florestais serão previamente recolhidas nos projectos técnicos florestais, o que, além disso, permitirá ter as actividades de futuro planificadas e as intervenções necessárias a realizar.

Outro aspecto relevante do projecto relativamente ao seu valor acrescentado é que, para além do seu carácter transfronteiriço, conjuga a vontade de parceiros com a experiência na temática a abordar. As diferentes experiências desenvolvidas pelos participantes são uma garantia para proporcionar ao projecto a riqueza e a versatilidade exigidas pela complexa problemática a abordar.

3.6 Calendário de Trabalho

Para alcançar os objectivos previstos, conta-se com uma duração de 24 meses. A título de exemplo, a data de início será a 1 de Janeiro de 2007 e a de finalização está prevista para 1 de Janeiro de 2009.

O projecto representa a activação de planos, intervenções, infra-estruturas, serviços e equipamentos para permitir o desenvolvimento de uma gestão respeitosa e sustentável do monte transfronteiriço e um sistema de gestão e infra-estruturas em matéria de prevenção de riscos de incêndios florestais. A duração do projecto justifica-se fundamentalmente pelas necessidades físicas de projecção e execução das intervenções, uma vez que muitas delas devem realizar-se de forma sequencial e de acordo com as estações do ano.

A especificação do calendário para cada uma das diferentes actividades é indicada a seguir.

CALENDÁRIO DE ACTIVIDADES								
ANOS	2007				2008			
TRIMESTRES	1	2	3	4	1	2	3	4
ACTIVIDADE								
Act. 1: Gabinete transfronteiriço de escuta florestal	X	X	X	X	X	X	X	X
Act. 2: Serviço de apoio ao fomento do associativismo	X	X	X	X	X	X	X	X
Act. 3: Serviço de gestão de montes transfronteiriço	X	X	X	X	X	X	X	X
Act. 4: Elaboração de projectos de repovoamento		X	X	X	X	X	X	
Act. 5: Elaboração de projectos de ordenamento florestal		X	X	X	X	X	X	
Act. 6: Execução de projectos de repovoamento florestal				X	X	X		X
Act. 7: Execução de projectos de ordenamento florestal			X	X	X	X	X	X
Act. 8: Execução de projectos em frondosas autóctones			X	X	X	X		
Act. 9: Estudo de análise das infra-estruturas		X	X					
Act. 10: Recuperação e Construção de Infra-estruturas				X	X	X	X	X
Act. 11: Sistema GIS de acessib. e equip. de prevenção					X	X	X	X
Act. 12: Plano de Áreas corta-fogos de protecção rural		X		X	X	X		X
Act. 13: Programa informativo e de divulgação florestal				X	X	X		
Act. 14: Programa de boas práticas florestais			X	X	X	X		
Act. 15: Promoção e divulgação do projecto			X	X	X	X	X	X

3.7 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

Os objectivos previstos no projecto traduzem-se no conjunto de resultados que se esperam conseguir, com um custo associado para a execução do projecto. Com o sistema de acompanhamento definido, será possível conhecer os possíveis desvios que se possam dar para assim adoptar medidas correctivas. Para tal, o Chefe de Fila irá implementar, com base nas suas atribuições, um sistema de acompanhamento, reenviando a informação para os parceiros que estejam envolvidos no mesmo.

O sistema de acompanhamento previsto pressupõe o controlo da realização das actividades de acordo com os objectivos operacionais expostos nesta proposta. Para tal, o Chefe de Fila irá desenvolver uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o objectivo de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- 4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Para alcançar estes objectivos e medir a eficácia e eficiência do projecto o sistema reunirá as seguintes informações:

1. Indicadores de realização de cada um dos parceiros, garantindo os mínimos estabelecidos no Complemento do Programa da Iniciativa Comunitária Interreg Espanha - Portugal para cada actuação e o grau de cumprimento dos objectivos.
2. Dados financeiros de acompanhamento dos compromissos contraídos por cada um dos parceiros.
3. Indicadores do nível de satisfação dos utilizadores e indicadores de resultado.

A recolha das informações será feita trimestralmente, seguindo a metodologia descrita a seguir:

- A) Concepção de algumas fichas específicas para cada actividade, que reunirão uma série de variáveis quantitativas e qualitativas. As fichas serão estruturadas por Actividade - Tipo.
- B) Estas fichas serão preenchidas pelos parceiros do projecto, principalmente aquelas que constituem o suporte da informação de carácter económico contabilístico.
- C) Os parceiros do projecto apresentarão as fichas trimestralmente, o que constituirá a base para a elaboração do relatório periódico de acompanhamento.
- D) A estruturação das fichas por Actividades - Tipo desenvolver-se-á em suporte informático e será colocada à disposição dos parceiros através da Intranet.

A sistematização na recolha e tratamento da informação permitirá realizar um processo de avaliação contínua que se materializará através da realização de estudos de avaliação parciais, e da elaboração de relatórios de carácter trimestral, e que será elaborado pela Equipa de coordenação e acompanhamento.

Relativamente aos **indicadores**, mostram-se, a seguir, aqueles que se prevê alcançar:

Indicadores de Realização	Unidades	Quantificação
Projectos de repovoamento	Nº projectos	30
Projectos de Ordenamento Florestal	Nº projectos	50
Execução Projectos Repovoamento Florestal	Nº obras	25
Execução Planos de Projectos Ordenamento	Nº obras	40
Execução Projectos Massas Frondosas	Nº obras	35
Estudo Análise Infra-estruturas e Equipamentos	Nº estudos	1
Execução de infra-estruturas e equipamentos	Nº obras	50
Sistema GIS Acessibilidade e Equipamento	Nº	1
Áreas corta-fogos protecção rural	Nº	80
Acções informativas e de divulgação	Nº palestras	65
Visitas boas práticas florestais	Nº visitas	30

Relativamente aos **Indicadores de Resultado**, são indicadas, a seguir, as previsões que serão alcançadas com o projecto:

Indicadores de Resultado	Unidades	Quantificação
Nº de lugares / freguesias submetidas à escuta florestal		100%
Proprietários/as florestais assessorado(a)s	Pessoas	1.000
Agrupamentos florestais constituídos	Agrupamentos	50
Comunidades de montes comunitários / baldios assessorados	Nº	70
Montes apoiados na gestão florestal	Nº	100
Monte com plano de repovoamento	Superfície (ha.)	4.000
Monte com projectos de Ordenamento Florestal	Superfície (ha.)	15.000
Monte repovoado	Superfície (ha.)	2.000
Monte com aplicação de tratamentos silvícolas	Superfície (ha.)	6.500
Monte com execução de projectos frondosas autóct.	Superfície (ha.)	1.400
Nº de utilizadores/as do estudo de análise de infra-estruturas e equip.	Nº entidades	50
Infra-estruturas: acerto e abertura de caminho florestal	Km.	100
Infra-estruturas: Construção de pontos de água	Depósitos	70
Infra-estruturas: Abertura e melhoria de corta-fogos	Km.	100
Infra-estruturas: Abertura e melhoria de áreas corta-fogos	Ha.	500
Utilizadores/as do sistema GIS de acessibilidade e equipamento	Nº entidades	50
Áreas corta-fogos de protecção rural	Ha.	500

Por último, enumeram-se os **indicadores de impacto** que se prevê alcançar com a execução do projecto actual:

Indicadores de Impacto	Unidades	Quantificação
Investimentos privados na repovoamento florestal	Nº	Aumento 25%
Investimentos privados em tratamentos silvícolas	Nº	Aumento 30%
Emprego criado relacionado com a silvicultura	Nº	Aumento de 10%
Superfície repovoada	Nº	Aumento de 30%
Superfície submetida a tratamentos silvícolas	Superfície	Aumento de 50%
Inícios de incêndio e Incêndios	Nº e Superfície	Redução de 50%
Nº de núcleos rurais protegidos da acção do fogo	Nº	Aumento de 100%

3.8 Orçamento económico por actividades

O orçamento total do projecto ascende aos 9.646.000 €, que se distribuem da seguinte forma:

	Orçamento
1. Obras públicas	7.960.000,00
2. Aquisição de materiais	0,00
3. Outros investimentos materiais	0,00
4. Prestações de serviços	610.000,00
5. Despesas com o Pessoal	581.000,00
6. Formação	200.000,00
7. Promoção e divulgação	150.000,00
8. Despesas gerais	50.000,00
9. Outros	95.000,00
Total	9.646.000,00 €

A distribuição orçamental por cada uma das actividades do projecto é a que se segue:

Fase 1: Ordenamento e Repovoamento de Montes

818.000 €

Actividade 1: Gabinete Transfronteiriço de Escuta Florestal

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	47.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	10.000,00
9. Outros	6.000,00
Total	63.000,00 €

Actividade 2: Serviço de Apoio ao Fomento do Associativismo

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	56.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	6.000,00
9. Outros	12.000,00
Total	74.000,00 €

Actividade 3: Serviço de Gestão de Montes Transfronteiriços

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	108.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	10.000,00
9. Outros	10.000,00
Total	128.000,00 €

Actividade 4: Elaboração de Projectos de Repovoamento

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	100.000,00
5. Despesas com o Pessoal	54.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	5.000,00
9. Outros	15.000,00
Total	174.000,00 €

Actividade 5: Elaboração de Projectos de Ordenamento Florestal

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	300.000,00
5. Despesas com o Pessoal	54.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	10.000,00
9. Outros	15.000,00
Total	379.000,00 €

Fase 2: Intervenções de repovoamento florestal e de tratamentos silvícolas

5.619.000 €

Actividade 6: Execução de Projectos de Repovoamento Florestal

	Orçamento
1. Obras públicas	2.500.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	44.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	3.000,00
9. Outros	10.000,00
Total	2.557.000,00 €

Actividade 7: Execução de Projectos de Ordenamento Florestal

	Orçamento
1. Obras públicas	3.000.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	0,00
5. Despesas com o Pessoal	44.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	3.000,00
9. Outros	15.000,00
Total	3.062.000,00 €

Fase 3: Sustentabilidade de Massas de Frondosas Autóctones

628.000 €

Actividade 8: Execução de Projectos em Massas de Arvoredo Autóctone

	Orçamento
1. Obras públicas	600.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	0,00
5. Despesas com o Pessoal	22.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	6.000,00
Total	628.000,00 €

Fase 4: Plano de prevenção contra incêndios florestais

1.855.000 €

Actividade 9: Estudo de Análise das Infra-estruturas e Equipamentos

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	90.000,00
5. Despesas com o Pessoal	0,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	90.000,00 €

Actividade 10: Recuperação e Construção de Infra-estruturas e Equipamentos

	Orçamento
1. Obras públicas	1.560.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	76.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	3.000,00
9. Outros	6.000,00
Total	1.645.000,00 €

Actividade 11: Sistema GIS de Acessibilidade e Equipamentos de Prevenção

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	120.000,00
5. Despesas com o Pessoal	0,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	120.000,00 €

Fase 5: Plano de Áreas Corta-fogos de Protecção Rural 376.000 €

Actividade 12: Plano de Áreas Corta-fogos de Protecção Rural

	Orçamento
1. Obras públicas	300.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	76.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	376.000,00 €

Fase 6: Sensibilização Ambiental 350.000 €

Actividade 13: Programa Informativo e de Divulgação Florestal

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	0,00
5. Despesas com o Pessoal	0,00
6. Formação	100.000,00
7. Promoção e divulgação	0,00
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	100.000,00 €

Actividade 14: Programa de Boas Práticas Florestais

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	0,00
5. Despesas com o Pessoal	0,00
6. Formação	100.000,00
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	100.000,00 €

Actividade 15: Promoção e Divulgação do Projecto

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	0,00
5. Despesas com o Pessoal	0,00
6. Formação	0,00
7. Promoção e divulgação	150.000,00
8. Despesas gerais	0,00
9. Outros	0,00
Total	150.000,00 €

3.9 Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

Tal como se referiu anteriormente, este projecto está concebido para ser desenvolvido ao abrigo dos fundos do novo quadro comunitário para o período 2007 - 2013 e, mais concretamente, sob a iniciativa comunitária Interreg. Neste sentido, o novo programa operativo de objectivo 3 para a cooperação transfronteiriça inclui, entre as suas prioridades, as acções de conservação do meio ambiente e as acções de prevenção de riscos, especialmente aos incêndios florestais.

Em qualquer caso, a temática de actuação do projecto contempla-se nos objectivos de actuação do projecto de regulação do FEDER (artigos 4 e 5), tanto sob o ponto de vista da conservação do ambiente e da valorização de recursos, como da vertente da prevenção e extinção de incêndios.

3.10 Identificação de possíveis parceiros, agentes envolvidos e beneficiários

Para a apresentação deste projecto à iniciativa comunitária que substituirá o Interreg, o promotor seria a entidade de cooperação transfronteiriça da Uniminho, criada no âmbito da iniciativa comunitária Interreg III A.

Como possíveis parceiros na altura de apresentar uma candidatura, poderiam ser referidos, entre outros, os seguintes:

- Comunidade Intermunicipal Vale do Minho
- Deputación Provincial de Pontevedra.
- Secretaria do Meio Rural

- D.G. das Florestas.
- Associações de proprietários florestais

4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

4.1 Impacto Transfronteiriço das acções do projecto

O âmbito geográfico do projecto encontra-se na região Euro formada pela Galiza e pela Região Norte de Portugal. O projecto localiza-se em plena zona transfronteiriça, em 16 municípios do sul de Pontevedra que formam as comarcas de A Paradanta, O Condado, o Baixo Minho e dois municípios da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas) que fazem fronteira com as 5 Câmaras municipais do Norte de Portugal, incluídas no projecto e que constituem a entidade de cooperação transfronteiriça Uniminho.

O carácter transfronteiriço foi delineado a partir do momento da concepção do projecto, já que este parte da própria entidade transfronteiriça da Uniminho. Isto traduziu-se no estabelecimento de canais de comunicação eficazes e na realização de diversas reuniões transnacionais.

Por outro lado, a execução das acções previstas no projecto implicarão a concertação dos parceiros de ambos os países. Assim, existem actividades, tais como a assessoria e o fomento do associativismo, que terão carácter transnacional e um âmbito territorial que abarca ambos os lados do rio Minho.

As restantes actividades serão dirigidas e promovidas por uma equipa técnica luso-espanhola, contratada para a execução do projecto e que terá como âmbito de actuação territorial todo a Uniminho.

Por último, a gestão e o acompanhamento do projecto estão pensados a partir de uma estrutura orgânica que garante a participação conjunta e igualitária de todos os parceiros. Assim, a gestão do projecto será feita tendo em conta a natureza das actuações, independentemente da localização geográfica de cada parceiro, garantindo o carácter transfronteiriço.

4.2 Coerência com políticas comunitárias, nacionais e regionais

O projecto proposto enquadra-se nas seguintes directrizes e referências das políticas europeias e nacionais:

- ETE, Estratégia Territorial Europeia. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE.
- Uma Estratégia da UE para o Sector Florestal. COM (1998) 649
- NORTE 2015: Uma Região. Um Futuro. Uma Estratégia.
- Estratégia Florestal Espanhola. Ministério do Ambiente Espanhol
- Estratégia para a biodiversidade na Galiza. Xunta de Galiza. Secretaria de Meio Ambiente

B3. ACÇÕES DE RESTAURO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE ACESSIBILIDADE ÀS RIBEIRAS DO MINHO (ARDEA)

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1. Programa Operacional a que Pertence o Projecto

O projecto "Acções de restauro ambiental e desenvolvimento de equipamentos de acessibilidade às ribeiras do Minho" pertence ao Programa de melhoria da sustentabilidade ambiental do Plano Estratégico da Uniminho. O projecto chave dentro deste programa é o projecto de Acções Locais em Saneamento e Abastecimento no espaço transfronteiriço da Uniminho (ALOSA), considerado como estruturante. O presente projecto é considerado como sendo estruturante, juntamente com o Projecto de Gestão Sustentável do Monte Transfronteiriço e de Prevenção de Riscos de Incêndios Florestais

1.2. Linha Estratégica na qual se Enquadra o Projecto

O presente projecto enquadra-se na linha estratégica "Melhorar a gestão do meio ambiente como recurso estratégico, que se considera ser um objectivo fundamental para avançar no desenvolvimento do propósito geral da Uniminho: Promover o crescimento e o emprego na zona transfronteiriça.

1.3. Relação com outras Linhas Estratégicas

O carácter fortemente transversal que caracteriza as acções ambientais reflecte-se na relação deste projecto com outros dois dos objectivos directos do Plano Estratégico: 1.

potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego; 2. apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave na Uniminho.

Estas relações com outros objectivos directos do Plano Estratégico colocam este projecto em estreita relação com dois dos objectivos transversais: 1. Avançar para um modelo de turismo de qualidade e sustentável e 2. Revalorizar o património natural e cultural como factor de desenvolvimento.

2. DADOS BÁSICOS

2.1. Denominação do Projecto

O presente projecto é denominado "Acções de restauro ambiental e desenvolvimento de equipamentos de acessibilidade às ribeiras do Minho", adiante denominado com o acrónimo ARDEA.

2.2. Objectivos Gerais e Específicos do Projecto

O projecto ARDEA surge com o propósito de fazer com que o elemento mais característico da zona transfronteiriça Uniminho, o espaço fluvial, seja um lugar acessível e caracterizado por usos de carácter recreativo e educativo que contribuam para a conservação e melhoria dos seus valores naturais, culturais e paisagísticos.

Os objectivos gerais do projecto são os seguintes:

- Promover a conservação das ribeiras fluviais do Minho
- Promover o acesso aos espaços de ribeira
- Divulgar os valores ambientais dos espaços fluviais
- Promover actividades de recreio compatíveis com a conservação dos espaços de ribeira.

Para alcançar estes objectivos gerais, estabelecem-se os seguintes objectivos específicos:

- Criar uma rede de caminhos que permitam aproximar as populações aos habitats da ribeira do Minho.
- Desenvolver trabalhos de restauro ambiental e de elementos do património cultural ligados ao espaço fluvial.
- Construir infra-estruturas de informação e divulgação ambiental ligadas ao caminho.
- Criar um viveiro de espécies de ribeira para ser usado em actividades pedagógicas e de educação ambiental.

2.3. Descrição de Síntese

O projecto é composto por duas partes diferenciadas, uma de elaboração de projectos e outra de execução.

O rio desenha uma fronteira de cerca de 50 quilómetros que corre pelo centro do espaço transfronteiriço Uniminho. Neste percurso, as ribeiras do rio apresentam diferentes ambientes. Os bosques húmidos, embora importantes, não são a unidade

ambiental maioritária do espaço funcional das ribeiras. Marismas, carriçais, mosaicos de cultivos rurais, formações florestais, matos, infra-estruturas de comunicação, construções de uso agrícola, zonas residenciais ou explorações de terrenos áridos são usos do solo presentes no espaço da ribeira do Minho que apresentam um diferente âmbito de influência das actividades humanas. Também a dimensão legal apresenta uma grande variedade, incluindo espaços propostos para a rede natura 2000 e protecções de carácter sectorial submetidas a diferentes processos de planeamento.

Esta complexa realidade natural, ambiental e jurídico-institucional faz com que seja necessário realizar trabalhos prévios de inventário ambiental que permitam realizar uma reflexão na qual se possam basear as acções a levar a cabo. E esta reflexão deve também incluir um processo de participação que envolva as diferentes administrações e responsabilidades que confluem no espaço da ribeira. Este processo de reflexão e participação, que se baseará em inventários detalhados, permitirá efectuar com garantias a redacção de projectos de intervenção orientados para o desenvolvimento do sistema de caminhos fluviais do Minho.

As acções a desenvolver são basicamente: caminhos fluviais de pavimento macio, embora com sistemas de drenagem que permitam um uso razoável durante o Inverno. Também serão realizadas acções pontuais de regeneração natural e de restauro do património cultural. Serão instalados elementos de sinalização e informação relacionados com o passeio e construído um viveiro de espécies de ribeira para utilizar nos trabalhos de regeneração, que fará parte de um programa de educação ambiental.

Nas acções a desenvolver será prestada especial atenção à integração destes equipamentos de melhoria da acessibilidade das ribeiras do Minho e dos núcleos populacionais. A este respeito serão desenvolvidos projectos específicos nas zonas mais sensíveis pela presença de elementos singulares de património construído ou pela sua riqueza paisagística.

2.4. Actividades para a Execução do Projecto

Em conformidade com o disposto no ponto anterior, as actividades do projecto ARDEA serão organizadas em quatro fases: 1. Inventário e caracterização ambiental; 2. Concepção de projectos de caminhos e equipamentos associados; 3. Construção de caminhos e equipamentos e 4. Actuações complementares

A primeira fase, Inventário e caracterização ambiental, consiste na compilação de informação básica, tanto formal como informal, necessária para levar a cabo a tarefa de redacção dos projectos. É composta pelas seguintes actividades:

- Inventário de actividades e equipamentos existentes
- Inventário de valores naturais
- Inventário de património cultural
- Inventário de planos e projectos existentes
- Coordenação e integração da elaboração de inventários

A segunda fase consiste na redacção dos projectos de intervenção, tanto de caminhos como de equipamentos associados. É composta pelas seguintes actividades:

- Análise de alternativas
- Desenho do traçado global
- Desenho de traçados temáticos

- Desenho de equipamentos do caminho
- Desenho de equipamentos complementares
- Projectos de regeneração da paisagem natural
- Projectos de restauro do património cultural
- Projectos de integração com núcleos
- Trabalhos de coordenação de projectos

Realizados os projectos, é iniciada a fase de execução, na qual se incluem as seguintes actividades:

- Construção de caminho de terra batida com drenagem em empedrado
- Elementos elevados de madeira tratada
- Pavimento flexível para ciclovias
- Plantações de reforço
- Instalação de elementos de sinalização
- Instalação de mobiliário recreativo
- Caminhos de ligação com núcleos
- Direcção e coordenação das obras

Também é contemplada uma quarta fase composta por actuações complementares, nas quais se incluem as seguintes acções:

- Instalação de um viveiro de espécies de ribeira
- Desenvolvimento de programas educativos
- Programa de difusão
- Restauro do património cultural

No seguinte quadro são descritas estas as fases e actividades, com a respectiva previsão orçamental.

Fases e actividades do projecto ARDEA		
FASES	ACTIVIDADES	IMPORTÂNCIA
FASE I	INVENTÁRIO E CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	
	I.1. Inventário de actividades e equipamentos existentes	16.500
	I.2. Inventário de valores naturais	20.000
	I.3. Inventário de património cultural	18.000
	I.4. Inventário de planos e projectos existentes	12.000
	I.5. Coordenação e integração da elaboração de inventários	30.000
		96.500
FASE II	CONCEPÇÃO DE PROJECTOS DE CAMINHOS E DE EQUIPAMENTOS ASSOCIADOS	
	II.1. Análise de alternativas	22.000
	II.2. Desenho do traçado global	30.000
	II.3. Desenho de traçados temáticos	18.000
	II.4. Desenho de equipamentos do caminho	18.000
	II.5. Desenho de equipamentos complementares	30.000
	II.6. Projectos de regeneração da paisagem natural	18.000
	II.7. Projectos de restauro do património cultural	35.000
	II.8. Projectos de integração com núcleos	24.000
	II.9. Trabalhos de coordenação de projectos	45.000
		240.000

FASE III	CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS E DE EQUIPAMENTOS	
	III.1. Construção de caminho de terra batida com drenagem em empedrado	690.000
	III.2. Elementos elevados de madeira tratada	331.200
	III.3. Pavimento flexível para ciclovias	110.400
	III.4. Plantações de reforço	207.000
	III.5. Elementos de sinalização	36.800
	III.6. Mobiliário recreativo	161.000
	III.7. Caminhos de ligação com núcleos	600.000
	III.8. Direcção e coordenação das obras	60.000
		2.196.400
FASE IV	ACTUAÇÕES COMPLEMENTARES	
	IV.1. Instalação de um viveiro de espécies de ribeira	120.000
	IV.2. Desenvolvimento de programas educativos	90.000
	IV.3. Programa de difusão	25.000
	IV.4. Restauro do património cultural	350.000
		585.000
TOTAL		3.117.900

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1. Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção será as das câmaras municipais do Sul da província de Pontevedra, que compreendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e o Baixo Minho, assim como as cinco Câmaras Municipais que pertencem à Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho e que se integram na Uniminho.

Por isso, o espaço geográfico será o que está compreendido pela Uniminho, embora se centre especificamente nos municípios da ribeira do Minho. Não obstante, na concepção de caminhos temáticos poder-se-á seleccionar qualquer espaço fluvial ligado às ribeiras do Minho.

3.2. Apresentação da Problemática que se Pretende Abordar

Os espaços fluviais são ecossistemas frágeis, e além do mais, no caso das ribeiras do Minho, encontram-se numa situação muito vulnerável perante o desenvolvimento urbanístico.

O previsível desenvolvimento que irá afectar a área do Minho e, especialmente, as actividades ao ar livre ligadas aos recursos fluviais pode afectar negativamente a conservação dos seus valores naturais e paisagísticos. Para canalizar esse desenvolvimento para um modelo que respeite o meio ambiente, empreende-se este projecto de acessibilidade para abrir o Minho à população, com um modelo de desenvolvimento sustentável.

3.3. Situação Actual do Projecto

Não existem iniciativas actuais específicas em matéria de caminhos, embora se tenham empreendido actuações de carácter pontual, em diferentes pontos da zona da ribeira e com distintos critérios de actuação.

3.4 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

Os objectivos previstos no projecto traduzem-se no conjunto de resultados que se esperam conseguir, com um custo associado para a execução do projecto. Com o sistema de acompanhamento definido, será possível conhecer os possíveis desvios que se possam dar para assim adoptar medidas correctivas. Para isso, o chefe de Fila implementará, através das suas atribuições, um sistema de acompanhamento, divulgando a informação junto dos sócios que estejam envolvidos no mesmo.

O sistema de acompanhamento previsto pressupõe o controlo da realização das actividades de acordo com os objectivos operacionais expostos nesta proposta. Para tal, o Chefe de Fila irá desenvolver uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o objectivo de:

- Garantir a correcta administração dos fluxos financeiros;
- Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto relativamente ao desenvolvimento e execução das acções, para que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Para alcançar estes objectivos e medir a eficácia e eficiência do projecto o sistema reunirá as seguintes informações:

1. Indicadores de realização de cada um dos parceiros, garantindo os mínimos estabelecidos no Complemento do Programa da Iniciativa Comunitária Interreg Espanha - Portugal para cada actuação e o grau de cumprimento dos objectivos.

2. Dados financeiros de acompanhamento dos compromissos contraídos por cada um dos parceiros.

3. Indicadores do nível de satisfação dos utilizadores e indicadores de resultado.

A recolha das informações será feita trimestralmente, seguindo a metodologia descrita a seguir:

A) Concepção de algumas fichas específicas para cada actividade, que reunirão uma série de variáveis quantitativas e qualitativas. As fichas serão estruturadas por Actividade - Tipo.

B) Estas fichas serão preenchidas pelos parceiros do projecto, principalmente aquelas que constituem o suporte da informação de carácter económico contabilístico.

C) Os parceiros do projecto apresentarão as fichas trimestralmente, o que constituirá a base para a elaboração do relatório periódico de acompanhamento.

D) A estruturação das fichas por Actividades - Tipo desenvolver-se-á em suporte informático e será colocada à disposição dos parceiros através da Intranet.

Indicadores de realização, resultado e impacto

REALIZAÇÃO

Número de inventários	4
Número de projectos redigidos	7
Número de projectos executados	7
Viveiros de espécies de ribeira	1
Programas educativos	1
Programas de difusão	1
Projectos de restauração património cultural	8-15

RESULTADO

Km de passeio fluvial	70-90
Número de pés de árvores plantados	3.500-4.500
Elementos de sinalização	70-90
Número de caminhos temáticos	3-5
Equipamentos educativos	1

IMPACTO

Aumento de caminheiros junto ao rio	80-90%
Aumento de utilizadores das actividades existentes	40-50%
Aumento de novas actividades ao ar livre	30-40%

3.5. Orçamento económico por actividades

O orçamento total do projecto ascende aos 9.646.000 €, que se distribuem da seguinte forma:

Orçamento por tipos de gasto do projecto ARDEA (milhares de euros)

		OBRAS PÚBLICAS	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS	OUTROS INVESTIMENTOS MATERIAIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	GASTOS COM O PESSOAL	FORMAÇÃO	PROMOÇÃO E DIFUSÃO	GASTOS GERAIS	OUTROS		
	ACÇÕES										TOTAL	%
FASE I	Actividades e equipamentos				16,5						16,5	0,53
	Valores naturais				20						20	0,64
	Património cultural				18						18	0,58
	Planos e projectos existentes				12						12	0,38
	Coordenação de inventário				30						30	0,96
FASE II	Análise de alternativas				22						22	0,71
	Desenho do traçado global				30						30	0,96
	Desenho de traçados temáticos				18						18	0,58
	Concepção de equipamentos				18						18	0,58
	Concepção de equip.				30						30	0,96
	Projectos de regeneração				18						18	0,58
	Projectos de restauro				35						35	1,12
	Integração com os núcleos				24						24	0,77
	Trabalhos de coordenação					45					45	1,44
FASE III	Passeio macio de gravilha	690									690	22,13
	Elementos elevados de madeira	331,2									331,2	10,62
	Pavimento flexível	110,4									110,4	3,54
	Plantações de reforço	207									207	6,64
	Elementos de sinalização	36,8									36,8	1,18
	Mobiliário recreativo	161									161	5,16
	Percursos de ligação com	600									600	19,24
	Direcção e coordenação					60					60	1,92
FASE IV	Viveiro de espécies de ribeira			120							120	3,85
	Desenvolvimento de progr.				90						90	2,89
	Programa de difusão							25			25	0,80
	Restauração patrim. cultural	350									350	11,23
TOTAL		2.486,4		120	351,5	135		25			3.117,9	100
Percentagem		79,75%		3,85%	11,27%	4,33%		0,8%			100%	

3.6 Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

Tal como se referiu anteriormente, este projecto está concebido para ser desenvolvido ao abrigo dos fundos do novo quadro comunitário para o período 2007 - 2013 e, mais concretamente, sob a iniciativa comunitária Interreg. Neste sentido, o novo programa operativo de objectivo 3 para a cooperação transfronteiriça inclui entre as suas prioridades acções de conservação do meio ambiente.

3.7. Identificação de eventuais parceiros, agentes envolvidos e beneficiários

Para a apresentação deste projecto à iniciativa comunitária Interreg, o promotor seria a entidade de cooperação transfronteiriça da Uniminho, criada no âmbito do programa comunitário Interreg III A.

Como possíveis parceiros na altura de apresentar uma candidatura, poderiam ser referidos, entre outros, os seguintes:

Comunidade Intermunicipal Vale do Minho
Deputación Provincial de Pontevedra.
Secretaria do Meio Ambiente
Ministério do Ambiente Espanhol
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
Confederação Hidrográfica do Norte
Águas de Galiza

4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

Impacto Transfronteiriço das acções do projecto

O Minho é o elemento geográfico mais singular e representativo do espaço transfronteiriço da Uniminho. Uma acção conjunta sobre as suas ribeiras, com critérios ambientais, tratamento e sinalética homogéneos levará a uma maior coesão da paisagem. Da mesma forma, a melhoria nas acessibilidades traduzir-se-á numa percepção mais integrada do rio, especialmente para os utilizadores dos caminhos e das infra-estruturas e equipamentos para actividades ao ar livre que há no rio.

PROJECTOS COMPLEMENTARES

b1. GESTÃO DE RESÍDUOS ESPECÍFICOS: INDUSTRIAIS, DE CONSTRUÇÃO E DE MONTES

Objectivos gerais do projecto

Os objectivos gerais deste projecto visam facilitar políticas de respeito ambiental nos sectores produtivos privados, especialmente nas áreas da construção, indústria e produção florestal.

Com este projecto pretendemos definir bases que permitam estabelecer um serviço integral que gire os resíduos específicos produzidos por estas áreas de actividade.

Descrição do projecto

O projecto apresentado estabelecerá as bases para a gestão integral dos resíduos que gerados nas indústrias da região transfronteiriça, nas empresas de construção e também abordará o aproveitamento da biomassa residual dos montes a ambos lados do Minho.

Concretamente, o projecto compreenderá a realização das seguintes acções:

Em primeiro lugar, realizar-se-ia um "Estudo e Planeamento de Usos de Resíduos na Região Transfronteiriça" com o qual se tentaria determinar a geração de resíduos na região, a sua classificação e a determinação das necessidades de infra-estruturas que permitissem o seu tratamento e a sua posterior valorização.

Numa segunda fase, seriam planificados 3 Serviços de Gestão de Resíduos relacionados com os três subsectores indicados. Estes serviços de gestão estariam orientados para a activação de uma Rede de gestão e na recolha de resíduos na região, pela mão das empresas privadas que, para esse efeito, já operassem na zona.

Finalmente, o projecto também contemplaria a elaboração dos projectos das infra-estruturas necessárias para utilizar e valorizar os respectivos resíduos. Assim, no caso concreto dos resíduos florestais, estudar-se-ia a viabilidade de uma Instalação de biomassa para a produção de energia eléctrica e, no caso dos resíduos de construção, a viabilidade de uma Instalação de Reciclagem e Recuperação.

Justificação e necessidade da actuação

A actividade humana comporta a necessária geração de resíduos. Embora isso possa ser problemático para o meio ambiente, uma gestão sustentável passa a conseguir uma valorização e uma recuperação dos mesmos para que o impacto negativo seja o menor possível.

A gestão de resíduos industriais e de construção está presente nos quadros normativos de ambos os países e, no caso da biomassa das massas florestais, as Administrações estão cada vez mais sensibilizadas para obrigar o/a proprietário/a a controlá-las.

Por isso, é necessário que, no espaço administrativo local, se procurem iniciativas e medidas que contribuam para que o tecido económico transfronteiriço possa cumprir com as respectivas normas e, dessa forma, conseguir uma melhor gestão de nosso ambiente local.

Actividades previstas para a sua execução

- Estudo e Planeamento de Usos de Resíduos
- Rede de Gestão e Recolha de Resíduos
- Estudo de Viabilidade de uma Central de biomassa
- Estudo de Viabilidade de uma Central de Reciclagem e Recuperação de Resíduos de construção.
- Edição de materiais de divulgação: concepção, construção de maquetas e impressão
- Divulgação e Difusão.

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto terá uma duração estimada de 24 meses.

O orçamento estimativo será o seguinte:

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGIVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais	300.000,00	Rede de gestão e recolha de resíduos
4. Prestações de serviços	250.000,00	Desenvolvimento de estudos
5. Despesas com o Pessoal	150.000,00	3 pessoas durante 24 meses
6. Formação		Acções de formação e Sensibilização
7. Promoção e divulgação	90.000,00	Difusão geral do projecto
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	780.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto pode ser liderado pela Uniminho, podendo actuar como entidade promotora da iniciativa, mas poderá contar também com a participação de outras entidades públicas com autoridades ambientais, nomeadamente a Secretaria do Meio Ambiente. Também deveriam participar as associações de empresários da zona e empresas do sector da gestão de resíduos.

Considerações para o seu financiamento

O projecto fundamenta-se numa colaboração transfronteiriça evidente. Por este motivo, entendemos que se deveria encaixar directamente nos eixos de actuação do programa operativo de cooperação transfronteiriça. Enquadrar-se-ia especialmente na segunda das estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, a saber: fomentar a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente.

b2. GESTÃO CONJUNTA DO ESTUÁRIO DO MINHO

Objectivos gerais do projecto

O rio Minho, outrora fronteira divisória entre a Galiza e o Norte de Portugal, converteu-se no eixo de inter-relação e na estruturação do espaço Uniminho. Sob esta premissa, o projecto que se apresenta pretende integrar, de forma conjunta, a gestão das administrações locais sobre este espaço no quadro das suas respectivas competências.

O objectivo geral do projecto é conseguir uma gestão conjunta do estuário como espaço natural e conseguir uma melhoria da navegabilidade do Rio Minho no troço compreendido pela região transfronteiriça.

Descrição do projecto

O projecto que se apresenta tem uma clara vocação ambiental e turística. Em ambos os casos, as acções a levar a cabo devem realizar-se sob a óptica de um todo.

Por tudo isto, o projecto que se apresenta iria contemplar as seguintes acções:

- **Estudo e Estabelecimento de Prioridades das Acções e Intervenções que permitam uma melhoria ambiental no estuário do rio Minho.** Com esta acção, tenta-se determinar quais são as ameaças que, actualmente, danificam a zona assinalada e as medidas a tomar.

- **Execução de Actuações de Recuperação Ambiental.** De acordo com as necessidades detectadas no quadro do projecto, proceder-se-á à realização de obras e de infra-estruturas de recuperação ambiental.
- **Plano de Aproveitamento piscícola conjunto.** Trata-se de comprometer as populações locais e as administrações a uma gestão conjunta que permita superar as actuais diferenças produzidas no aproveitamento piscícola do rio. Esta acção contaria, da mesma forma, com o envolvimento dos colectivos locais ligados a esta actividade e com a realização de actividades de sensibilização e formação.
- **Estudo e Realização das Acções que permitam uma melhor navegabilidade do Rio.** Por último, o projecto visa também melhorar a navegabilidade do rio começando pela realização de um estudo que identifique as melhorias a realizar, infra-estruturas de atraque a reparar ou construir, bem como definindo rotas a realizar com uma clara orientação para o turismo fluvial.

Justificação e necessidade da actuação

Na Europa sem fronteiras dos nossos dias, o rio Minho deixou de ser uma barreira territorial para se converter no eixo no qual assenta o desenvolvimento do espaço transfronteiriço da Uniminho.

Para isso, é necessário aplicar políticas homogéneas, do ponto de vista da gestão local ao longo deste espaço comum. Com este projecto, pretende-se potenciar o rio através de uma recuperação ambiental do seu enquadramento e de uma melhoria da sua gestão piscícola e turística.

Actividades previstas para a sua execução

- Estudo para a melhoria ambiental do rio Minho
- Plano de execução de actuações de recuperação ambiental
- Concepção e activação do Plano experimental de aproveitamento piscícola conjunto do Rio Minho.
- Estudo e Execução de Infra-estruturas para a Navegabilidade do Rio Minho

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto terá uma duração aproximada de 24 meses, podendo estender-se até aos 36 meses.

O orçamento estimativo será o seguinte:

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas	200.000,00	Infra-estruturas e acções para navegabilidade do rio
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais	400.000,00	Actuações de recuperação ambiental
4. Prestações de serviços	250.000,00	Estudo de navegabilidade e de melhoria ambiental
5. Despesas com o Pessoal	120.000,00	3 pessoas durante 24 meses
6. Formação	100.000,00	Acções de formação e Sensibilização
7. Promoção e divulgação	90.000,00	Difusão geral do projecto e concurso
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	1.160.000 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto pode ser liderado pela Uniminho, podendo actuar como entidade promotora da iniciativa, mas poderá contar também com a participação de outras entidades públicas com autoridades ambientais, nomeadamente a Secretaria do Meio Ambiente. Também deveriam participar as associações ambientais locais para a realização de acções de divulgação e dinamização.

Considerações para o seu financiamento

Entendemos que este projecto deveria ter um enquadramento directo nos eixos de actuação do programa operativo de cooperação transfronteiriça. Enquadrar-se-ia especialmente na segunda das estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, a saber: fomentar a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente.

b3. SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objectivos gerais do projecto

O ambiente é um dos campos prioritários que o novo quadro comunitário vai continuar a financiar. O objectivo deste projecto é fazer do ambiente uma temática comum a todos os colectivos da região transfronteiriça. Pela primeira vez, pretende-se levar a cabo um programa integral, com especial incidência nos sectores e colectivos mais necessitados. Também é importante destacar que a componente prática é uma das prioridades do projecto, característica que se reflectirá no projecto que se apresenta.

Descrição do projecto

O projecto que se apresenta pretende informar e sensibilizar no campo do meio ambiente de uma forma integral no espaço transfronteiriço e pretende fazê-lo principalmente entre os colectivos que não costumam ser destinatários prioritários de acções de educação ambiental, como a indústria ou o sector dos serviços.

Desta forma, este Programa de Sensibilização e Educação Ambiental compreenderá as seguintes acções:

- **Serviço de Sensibilização e Informação Ambiental.** Embora seja certo haver ferramentas de sensibilização ambiental e documentação diversa sobre este tema, é necessário um serviço que aglutine essa informação e que a coloque ao serviço dos diferentes colectivos da zona transfronteiriça. Para isso, criar-se-á um gabinete composto por um/a técnico/a responsável pela dinamização ambiental e por um conjunto de 2 - 3 técnicos/as que se encarregariam de dar informação e

assessorar os diferentes colectivos interessados, de forma presencial ou on-line.. Este serviço seria orientado para os seguintes colectivos privados:

- Actividades agro-pecuárias e florestais.
- Indústrias de transformação
- Sector serviços
- Centros Educativos

Este serviço teria a sua vertente Web com o desenvolvimento de uma ferramenta de informação permitindo difundir a informação ambiental de uma forma mais eficiente.

- **Estudo sobre o Grau de Sensibilização e Consciencialização Ambiental:** O presente projecto contempla a realização de programas de sensibilização ambiental. Contudo, é necessário saber, em primeiro lugar, qual o nível de conhecimento que existe na respectiva localidade da zona transfronteiriça sobre esse tema. Para isso, realizar-se-á um estudo que analise as necessidades e os conhecimentos em matéria ambiental de diferentes colectivos tais como: as indústrias primárias, empresas de transformação, etc.
- **Programa de Educação Ambiental:** O programa de educação ambiental será concretizado após a realização do estudo anteriormente referido, mas, em todo caso, será também estruturado em vários sub-programas de acordo com os colectivos e os objectivos do mesmo. Será leccionado por pessoal técnico do projecto e por agentes exteriores especialistas nas temáticas a desenvolver. Em concreto, prevêem-se os seguintes sub-programas: 1. Ambiente em centros educativos; 2. Ambiente no lar, 3. Ambiente na indústria, 4. Ambiente no meio rural.
- **Realização de Actividades de Recuperação Ambiental:** Tratar-se-á de acções de carácter educativo, cujo objectivo é sensibilizar a localidade transfronteiriça. Será especialmente dirigido aos centros educativos, mas também aos centros sociais e comunitários do espaço transfronteiriço. Este programa será orientado para a recuperação de zonas degradadas não perigosas para os respectivos colectivos (caminhos, rios, etc.).
- **Concursos e Actividades Conjuntas:** Através dos concursos que a Uniminho iria promover, procura-se dinamizar a geração de ideias e de boas práticas que permitam uma melhor conservação do ambiente transfronteiriço. A título de exemplo, propor-se-ia a elaboração de Boas Práticas Ambientais ou a Recuperação de um espaço ambientalmente degradado.

Justificação e necessidade da actuação

Este projecto vem desenvolver o Programa de melhoria da sustentabilidade ambiental proposto pela Uniminho. Em concreto, trata-se do desenvolvimento do Programa de sensibilização e educação ambiental definido no mesmo.

Tal como explicado no estudo, existe ainda uma fraca consciência ambiental nas populações do espaço transfronteiriço, o que impede o aproveitamento das potencialidades que, do ponto de vista ambiental, apresenta este território.

É por esse motivo que, começando pela administração local, é necessário aproximar o ambiente de uma forma integral de todos os colectivos, tanto pessoais como empresariais.

Actividades previstas para a sua execução

- Serviço de sensibilização: 1 director/a e 3 técnicos/as
- Portal de Informação ambiental local
- Estudo do grau de sensibilização ambiental
- Programa de Educação Ambiental com 100 actividades
- Programa de Actividades de Recuperação Ambiental: 20 acções
- Concurso transfronteiriço: boas práticas ambientais locais

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto terá uma duração estimada de 24 meses. O orçamento estimativo será o seguinte:

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais	20.000	Aquisição de infor. e material divulgação ambiental
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	250.000	Desenvol. de Estudo, Portal e assistência
5. Despesas com o Pessoal	200.000	4 pessoas durante 24 meses
6. Formação	300.000	Acções de formação e Sensibilização
7. Promoção e divulgação	90.000	Difusão geral do projecto e concurso
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	860.000 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto pode ser liderado pela Uniminho, podendo actuar como entidade promotora da iniciativa, mas poderá contar também com a participação de outras entidades públicas com autoridades ambientais, nomeadamente a Secretaria do Meio Ambiente. Também deverão participar associações culturais e sociais locais, para realizar acções de divulgação e dinamização.

Considerações para o seu financiamento

Este projecto enquadra-se nos eixos de actuação do programa operativo de cooperação transfronteiriça. Enquadrar-se-ia especialmente na segunda das estratégias conjuntas para o desenvolvimento territorial sustentável, a saber: fomentar a protecção e a gestão conjunta do meio ambiente.

PROGRAMA C: DINAMIÇÃO EMPRESARIAL E EMPREGO

PROJECTOS PRIORITARIOS

C1. UNIDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO E OBSERVATÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO

C2. PROJECTO DE GESTÃO TRANSFRONTERIÇA DAS INICIATIVAS DE FOMENTO DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL

PROJECTOS COMPLEMENTARES

c1. DESENVOLVIMENTO DE MANUAIS FERRAMENTAS PARA A ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERIOR

c2. UM ESPAÇO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

c3. PACTO PELO EMPREGO TRANSFRONTEIRIÇO

PROJECTOS PRIORITARIOS

C1. UNIDADE DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO E OBSERVATÓRIO TRANSFRONTEIRIÇO

1. QUADRO GERAL DO PROJECTO

1.1 INTRODUÇÃO

Através do diagnóstico realizado na primeira fase, ficou evidente a necessidade de realizar uma observação dinâmica e permanente do espaço transfronteiriço, em especial nas áreas do emprego e das infra-estruturas. Com o projecto que se desenvolve na presente ficha vamos desenvolver este conceito de Observatório num projecto mais concreto e, sobretudo, o meio para o desenvolver, que será uma Unidade de Promoção e Desenvolvimento Transfronteiriça.

As unidades de promoção e desenvolvimento são instrumentos de planeamento e desenvolvimento local, já existentes na Galiza e relativamente aos quais não existe uma correspondência no Norte de Portugal. São financiados através do Fundo Social Europeu e, na Galiza e em Espanha em geral, têm-se convertido num dos principais instrumentos de desenvolvimento local de uma perspectiva local de carácter supra municipal. A sua função básica centra-se na promoção de programas de emprego e

desenvolvimento local, em especial de escolas oficina e casas de ofícios, como programas de emprego-formação.

Ao longo da presente ficha de projecto vamos partir da ideia das Unidades de Promoção e Desenvolvimento da Galiza para desenvolver um projecto de características similares sobre o espaço transfronteiriço da Uniminho. Sem desenvolver ainda o projecto em toda a sua amplitude, queremos aproveitar esta breve introdução para destacar a importância deste projecto de duas ópticas diferentes:

- 1) A unidade de promoção e desenvolvimento como **equipa técnica encarregada de conceber e realizar a observação permanente** do espaço transfronteiriço.
- 2) A unidade de promoção e desenvolvimento como **equipa técnica multidisciplinar de referência no espaço transfronteiriço**, encarregada de conceber e planificar as acções de desenvolvimento local executadas pela Uniminho, assim como apoio técnico às acções de desenvolvimento local dos municípios integrantes.

De destacar, por último, nesta introdução, que ainda que os projectos de Unidades de Promoção e desenvolvimento sejam co-financiados pelo FSE na Galiza, as características do projecto que se descrevem a seguir e o carácter transfronteiriço do projecto fazem com que seja também possível a sua inclusão em linhas de financiamento de cooperação transfronteiriça, similares à actual Iniciativa comunitária Interreg III-A. Além disso, o desenvolvimento do projecto poderá ser feito como uma acção inovadora de cooperação no desenvolvimento dos programas operativos do FSE da Galiza e do Norte de Portugal. No caso de Portugal, o projecto também poderia servir como experiência piloto para analisar a viabilidade de um programa destas características neste país.

1. 2. REFERÊNCIAS GERAIS: Linhas estratégicas nas quais se enquadra o projecto

Como elementos de referência para o desenvolvimento do projecto dever-se-á ter em conta:

a) Projecto de regulamento do FEDER

No seu art. 6, Cooperação territorial europeia, fala-se especialmente nas intervenções que tenham por objectivo "a realização de actividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças, através de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável". Neste sentido, é fundamental dispor de informação homogénea e conjunta sobre o espaço transfronteiriço, uma informação que seja capaz de desagregar os dados disponíveis ao nível do NUT III e que permita articular verdadeiras estratégias de desenvolvimento local à escala municipal.

Tal como se indica no próprio projecto de regulamento, o FEDER também pode contribuir para promover a cooperação judicial e administrativa, a integração dos mercados de trabalho transfronteiriços, as iniciativas locais em matéria de emprego, a igualdade entre os sexos e a igualdade de oportunidades, a formação e a inclusão social, assim como a utilização partilhada dos recursos humanos e dos meios destinados à I+DT.

b) Projecto de regulamento de FSE

Relativamente ao possível financiamento do equipamento técnico da Unidade de promoção e desenvolvimento através do FSE, temos de ter em conta que estes projectos já são financiados na actualidade pelo FSE e que o novo projecto de regulamento, no seu artigo 3 estabelece que "o FSE também apoiará as actuações a nível transnacional e inter-regional, em particular, através da partilha de informação, experiências, resultados e boas práticas e do desenvolvimento de planeamentos complementares e acções coordenadas ou conjuntas". Actualmente, tudo parece indicar que as Unidades de Promoção e Desenvolvimento vão continuar a existir no próximo período de programação comunitária, pelo que para o desenho do presente projecto seguiremos as indicações estabelecidas na Ordem de 24 de Março de 2006 da Xunta de Galiza, para poder ser mais fácil a colaboração através dos programas do FSE, tal como se estabelece no art. 8 do projecto de regulamento do FSE relativo à cooperação transnacional e inter-regional.

c) Orientações do futuro Objectivo 3: Programa Operativo de Cooperação transfronteiriça.

Dentro da diversa documentação que está actualmente ao dispor dos estados-membros e do quadro do programa operativo de cooperação transfronteiriça para Espanha e Portugal, é necessário destacar que as mudanças não são especialmente significativas no que toca à programação da Iniciativa Comunitária Interreg III-A 2000-2006. No que respeita aos eixos de actuação nos quais se pode enquadrar este projecto, poderá fazer sentido tanto nos programas de apoio à competitividade e promoção do emprego (antiga prioridade 3 do Interreg III-A) como no fomento da Integração económica e social (antiga prioridade 4 do Interreg III-A).

Em modo de conclusão, podemos observar que o projecto, tanto na sua vertente de serviço transfronteiriço de desenvolvimento local (observatório transfronteiriço) como na sua vertente de emprego e equipa técnica multidisciplinar (Unidade de promoção e desenvolvimento) pode e deve ser co-financiado pelos fundos comunitários, tanto na sua vertente FEDER como FSE, assim como através do futuro Objectivo 3 de cooperação transfronteiriça. Por este motivo procurar-se-á em futuras secções estabelecer um desenvolvimento modular do projecto, que permita apresentar sub-projectos à medida, para que possam aparecer janelas de financiamento adequadas, sem perder a possibilidade de o apresentar como um único projecto, no caso de isso ser possível, no quadro de um único instrumento de financiamento (como poderia ser actualmente o Interreg III).

1.3. REFERÊNCIAS TRANSVERSAIS: Relação com outras linhas estratégicas da Uniminho.

O presente projecto enquadra-se no terceiro objectivo estratégico da Uniminho: Potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego. Não obstante, e tal como se mencionou anteriormente, o conceito de observatório transfronteiriço que está no núcleo da Uniminho como instituição, é um dos pilares básicos da sua actuação futura e aquilo que lhe permitirá posicionar-se como referência na cooperação transfronteiriça. Por isso, o presente projecto incide sobre todas e cada uma das linhas de actuação propostas para a Uniminho.

1.4 QUADRO NORMATIVO DO PROJECTO

Respeitando o sistema de concessão de projectos de Unidade de promoção e desenvolvimento (Ordem de 26 de Março), os projectos da UPD deverão desenvolver na sua memória de pedido, entre outros, os seguintes elementos:

- Identificação da entidade promotora
- Conteúdo do projecto (finalidade, objectivos, metodologia, estratégias previsíveis de fomento de emprego no território, colectivos afectados e calendário de actuações)
- Data de início de projecto (duração máxima 2 anos)
- Orçamento de Gastos e Rendimentos, incluindo os contributos da entidade promotora.

Os aspectos a valorizar num projecto de Unidade de Promoção e Desenvolvimento para a sua concessão são:

- a) Número de pessoas desempregadas no âmbito de actuação: 5 pontos
- b) Carácter inovador do projecto: 10 pontos.
- c) Qualidade do projecto atendendo à sua finalidade, objectivos, estratégias previstas de fomento do emprego e inserção laboral: 15 pontos.
- d) Contributos da entidade promotora: 5 pontos
- e) Resultados de anteriores projectos: 5 pontos.
- f) Participação de agentes do território quando esteja vinculado ou surja na raiz de um pacto territorial: 5 pontos

Nas secções seguintes vamos desenvolver cada um dos aspectos comentados.

2. DADOS BÁSICOS DO PROJECTO

2.1 DENOMINAÇÃO DO PROJECTO

Para identificar o projecto e permitir a união dos dois conceitos subjacentes ao mesmo, pensou-se no acrónimo **UM-t** (Unidade de Observação e Promoção do desenvolvimento local e o emprego transfronteiriço).

Através deste nome pretende-se evitar possíveis confusões com as UPD da Galiza e tentar reflectir as duas principais vertentes do projecto: a observação transfronteiriça e a promoção das políticas de desenvolvimento local.

2.2. OBJECTIVOS DO PROJECTO

Mais uma vez, temos de falar de uma dupla perspectiva. Por um lado, a necessidade de dispor de informação relevante sobre a região transfronteiriça para articular os projectos de desenvolvimento e a criação de um equipamento multidisciplinar que seja capaz de analisar a informação e valorizá-la através da articulação de estratégias e projectos concretos. Contudo, o objectivo último do projecto é **contribuir para o desenvolvimento local do espaço transfronteiriço**, com a preservação do ambiente e o aproveitamento de recursos endógenos, a utilização intensiva das TICs e a luta contra o desemprego, com uma perspectiva de género, como eixos centrais de actuação.

Objectivos gerais

- Melhoria dos sistemas de informação sobre o espaço transfronteiriço do Minho, aplicados ao planeamento estratégico, que melhorem a tomada de decisões e possibilitem uma gestão integrada de equipamentos locais a nível transfronteiriço e o desenvolvimento sustentável deste espaço territorial.
- Fomentar o desenvolvimento local e a sustentabilidade das estratégias de desenvolvimento através da identificação e valorização dos recursos próprios do espaço transfronteiriço.
- Promover a activação de políticas de emprego, em especial, de acções de formação e o fomento de políticas activas de emprego.
- A captação de recursos externos para o desenvolvimento de projectos de emprego, em especial no âmbito de projectos de emprego-formação como as escolas oficina e os centros de emprego.

Objectivos específicos

- Desenvolvimento de um sistema de indicadores e bases de dados sobre o espaço transfronteiriço, que permita efectuar comparações intermunicipais, acompanhar a sua evolução e analisar o impacto das políticas e actuações.
- Desenvolvimento de um sistema de informação para a análise e a gestão de equipamentos locais em ambos os lados da fronteira, que possibilite a utilização conjunta dos mesmos.
- Desenvolvimento de um sistema de indicadores e bases de dados cartográficas de carácter ambiental
- Estabelecer um sistema de informação conjunto que facilite a circulação de informação orientada para a gestão territorial
- O desenvolvimento de sistemas de informação ao cidadão e empresas com a informação gerada.
- Apoiar as políticas locais de emprego e as acções concretas realizadas pelas câmaras municipais integradas na Uniminho.
- Fomentar o trabalho em rede dos técnicos e técnicas do território que trabalham no âmbito do desenvolvimento local: Técnicos/as de emprego e agentes de desenvolvimento local.
- Fomentar e apoiar as políticas de criação de empresas e empreendedores que se desenvolvem no território.
- Assessorar os municípios integrantes da Uniminho na implementação de projectos de emprego e formação, tais como escolas oficina.
- Promover a utilização de metodologias de intervenção próprias, adaptadas às necessidades do território, contemplando a igualdade de oportunidades como eixo transversal das mesmas.
- Facilitar informação sobre políticas europeias e programas de actuação da Comissão Europeia aos agentes públicos e privados do território.
- A detecção de boas práticas em matéria de desenvolvimento local, sistematizando a informação recolhida.
- Estimular a utilização das novas tecnologias da informação e comunicação nos projectos de desenvolvimento local promovidos pela Uniminho ou pelas câmaras municipais integradas na mesma.

2.3. DESCRIÇÃO DO PROJECTO

Em conformidade com a dupla vertente do projecto descrito, comentaremos os principais aspectos do projecto, na perspectiva da constituição de um Observatório transfronteiriço, bem como na perspectiva da criação da equipa que se encarregará da realização dos trabalhos.

2.3.1 Estrutura do observatório

Relativamente ao observatório, este será executado de acordo com os seguintes critérios gerais:

- Os trabalhos de observação serão concebidos de modo a assegurar a comparação dos resultados com os dados existentes de trabalhos anteriores, permitindo assim a apresentação da evolução das diferentes variáveis observadas, coisa que proporciona um maior valor, do ponto de vista da observação. Trata-se pois de aproveitar ao máximo a informação disponível em fontes secundárias.
- Os âmbitos de informação e análise terão como referência a estruturação dos dados realizados no Plano estratégico de Pontevedra 2010, para dispor já de um primeiro elemento de referência. A classificação funcional da observação será a seguinte:
 - o Localidade, território e habitação
 - o Desenvolvimento social e qualidade de vida
 - o Economia
 - o Análise empresarial
 - o Meio ambiente
 - o Mobilidade
 - o Inovação e sociedade do conhecimento
 - o Turismo
 - o Gestão pública
- Será necessário estabelecer um processo de homologação dos dados disponíveis na Galiza e Portugal, já que não se utilizam sempre os mesmos critérios na construção de indicadores. Nesse sentido, trabalhar-se-á preferencialmente com as fontes estatísticas oficiais dos institutos de estatísticas nacionais e regionais.
- Pretende-se conseguir uma análise comparada com as diferentes regiões e áreas territoriais nacionais e europeias, pelo que, na medida do possível, se seguirão os critérios e indicadores de observação propostos pela Eurostat.
- Relativamente à observação própria, realizada pela equipa técnica da Unidade de Promoção, procurar-se-á disponibilizar informação quantitativa e qualitativa.
 - o A informação quantitativa será articulada num inquérito anual de conjuntura económica e empresarial e num inquérito de satisfação ao cidadão. Estes dois inquéritos poderão realizar-se telefonicamente, sobre uma amostra representativa da Galiza e de Portugal. Em alguns casos, e quando for possível, poderão realizar-se pequenos inquéritos

através de correio electrónico, para colectivos específicos ou para a análise da administração local.

- A informação quantitativa centrar-se-á na realização de painéis de peritos e mesas de trabalho. Estas mesas e grupos deverão ter um carácter permanente, funcionando como uma verdadeira mesa de concertação do espaço transfronteiriço.
- Como resultado da observação própria, editar-se-á um relatório anual, em suporte de papel e em formato electrónico através do site de Uniminho. Existirá também um resumo executivo da informação que será enviado aos autarcas dos municípios integrantes do projecto.
- É importante destacar a necessidade de manter as variáveis de observação no tempo, já que num breve espaço de tempo a informação disponível poderá ter um carácter dinâmico, possibilitando o estudo da evolução histórica do território.
- Em colaboração com as Universidades de Vigo e do Minho, propõe-se também a realização de um estudo prospectivo das principais variáveis sociais e económicas, para prever potenciais situações não desejadas ou tomar decisões correctoras com a devida antecedência.

2.3.2 Estrutura da Equipa da Unidade Técnica

Para facilitar a compreensão das actividades específicas da Unidade de Promoção e Desenvolvimento local, apresenta-se, em primeiro lugar, um organigrama da equipa em função das áreas de trabalho:

Departamento de Direcção

- 1 Director/a
 - Perfil: Diploma superior e experiência acreditada na direcção de equipas (mínima 5 anos)
- 1 pessoa para dar apoio às tarefas administrativas.
 - Perfil: Formação profissional no ramo administrativo. Não é necessário ter experiência.
- 1 pessoa para dar apoio nas tarefas informáticas
 - Perfil: Formação profissional no ramo informática. Preferencialmente com experiência em tarefas de assistência.

Departamento de Análise e Observação

- 1 Especialista em estatística
 - Perfil: Formação superior em Matemáticas ou Economia. Experiência profissional prévia.
- 1 Especialista em Sociologia
 - Perfil: Diploma superior, preferencialmente formação superior em Sociologia ou Políticas. Experiência profissional prévia.
- 1 Especialista em Geografia e análise territorial
 - Perfil: Formação superior em Geografia. É necessário ter experiência profissional prévia.

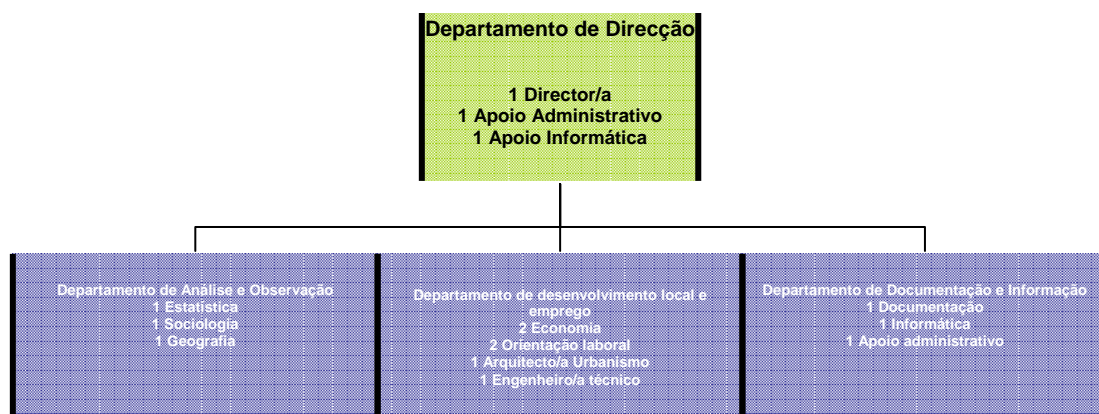
Departamento de Desenvolvimento Local e Emprego

- 1 Especialista em território
 - Perfil: preferencialmente arquitecto especialista em Urbanismo. Não é necessário ter experiência profissional prévia.
- 1 Especialista em desenvolvimento de projectos técnicos de desenvolvimento rural

- Engenheiro agrónomo ou Florestal, no mínimo ao nível da Engenharia técnica. Preferencialmente com experiência profissional.
- 4 Titulados/as superiores
 - Perfil: os perfis serão, em 50%, duas pessoas ligadas à actividade económica e empresarial (licenciados/as em economia) e 2 pessoas ligadas aos recursos humanos (licenciados/as em psicologia, pedagogia ou assistentes sociais). Recomenda-se experiência profissional prévia em, pelo menos, 50% dos postos de trabalho.

Departamento de documentação e informação

- 1 Especialista em documentação
 - Perfil: Diploma superior com experiência em arquivismo. É necessário ter experiência profissional prévia.
- 1 Informático/a
 - Perfil: Diploma médio ou superior. Não é necessária experiência mas sim conhecimentos de desenvolvimento de bases de dados e enquadramento web.
- 1 Pessoa de apoio
 - Perfil: Formação profissional de grau médio ou superior, preferencialmente no ramo administrativo.



Como podemos observar, a partir de uma Direcção do projecto, a Unidade estrutura-se em 3 grandes departamentos, que correspondem a cada uma das áreas de intervenção no território:

- **Departamento de Direcção:** Encarregado pela Direcção estratégica do projecto, pela relação de primeiro nível com outros projectos e departamentos da Uniminho, pela gestão dos RH, pela coordenação operativa dos 3 departamentos e seu planeamento, pela captação de financiamento, acções de negociação e defesa dos projectos, apresentações dos produtos resultantes e, em geral, pelas acções de acompanhamento e controlo.
- **Departamento de Análise e Observação:** É o departamento responsável pela concepção do observatório, pela realização dos inquéritos (quantitativo) e pela

coordenação das mesas ou painéis de peritos (qualitativa). Será responsável também pela utilização da informação, com a elaboração de relatórios e publicações, assim como pela exploração dos dados nos diferentes projectos executados pela Uniminho.

- **Departamento de desenvolvimento local e emprego:** é o departamento mais numeroso, já que se encarregará do desenho e execução dos projectos, incluindo projectos de emprego, escolas oficina e casas de ofícios e pela dinamização da rede de agentes de emprego.
- **Departamento de Documentação e Informação:** este departamento está encarregado de pôr em marcha um centro de documentação sobre o espaço transfronteiriço, oferecer informação e assessoria aos municípios integrantes da Uniminho e, em especial, lançar na sua fase inicial um centro de informação Europeia, seguindo o modelo da Europa Direct (antigos Info Point e Carrefour)

É de comentar, por último, que se procurará que as nacionalidades dos técnicos e técnicas participantes no projecto contem com representantes de ambos os países, numa relação de 50/50.

2.4 ACTIVIDADES A DESENVOLVER PELA EQUIPA TÉCNICA: Projecto de unidade de promoção e desenvolvimento

Antes de desenvolver as actividades específicas desta equipa técnica, é necessário salientar que, ainda que a maior parte das actividades seja efectuada directamente pelas pessoas contratadas, em alguns casos pontuais, será necessário contar com assistência técnica ou colaborações externas, tal como se verá posteriormente.

Nesta secção, vamos descrever as principais actividades que a equipa técnica da Unidade de Promoção desenvolverá, assim como as estratégias previstas, metodologia aplicada, etc., respeitando as condições de subsídio (26 de Março 2006)

Metodologias de trabalho

A intervenção no território não é possível sem uma abordagem ascendente que possibilite a participação dos agentes locais na concepção das actividades, garantindo o seu envolvimento posterior.

Para isso, e desde o primeiro momento, através do Observatório transfronteiriço, criar-se-ão mesas de trabalho, painéis e grupos de discussão que facilitarão a integração dos agentes sócio-económicos e peritos do território.

Em casos especiais, deve ser mencionada a oportunidade de integrar as duas Universidades (Vigo e Minho) no desenvolvimento dos sistemas de informação e consulta. O critério de Igualdade de Oportunidades será aplicado transversalmente a todas as actividades, começando pela própria Unidade, que será constituída por, pelo menos, 50 % de mulheres.

Estratégias de intervenção e acções.

O projecto de Unidade de Promoção articula-se em torno das seguintes estratégias, sobre as quais se coordenarão as diferentes actividades que desenvolve directamente a Unidade.

- Estratégia 1: Observação. Através desta estratégia, é desenvolvido o Observatório permanente do espaço transfronteiriço, com uma análise de informação secundária e com informação primária através de inquéritos e mesas de trabalho com peritos e agentes locais. Merecerão especial atenção as acções de difusão e consulta de resultados.
- Estratégia 2: Aproveitamento de recursos locais. A partir dos resultados da observação, desenvolver-se-ão acções para:
 - o Dinamizar o tecido social, e em especial a rede de técnicos/as de emprego do território, para o desenvolvimento de projectos de desenvolvimento local.
 - o Criar um inventário de recursos, acessível também em bases de dados.
 - o Identificar Boas práticas no território.
 - o Desenvolver iniciativas de fomento ao auto-emprego e à cultura empreendedora.
 - o Desenvolver programas de sensibilização empresarial para a contratação de grupos com especiais dificuldades.
 - o Acções de apoio ao tecido empresarial local, incluindo o sector comercial e o artesanato.
- Estratégia 3: Apoio ao programa de Escolas Oficina e Centros de Emprego. Em consonância com o planeamento do financiamento deste projecto, esta unidade encarregar-se-á da promoção de projectos de Escolas oficina no âmbito de intervenção da Uniminho. Da mesma forma, serão realizados trabalhos de assessoria aos projectos em curso e serão elaborados materiais e ferramentas de intervenção para os técnicos do programa. No caso de Portugal, procurar-se-á sensibilizar as instituições para o desenvolvimento deste tipo de projectos.
- Estratégia 4: Olhar a Europa. Esta estratégia tem duas áreas de actuação. A primeira, já comentada, a criação de um centro de informação europeia (que possa ser a génese de um centro Europa Direct). A segunda, a captação de financiamento comunitário através da concepção de projectos e da apresentação das respectivas candidaturas.
- Estratégia 5: Difusão de Resultados e Dinamização. Através desta estratégia são coordenadas as actuações de difusão dos produtos e resultados que a Unidade vai produzindo. De destacar a celebração de Jornadas de carácter anual sobre o desenvolvimento transfronteiriço, com a presença de peritos de nível internacional, e a celebração de jornadas bimensais de curta duração (uma tarde) que tratem de aspectos monográficos do desenvolvimento sobre os quais a Unidade Técnica esteja a trabalhar.
- Estratégia 6: Transversalidade. Além da inclusão de critérios transversais em todas as actuações que se venham a desenvolver, a unidade de promoção não pode ser um projecto independente dos demais que a Uniminho promova. Além disso, esta unidade técnica deve ser o eixo central das acções de cooperação e desenvolver funções de coordenação e apoio aos projectos executados de ambos os lados da fronteira. Em especial, procurar-se-á que haja colaboração transversal nos âmbitos de:
 - o Igualdade de oportunidades
 - o Ambiente
 - o Desenvolvimento das tecnologias da informação e Comunicação
 - o Turismo sustentável

2.5 ESTRUTURAÇÃO DO PROJECTO: FASES E ACTIVIDADES PARA A EXECUÇÃO DO PROJECTO

As principais fases pelas quais este projecto vai passar, pormenorizando os aspectos ou as actividades que necessitem de dotação económica de forma independente, isto é, que não possam ser desenvolvidos integralmente com os meios humanos e materiais da Unidade, são descritas a seguir.

Fase 1: Lançamento do projecto

Actividad 1. Dotações e recursos materiais. Durante esta fase realizam-se os investimentos necessários para dispor de um espaço de trabalho para a Unidade, desde o aluguer ou reabilitação de espaços, às dotações informáticas (incluindo servidores e sistemas de segurança, assim como estações de trabalho para sistemas de informação geográfica), passando pelo mobiliário.

Actividad 2. Selecção da equipa técnica. A selecção realizar-se-á através da combinação de processos de oferta genérica nos centros de emprego e através de anúncios na imprensa e outros meios de comunicação. Trata-se de captar os perfis mais adequados para um projecto com estas dimensões e, em muitos casos, será imprescindível contar com pessoas com alguma experiência profissional. Na estrutura orçamental prevista, inclui-se o custo do pessoal e do equipamento técnico durante 2 anos de funcionamento.

Actividad 3. Comunicação às administrações públicas e agentes do território. Inclui a elaboração de material promocional e a organização de sessões de apresentação pública. Também estão incluídos os custos de elaboração do site do projecto, cuja manutenção já será realizada internamente.

Fase 2: Análise Territorial

Actividad 4. Criação de bases de dados, sistemas de consulta. Nesta fase, adquirem-se e criam-se os sistemas de bases de dados e mapas, incluindo-se também os gastos com os inquéritos, os gastos de edição de um inventário de recursos e uma dotação económica para a assinatura de convénios com as duas universidades existentes no território para a organização e manutenção desta informação.

Fase 3: Trabalhos técnicos

Actividad 5. Desenvolvimento das actividades da Unidade técnica. Nesta fase, estão incluídos os gastos necessários para o funcionamento operativo da Unidade, excluindo os gastos de pessoal, nomeadamente: gastos gerais, telefone, viagens e deslocações, etc.

Fase 4: Comunicação

Actividad 6. Desenvolvimento do centro de documentação transfronteiriço e do centro de informação europeia. Incluem-se os custos de aquisição de fundos bibliográficos, dípticos de informação específica e apoio de assistências técnicas externas.

Actividad 7. Publicações. Incluem-se os custos de preparação e edição dos produtos, inventário de recursos e a publicação de um boletim ou revista de carácter periódico.

Actividad 8. Dinamização de agentes locais. Organização de 2 encontros anuais de dimensão internacional sobre a cooperação e o desenvolvimento transfronteiriço, com a participação da Comissão Europeia. Esta actividade tem por objectivo tornar a Uniminho uma referência a nível europeu, em matéria de

cooperação transfronteiriça. É complementada com a organização de pequenas jornadas e mesas temáticas de peritos, com uma periodicidade determinada: turismo, emprego, cultura, etc.

2,6 ORÇAMENTO ECONÓMICO POR ACTIVIDADES

Fase 1: Lançamento de projecto

Actividade 1: Dotações e recursos materiais

	Orçamento
1. Obras públicas	150.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	48.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	198.000,00 €

Actividade 2: Selecção da equipa técnica

	Orçamento
1. Obras públicas	924.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	924.000,00 €

Actividade 3: Comunicação

	Orçamento
1. Obras públicas	30.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	32.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	62.000,00 €

Fase 2: Análise territorial

Actividade 4: Criação de bases de dados e sistemas de consulta

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	90.000,00
4. Prestações de serviços	60.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	100.000,00
Total	250.000,00 €

Fase 3: Trabalhos técnicos

Actividade 5: Desenvolvimento de actividades da unidade técnica

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	48.000,00
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	48.000,00
9. Outros	30.000,00
Total	126.000,00 €

Fase 4: Comunicação e divulgação

Actividade 6: Desenvolvimento do centro de documentação transfronteiriço e centro de informação europeia

	Orçamento
1. Obras públicas	
2. Aquisição de materiais	60.000,00
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	12.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	6.000,00
8. Despesas gerais	
9. Outros	

Total **78.000,00 €**

Actividade 7: Publicações

	Orçamento
1. Obras públicas	60.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	
Total	60.000,00 €

Actividade 8: Dinamização agentes locais

	Orçamento
1. Obras públicas	24.000,00
2. Aquisição de materiais	
3. Outros investimentos materiais	
4. Prestações de serviços	84.000,00
5. Despesas com o Pessoal	
6. Formação	
7. Promoção e divulgação	
8. Despesas gerais	
9. Outros	108.000,00 €
Total	

QUADRO RESUMO GLOBAL

TOTAL	
	Orçamento
1. Obras públicas	0,00
2. Aquisição de materiais	60.000,00
3. Outros investimentos materiais	240.000,00
4. Prestações de serviços	102.000,00
5. Despesas com o Pessoal	996.000,00
6. Formação	0,00
7. Promoção e divulgação	182.000,00
8. Despesas gerais	96.000,00
9. Outros	130.000,00
Total	1.806.000,00 €

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 LOCALIZAÇÃO DO PROJECTO



A área geográfica de intervenção será a das câmaras municipais a sul da província de Pontevedra, que compreende as comarcas de A Paradanta, O Condado e o Baixo Minho, assim como as cinco Câmaras Municipais que fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho e que estão integradas na Uniminho: Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira.

Ocupa uma superfície total de 1.907,4 km², ou seja, 3,8% da superfície da Euro-região Galiza-Norte de Portugal. Nesta zona, residiam, em 2001, 185.819 habitantes, isto é, cerca de 3% da população residente na Euro-região.

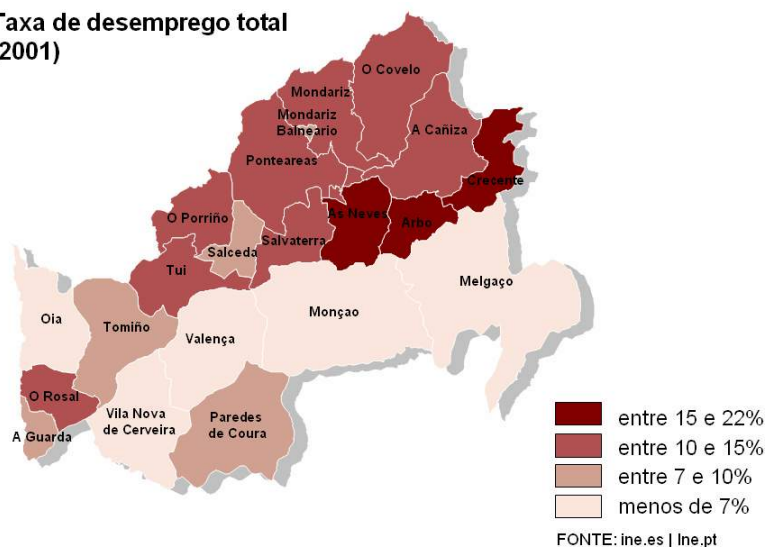
3.2 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA QUE SE PRETENDE ABORDAR

No que respeita ao mercado de trabalho, e tal como se concluiu no diagnóstico realizado, a Uniminho apresenta a seguinte problemática, sobre a qual deverá actuar a Unidade de Promoção:

- Fortes diferenças dos indicadores de emprego, que reflectem diferentes problemáticas de ambos os lados da fronteira, com elevadas taxas de desemprego no lado galego e um crescimento da mesma taxa no lado português.
- Persistem as diferenças entre homens e mulheres, de forma especialmente negativa na região galega.
- Escassa qualificação da mão-de-obra e problemas de reconhecimento e homologação determinados.
- Escassa coordenação relativamente à gestão do mercado de trabalho.
- Fortes expectativas de desenvolvimento devido à PLISAN e à proximidade da área de Vigo.
- Sectores com amplo potencial de crescimento e geração de emprego: ambiente, turismo, florestal, etc. que aproveitam os recursos locais.

- Diferentes custos laborais, que dificultam a integração num único mercado de trabalho.
- As carências quanto à de mão-de-obra qualificada podem retrair a implantação de iniciativas empresariais.
- População fortemente envelhecida, com um índice de renovação de activos muito inferior às médias da Galiza e de Portugal.

**Taxa de desemprego total
(2001)**

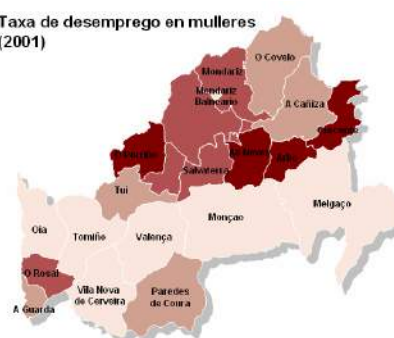


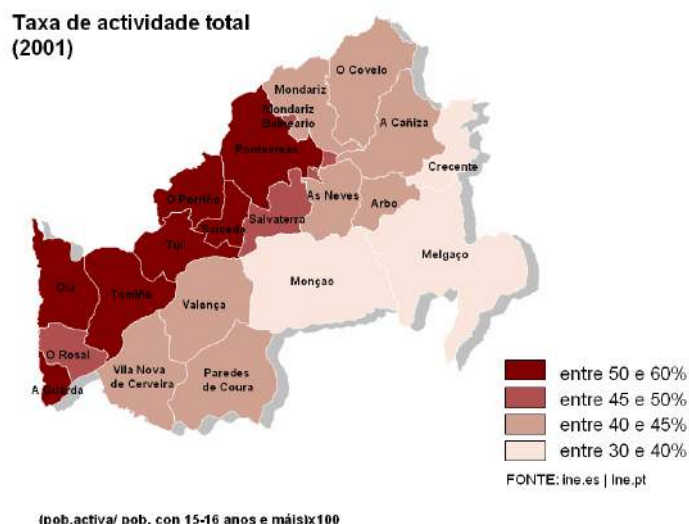
$(\text{pob. desempregada} / \text{pob. activa}) \times 100$

**Taxa de desemprego em homens
(2001)**



**Taxa de desemprego em mulheres
(2001)**





3.3 SITUAÇÃO ACTUAL DO PROJECTO

Actualmente não existe uma informação homogénea de carácter permanente sobre este espaço transfronteiriço, uma referência para o futuro Observatório da Uniminho. Existem experiências de catalogação de recursos que podem ser aproveitadas dentro do Interreg III-A (projecto SIGN), com um esforço muito importante quanto à estruturação da informação através de sistemas de informação Geográfica. Não obstante, este projecto centra-se sobretudo na homologação e gestão cartográfica, sem dispor de uma vertente dinâmica do projecto que permita uma observação no tempo.

No âmbito do emprego há que destacar a existência do Eures transfronteiriço de Tui-Valença, como referência na observação do mercado de trabalho. Também se têm desenvolvido projectos de formação ocupacional no quadro do Interreg III, os projectos FPtrans e Foriet, este último actualmente em execução. Ambos os projectos incidem principalmente no âmbito da gestão conjunta de acções de formação e no reconhecimento da formação, em ambos os lados da fronteira.

Relativamente às Unidades de Promoção e Desenvolvimento existentes na Galiza, a UPD da Associação de Municípios de Vigo e a Unidade da Diputación de Pontevedra, actuam no âmbito territorial do projecto, pelo que seria conveniente limitar o âmbito territorial do projecto ao espaço delimitado pela Uniminho.

3.4 RESULTADOS ESPERADOS E OBJECTIVOS QUANTIFICADOS

Como resultados finais do projecto, espera-se chegar a:

- 1 Observatório transfronteiriço sobre a realidade económica e social da Uniminho.
- 1 Sistema de Informação Geográfico

- 9 Bases de dados sobre a Uniminho, agrupados sobre os seguintes âmbitos de intervenção:
 1. Localidade, território e habitação
 2. Desenvolvimento social e qualidade de vida
 3. Economia
 4. Análise empresarial
 5. Meio ambiente
 6. Mobilidade
 7. Inovação e sociedade do conhecimento
 8. Turismo
 9. Gestão pública
- 2 Jornadas Internacionais
- 10 Jornadas técnicas (bimensais)
- 9 Mesas de trabalho sobre desenvolvimento local (peritos) constituídas
- 1 Inventário de Recursos do espaço transfronteiriço (publicação)
- 1 Base de dados de boas práticas
- 1 Boletim de informação / Revista
- 2 Inquéritos a cidadãos e a empresas
- 1 Site do projecto
- 5 Projectos de escolas oficina realizados
- 5 Projectos de desenvolvimento local elaborados
- 100 Consultas efectuadas (desenvolvimento local e emprego)
- 300 Consultas dadas no centro de informação europeia
- 10 Projectos empresariais assessorados
- 100 Pessoas em acções de sensibilização empresarial/local

3.5 INOVAÇÃO E VALOR ACRESCENTADO DO PROJECTO

Ao longo da descrição do projecto aparecem 3 tipos de inovação de carácter relevante:

Inovação temática ou de produto: Embora existam referências prévias, não há, actualmente, um Observatório com estas características, que disponha de informação homogénea de ambos países e que tenha escala local. Também não existe um projecto de trabalho multidisciplinar que actue sobre dois países em simultâneo, e que integre pessoal qualificado de ambas as nacionalidades com carácter permanente, dentro de uma mesma equipa de trabalho. Esta experiência poderá servir além disso para o arranque de equipas de Promoção e Desenvolvimento no Norte de Portugal.

Inovação processo: A participação activa de todos os agentes socioeconómicos, com a aplicação do princípio de uma abordagem ascendente, é uma inovação neste tipo de processos técnicos. A articulação de mesas de peritos/as permanentes contribui para a estabilidade e para o compromisso da Uniminho no sentido de que esta participação seja permanente e desenvolvida ao longo de todo o processo.

O valor acrescentado deste projecto centra-se fundamentalmente na cooperação transfronteiriça. Tanto o observatório como a Unidade técnica têm o seu eixo de actuação exclusivamente sobre a Uniminho como unidade de actuação. Não se pretende o apoio de projectos de desenvolvimento local que actuem apenas numa das margens da fronteira, mas antes com os projectos desenvolvidos que sejam verdadeiros projectos de cooperação, com impacto em Pontevedra e na área de Minho-Lima.

Como conclusão, há que destacar a capacidade de transferência deste projecto para outros territórios da União Europeia, e a sua inclusão como projecto de referência ou linha orientadora no âmbito do próximo objectivo 3 de cooperação. Durante a execução do projecto, a própria Unidade de Desenvolvimento procurará a transferência de iniciativa com apresentações às administrações nacionais de Espanha e Portugal e também na União Europeia, através da Semana Europeia do Emprego.

3.6 CALENDÁRIO DE TRABALHO.

A duração do projecto é de 24 meses. A título meramente indicativo, estima-se que o projecto se inicie em Janeiro de 2007 e que termine a 31 de Dezembro de 2008.

Fase 1: Lançamento do projecto. Duração: 4 Meses

Actividad 1. Dotações e recursos materiais: 1 Mês

Actividad 2. Selecção da equipa técnica: 1 Mês

Actividad 3. Comunicação às administrações públicas e agentes do território: 1 Mês

Fase 2: Análise Territorial. Duração: 15 Meses

Actividad 4. Criação de bases de dados, sistemas de consulta: 15 Meses

Fase 3: Trabalhos técnicos. Duração: 20 Meses

Actividad 5. Desenvolvimento das actividades da Unidade técnica: 20 Meses

Fase 4: Comunicação: 18 Meses

Actividad 6. Desenvolvimento do centro de documentação transfronteiriço e do centro de informação europeia: 6 Meses

Actividad 7. Publicações: 12 Meses

Actividad 8. Dinamização de agentes locais: 18 Meses

	2007				2008			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Fase 1: Lançamento do projecto.	x							
Actividade 1. Dotações e recursos materiais	x							
Actividade 2. Selecção da equipa técnica	x							
Actividade 3. Comunicação	x							
Fase 2: Análise Territorial		x	x	x	x	x		
Actividade 4. Criação de bases de dados, sistemas de consulta		x	x	x	x	x		
Fase 3: Trabalhos técnicos		x	x	x	x	x	x	x
Actividade 5. Desenvolvimento actividades da Unidade técnica		x	x	x	x	x	x	x
Fase 4: Comunicação			x	x	x	x	x	x
Actividade 6. Centro de documentação			x	x				
Actividade 7. Publicações					x	x	x	x
Actividade 8. Dinamização de agentes locais			x	x	x	x	x	x

3.7 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INDICADORES

O sistema de acompanhamento será reunido num Manual de Gestão Interno e num Quadro de Comando específico, através de um programa de acompanhamento e avaliação do projecto, que será desenvolvido pelos técnicos do mesmo, no qual será exposto de forma detalhada o processo sistemático de identificação e obtenção de informação válida acerca da concepção, planeamento, realização, resultados e impacto do projecto. O sistema de acompanhamento permitirá monitorizar a evolução dos indicadores de realização, o resultado e o impacto seleccionados de acordo com critérios de relevância, de quantificação, de fiabilidade e de disponibilidade. Estes indicadores irão abranger os seguintes aspectos:

1. De acompanhamento físico e financeiro;
2. De tempos de execução do projecto;
3. Acompanhamento relativo a problemas e deficiências de implantação dos serviços (incidências)

Para recolher a evolução destes indicadores será concebida uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária referente à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do projecto com os seguintes objectivos:

- Garantir a correcta gestão dos fluxos financeiros e obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados
- Facilitar a tomada de decisões em relação ao desenvolvimento e execução das acções.
- Contribuir para a adequada canalização da informação para as bases de dados nacionais
- Facilitar a visibilidade, difusão e transferência dos resultados

A sistematização na recolha e no tratamento da informação permitirá realizar um processo de avaliação contínua, que se materializará através da realização de estudos de avaliação parciais e da elaboração de relatórios globais por períodos semestrais de gestão.

Relativamente à utilização de indicadores específicos, tomar-se-ão, como referência, os resultados esperados do projecto e objectivos quantificados referidos anteriormente. A título de proposta inicial, e sem querermos ser exaustivos, propomos a utilização dos seguintes indicadores:

Indicadores de realização

Bases de dados criadas
Jornadas realizadas
Documentos/relatórios realizados
Projectos de Escolas oficina e de desenvolvimento local apresentados e/ou aprovados
Inquéritos realizados / pessoas entrevistadas
Apresentações públicas realizadas (transferência)
Consultas dadas
Financiamento conseguido para projectos de desenvolvimento
Mesas de peritos/as constituídas
Projectos de auto-emprego assessorados

Indicadores de resultados

Indicadores disponíveis sobre a Uniminho

Assistentes das jornadas
Distribuição de revistas e boletins (exemplares)
Reuniões das mesas de peritos/as (periodicidade)
Entidades colaboradoras nos projectos de desenvolvimento

Indicadores de impacto

Projectos de cooperação transfronteiriça implementados sobre o espaço territorial da Uniminho
Redução da taxa de desemprego (em 2 anos)
Pessoas beneficiárias directas dos projectos de emprego concebidos
Aumento do investimento público por habitante (global ou projectos de cooperação transfronteiriça)

3.8 IDENTIFICAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

Tal como se referiu na introdução, o projecto é susceptível de receber financiamento directo através de projectos de cooperação no quadro do FSE. Não obstante, parece razoável candidatar, também, o projecto ao programa operativo de objectivo 3. Relativamente a este último e aos eixos de actuação em que se pode enquadrar este projecto, podia fazer sentido tanto nos programas de apoio da competitividade e promoção do emprego como no fomento da Integração económica e social. A inclusão nesta janela de financiamento permitir-nos-ia dispor de financiamento tanto para a gestão de RH (FSE) como para os investimentos e equipamentos necessários para o correcto funcionamento da equipa (FEDER).

Previsivelmente, através do objectivo 3 (antigos Interreg III-B e C) também poderiam existir mecanismos de financiamento, se bem que com uma maior componente transnacional.

3.9 IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS PARCEIROS E AGENTES ENVOLVIDOS

O projecto deve ser promovido directamente a partir da Uniminho, como entidade marca da cooperação transfronteiriça, e integrado na estrutura desta instituição. Não obstante, e para candidatar o projecto adequadamente, contará inicialmente com o apoio da Deputación de Pontevedra e da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho.

Para conseguir o financiamento adequado, o projecto deveria envolver desde o primeiro momento as entidades regionais com competências na matéria, CCDRN e Xunta de Galiza através da Secretaria de Trabalho.

Por outro lado, através das mesas de peritos/as e das jornadas de trabalho, o projecto deverá contar, entre outros, com o envolvimento de:

- Todos os municípios integrantes da Uniminho
- Associações de empresários/as e câmaras de comércio
- Associações de turismo rural, hotéis e restaurantes.
- Associações de carácter cultural
- ONG e Sociedade Civil, em especial nas áreas do ambiente e da assistência social
- Associações de mulheres
- Responsáveis técnicos dos principais equipamentos
- Universidades

- Comunidades de Montes e movimentos comunitários

4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

4.1 IMPACTO TRANSFRONTEIRIÇO DAS ACÇÕES DO PROJECTO

A cooperação transfronteiriça não só está presente nas diferentes actividades propostas no projecto, como está na base do projecto, na sua própria concepção estratégica e, portanto, é a razão de ser do mesmo.

Com efeito, o projecto de criação do Observatório e da Unidade de Promoção e Desenvolvimento ocuparão um espaço preferencial na gestão pública conjunta entre a Galiza e o Norte de Portugal com:

- Um sistema de informação único e conjunto do espaço transfronteiriço no âmbito local.
- Com uma equipa interdisciplinar à disposição, constituída por pessoas de ambas as nacionalidades
- Nasce com a vocação de possibilitar a gestão conjunta de equipamentos e serviços públicos transfronteiriços num âmbito local.
- Conceberá projectos de desenvolvimento local que incidam simultaneamente em ambas as fronteiras, e não só na Galiza ou em Portugal.
- Apoia a criação de empresas com vocação para operar na Euro-região.
- Definirá um conjunto de indicadores e informação de carácter ambiental que possibilite o desenvolvimento sustentável do espaço transfronteiriço.

O projecto surge como resposta a uma problemática comum, identificada claramente em projectos de cooperação anteriores e é fruto da experiência e da reflexão conjunta e contínua das entidades públicas participantes. É também uma resposta às necessidades de uma população transfronteiriça que vive cada vez mais de forma conjunta e procura respostas concretas. Que impacto terá a futura plataforma logística de Salvaterra - As Neves nos municípios transfronteiriços? Como é que os cidadãos do outro lado da fronteira podem aceder a equipamentos públicos locais? Como é que se podem racionalizar os equipamentos sanitários de um ponto de vista transfronteiriço? Que parte da população pode aceder a um determinado equipamento e como é que isso afecta a sua sustentabilidade? As respostas a estas perguntas requerem sistemas de informação de grande capacidade, que permitam conjugar um elevado número de variáveis dentro de um enquadramento local que muda cada vez mais rapidamente.

4.2 COERÊNCIA COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS, NACIONAIS E REGIONAIS

A nível europeu, tomou-se como referência e procurou-se a coerência do projecto com as prioridades do novo quadro comunitário para o período 2007-2013, definido pela União Europeia através dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável de Gotemburgo e da Estratégia de Lisboa renovada, que se centra no crescimento e na criação de emprego através de objectivos específicos para conseguir este fim. Estes são, mais concretamente:

- Fazer da Europa um lugar mais atractivo para investir e trabalhar.
- O conhecimento e a inovação
- Criar mais empregos e de melhor qualidade

O projecto proposto também se enquadra nas seguintes directrizes e referências das políticas europeias e nacionais:

- ETE, Estratégia Territorial Europeia. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE.
- NORTE 2015: Uma Região. Um Futuro. Uma Estratégia.
- As Directrizes Estratégicas de Desenvolvimento Rural para o período 2007-2013, publicadas a 25 de Fevereiro de 2006.
- O Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal para o período 2007- 2013.
- Quadro Estratégico Nacional de Referência para o período 2007-2013 (Espanha).
- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007- 2013 (Espanha).
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) em Portugal.
- Plano Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 para Portugal.

C2. PROJECTO DE GESTÃO TRANSFRONTEIRIÇA DAS INICIATIVAS DE FOMENTO DA ACTIVIDADE EMPRESARIAL

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto

Do ponto de vista dos objectivos da Uniminho, através do seu documento de Planeamento Estratégico, o presente projecto, longe de se enquadrar dentro de uma das linhas básicas, tenta propiciar uma aproximação conjunta aos perfis principais de actuação, com uma temática clara: o fomento do espírito empreendedor. Assim, tratar-se-á, pois, de um projecto que actuará sobre quatro eixos principais de acção:

- ⇒ Apoiar o desenvolvimento do turismo como sector chave
- ⇒ Melhorar a gestão em matéria ambiental para preservar um recurso estratégico para o espaço da Uniminho.
- ⇒ Potenciar as iniciativas empresariais, a formação e a criação de emprego.
- ⇒ Melhorar a acessibilidade às TIC e contribuir para a qualidade dos serviços públicos.

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por algum instrumento ou programa que será accionado no novo período 2007 - 2013 e, mais

concretamente, ao programa que substituirá a iniciativa comunitária Inter-regional do período de programação anterior, (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal).

Não obstante, e dada a temática do próprio conteúdo, o projecto poder-se-ia enquadrar dentro do plano de Espaço para a cooperação empresarial e, em matéria de formação, para uma economia geradora de emprego, incluído como um projecto para o Fomento das Iniciativas Empreendedoras para o Desenvolvimento de Actividades Estratégicas.

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por algum instrumento ou programa que será accionado no novo período 2007 - 2013 e, mais concretamente, ao Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal.

1.2 Linha Estratégica em que se Enquadra o Projecto

O projecto enquadra-se na seguinte prioridade do *Projecto de Regulamento FEDER da CE (2007 - 2013)*.

- Facilitar a melhoria das relações entre empreendedores, PME, universidades, turismo e comércio transfronteiriço.

Complementarmente, e de acordo com as prioridades do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), o projecto encaixar-se-ia directamente com a prioridade:

- Desenvolvimento da capacidade local para a criação de emprego e diversificação.

1.3 Relação com Outras Linhas Estratégicas

O projecto actual, como já foi dito, enquadra-se no terceiro objectivo estratégico da Uniminho, mas as suas características próprias e, fundamentalmente, os âmbitos sectoriais de actuação fazem com que ataque directamente as linhas básicas de intervenção futura desta instituição, contribuindo com o elemento diferencial da visão transfronteiriça dessa problemática.

2. DADOS BÁSICOS

2.1 Denominação do Projecto

Projecto de Fomento da Inovação e da Actividade Empreendedora. Para facilitar os aspectos de comunicação, poderia utilizar-se o acrónimo FIDAE.

2.2 Objectivos Gerais e Específicos do Projecto

O FIDAE considera que a forma mais eficiente de criar emprego de longa duração é através do estímulo de uma procura existente no próprio sistema económico do

território de actuação que, por isso, mesmo subsistirá, uma vez finalizado o projecto. Esta procura apenas será possível através de uma iniciativa privada que estimule a criação de actividade e se centre nas actividades prioritárias para o território de actuação.

Uma vez validada esta premissa fundamental, estima-se que os **objectivos gerais** do projecto sejam os seguintes:

- Fomentar a cultura empreendedora no enquadramento transfronteiriço.
- Incentivar o desenvolvimento dos sectores estratégicos do ponto de vista do desenvolvimento transfronteiriço.
- Facilitar um desenvolvimento economicamente equilibrado do espaço da Uniminho.
- Melhorar a criação de emprego através de iniciativas empresariais orientadas para as PME.
- Proporcionar mecanismos de ajuda em todas as fases da criação da empresa, partindo dos processos embrionários da ideia até aos mecanismos orientados para a consolidação empresarial.
- Contar com mecanismos que impeçam um processo de despovoação no meio rural através da criação de infra-estruturas económicas.

Para alcançar estes objectivos gerais, estabelecem-se os seguintes **objectivos específicos**:

- Fomento de um enquadramento social favorável à figura do empreendedor/a e melhoria da percepção social da figura do empresário/a, consolidando actuações que ponham em evidência a importância social desta figura.
- Apoio à criação de empresas com um itinerário formado pelas diversas etapas percorridas por um empreendedor/a durante o processo de nascimento da sua actividade empresarial.
- Favorecer políticas de fomento da competitividade com mecanismos baseados na inovação.
- Contar com ferramentas que favoreçam um melhor conhecimento da problemática empresarial na área de actuação, para facilitar novas políticas neste âmbito.
- Fomentar as acções de dinamização e transferência por parte dos utilizadores/as do sistema.
- Activar as relações empresariais transfronteiriças como ferramenta fundamental para fomentar as relações empresariais dentro do território.
- Colaborar com empresas na sua etapa de implantação no território.

- Potenciar o desenvolvimento de sectores estratégicos dentro do âmbito de actuação.

2.3 Descrição de Síntese

Numa economia de mercado livre como é a da Zona Euro, a iniciativa dos/as empreendedores/as é fundamental para o desenvolvimento económico. A colaboração podendo vir a ser prestada pela nova entidade da Uniminho e pela Administração pode representar um impulso importante para o crescimento económico. Por isso, o projecto actual considera o fomento da iniciativa empreendedora como sendo um elemento fundamental para a criação de actividade, para o fomento do desenvolvimento endógeno da área transfronteiriça e para a fórmula mais estável de geração de emprego.

Um dos elementos diferenciais deste projecto consiste na forma como se aborda a temática empresarial, através de uma visão prévia das actividades economicamente estratégicas da área de actuação:

- Turismo
- Matéria do meio ambiente
- TIC
- Comércio (este último, considerando a sua importância do ponto de vista da criação de emprego)

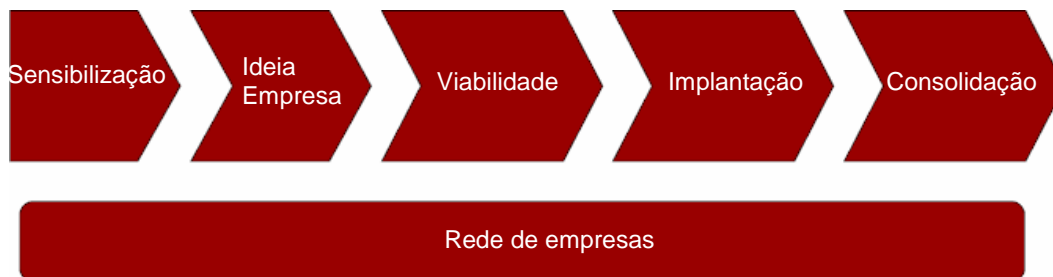
É por essa razão que se aborda a temática empresarial do ponto de vista do fomento do desenvolvimento local do espaço transfronteiriço para sectores prioritários para um crescimento harmonioso e sustentável. Neste sentido, a criação de actividades de matéria ambiental (actividade especialmente orientada do ponto de vista do sector primário) e os restantes sectores (orientados para a promoção de serviços) **complementam** um desenvolvimento económico que, pela forte actividade em matéria de criação de zonas industriais, constitui uma certa inércia para este sector secundário.

Há que perguntar quais seriam os benefícios de um desenvolvimento transfronteiriço deste projecto. Logicamente, a resposta é dada por dois grandes factores:

- Por um lado, o desenvolvimento de um projecto destas características para uma área geográfica transfronteiriça com uma problemática comum obriga a que a abordagem seja feita de um ponto de vista colectivo.
- Além disso, a perspectiva transfronteiriça constitui um elemento de desenvolvimento dentro do território de actuação do qual o tecido empresarial não está a fazer um aproveitamento optimizado.

Tratar-se-ia, portanto, de criar um sistema integral de apoio ao/à empreendedor/a, começando por uma fase de sensibilização da cultura empreendedora (anterior inclusivamente à ideia empresarial) indo até ao lançamento da ideia e ao seu processo

de consolidação final. Este é, pois, um projecto com fases e actividades orientadas para um processo claro: O fomento do processo da actividade empreendedora.



Trata-se, portanto, de uma orientação de projecto centrada no "processo", com o objectivo de fazer com que os recursos investidos no mesmo proporcionem o máximo de rentabilidade social.

Não obstante, esta orientação básica tem um elemento claro de actuação e é dirigida aos quatro principais sectores de actuação: Turismo, Ambiente, TIC e Comércio.

Portanto, pode-se afirmar que o projecto conta com uma dupla orientação:

- Transversal, com uma orientação para o processo de criação de empresas.
- Vertical, atacando as actividades estratégicas do território.

Portanto, o projecto com esta dupla via de actuação tem como objectivo a criação de unidades de exploração económica com um elevado grau de criação de emprego (nota-se que, dado que a maior parte das actividades se encontram enquadradas no sector dos serviços, o impacto das empresas desenvolvidas no emprego será importante). Assim, o FIDAE terá de consolidar a criação de um tecido empresarial com um elemento essencial que é a criação de fortes vínculos transfronteiriços.

2.4 Actividades para a Execução do Projecto

Tal como se explicou em secções anteriores, as principais actividades do projecto coordenam-se de um modo imediato com as fases principais em qualquer projecto de criação de uma empresa.

Apesar desta estrutura permitir criar novas actividades e definir um itinerário do empreendedor dentro do programa, para obter um aproveitamento máximo do projecto não serão criadas sequências cronológicas nestas fases. O objectivo será conseguir aproximar os beneficiários do projecto de uma ou várias actividades do projecto. Isto permite uma dupla orientação:

- Assessorar, seguindo uma metodologia que proporcione assistência ao/à empreendedor/a em cada fase.
- Permitir, simultaneamente, que empreendedores/as ou empresas recém-criadas tenham a possibilidade de se aproximarem do projecto ao abrigo de

uma actividade. Deste modo, ampliar-se-ão as possibilidades de impacto social do projecto e favorecer-se-á uma maior modularidade, para que seja o/a próprio/a empreendedor/a a decidir a sua participação na actividade.

Assim, o desenvolvimento das actividades não terá que ser sequencial dentro do projecto, embora o percurso de um/a empreendedor/a o possa ser.

As fases previstas seriam as seguintes:

- **Fase 1: Sensibilização empreendedora**

Esta fase contém três objectivos claramente identificados:

- Valorizar a função social do/a empresário/a no espaço da Uniminho.
- Conseguir uma campanha adequada de sensibilização acerca da cultura empreendedora e da divulgação das ajudas
- Formar adequadamente os/as empreendedores/as nas disciplinas orientadas para a gestão empresarial.

Para este aspecto, foram definidas quatro grandes actividades para esta primeira fase:

- o Empreender na Escola
- o Melhoria da percepção social do empresário/a
- o Seminários e Mecanismos de difusão
- o Plano de formação na área empresarial (Escola de Empreendedores)

1. Empreender na Escola

Um dos âmbitos de actividade mais inovadores nos quais este projecto se vai envolver é o fomento do espírito empresarial que começa logo nos bancos da escola. Esta actividade será desenvolvida em três fases:

Fase A: Acordos com a comunidade educativa

Nesta fase, manter-se-ão contactos com os/as responsáveis dos diferentes centros para expor o projecto e conseguir que adiram ao mesmo. Neste sentido, há necessidade de realizar acções como: redacção de documentos de apresentação do projecto, reuniões e entrevistas com os/as responsáveis dos diferentes centros, redacção de acordos de colaboração e materialização dos acordos. Nesta secção, os centros educativos serão convidados a participar nestas actividades.

Fase B: Concepção específica das acções

Nesta fase, proceder-se-á à definição específica e particular das acções a realizar, adequadamente segmentadas em dois grandes grupos etários: os/as discentes do ensino primário e os/as discentes do ensino secundário.

As acções a realizar serão:

- Palestras de empresários/as relevantes
- Desenvolvimento de um jogo, a ser distribuído em CD e através da Internet, que apresente, de um modo intuitivo, a projecção de uma iniciativa empresarial

e a sua posição relativa. Existirá a possibilidade de criar concursos para a maior pontuação no respectivo projecto.

- Visitas a empresas e trabalhos
- Actividades que ponham em prática a estrutura dos/as empreendedores/as com êxito.
- Leituras/Materiais/Banda Desenhada com casos reais adaptados ao contexto escolar.

Fase C: Implementação das acções

Por último, proceder-se-á à aplicação das acções anteriormente concebidas e retirar-se-ão conclusões para delas se obter ensinamentos pertinentes sob a forma de metodologias escritas, para que se possam desenvolver acções desta tipologia noutras zonas.

2. Melhoria da percepção social do empreendedor

Para esta actividade, serão criados materiais que evidenciem o trabalho social do/a empreendedor/a e o seu peso imprescindível do ponto de vista económico num contexto social.

Para isso, indicar-se-ão as vantagens deste trabalho, o fomento da faceta altruísta dos grandes empresários, assim como a elaboração de materiais onde o desaparecimento desses perfis implique o encerramento de empresas e a consequente perda de postos de trabalho.

Para tal, serão elaborados os seguintes materiais promocionais:

- Dípticos e trípticos do trabalho social do empresário/a.
- Fichas de diversas actividades.

Estes materiais estarão incluídos em todas as acções públicas do projecto, havendo, possivelmente, diversas edições bilingues dos mesmos.

3. Seminários e Mecanismos de difusão

Para conceber um seminário de sensibilização destinado a levar as pessoas a fomentar o espírito empreendedor, será necessária a elaboração dos seguintes elementos:

- Identificar os conteúdos a apresentar, nessa documentação, que deveriam acompanhar uma descrição do projecto, bem como os distintos tipos de serviços que o projecto pode oferecer.
- Elaborar uma linha argumentativa que dê coerência a um seminário com estas características.
- Identificar os segmentos populacionais e o target (público-alvo) mais adequados como receptores deste tipo de seminário.

Posteriormente, deverá proceder-se à elaboração do seminário e, em concreto, de elementos como: esquema de conteúdos do seminário, materiais de apoio à explicação (acetatos, filmes, etc.), documentos para os assistentes, inquérito de satisfação, etc.

Paralelamente, deverá ser concebida uma campanha de comunicação eficaz que permita uma ampla difusão dos seminários e garanta uma assistência adequada.

Terminados os seminários, será avaliado o seu funcionamento e efectuados os ajustes que se considerem necessários, tanto no que respeita à apresentação e conteúdo dos seminários como à campanha de comunicação utilizada.

4. Plano de formação na área empresarial (Escola de Empreendedores)

Escola de Empreendedores. Desenvolvimento de um programa de formação integral em função do grau de maturação da ideia empresarial:

- Dirigido a empreendedores/as que se encontrem em processo de maturação da sua ideia de empresa (sem a empresa constituída) ou em processo de constituição da empresa e que necessitem de conhecer ferramentas e metodologias que lhes permitam conceber o seu próprio Plano de Empresa, como ferramenta fundamental de reflexão, concepção e planeamento de uma nova empresa, que sirva ao/à empreendedor/a como guia para a criação do seu próprio negócio.
- Projectos de formação para pessoas com experiência empresarial, que tenham iniciado os seus negócios nos dois últimos anos. Este colectivo tem necessidades formativas específicas, que acabam por não obedecer a uma metodologia de concepção empresarial, em especial as ferramentas e os conhecimentos de gestão empresarial que possibilitem uma correcta gestão do seu negócio.
- Formação dedicada especificamente ao conhecimento da realidade e oportunidades da Zona Euro.
- Cursos de Português e Espanhol para tornar mais fluida a cooperação.

- **Fase 2: Ideia Empresarial**

Durante esta fase do projecto, a actividade estará centrada, fundamentalmente, na ideia, tentando que o/a empreendedor/a tenha um sentido de crítica relativamente à mesma e oferecendo informação e metodologias para que possa ser feita uma avaliação e mecanismos para a orientar no sentido de um projecto mais viável.

Para este aspecto, foram definidas três grandes actividades para esta segunda etapa:

- Identificação de ideias de negócio
- Metodologia de Análise da Ideia, assessoria e valorização
- Concurso de ideias empresariais

1. Identificação de ideias de negócio

Durante esta fase de identificação de ideias de negócio, será definida a estrutura básica de uma ideia de negócios. Este elemento é considerado um mecanismo com uma clara orientação de divulgação, de tal modo que se tentará que esta informação

seja suficientemente interessante para que potenciais empreendedores/as se interessem por estas fichas de negócios e proponham um crescimento das mesmas.

Obviamente, a criação destas ideias de negócio terá de contar com uma experiência prática noutras áreas, indicando a problemática relativamente ao lançamento da iniciativa empresarial, centrando os segredos do êxito da empresa, etc.

Dar-se-á, portanto, especial ênfase ao afastamento da ortodoxia científica e à criação de documentos de carácter de divulgação.

O objectivo não é tanto identificar ideias de negócio para que sejam os/as empreendedores/as que as utilizem, mas sim trazer ideias, essencialmente, identificar quais são os verdadeiros aspectos que facilitam a criação destas empresas.

Tendo em conta que se trata de um produto vivo, poderá ir incorporando novas ideias, contando com um formato tipo arquivador. Aqui poderão estar incluídos os diversos números, de modo a que o/a utilizador/a possa decidir se opta pela versão em caderno ou pela versão em papel de uma das ideias. Obviamente, todo este material estará disponível em versão electrónica no próprio site do projecto, que coincidirá com o próprio Observatório Transfronteiriço sobre actividade empresarial.

2. Metodologia de Análise da Ideia e assessoria da sua valorização

Considerando a importância da ideia e a transcendência da mesma, do ponto de vista do nascimento e da dimensão da actividade empresarial, torna-se evidente a necessidade de criar um mecanismo que ajude o/a empreendedor/a a submeter os projectos empresariais com uma visão crítica.

Será definida, portanto, uma metodologia de análise da ideia empresarial que aborde aspectos como:

- Qualidade da proposta
- Grau de intensidade competitiva no sector
- Influência do enquadramento
- Interesse do Mercado
- Grau de inovação
- Factores Empresariais e Grau de desenvolvimento de ideias
- ...

Um/a técnico/a do projecto ajudará o/a próprio/a empreendedor/a a realizar este trabalho de depuração da ideia para que possa contar com uma visão alternativa e de mercado.

3. Concurso de ideias empresariais

O objectivo fundamental desta actividade não consiste tanto na consecução de ideias empresariais mas sim num trabalho de fomento da sensibilização empreendedora. Obviamente, a ideia é um pretexto para que um número importante de pessoas se dedique à confecção dos elementos básicos de uma ideia empresarial.

Nesse sentido, serão estabelecidas características como:

- Uma única ideia por pessoa.
- Proposta de ideia simples e de extensão limitada.
- Facultando mapas para a sua inclusão e avaliação.
- Orientação para os sectores prioritários, do ponto de vista estratégico
- ...

Para favorecer a participação de um número elevado de pessoas, será criado um número importante de prémios, que fomentarão a participação de um maior número de pessoas.

Desta forma procura-se que um número significativo de indivíduos se dedique à promoção de ideias empresariais. As ideias vencedoras serão cedidas ao projecto para estarem incluídas na identificação de ideias de negócios (actividade 1 da segunda fase do projecto).

As ideias vencedoras que se queiram introduzir no projecto contarão com um aumento adicional das ajudas concedidas.

- **Fase 3: Viabilidade e Possibilidade de Consecução empresarial**

Nesta fase do projecto, tentar-se-á apoiar empreendedores/as que se encontrem numa fase de análise e de concepção da sua actividade económica. Trata-se de, uma vez definida uma ideia empresarial, tentar garantir uma maior probabilidade de êxito na vida posterior da empresa, ajudando a definir adequadamente os recursos humanos, tecnológicos e financeiros, estratégias de aproximação aos mercados, a aproximação a centros de recursos, as necessárias alianças da empresa, etc. Trata-se, portanto, de proporcionar mecanismos que ajudem a uma correcta concepção da empresa, para favorecer a sua sobrevivência e competitividade na fase de implantação e consolidação.

Para esta fase foram identificadas três grandes acções:

- Materiais de apoio
- Sistema de assessoria
- Mobilização do capital local

1. Materiais de apoio

Neste projecto, é contemplada a elaboração de diferentes materiais de carácter metodológico, em formato documental e/ou digital, cujo objectivo é facultar a empreendedores/as ou técnicos/as de apoio à criação de empresa a avaliação técnica da viabilidade de um projecto empresarial. As acções descritas neste âmbito serão desenvolvidas com carácter geral, sem ter em conta especificidades de carácter local e a sua aplicação poderá ser (dentro dos limites lógicos) de carácter universal.

Trata-se, portanto, de materiais com uma clara visão transversal e orientados para um trabalho de análise e concepção da própria empresa. Para isso, serão definidos diversos materiais de apoio:

- Modelo de plano de empresa com aplicações práticas do plano de empresa.
- Ferramentas de análise económica, como ferramentas para a análise de ponto morto, análise de fluxos de caixa, previsões financeiras, simulação de contas de resultados e massas patrimoniais, etc.
- Estudos sectoriais especialmente relacionados com as actividades estratégicas (Turismo, Ambiente, TIC e Comércio).
- Bases de dados com listagens de empresas (fornecedores, colaboradores, clientes, etc.)

2. Sistema de assessoria

Através deste sistema de assessoria, o/a empreendedor/a contará com um tutor/a que o ajudará a definir a correcta concepção da empresa, prestando-lhe assessoria.

Para este sistema contar-se-á com pessoal com uma clara experiência nos sistemas de assessoria e com mecanismos de consulta a peritos/as.

Dado que o projecto contempla a actuação em várias frentes de actividade e que há a percepção das metodologias generalistas deixarem de fora aspectos específicos de carácter sectorial, contempla-se a realização de quatro trabalhos de investigação específicos para elaborar metodologias de apoio aos quatro sectores que são objecto de atenção específica neste projecto.

3. Mobilização do capital local

Praticamente todos os estudos, diagnósticos e análises feitos aos principais entraves à criação de empresas, coincidem num feito transcendental: a ausência de instrumentos financeiros específicos para apoiar a criação de pequenas empresas e a pouca confiança que o sector financeiro tradicional mostra em novas aventuras empresariais empreendidas por pessoas com poucos recursos.

As acções que se apresentam dentro deste projecto estão encaminhadas para procurar e conceber fórmulas que aproximem a poupança local a esses pequenos projectos, pondo especial ênfase na ideia de canalizar a poupança local para iniciativas que redundam na melhoria do tecido económico e social de uma comunidade local. Neste sentido, os dois projectos apresentados têm um alcance local e espera-se extrair deles experiências e ensinamentos que permitam transferir estes conhecimentos para âmbitos territoriais mais amplos.

Será criado um sistema que permita a criação e modificação para a criação da concepção e a execução das acções necessárias para:

- Captar a poupança individual ou colectiva (entidades financeiras).
- Captar projectos susceptíveis de ser apoiados.
- Analisar a viabilidade e expectativa de resultados dos projectos.
- Instrumentar as contribuições financeiras e os retornos.
- Facilitar o acompanhamento dos investimentos.
- Etc.

- **Fase 4: Fase de Implantação**

Frequentemente, a etapa de implantação é considerada a etapa de maior necessidade de apoio face às diversas opções disponíveis e ao transtorno provocado pelos trâmites burocráticos. Não obstante, sendo este um aspecto essencial, deveria contar-se com mecanismos para a implantação oferecer ajudas para esta fase inicial das empresas.

Por isso, foi proposto um sistema de actividades que permita pôr em evidência os seguintes elementos:

- Centro Integral Transfronteiriço de Assessoria
- Linhas de ajuda
- Sistema de Mentoring para sectores

1. Centro Integral Transfronteiriço de Assessoria

Face às várias problemáticas em matéria de trâmites para iniciar a actividade, as diversas formas jurídicas, etc. em ambos os lados da fronteira, será criado um centro de Assessoria com um duplo enquadramento.

Este centro oferecerá ajuda a este processo de criação de empresas com especial incidência nas actividades com um peso importante na resolução de dúvidas do ponto de vista jurídico.

2. Linhas de ajuda

Serão articulados mecanismos de ajuda para empresas em processo de constituição. Estas ajudas financiarão apenas uma parte (nunca superior a 50%) do montante total da despesa, fixando-se um montante máximo de ajuda. As principais linhas de ajuda permitirão financiar os seguintes elementos:

- Ajudas para as despesas com a constituição da empresa
- Subsídio para o investimento inicial
- Ajudas para a promoção e difusão comercial

Aqui a contribuição, em vez de ser fragmentada por sectores tentará ampliar a sua capacidade, primando pelos seguintes aspectos:

- Fomento da abordagem transfronteiriça (como objectivo primordial a desenvolver).
- Aplicabilidade e necessidade do ponto de vista do início da actividade.
- Acompanhamento de um itinerário integrado dentro do próprio programa

3. Sistema de Mentoring para sectores

Esta acção consistirá em conseguir que um conjunto de empresários/as actuem como tutores/as-monitores/as de projectos empresariais durante os seus primeiros anos de vida. Na medida do possível, tratar-se-á de empresários/as que tenham desenvolvido a sua actividade no mesmo sector em que se insere a nova empresa, podendo-se mesmo pensar na possibilidade de facilitar o investimento de capital destes/as

empresários/as nos projectos. Em qualquer caso, o projecto terá um carácter piloto e contemplará as seguintes actividades ou fases:

- Elaboração e aplicação de um plano de comunicação cujo objectivo será captar empresários/as dispostos a realizar as tarefas de "mentor/a".
- Concepção de uma metodologia de acompanhamento, para ser aplicada e testada durante o projecto.
- Estabelecer contacto entre os/as mentores/as e os/as promotores/as de novos projectos empresariais desejosos de contar com um empresário mentor/a.
- Acompanhamento dos processos de monitorização por um mentor e concepção da metodologia geral de aplicação em futuros programas com estas características.
- Fomentar-se-ão as actividades de acompanhamento por mentores realizados de um modo transfronteiriço.

- **Fase 5: Fase de Consolidação da empresa.**

A verdadeira qualidade de um projecto empresarial não reside no número de iniciativas empresariais lançadas, mas sim na sua sobrevivência depois de aparecer no mercado. Obviamente, este é o objectivo fundamental do projecto e, por isso, existe uma série de actividades que vão nesta linha.

Por outro lado, existe uma série de temáticas sobre as quais interessa especialmente inovar em todas as empresas, independentemente da sua área de funcionamento. É por isso que se activam mecanismos de financiamento para impulsionar aspectos interessantes, como actividades de inovação, políticas de igualdade entre homem e mulher, etc. Trata-se portanto de oferecer ferramentas para que as empresas em fase de consolidação obtenham incentivos para o desenvolvimento de acções do ponto de vista económico e social.

As actividades previstas nesta fase são as seguintes:

- Formação blended learning
- Fomento da inovação
- Fomento de políticas ambientais
- Fomento do uso das TIC
- Fomento do princípio de igualdade de oportunidades
- Programa de assessoria e melhoria continuada

1. Formação blended learning

Como o próprio título indica, esta linha de actividade contemplará a realização de acções de formação de carácter inovador mas com uma metodologia testada, para um maior aproveitamento das acções formativas. Para isso, utilizar-se-á um modelo misto de acções formativas desenvolvidas em formato de e-learning, combinado com

sessões de formação de carácter presencial que servirá para os aspectos mais centrados na participação de diversas acções.

As temáticas são orientadas para a formação comum em matéria de gestão de empresas, com uma temática horizontal, que permitirá, por isso, a sua aplicação geral a todos os sectores. Além disso, haverá um módulo piloto para cada um dos quatro sectores principais com temáticas específicas.

Portanto, o componente de inovação destas acções consiste na sua aplicação e no seu conteúdo. Estas acções também são consideradas válidas do ponto de vista da dispersão populacional, minimizando as deslocações para o acompanhamento de actividades formativas.

2. Fomento da inovação

Sob esta linha, tenta-se incorporar a inovação como factor estratégico do desenvolvimento empresarial, desde os factores de I+D+i à modernização de empresas existentes e, por último, à cooperação entre empresas para reforçar a sua competitividade individual e colectiva e empreender assim processos de internacionalização. Os montantes das ajudas nunca poderão superar os 50% do projecto.

Definem-se como características fundamentais pelas quais o projecto vai ser considerado como passível de ser incentivado, os processos de inovação, favorecendo as empresas de base tecnológica, empresas que desenvolvam actividades que articulem o tecido produtivo local e/ou que correspondam a um projecto empreendedor na sua nova empresa. A pertença a sectores preferentes será um elemento de interesse do projecto, ainda que não seja um elemento indispensável.

Os projectos devem ser orientados para uma abordagem de inovação nos processos de gestão empresarial, projectos de Modernização, Cooperação e I+D+I.

3. Fomento de políticas ambientais

Sob esta linha de ajudas, pretende-se incorporar políticas relativas nas práticas empresariais a fim de criar um crescimento sustentável. Os montantes das ajudas nunca poderão superar os 50% do projecto. Para isso serão fomentadas as acções orientadas para:

- Projectos de poupança energética e diversificação de fontes energéticas, com especial atenção a mecanismos de utilização de energias renováveis.
- Subvenções para a melhoria do controlo ambiental na empresa.
- Utilização de sistemas de gestão sustentável certificados

4. Fomento do uso das TIC

O objectivo é que as TIC se convertam, o mais brevemente possível, na forma básica de acesso ao conhecimento e em ferramenta quotidiana para introduzir práticas inovadoras (formação contínua, cooperação empresarial, marketing, novas relações com fornecedores/as e clientes), especialmente para empresas de reduzida dimensão.

Fomentará o desenvolvimento de utilização de tecnologias de informação, especialmente as de tipo especializado, incluindo como conceitos passíveis de serem subsidiados tanto aplicações, como conteúdos e hardware.

Estas acções incluirão aspectos como:

- Acções de diagnóstico.
- Acções de consultadoria para a utilização da versão mais adequada.
- Acções de formação no uso destas novas tecnologias.
- Acções de assessoria especializada
- ...

Serão financiadas ferramentas e sistemas de gestão avançada (CRM, ERP, Sistemas de gestão documental, facturação electrónica, assinatura electrónica, Sistemas de Informação Geográfica, televigilância, etc.).

5. Fomento do princípio de igualdade de oportunidades

O objectivo destas acções consiste em que as próprias empresas desenvolvam políticas de igualdade de oportunidades no próprio seio da organização. Os montantes das ajudas nunca poderão superar os 50% do projecto. Para isso serão fomentadas as acções orientadas para:

- Acções de diagnóstico.
- Acções orientadas para a erradicação de políticas de desigualdade nos diversos âmbitos da organização.
- Acções formativas orientadas para o fomento da igualdade entre homem e mulher.

Serão consideradas entidades subsidiáveis as empresas em cuja actividade a mulher se encontre subrepresentada.

6. Programa de assessoria e melhoria continuada

Nesta actividade do projecto foi previsto o fomento da actividade das empresas com acções que permitam aumentar a competitividade da empresa através de diversos sistemas:

- Acções de assessoria e consultadoria.
- Acções orientadas para a qualidade.
- Acções de internacionalização.
- Acções orientadas para a melhoria da equipa de direcção.
- Metodologia para o protocolo de empresa familiar.
- ...

Mais uma vez, os montantes das ajudas não poderão ultrapassar os 50% do investimento previsto nas acções.

- **Fase 6: Rede de empresas**

Durante esta fase foi prevista a criação de mecanismos que ajudem o processo de criação da empresa concebido em fases anteriores. Assim, são definidas diversas tarefas para tornar o conteúdo da actividade prevista credível com o objectivo de observar, definir, retroalimentar e transferir o conteúdo do próprio projecto.

Para isso, são definidas as seguintes actividades:

- Observatório Transfronteiriço sobre Actividade Empresarial
- Boletim Uniminho-Empresa
- Retroalimentação de empresas assessoradas
- Manuais de Boas Práticas

1. Observatório Transfronteiriço sobre Actividade Empresarial

Será criada uma unidade de observação que permita a realização da temática empresarial. Isto permitirá resolver as dificuldades estatísticas na análise desta problemática a nível transfronteiriço.

Para tal, será necessário definir um método de recolha de informação através de um sistema de captura primária e de fontes de informação secundárias. Será necessário estabelecer uma periodicidade da análise, especialmente na captura de dados de tipo primário (recolha directa). A recolha será de tipo geral, mas existirão secções específicas para os sectores principais (Turismo, Ambiente, TIC e Comércio).

A abordagem desta actividade será plenamente transfronteiriça salvo no caso das unidades de observação.

Às próprias dinâmicas de observação do tronco comum (estrutura de observação comum) será acrescentada uma observação temática que complemente uma visão alternativa de alguma problemática específica.

A grande vantagem deste observatório será a criação de uma avaliação imediata das actividades do projecto e do seu envolvimento na área de trabalho do mesmo, com a qual se pode obter uma visão do resultado das políticas e ajudar na concepção de novas estratégias de intervenção.

2. Boletim Empresa da Uniminho

Outra das unidades de projecto será a criação de um boletim do projecto da Uniminho. Com uma periodicidade bimestral, oferecerá informação como:

- Artigos.
- Reportagens.
- Políticas de intervenção em matéria empresarial
- Entrevista a um/a empresário/a relevante.
- Sectores relevantes (artigo sobre alguma actividade dos principais elementos)
- Actividades do projecto.
- Novas actividades previstas.
- Agenda de eventos.

- Participação.

Os destinatários/as do boletim serão parceiros/as, entidades de promoção, câmaras municipais, organizações empresariais, destinatários/as anotados numa lista de distribuição, centros educativos, etc.

O boletim terá uma versão em papel e um conteúdo em formato electrónico.

3. Retroalimentação de empresas assessoradas

Para este sistema serão utilizados/as empreendedores/as que tenham acompanhado o projecto, a partir da fase de criação da sua empresa, que contarão as vantagens do próprio projecto. Estes empreendedores ajudarão o projecto nas acções de sensibilização, participando em actividades como Empreender na Escola, Seminários e Mecanismos de Participação ou com a sua experiência dentro do plano de formação.

4. Manuais de Boas Práticas

De todas as acções que se venham a desenvolver dentro do projecto serão elaborados manuais nos quais serão compiladas as aprendizagens geradas e as orientações necessárias para que as boas práticas detectadas possam ser reproduzidas.

O manual de boas práticas poderá, em alguns casos, incorporar a concepção de uma acção formativa e inclusivamente a realização de uma acção-piloto do programa de formação.

Convém salientar que um dos âmbitos a que se prestará mais atenção na elaboração dos manuais de boas práticas é a perspectiva da igualdade de oportunidades. Neste sentido, será elaborado um manual que recolha todas as boas práticas desenvolvidas ao longo do projecto centradas na operatividade da igualdade de oportunidades e a melhor forma de as levar a cabo.

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção localiza-se dentro da NUT II Galiza / Norte de Portugal e, por sua vez, dentro da NUT III Província de Pontevedra / Minho-Lima.



A Uniminho é a área geográfica de intervenção. Este território é constituído por 16 Câmaras municipais do Sul da província de Pontevedra, que abrange as comarcas de A Paradanta, o Condado e Baixo Minho e duas câmaras municipais da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), e as cinco Câmaras Municipais que formam a Comunidade Intermunicipal de Vale do Minho, localizadas no norte de Portugal. O nexos de união destes territórios da Península Ibérica é ter como eixo estruturante do território o rio Minho e os seus afluentes, sendo este rio o que marca a fronteira entre os dois países.

Ocupa uma superfície total de 1.907,4 Km², sendo a parte espanhola da Uniminho ligeiramente maior do que a portuguesa, e com uma população de cerca de 200.000 habitantes, que, tal como acontece para o território, é ligeiramente superior em termos populacionais, no caso da Galiza. A densidade populacional da área da Uniminho é de 97,4 hab/Km².

3.2 Apresentação da Problemática que se Pretende Abordar

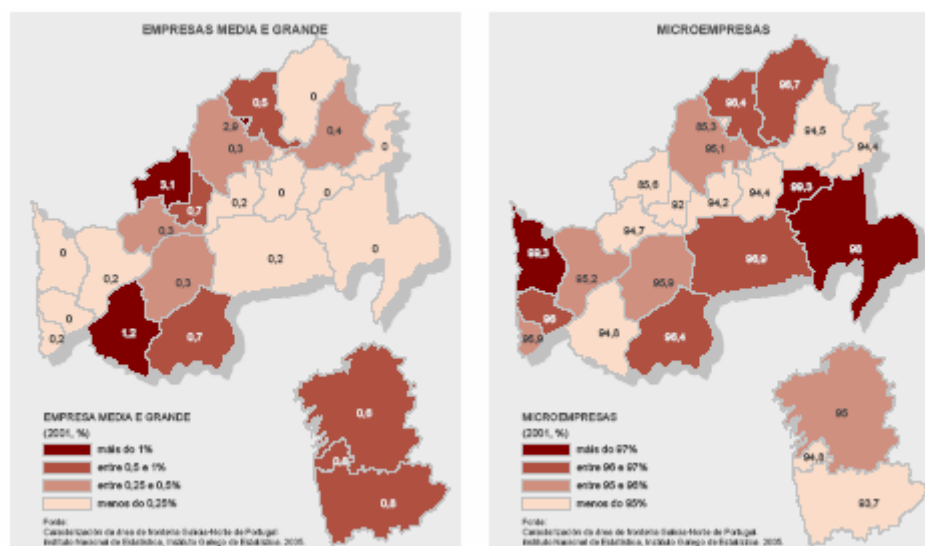
A Uniminho é um espaço transfronteiriço formado por 16 municípios do sul de Pontevedra e por 5 Câmaras municipais do norte de Portugal. O elemento fundamental que une estes territórios, pertencentes a dois países diferentes, é o rio Minho, que serve contudo também de factor de separação, já que serve de fronteira física e administrativa entre ambos os territórios.

Em suma, pretende-se abordar um projecto que permita potenciar os sectores de interesse prioritário, ao mesmo tempo que se facilita a criação de infra-estruturas que ajudem a pôr em prática iniciativas empreendedoras. De notar que o projecto não

pretende impulsionar apenas mecanismos de apoio, mas sim a criação de mudanças no modelo social, fomentando uma nova percepção da figura do empreendedor/a.

A problemática que este projecto, com base no diagnóstico realizado, pretende abordar é a seguinte:

- Polarização do emprego transfronteiriço em sectores concretos, razão pela qual não podemos falar de um mercado laboral equilibrado. É necessário o aumento de actividades no sector dos serviços com elevadas capacidades do ponto de vista do emprego e que proporcione uma marca de identidade ao panorama económico da Uniminho.
- Dificuldade no arranque de iniciativas empresariais, com actuações escassamente dirigidas a empreendedores/as do âmbito transfronteiriço.
- A demografia empresarial indica a existência de empresas com a mais reduzida dimensão na zona oriental da área da Uniminho, com concentração também mais reduzida.



- Por essa razão poderíamos dizer que existe um escasso grau de actividade empresarial, com uma reduzida capacidade empreendedora do território.
- A escassa qualificação profissional requer mecanismos de ajuda para o empreendimento de uma actividade empresarial.
- A precariedade no mercado laboral indica a necessidade de criar estruturas de maior qualidade no emprego, considerando-se que a acção empreendedora pode ser uma oportunidade interessante do ponto de vista da qualidade no emprego, tanto para o/a empreendedor/a como para os novos postos de trabalho gerados.
- Poder actuar com especial incidência no território transfronteiriço, com uma problemática comum similar na área de actuação e com um elevado potencial do ponto de vista das sinergias de cooperação empresarial.

3.3 Situação Actual do Projecto

Tradicionalmente, os projectos de desenvolvimento da cultura empreendedora têm-se centrado mais no âmbito do FSE. Isto faz com que, pela estrutura actual da gestão deste fundo (iniciativas, etc.), a problemática da gestão destas iniciativas seja orientada de um ponto de vista de território nacional.

Não obstante, a percepção de uma realidade transfronteiriça com uma problemática e uma estrutura económica comum requer que os instrumentos políticos estejam orientados para esta situação e, portanto, a necessidade de uma orientação transfronteiriça concreta.

O projecto, conforme apresentado, não se encontra em execução neste momento.

3.4 Resultados esperados e Objectivos Quantificados

Especificam-se, a seguir, os principais resultados que se esperam do projecto, de acordo com as actividades descritas anteriormente:

Fase 1: Sensibilização Empreendedora

Desenvolvimento de 1 serviço de difusão para o desenvolvimento de actividades de orientação

Desenvolvimento de 1 Sistema para a melhoria da percepção social do/a empreendedor/a

Desenvolvimento de 1 Seminário para a sua posterior edição em 20 edições

Desenvolvimento de 1 programa de formação por módulos, orientado em 10 cursos e a sua posterior implantação.

Fase 2: Ideia Empresarial

1 Sistema de Ideias de negócios, com um mínimo de 15 ideias de negócio estruturadas.

2 edições do concurso de ideias empresariais no território.

Fase 3: Viabilidade e Possibilidade de Consecução empresarial

Elaboração de um mínimo de 8 materiais (planos de empresa, ferramentas de análise, estudos).

Assessoria a um número mínimo de 120 projectos empresariais

Criação de 1 Sistema de Mobilização do Capital Local.

Fase 4: Implantação

Criação de 1 Centro com Assessoria a um total de 100 projectos empresariais.

Criação de 3 Linhas de ajuda ao início da actividade.

Inclusão de um total de 60 projectos de acompanhamento por mentores.

Fase 5: Consolidação

Inclusão de 1 Plataforma de teleformação, 1 programa de formação empresarial e 4 cursos específicos para cada sector de actuação

Criação de 1 Sistema de ajudas à inovação

Criação de 1 Sistema de ajudas ao ambiente

Criação de 1 Sistema de ajudas à inclusão de TIC's

Criação de 1 Sistema de ajudas ao projecto de Igualdade de Oportunidades
Criação de 1 Centro de Assessoria com um total de 100 projectos empresariais assessorados

Fase 6: Rede de empresas

Criação de 1 centro de Observação
Criação de um boletim com uma periodicidade bimestral (10 números).
Participação de um total de 30 empreendedores/as em acções de difusão.
Criação de 3 manuais de boas práticas.

3.5 Inovação e Valor Acrescentado do Projecto

O projecto que se apresenta manifesta diversos aspectos inovadores explicados a seguir em pormenor:

Relativamente à **temática**, pela primeira vez no território de actuação estabelece-se um projecto de fomento da iniciativa empreendedora a partir de um âmbito transfronteiriço e com uma visão conjunta dessa necessidade. Além disso, partiu-se de um plano estratégico que define as actuações e sectores de interesse prioritário e orienta a actividade para as ditas instituições.

Quanto aos **meios e processos**, é especialmente importante a orientação do projecto e as etapas que o/a empreendedor/a percorre no processo de criação de uma empresa. Assim, esta orientação das actividades do projecto para este processo de constituição de uma actividade empresarial comporta uma visão inovadora no processo de actuação. Há ainda a dupla possibilidade oferecida (participação em algumas actividades do projecto ou o acompanhamento de um itinerário através das fases previstas), que constitui um elemento de inovação na gestão.

Quanto aos **resultados**, deve-se apostar numa visão da geração da actividade empresarial como resultado do projecto e como visão para o aumento de um emprego de qualidade e de longa duração. As actuações dirigidas a actividades estratégicas, do ponto de vista do território da Uniminho como método para mudar e equilibrar a estrutura económica do território de intervenção, constituem uma abordagem inovadora no âmbito dos resultados.

Um último aspecto do projecto consiste na unificação das iniciativas, do ponto de vista da temática empresarial, para que muitos dos parceiros contem com uma experiência neste âmbito. Os diferentes contributos de cada um dos parceiros proporcionarão visões concretas e ajudará a definir uma metodologia comum de actuação.

3.6 Calendário de Trabalho

Para alcançar os objectivos previstos, conta-se com uma duração de 24 meses. A título de exemplo, a data de início será a 1 de Janeiro de 2007 e a de finalização está prevista para 1 de Janeiro de 2009.

Como referido anteriormente, serão lançadas muitas actividades para que se possam desenvolver itinerários como o próprio acesso a actividades individuais. Desse modo, muitas das actividades serão realizadas em paralelo, tal como se pode ver no seguinte calendário.

Id	Nombre de tarea	meses													
		1er trimestre				2º trimestre				3er trimestre				4º trimestre	
		N	E	M	M	J	S	N	E	M	M	J	S	N	
1	Fase 1: Sensibilización Emprendedora														
2	Emprender en la escuela														
3	Mejora de la percepción social del emprendedor														
4	Seminarios y Mecanismos de difusión														
5	Plan de formación en empresarialidad														
6															
7	Fase 2: Idea Empresarial														
8	Identificación ideas de negocio														
9	Metodología de Análisis de la Idea y asesoramiento su valoración														
10	Concurso de Ideas empresariales														
11															
12	Fase 3: Viabilidad y Factibilidad empresarial														
13	Materiales de apoyo														
14	Sistema de asesoramiento. Tutores														
15	Movilización del capital local														
16															
17	Fase 4: Implantación														
18	Centro Integral Transfronterizo de Asesoramiento														
19	Sistema de ayudas para inicio de actividad														
20	Sistema de mentoring para cuatro sectores														
21															
22	Fase 5: Consolidación														
23	Formación blended learning (formación común + 4 sectores)														
24	Ayudas a la innovación														
25	Ayudas al medioambiente														
26	Ayudas NTIC														
27	Ayudas Fomento de Igualdad de Oportunidades														
28	Programa de asesoramiento y mejora continua														
29															
30	Fase 6: Red de empresas														
31	Observatorio Transfronterizo sobre Empresarialidad														
32	Boletín Empresa Uniminho														
33	Feed back empresas asesoradas														
34	Manuales de Buenas Prácticas														

3.7 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

Os objectivos previstos no projecto traduzem-se no conjunto de resultados que se esperam conseguir, com um custo associado para a execução do projecto. Com o sistema de acompanhamento definido, será possível conhecer os possíveis desvios que se possam dar para assim adoptar medidas correctivas. Para isso, o chefe de Fila implementará, através das suas atribuições, um sistema de acompanhamento, divulgando a informação junto dos sócios que estejam envolvidos no mesmo.

O sistema de acompanhamento previsto pressupõe o controlo da realização das actividades de acordo com os objectivos operacionais expostos nesta proposta. Para tal, o Chefe de Fila irá desenvolver uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o objectivo de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- 4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Para alcançar estes objectivos e medir a eficácia e eficiência do projecto o sistema reunirá as seguintes informações:

1. Indicadores de realização de cada um dos sócios, garantindo os mínimos estabelecidos para cada actuação e o grau de cumprimento dos objectivos.
2. Dados financeiros de acompanhamento dos compromissos contraídos por cada um dos parceiros.
3. Indicadores do nível de satisfação dos utilizadores e indicadores de resultado.

A recolha das informações será feita trimestralmente, seguindo a metodologia descrita a seguir:

A) Concepção de algumas fichas específicas para cada actividade, que reunirão uma série de variáveis quantitativas e qualitativas. As fichas serão estruturadas por Actividade - Tipo.

B) Estas fichas serão preenchidas pelos parceiros do projecto, principalmente aquelas que constituem o suporte da informação de carácter económico contabilístico.

C) Os parceiros do projecto apresentarão as fichas trimestralmente, o que constituirá a base para a elaboração do relatório periódico de acompanhamento.

D) A estruturação das fichas por Actividades - Tipo desenvolver-se-á em suporte informático e será colocada à disposição dos parceiros através da Intranet.

A sistematização na recolha e tratamento da informação permitirá realizar um processo de avaliação contínua que se materializará através da realização de estudos de avaliação parciais, e da elaboração de relatórios de carácter trimestral, e que será elaborado pela Equipa de coordenação e acompanhamento.

Relativamente aos **indicadores**, mostram-se, a seguir, aqueles que se prevê alcançar:

Indicadores de realização	Unidades	Realização
Empreender na escola	N.º de Escolas	20
Melhoria da percepção social do empreendedor/a	N.º de Documentos	10
Seminários e Mecanismos de difusão	N.º de Seminários	20
Plano de formação em actividade empresarial	N.º de Programas	1
Identificação de ideias de negócio: 4 Sectores (Comércio, Turismo, Ambiente, TIC)	N.º de Documentos	15
Metodologia de Análise da Ideia e assessoria da sua valorização	N.º de Metodologia	1
Concurso de Ideias empresariais	N.º de Concursos	2
Materiais de apoio (plano de empresa, ferramentas de análise e estudos sectoriais)	N.º de Materiais	10
Sistema de avaliação. Tutores/as	N.º de Sistemas	1
Mobilização do capital local	N.º de Sistema	1
Centro Integral Transfronteiriço de Assessoria	N.º de Sistemas	1
Sistema de ajudas para início de actividade	N.º de Linhas	3
Sistema de mentoring para quatro sectores	N.º de Sistemas	1
Formação em regime de blended learning (formação comum + 4 sectores)	N.º de Programas	5
Ajudas à inovação	N.º de Linhas	1
Ajudas ao ambiente	N.º de Linhas	1
Ajudas NTIC	N.º de Linhas	1
Ajudas ao Fomento da Igualdade de Oportunidades	N.º de Linhas	1
Programa de assessoria e melhoria contínua	N.º de Sistemas	1
Observatório Transfronteiriço sobre Actividade Empresarial	N.º de Sistemas	1
Boletim Empresa da Uniminho	N.º de Boletins	10
Feed back das empresas assessoradas	N.º de Empreendedores	30
Manuais de Boas Práticas	N.º de Manuais	3

Relativamente aos **Indicadores de Resultado**, são indicadas, a seguir, as previsões que serão alcançadas com o projecto:

Indicadores de Resultado	Unidades	Resultado
Empreender na escola	N.º de Alunos	300
Melhoria da percepção social do empreendedor	N.º de Destinatários	2000
Seminários e Mecanismos de difusão	N.º de Destinatários	400
Plano de formação em actividade empresarial	N.º de Pessoas	30
Identificação de ideias de negócio: 4 Sectores (Comércio, Turismo, Ambiente, TIC)	N.º de Destinatários	2000
Concurso de Ideias empresariais	N.º de Participantes	100
Materiais de apoio (plano de empresa, ferramentas de análise e estudos sectoriais)	Nº projectos	120
Sistema de avaliação. Tutores/as	Nº projectos	120
Centro Integral Transfronteiriço de Assessoria	N.º de Empreendedores	100
Sistema de ajudas para início de actividade	N.º de Beneficiários	75
Sistema de mentoring para quatro sectores	N.º de Projectos	60
Formação em regime de blended learning (formação comum + 4 sectores)	N.º de Beneficiários	60
Ajudas à inovação	N.º de Beneficiários	50
Ajudas ao ambiente	N.º de Beneficiários	50
Ajudas NTIC	N.º de Beneficiários	50
Ajudas ao Fomento da Igualdade de Oportunidades	N.º de Beneficiários	50
Programa de assessoria e melhoria contínua	N.º de Empresas Assessoradas	20
Boletim Empresa da Uniminho	N.º de Destinatários	300
Feed back das empresas assessoradas	N.º de Destinatários	300
Manuais de Boas Práticas	N.º de Destinatários	600

Por último, apresentam-se os **indicadores de impacto** que se prevêem alcançar com a execução do projecto actual:

Indicadores de Impacto	Unidades	Quantificação
Criação de empresas na área de intervenção	Nº	Crescimento de 10%
Criação de empresas nos sectores de interesse prioritários	Nº	Crescimento de 30%
Redução do desemprego em sectores prioritários	Nº	Redução de 15% da taxa de desemprego

3.8 Orçamento económico por actividades

O orçamento total do projecto ascende aos 3.365.000 €, que se distribuem da seguinte forma:

ORÇAMENTO TOTAL	
ORÇAMENTO TOTAL	3.365.000 €
<i>Obras públicas</i>	
<i>Aquisição de materiais</i>	4.000
<i>Outros investimentos</i>	
<i>Prestações de serviços</i>	592.000
<i>Despesas com o Pessoal</i>	929.000
<i>Formação</i>	145.000
<i>Promoção e divulgação</i>	205.000
<i>Despesas gerais</i>	45.000
<i>Outros</i>	1.495.000

A distribuição orçamental por cada uma das actividades do projecto é a que se segue:

	<i>Emprender en la escuela</i>
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	140.000 €
<i>Obras públicas</i>	
<i>Adquisición de materiales</i>	2.000 €
<i>Otras inversiones</i>	
<i>Prestaciones de servicios</i>	50.000 €
<i>Gastos de Personal</i>	50.000 €
<i>Formación</i>	
<i>Promoción y divulgación</i>	30.000 €
<i>Gastos generales</i>	8.000 €
<i>Otros</i>	

	<i>Mejora de la percepción social del emprendedor</i>
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	40.000 €
<i>Obras públicas</i>	
<i>Adquisición de materiales</i>	
<i>Otras inversiones</i>	
<i>Prestaciones de servicios</i>	
<i>Gastos de Personal</i>	
<i>Formación</i>	15.000 €
<i>Promoción y divulgación</i>	25.000 €
<i>Gastos generales</i>	
<i>Otros</i>	

Seminarios y Mecanismos de difusión	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	85.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	15.000 €
Formación	50.000 €
Promoción y divulgación	20.000 €
Gastos generales	
Otros	

Plan de formación en empresarialidad	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	90.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	10.000 €
Formación	80.000 €
Promoción y divulgación	
Gastos generales	
Otros	

Identificación ideas de negocio: 4 Sectores(Comercio, Turismo, Medioambiente, TIC)	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	95.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	2.000 €
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	75.000 €
Gastos de Personal	12.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	6.000 €
Otros	

<i>Metodología de Análisis de la Idea y asesoramiento su valoración</i>	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	75.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	20.000 €
Gastos de Personal	55.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	
Otros	

<i>Concurso de Ideas empresariales</i>	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	80.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	30.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	10.000 €
Gastos generales	
Otros	40.000 €

<i>Materiales de apoyo (plan de empresa, herramientas de análisis y estudios sectoriales)</i>	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	70.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	30.000 €
Gastos de Personal	35.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	5.000 €
Otros	

Sistema de asesoramieto.	
Tutores	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	300.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	35.000 €
Gastos de Personal	255.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	8.000 €
Gastos generales	2.000 €
Otros	

Movilización del capital local	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	75.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	60.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	12.000 €
Gastos generales	3.000 €
Otros	

Centro Integral Transfronterizo de Asesoramiento	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	150.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	143.500 €
Formación	
Promoción y divulgación	5.000 €
Gastos generales	1.500 €
Otros	

Sistema de ayudas para inicio de actividad	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	450.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	48.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	400.000 €

Sistema de mentoring para cuatro sectores	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	120.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	100.000 €
Gastos de Personal	18.500 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	1.500 €
Otros	

Formación blended learning (formación común + 4 sectores)	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	190.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	160.000 €
Gastos de Personal	28.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	

Ayudas a la innovación	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	250.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	28.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	220.000 €

Ayudas al medioambiente	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	250.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	28.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	220.000 €

Ayudas NTIC	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	330.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	33.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	295.000 €

Ayudas Fomento de Igualdad de Oportunidades	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	200.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	28.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	220.000 €

Programa de asesoramiento y mejora continua	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	120.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	
Gastos de Personal	18.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	100.000 €

Observatorio Transfronterizo sobre Empresarialidad	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	120.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	100.000 €
Gastos de Personal	18.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	2.000 €
Otros	

Boletín Empresa Uniminho	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	90.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	10.000 €
Gastos de Personal	16.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	62.000 €
Gastos generales	2.000 €
Otros	

Feed back empresas asesoradas	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	30.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	25.000 €
Gastos de Personal	5.000 €
Formación	
Promoción y divulgación	
Gastos generales	
Otros	

Manuales de Buenas Prácticas	
PRESUPUESTO POR ACCIÓN	45.000 €
Obras públicas	
Adquisición de materiales	
Otras inversiones	
Prestaciones de servicios	12.000 €
Gastos de Personal	
Formación	
Promoción y divulgación	33.000 €
Gastos generales	
Otros	

3.9 Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

Embora também esteja prevista a participação do FEDER no desenvolvimento de programas de apoio à criação e consolidação de empresas, principalmente naquelas actividades não cobertas pelo FSE, tradicionalmente, este tipo de projectos tinha um maior encaixe na iniciativa Comunitária Equal, mais concretamente no eixo 2 de fomento do espírito empresarial. Embora o Equal desapareça no novo quadro,

"Têm-se extraído novas directrizes da iniciativa comunitária EQUAL, especialmente no que diz respeito à combinação de acções locais, regionais, nacionais e europeias. Estas directrizes devem ser integradas no apoio proporcionado pelo FSE. Deve prestar-se especial atenção à participação de grupos alvo, à integração dos emigrantes, incluindo aqueles que procuram asilo, à definição das questões políticas e

à sua posterior integração, às técnicas de inovação e experimentação, às metodologias destinadas à cooperação transnacional, ao acesso dos grupos marginalizados no que diz respeito ao mercado de trabalho, às repercussões dos assuntos sociais no mercado interior e ao acesso das organizações não governamentais aos projectos e à sua gestão".

De qualquer forma, deveriam ser estabelecidos mecanismos de participação nos diferentes programas operativos para o acesso ao financiamento comunitário deste tipo de projectos.

Concretamente, o programa operativo de objectivo 3 que substitui o Interreg contempla um eixo de actuação para o desenvolvimento da competitividade e emprego.

3.10 Identificação de possíveis parceiros, agentes envolvidos e beneficiários

O projecto deve ser promovido directamente a partir da Uniminho, como entidade marca da cooperação transfronteiriça, e integrado na estrutura desta instituição. Não obstante, e para candidatar o projecto adequadamente, este contará, inicialmente, com o apoio da Deputación de Pontevedra e com a Comunidade Inter-municipal de Vale do Minho.

Para conseguir o financiamento adequado, o projecto deveria envolver, desde o início, as entidades regionais com competências na matéria, CCDRN e Junta de Galiza através da Secretaria do Trabalho, Secretaria da Inovação Indústria e Turismo, e Secretaria de Ambiente.

Adicionalmente, seria interessante contar com entidades como:

- Organizações Empresariais de ambos os territórios.
- Câmaras de comércio e entidades de promoção empresarial.
- Universidades.
- ONG e o terceiro sector, em especial na área do ambiente e de igualdade de oportunidades.

4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

4.1 Impacto Transfronteiriço das acções do projecto

O âmbito geográfico do projecto encontra-se na região Euro formada pela Galiza e pela Região Norte de Portugal. O projecto localiza-se em plena zona transfronteiriça, em 16 municípios do sul de Pontevedra que formam as comarcas de A Paradanta, O Condado, o Baixo Minho e dois municípios da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas) que limitam com as 5 Câmaras Municipais do Norte de Portugal, incluídas no projecto e que constituem a entidade de cooperação transfronteiriça da Uniminho.

O carácter transfronteiriço foi delineado a partir do momento da concepção do projecto, já que este parte da própria entidade transfronteiriça da Uniminho. Isto traduziu-se no estabelecimento de canais de comunicação eficazes e na realização de diversas reuniões transnacionais.

Por outro lado, a execução das acções previstas no projecto implicarão a concertação dos parceiros de ambos os países. Assim, uma grande parte das actividades previstas terá uma orientação e execução de carácter orientado para ambos os lados do rio Minho. Além disso, as restantes actividades serão dirigidas e promovidas a partir de um equipamento técnico luso-espanhol contratado para a execução do projecto e que terá como âmbito de actuação territorial toda a Uniminho.

Por último, a gestão e o acompanhamento do projecto estão pensados a partir de uma estrutura orgânica que garante a participação conjunta e igualitária de todos os parceiros. Assim, a gestão do projecto será feita tendo em conta a natureza das actuações, independentemente da localização geográfica de cada parceiro, garantindo o carácter transfronteiriço.

Por último, aponta-se para o facto de todos os materiais e ferramentas do projecto serem bilingues, o que outorga ao projecto FIDAE uma grande capacidade de transferência para outros territórios transfronteiriços e uma harmonização nos critérios e políticas de intervenção de ambos os países, em matéria de criação de empresas.

4.2 Coerência com políticas comunitárias, nacionais e regionais

A nível europeu, tomaram-se como referência, e procurou-se a coerência do projecto com as prioridades que o novo quadro comunitário para o período 2007-2013 estabelece para a União Europeia, através dos objectivos de Desenvolvimento Sustentável de Gotemburgo e da Estratégia de Lisboa renovada, e especialmente, as directrizes da Estratégia Europeia do Emprego (EEE)

O projecto proposto também se enquadra nas seguintes directrizes e referências das políticas europeias e nacionais:

- Regulamento CE-1080/2006, do FEDER, nos 3 objectivos de convergência, competitividade regional e emprego e cooperação territorial europeia.
- Regulamento-1081/2006, do FSE, em especial nas ajudas à formação e capacitação do capital humano.
- NORTE 2015: Uma Região. Um Futuro. Uma Estratégia.
- O Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal para o período 2007- 2013
- Quadro Estratégico Nacional de Referência para o período 2007-2013 (Espanha)
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) em Portugal

PROJECTOS COMPLEMENTARES

c1. DESENVOLVIMENTO DE MANUAIS E FERRAMENTAS PARA A ATRACÇÃO DE INVESTIMENTO EXTERIOR

Objectivos gerais do projecto

O projecto é consequência da estratégia e se definirmos a Uniminho como um espaço territorial dotado de unidade e coerência económica e social, é necessário começar por difundir as características do mesmo, com a finalidade de captar os investimentos exteriores ao território que complementem os elementos de desenvolvimento endógeno e possibilitem um verdadeiro crescimento económico de todo o território transfronteiriço.

Desta forma, o principal objectivo deste projecto será criar as ferramentas que facilitem a potenciais investidores externos a informação necessária para equilibrar a balança para o território do Minho em detrimento de outras opções.

Descrição do projecto

Temos de ter em conta que a articulação de uma boa estratégia de comunicação passa por utilizar diferentes ferramentas e canais de comunicação. A parte nuclear do

projecto centrar-se-á na elaboração de um manual do investidor geral, de todo o espaço transfronteiriço definido pela Uniminho.

Trata-se de elaborar um documento que destaque as principais características do território, desde a informação sobre solo empresarial disponível às características da habitação no território, à oferta de serviços de lazer ou aos recursos educativos. Também seria oferecida uma análise de conjuntura económica, com os principais indicadores económicos e as empresas de referência, assim como uma breve análise dos principais sectores económicos do território.

Toda esta informação deverá estar disponível nos principais idiomas, obviamente tanto em suporte papel como em suporte electrónico. Em suporte papel, poderia pensar-se na elaboração de um resumo que podendo ser distribuído em feiras específicas, através de correio postal com listas de distribuição específicas ou através dos postos comerciais de Espanha e Portugal.

A partir deste manual de carácter geral, poderiam realizar-se acções sectoriais, apresentando como complemento neste projecto uma primeira experiência com o Manual do Investidor Turístico (informação sobre a oferta hoteleira actual, ocupação média, dias de sol, investimentos de cadeias hoteleiras, etc.), com uma orientação tanto internacional como nacional.

Aalém da elaboração destes manuais e ferramentas telemáticas, propõe-se a realização de missões comerciais dentro do território da UE e a participação em feiras especializadas, acções que poderão contar com a participação de empresas locais.

Justificação e necessidade da actuação

O projecto impulsiona, sem dúvida, a cooperação transfronteiriça, já que parte da definição de um espaço territorial conjunto. É, por esse motivo, um projecto com uma marcada vocação de cooperação transfronteiriça, dando sentido ao próprio projecto da Uniminho como espaço com personalidade própria.

É necessário partir desta promoção conjunta do espaço territorial para poder gerar a massa crítica suficiente que permita captar investimentos no exterior. Uma vez que a Uniminho exerça como atractivo no exterior, é possível que se possam dar processos de rivalidade nos municípios que a integram, mas há que considerar que, em consequência do desenvolvimento territorial de toda a Uniminho, este aspecto é um tema menor, e pode ser corrigido com políticas de carácter interno.

Actividades previstas para a sua execução

- Elaboração de conteúdos para o manual do investidor
- Elaboração de conteúdos específicos para o investidor do sector turístico.
- Edição de materiais: concepção, maquetagem e impressão.
- Elaboração de um portal Web para a atracção de investimentos, utilizando sistemas de informação geográfica e, na medida do possível, informação gráfica e simples.
- Promoção em feiras internacionais e difusão dos manuais. Identificação de agentes e entidades chave. Esta actividade será realizada por pessoal específico do projecto.

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto deveria ter uma duração mínima de 18 meses, embora que, para garantir uma boa difusão das actuações, o projecto se deva dimensionar para a sua sustentabilidade durante 36 meses.

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	500.000,00	Elaboração de conteúdos e portal web
5. Despesas com o Pessoal	120.000,00	2 pessoas (24 meses)
6. Formação		
7. Promoção e divulgação	120.000,00	Edição dos manuais e material promocional
8. Despesas gerais		
9. Outros	45.000,00	Viagens e deslocamentos de promoção (território UE)
Total	785.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

Em princípio, o projecto pode ser realizado directamente pela Uniminho, mas é recomendado contar com aquelas entidades especializadas no comércio exterior, tais como as câmaras de comércio ou os institutos de comércio exterior, assim como os organismos competentes de carácter regional (por exemplo, o IGAPE), bem como com as associações de empresários (por exemplo, a associação de empresários de Vale do Minho) que facilitem as acções de promoção no exterior e missões comerciais.

Considerações para o seu financiamento

Como referimos na secção de justificação, o projecto tem uma componente intrínseca de colaboração transfronteiriça. Por esse motivo, entendemos que deveria estar directamente integrado nos eixos de actuação do programa operativo de cooperação transfronteiriça. Em especial, o quarto eixo de prioridades impulsionará acções que fomentem a competitividade do território, o desenvolvimento empresarial, e em particular o turismo, a cultura e o comércio transfronteiriço, para além de incidir na promoção conjunta do espaço territorial do ponto de vista da competitividade territorial.

c2. UM ESPAÇO EM IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Objectivos gerais do projecto

Partindo do ponto de vista de que as políticas de igualdade entre homem mulher e os programas nesta área são todavia recentes e que, no novo âmbito comunitário, não só vai continuar a haver linhas de financiamento mas também vão ser previsivelmente incrementadas, o objectivo deste projecto consiste em desenvolver uma experiência piloto promovida a partir das administrações locais em matéria de igualdade de oportunidades.

Temos de ter em conta que algumas das acções que se propõem para a experiência piloto poderiam ser depois objecto de ampliação em programas de emprego de carácter regional ou inclusivamente, objecto de uma cooperação transnacional mais intensa com outras regiões da Europa.

Embora seja um tema que também incide nas políticas de género, ficou fora do projecto alguma experiência em matéria de conciliação, já esta não é específica do sexo feminino e o desenvolvimento de um programa de conciliação no território é suficientemente amplo para ser objecto de um projecto em si mesmo.

Descrição do projecto

Hoje em dia, é uma procura generalizada que o *mainstreaming* ou a abordagem transversal de género esteja incluído na elaboração de todas as acções, programas e projectos de administrações e organizações, e na actuação directa das pessoas que têm encomendado uma série de tarefas, como acontece com a intervenção directa

com mulheres. Não obstante e para facilitar a formulação de uma possível candidatura por parte da Uniminho, têm-se estabelecido propostas concretas articuladas sobre a ideia genérica da Igualdade.

A actuação da Uniminho deveria partir, necessariamente, de um estudo em profundidade da problemática da mulher em ambos os lados da fronteira. É certo que já existem estudos prévios na Galiza e em Portugal, mas não existe uma análise comparada das políticas em ambos os lados para ver se existem diferenças significativas ou se se podem realizar políticas homogéneas a partir da Uniminho. Este estudo poderia contemplar também uma análise de boas práticas para facilitar a transferência em ambos os sentidos.

A partir do estudo, que deve ajustar as propostas aqui formuladas, o núcleo central do projecto pode estar no desenvolvimento de um programa de formação para a inserção, destinado preferencialmente às mulheres que não se tenham integrado no mercado laboral ou que apresentem outros factores de exclusão (por exemplo, encargos familiares). Este programa formativo deverá ser financiado para facilitar a assistência das mulheres ao mesmo, e actuará, de preferência, sobre profissões onde a mulher esteja sub-representada.

Em qualquer caso, a Uniminho deveria contar com um gabinete de orientação à mulher que se encarregaria de realizar os processos de selecção prévios, planeando o itinerário de inserção que melhor se adaptasse às suas necessidades. Este gabinete, integrado por 4 pessoas, também poderia ser o encarregado pelo desenvolvimento das acções de sensibilização em matéria de igualdade, prestando auxílio às PME do território na realização de diagnósticos de género e planos de igualdade na empresa, em colaboração com os departamentos dos recursos humanos.

O projecto completar-se-ia com um projecto de sensibilização sobre esta temática entre menores em idade escolar, através de uma acção de investigação sobre o papel da mulher neste território do Minho, uma exposição dos resultados e actividade temáticas sobre os estereótipos de género. Já existem experiências prévias com um resultado muito positivo em projectos Interreg anteriores (Iris) que poderiam ser consideradas como ponto de partida para complementá-los e melhorá-los.

Por último, é essencial realizar um correcto mainstreaming institucional sobre estas políticas, que só pode ser levado a cabo através da formação a técnicos/as municipais e cargos eleitos. Como objectivo complementar destas acções formativas, a Uniminho promoverá a criação de uma rede de empregados/as público(a)s que desenvolvam acções a favor da igualdade nas diferentes câmaras municipais da Uniminho.

Justificação e necessidade da actuação

Também no território da Uniminho persistem os problemas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres que existem na Galiza e em Portugal: maior taxa de desemprego feminino, segregação no mercado de trabalho com profissões feminizadas e profissões em que a participação da mulher é quase inexistente, menor retribuição económica à igualdade de trabalho, etc.

A Uniminho tem a obrigação de actuar a partir da perspectiva da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, já que são políticas específicas que afectam mais de 50% da sua população.

Actividades previstas para a sua execução

- Diagnóstico do território em matéria de sexos.
- Formação de mulheres em sectores tradicionalmente masculinos de modo a facilitar a inserção laboral.
- Desenvolvimento de acções de sensibilização em matéria de igualdade de oportunidades nas PME: elaboração de planos de igualdade.
- Valorização do papel da mulher na economia transfronteiriça e programa de sensibilização em escolas sobre estereótipos de sexos (IRIS)
- Acções de mainstreaming institucional. Aplicação de critérios de género em projectos municipais:
 - o Sensibilização a cargos eleitos
 - o Formação a técnicos/as municipais.
 - o Criação de uma rede de trabalhadores/as público(a)s a favor da igualdade de oportunidades.

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto pode ter uma duração idónea de 24 meses, embora não poderia reduzir-se porque as acções de sensibilização prévias requerem um certo período de tempo para o seu amadurecimento, que impediriam abordar um projecto-piloto destas características com menor duração.

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	100.000,00	Estudos e trabalhos técnicos
5. Despesas com o Pessoal	240.000,00	4 pessoas
6. Formação	390.000,00	300.000 de formação para a inserção
7. Promoção e divulgação	60.000,00	Acções de divulgação, de promoção e de sensibilização
8. Despesas gerais		
9. Outros	120.000,00	Bolsas de formação
Total	910.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto tem de contar com a participação activa de todos os departamentos da mulher das câmaras municipais participantes, principalmente para poder desenvolver adequadamente as acções de mainstreaming institucional. Além disso, e nas acções de sensibilização no âmbito educativo, com a colaboração activa de centros de ensino.

Considerações para o seu financiamento

Também neste projecto complementar, pela importância da temática abordada no próximo quadro comunitário, pode-se optar por diferentes vias de financiamento,

podendo assim o projecto ser financiado no quadro do programa operacionais de objectivo 3, que explicita o apoio a projectos de "fomento da igualdade de oportunidades", mas também noutros programas operacionais regionais que recebam financiamento do FSE. Também o futuro programa PROGRESS destinará 8% da sua dotação económica (mais de 50 milhões de euros) ao desenvolvimento de projectos nesta área temática.

c3. PACTO PELO EMPREGO TRANSFRONTEIRIÇO

Objectivos gerais do projecto

A luta contra o desemprego, em especial nas áreas de tipologia rural, continua a ser uma das prioridades de todas as administrações públicas, desde a administração local até à própria União Europeia.

O objectivo deste projecto não é realmente a execução directa de acções, mas sim juntar as bases para um grande pacto a favor do emprego, que possibilite a concertação dos agentes económicos e sociais, para que estes possam participar no lançamento das medidas de actuação.

É, por isso, um projecto que tem como objectivo final a assinatura, como forma de compromisso, de um grande pacto social que se traduzirá em medidas concretas de actuação podendo vir a receber financiamento comunitário específico de forma global.

Descrição do projecto

Partindo da experiência dos 11 pactos territoriais pelo emprego em Espanha e em Portugal (6+5) em finais dos anos 90, passamos a definir as características concretas que deve contemplar um pacto deste género:

- A base territorial de escala local supra municipal, aproveitando recursos endógenos.
- Uma abordagem ascendente e inovadora
- A participação activa de agentes públicos e privados, da concepção à execução

- A necessidade de partir de um diagnóstico específico e de um plano de acção concertado com todas as administrações

Todas as acções para o desenvolvimento deste projecto passam necessariamente a dedicar um número importante de horas e de recursos à concertação, um trabalho que necessita de metodologias adequadas, e a dispor de diagnósticos específicos que facilitem o debate nas mesas. O trabalho realizado na Uniminho pode servir de primeiro elemento de reflexão para iniciar um processo de reflexão específico nas mesas.

Justificação e necessidade da actuação

Os dados apresentados no diagnóstico documental dão-nos a visão de um território, a Uniminho, com profundos desequilíbrios dentro do próprio território, entre o lado galego e a parte portuguesa, assim como entre os municípios de tipologia mais rural em relação aos principais núcleos de população. Com efeito, a taxa de actividade é inferior à média da Euro-região (44% contra 50,1%), devido fundamentalmente a factores demográficos no Norte de Portugal, e a taxa de desemprego é de 9,7%, superior à média da Euro-região (9%), problema que se agudiza especialmente entre os jovens e as mulheres.

Actividades previstas para a sua execução

- Diagnóstico estratégico do emprego
- Mesas de concertação
- Concepção de actuações: plano de acção do pacto e assinatura do acordo de constituição do pacto

Duração do projecto e considerações económicas

A realização das actuações necessárias até à assinatura do documento não deverá levar demasiado tempo (um máximo de 12 meses), e poderá realizar-se com meios próprios da Uniminho e das câmaras municipais (nomeadamente, os/as técnicos/as locais de emprego). Não obstante, poderá apresentar-se um pequeno projecto no quadro do programa operativo de objectivo 3, com uma estrutura de gastos similar à da seguinte proposta:

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	80.000,00	Diagnóstico do território e assistência técnica
5. Despesas com o Pessoal	50.000,00	1 Técnico/a e 1 pessoa de apoio
6. Formação		
7. Promoção e divulgação	30.000,00	Acções de divulgação de resultados
8. Despesas gerais	30.000,00	Gastos com acções de concertação
9. Outros		
Total	190.000,00 Euros	

A dimensão económica do Pacto territorial para o emprego, num território com estas características e com mais de 180.000 habitantes, deveria ultrapassar os 18 milhões de euros.

Agentes envolvidos na sua execução

A chave para este projecto é fazer com que todos os agentes sociais da Uniminho participem e, assim, contar com a colaboração das administrações regionais para iniciar um processo com estas características. No mínimo, o pacto deverá ser impulsionado pela própria instituição da Uniminho, pela Xunta da Galiza e pela CCDRN, as organizações sindicais de Galiza e de Portugal e as associações empresariais mais representativas.

Considerações para o seu financiamento

Através dos meios de comunicação veiculou-se que a administração autónoma da Galiza já se está a posicionar para retomar a figura dos pactos territoriais para o emprego como instrumento de gestão das políticas de emprego no território. Por serem uma fórmula promovida pela própria União Europeia nos finais dos anos 90 e financiadas nessa altura pelo FSE, as acções contempladas poderiam receber um subsídio comunitário específico, contudo, dada a dimensão de um Pacto com estas características, deve ser feito um trabalho prévio para conseguir a concertação necessária.

De forma complementar, as acções de carácter mais inovador e arriscado poderão ser objecto de um projecto no âmbito do Progress.

Como reflexão final, há que pensar que, até à data, nunca se idealizou um projecto com estas características num espaço transfronteiriço, um projecto que, pela sua dimensão, poderia constituir uma experiência pioneira para a própria União Europeia, pelo que seria aconselhável também conseguir apresentar o projecto directamente à Comissão. Além disso, e devido ao seu carácter inovador, é fundamental uma apresentação adequada às entidades regionais, as quais poderiam incluir financiamentos específicos para acções inovadoras com estas características dentro dos programas operativos do FSE, tendo em conta que o art. 8 da proposta de regulamento dá apoio às acções de cooperação transnacional e transfronteiriça.

PROGRAMA D: APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJECTOS PRIORITARIOS

D1. ACESSO À BANDA LARGA NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO

D2. PROJECTO PILOTO PARA A GESTÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTES PÚBLICOS

PROJECTOS COMPLEMENTARES

d1. AMPLIAÇÃO DE USO DA REDE DE TELE-CENTROS RURAIS.

d2. PROJECTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE ATENDIMENTO A TERCEIRA-IDADE.

d3. PROJECTO DE MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

PROJECTOS PRIORITARIOS

D1. ACESSO A BANDA LARGA NO ESPAÇO TRANSFRONTEIRIÇO

1.- REFERÊNCIAS GERAIS:

1.1.- PROGRAMA OPERACIONAL AO QUAL PERTENCE O PROJECTO.

Dentro do quadro estratégico de desenvolvimento proposto para o espaço transfronteiriço da Uniminho, o desenvolvimento da Sociedade de informação e o acesso das pessoas e empresas às redes de comunicação de banda larga configura prioritariamente o eixo 4, com as TIC como eixo central do território, através do uso das mesmas em todos os projectos que a Uniminho venha a promover e, sobretudo, na criação de serviços públicos de qualidade.

Por outro lado, o programa proposto é coerente com as directrizes estabelecidas em "2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego", Comunicação da Comissão Europeia 229/2005. Também, no seu desenvolvimento, serão seguidas as linhas mestras traçadas no novo regulamento do FEDER, tanto nas recomendações sobre a sociedade da informação, contemplada no objectivo de convergência, como no objectivo de competitividade regional e emprego.

Além disso, dentro do objectivo 3 de cooperação territorial, destaca-se a necessidade da *"realização de actividades económicas, sociais e ambientais transfronteiriças, através de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável e fundamentalmente mediante:*

*d) a redução do isolamento, através da melhoria do acesso às redes e aos serviços de transporte, **informação e comunicação**, e aos sistemas e instalações hídricos, energéticos e de gestão de resíduos transfronteiriços.*

1.2.- RELAÇÃO COM OUTRAS LINHAS ESTRATÉGICAS.

As tecnologias da informação e comunicações (TIC) actuam como elemento catalizador do desenvolvimento local, tanto na óptica da produtividade empresarial como na da melhoria da qualidade de vida das pessoas com o desenvolvimento de novos serviços. Trata-se, por isso, de um vector de desenvolvimento das economias regionais que deve ser tido especialmente em conta em projectos de desenvolvimento de áreas geográficas concretas como é o caso da Uniminho.

No caso concreto da Galiza e do Norte de Portugal, o problema da falha digital é ainda mais importante, já que se deve a uma dupla problemática. Em primeiro lugar, à ausência de infra-estruturas de banda larga em territórios de tipo "rural". Além disso, embora exista um número de utilizadores importante, o problema concreto da Galiza e de Portugal reside na inclusão das possibilidades que as TIC oferecem em termos de usos e conteúdos específicos para a empresa e para a sociedade em geral: serviços de informação, serviços de pagamento, e-learning, e-administração, etc.

O presente projecto centrar-se-á principalmente na resolução da primeira área de melhoria, na disponibilidade de rede de banda larga como condição necessária mas não suficiente para o desenvolvimento da Uniminho no quadro da sociedade da informação e do conhecimento.

2.- DADOS BÁSICOS:

2.1.- DENOMINAÇÃO DO PROJECTO.

Para dimensionar o projecto com uma única entidade e para facilitar a comunicação do mesmo, propõe-se a denominação da SIM - Infra-estruturas (Sociedade da Informação no Minho), na qual se inclui um complemento de "infra-estruturas", uma vez que este projecto poderá ter continuidade ou ser desenvolvido em projectos complementares com a SIM-Usos e serviços.

2.2.- OBJECTIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO PROJECTO.

O **objectivo geral** deste projecto centra-se, prioritariamente, em dispor de uma infra-estrutura de banda larga, que possa facilitar o acesso à gestão de serviços públicos e privados e a utilização de todos os recursos e soluções que hoje são possíveis com as redes de banda larga. De alguma forma trata-se de desenvolver uma rede de comunicações que estructure o território transfronteiriço, que, tal como as redes de abastecimento ou de saneamento de água, deve ser contemplada já dentro da rede de serviços básicos de carácter local.

Como **objectivos específicos**, o projecto deve contribuir para:

- As TIC como elemento de carácter transversal a todos os projectos que se desenvolvam na Uniminho, em especial aos serviços públicos.
- Concepção de uma infra-estrutura com capacidade de desenvolvimento futuro na implementação de serviços para empresa e cidadãos.
- Estimular a procura de serviços que utilizem as TIC's, em especial o aproveitamento das empresas para melhorar a sua competitividade.
- O desenvolvimento de uma sociedade da informação baseada na inclusão, que fomenta o emprego e a qualidade de vida das pessoas.
- O desenvolvimento de conteúdos específicos adaptados às necessidades do espaço transfronteiriço e à sua sociedade.
- O desenvolvimento das redes de banda larga não pode discriminar os municípios menos povoados e as zonas de difícil acesso. A disposição da rede deve velar pela universalidade de acesso, garantindo possibilidades de desenvolvimento tecnológico cada vez mais rápidas e respeitando os princípios de neutralidade tecnológica e livre acesso.
- Desenvolver estratégias compatíveis para ambos os lados do Minho.

2.3.- DESCRIÇÃO DE SÍNTESE.

Para o desenvolvimento do presente projecto, parte-se dos desenhos de disposição da rede realizados em ambos os lados da fronteira, estabelecendo-se 3 ligações entre as ambas redes (galega e portuguesa) em Tui, Salvaterra e Arbo. Além disso, a disposição da rede Wimax requer um estudo prévio de pormenor, que permita identificar as estações de base necessárias para prestar um serviço a toda a população, embora se parta da ideia de que as 40 estações descritas no projecto da parte galega sejam suficientes para prestar este serviço a todos os municípios de ambos os lados da fronteira.

No caso do projecto da Galiza, contou-se com a colaboração do Grupo de cabo Galego R, para coordenar as acções propostas no projecto SIM com os investimentos que já estão em execução. No caso de Portugal, partiu-se das necessidades de infra-estrutura de banda larga contempladas pelo projecto de Vale do Minho Dixital, dentro do Programa Operativo da Sociedade da Informação.

Em todo caso, o planeamento proposto é homogéneo para ambos os territórios, o que facilita a obtenção do financiamento necessário por diferentes vias, desde um projecto conjunto até à soma de projectos individuais em cada estado membro, mas garantindo uma gestão e exploração conjunta da Rede caso isso seja considerado conveniente na Uniminho. Isso facilita também uma possível gestão conjunta por parte de um operador "transfronteiriço", tornando o projecto mais atractivo para o investimento de capital privado.

O projecto SIM - Minho na Galiza

Para impulsionar de forma decidida o acesso à Sociedade da Informação na zona transfronteiriça do Baixo Minho, O Condado e Paradanta, propõe-se realizar uma rede mista, com cabos de alta capacidade, baseada numa base de Fibra Óptica (backbone) e numa rede de distribuição e acesso sem fios WIMAX baseado no uso de espectro não regulado, que possa ser utilizado por diversos operadores de telecomunicações.

Trata-se de uma zona cuja cobertura de acesso à Internet de banda larga apenas existe em condições económicas e de serviço similares às que existem em zonas urbanas; é uma zona rural afastada de núcleos urbanos importantes e fronteira.

A Rede de Fibra Óptica será totalmente passiva e permitirá oferecer às povoações mais importantes e aos pólos empresariais, os serviços de telecomunicações mais avançados. Entre estes há que citar serviços de distribuição de TV, serviços de telefones, serviços de dados ou serviços de internet de banda larga. Além disso, a Rede servirá de base a outras tecnologias (ADSL, WiMax, Wi-Fi, LMDS, cabo), para alcançar de forma efectiva lugares rurais tecnologicamente remotos.

A Rede de Fibra Óptica está subdividida numa Rede Principal, que une as povoações de maior relevância (O Porriño, Ponteareas, Tui e A Guarda), e uma Rede Secundária, que parte da anterior e chega a todos os restantes pontos de acesso. A Rede Principal já está a ser objecto de um programa de execução por parte da operadora de cabo R Cable y Telecomunicaciones Galiza, pelo que não se inclui a sua valorização económica nesta proposta. A topologia escolhida inclui na zona oriental um anel de fibra, o que constitui uma infra-estrutura fiável e robusta.

O alcance da Rede de Fibra Óptica inclui todos os municípios do sul da província de Pontevedra (Oia, O Rosal, A Guarda, Tomiño, Tui, O Porriño, Ponteareas, Salvaterra de Miño, Mondariz, Mondariz-Balneario, Salceda de Caselas, As Neves, Arbo, Crecente, A Cañiza e O Covelo), **chegando-se pelo menos a um núcleo principal de cada um deles**. Além disso, **chega a todos os Parques empresariais da zona**.

Para permitir o acesso nas zonas em que, por motivos de escala, é impossível chegar com a fibra óptica, propõe-se utilizar a tecnologia **WIMAX**, com a construção de **40 estações base** que permitirão dar cobertura a 99,9% da população transfronteira. As ditas estações base serão ligadas, sempre que possível, directamente à rede principal de fibra óptica. Nos casos em que a localização das estações base não permita uma ligação à rede de fibra óptica, utilizar-se-ão ligações por rádio em banda não licenciada, em geral com tecnologia WIFI. As estações base serão colocadas em torres de 50 metros, com caixas adequadas para a colocação de equipamentos de telecomunicações, redundância de alimentação eléctrica e sistemas de alimentação ininterrupta.

O projecto SIM - Minho em Portugal

A candidatura do Valle do Miño na medida 4.1 "Redes comunitárias" do programa POS-Conhecimento, tenta promover o acesso à banda larga desse território. Assim, unindo o esforço de várias entidades como as câmaras municipais do Vale do Minho, a Comunidade Intermunicipal e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, pretende-se criar uma infra-estrutura em fibra óptica que permita transportar serviços e largura de banda aos municípios, instituições da administração local e nacional e a empresas da região.

Este objectivo de potenciar o acesso à banda larga despertará nos operadores um maior interesse na hora de distribuir os serviços pela região e representará a correcção de assimetrias que existem nas tecnologias da comunicação e informação.

A rede que vai ser criada englobará 5 municípios e o seu principal objectivo é a interligação de povoações, centros empresariais e zonas de cariz estratégico. Assim, o cenário de implementação enquadra-se numa extensão de 141 Km a 197 Km, o que

representa um investimento orçamentado entre os 9 e os 13 milhões de euros. Esta variação advém da existência de três cenários diferentes, em função do número de pontos ligados. No presente projecto, partiremos do cenário mais ambicioso, com 30 núcleos/espacos de acesso.

Destacaremos como característica desta rede a sua fácil utilização por qualquer operador como fornecedor de serviços de tecnologia da informação e comunicação na área do Vale do Minho. Esta rede servirá como uma plataforma na qual os serviços de banda larga poderão servir melhor os/as cidadãos/ãs, empresas e instituições que operam ou possam vir a intervir na região, potenciando o desenvolvimento das NTICs.

2.4.- ACTIVIDADES PARA A EXECUÇÃO DO PROJECTO.

Mais uma vez, os gráficos que se mostram em seguida partem de um desenho homogéneo e complementar, mas apresentando em separado a disposição necessária na parte galega e na parte de Portugal.

O projecto SIM - Minho na Galiza



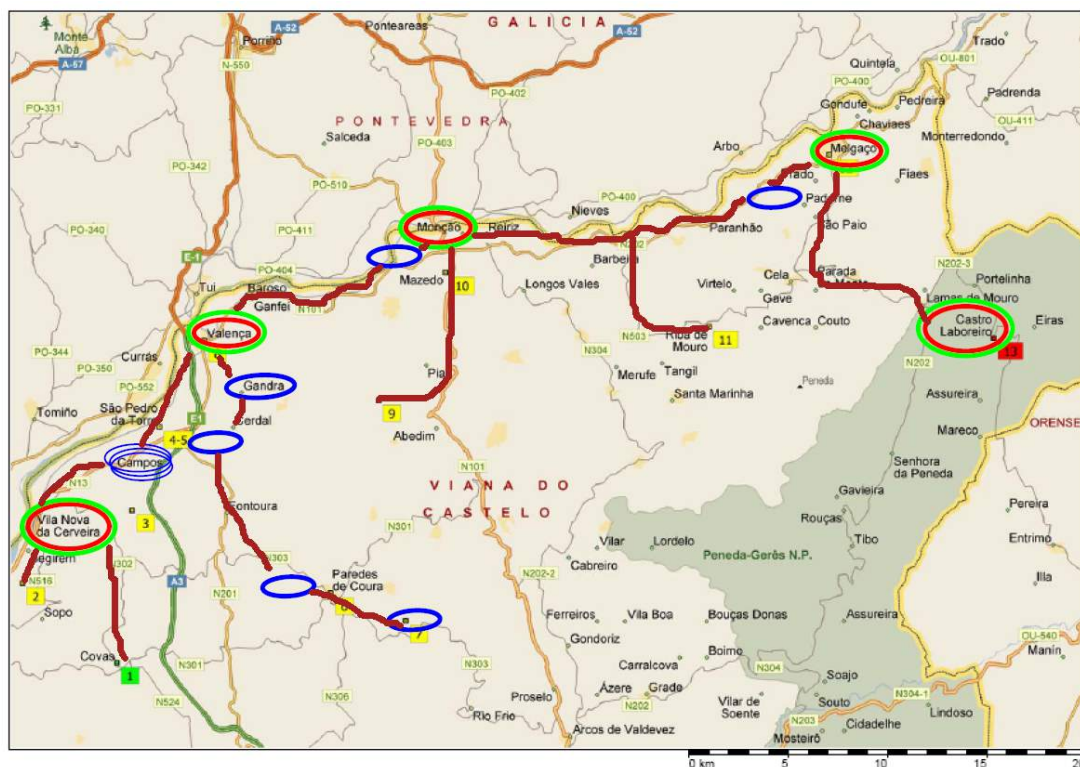
LEGENDA:

- Núcleos populacionais < 300 uis
- Núcleos populacionais > 300 uis
- Polígonos
- Rede Principal
- Rede Secundária

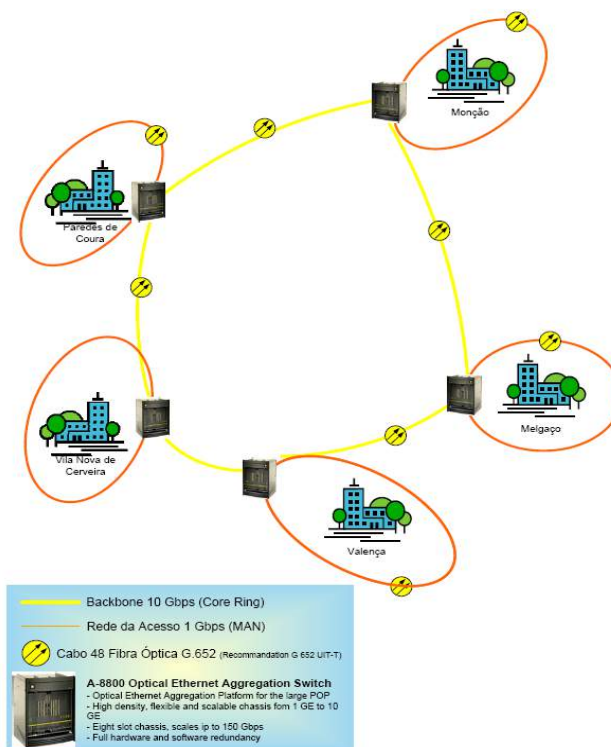
PLANO PARA O BAIXO MINHO: UNIDADES IMOBILIÁRIAS COBERTAS PELA REDE			
Município	Entidade da povoação	Tipologia	TOTAL UIS
36001-Arbo	01-11- CONSISTORIO (ARBO (SANTA MARIA P.))	Núcleo < 300 Uis	182
36001-Arbo	Pólo industrial de Arbo	Pólo	20
36009-Cañiza (A)	02-03-CAÑIZA (A) (CAÑIZA (A) (SANTA TERESA P.))	Núcleo > 300 Uis	799
36009-Cañiza (A)	Pólo de Rivadil	Pólo	20
36013-Covelo	05-05-COVELO (O) (COVELO (SANTIAGO P.))	Núcleo < 300 Uis	158
36014-Crecente	04-05-CRECENTE (CRECENTE (SAN PEDRO P.))	Núcleo < 300 Uis	74
36023-Guarda (A)	02-01-GUARDA (A) (GUARDA (A) (SANTA MARIA P.))	Núcleo > 300 Uis	3.977
36030-Mondariz	05-06-MONDARIZ (MONDARIZ (SANTA EULALIA P.))	Núcleo > 300 Uis	515
36031-Mondariz-Balneário	01-01-MONDARIZ-BALNEARIO (MONDARIZ-BALNEARIO (NUESTRA SEÑORA DE LOURDES P.))	Núcleo > 300 Uis	343
36034-Neves (As)	05-06-NEVES (AS) (NEVES (AS) (SANTA MARIA P.))	Núcleo < 300 Uis	200
36036-Oia	04-02-ARRABAL (OIA (SANTA MARIA P.))	Núcleo < 300 Uis	137
36042-Ponteareas	23-01-PONTEAREAS (PONTEAREAS (SAN MIGUEL P. E SAN PEDRO P.))	Núcleo > 300 Uis	5.045
36039-Porriño (O)	07-08-PORRIÑO (O) (PORRIÑO (SANTA MARIA P.))	Núcleo > 300 Uis	2.164
36039-Porriño (O)	08-06-RELBA (A) (TORNEIROS (SAN SALVADOR P.))	Núcleo > 300 Uis	489
36039-Porriño (O)	Polígono de A Granxa	Pólo	250
36039-Porriño (O)	Polígono de Ás Gándaras	Pólo	40
36039-Porriño (O)	08-07-RIBEIRA (A) (TORNEIROS (SAN SALVADOR P.))	Núcleo > 300 Uis	574
36048-Rosal (O)	02-02-CALVARIO (ROSAL (O) (SANTA MARINA P.))	Núcleo < 300 Uis	199
36049-Salceda de Caselas	06-08-ESFARRAPADA (SALCEDA (SANTA MARIA P.))	Núcleo > 300 Uis	1.005
36050-Salvaterra de Miño	14-05-CASTILLO (O) (SALVATERRA (SAN LORENZO P.))	Núcleo > 300 Uis	478
36050-Salvaterra de Miño	Pólo industrial Porto seco	Pólo	600
36050-Salvaterra de Miño	Pólo industrial Chan da ponte	Pólo	44
36054-Tomiño	14-22-SEIJO (TOMIÑO (SANTA MARIA P.))	Núcleo > 300 Uis	495
36055-Tui	12-01-TUI (TUI (SAGRARIO P.))	Núcleo > 300 Uis	2.769
36055-Tui	Parque Empresarial de Tui	Pólo	73

768	Núcleos populacionais de menos de 300 Uis
18653	Núcleos populacionais de mais de 300 Uis
1047	Polígonos

O projecto SIM - Minho em Portugal



Desenho e arquitectura lógica da rede de core



A figura em cima identificada representa o esquema lógico da interligação da rede de core da Vale do Minho, sendo que esta rede é baseada num core lógico de MPLS.

Zonas abrangidas pelo traçado em Portugal

Pontos P1		Localização
Ponto 1	Câmara Municipal de Valença	Valença
Ponto 2	Centro de Congressos	Valença
Ponto 3	Escola Superior de Ciências Empresariais - IPVC	Valença
Ponto 4	Parque Empresarial de Valença (Alto da Forca)	Valença
Ponto 5	Pólo Industrial de S. Pedro da Torre	Valença
Ponto 6	Parque industrial de Campos/Cornes	Vila Nova de Cerveira
Ponto 7	Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira	Vila Nova de Cerveira
Ponto 8	Fundação Bienal / Gallaecia	Vila Nova de Cerveira
Ponto 9	Junta de Freguesia de Gondarém -	Vila Nova de Cerveira
Ponto 10	Parque Industrial de Formariz	Paredes de Coura
Ponto 11	Câmara Municipal de Paredes de Coura	Paredes de Coura
Ponto 12	Zona Industrial de Castanheira	Paredes de Coura
Ponto 13	Zona Industrial de Lagoa	Monção
Ponto 14	Câmara Municipal de Monção	Monção
Ponto 15	Centro de Transportes	Monção
Ponto 16	Junta de Freguesia de Riba de Mouro	Monção
Ponto 17	Parque Industrial de Penso	Melgaço
Ponto 18	Câmara Municipal de Melgaço	Melgaço
Ponto 19	Centro de Estágios	Melgaço
Ponto 20	Centro Escolar de Pomares	Melgaço
Ponto 21	Junta de Freguesia de Boivão	Valença
Ponto 22	Biblioteca de Castro de Laboreiro	Melgaço
Ponto 23	Junta de Freguesia de Covas	Vila Nova de Cerveira
Ponto 24	Junta de Freguesia de Cossourado	Paredes de Coura
Ponto 25	Junta de Freguesia de Messegães	Monção
Ponto 26	Zona Escolar	Valença
Ponto 27	Escola C+S	Vila Nova de Cerveira
Ponto 28	Junta de Freguesia de Paços	Melgaço
Ponto 29	Centro de Interpretação Ambiental do Corno de Bico	Paredes de Coura
Ponto 30	Junta de Freguesia de Mazedo	Monção

2.5 ORÇAMENTO

O custo, sem IVA, da Rede Secundária de Fibra Óptica e da rede sem fios WIMAX que cobrirá a **zona do Baixo Minho, O Condado e Paradanta** é resumido na seguinte tabela:

REDE DE FIBRA ÓPTICA	Custo (sem IVA)
Fibra óptica	964.484,32 €
Localizações	379.330,70 €
Obras	8.229.310,06 €
Direcção de obra, Engenharia, licenças, gastos gerais	1.531.600,70 €

TOTAL DO CUSTO DA REDE DE FIBRA ÓPTICA (sem IVA)	11.104.725,78 €
---	------------------------

RED WIMAX	Custo (sem IVA)
Construção e adequação de torres de telecomunicações	2.429.549,55 €
Apoio e instalação de estações base WIMAX	3.567.603,89 €
Direcção de obra, Engenharia, licenças, gastos gerais	518.305,70 €
TOTAL DO CUSTO DA REDE SEM FIOS (sem IVA)	6.515.459,14 €
TOTAL DO CUSTO DO PROJECTO NA GALIZA (sem IVA)	17.620.184,92 €

Relativamente ao **projecto em Portugal**, o custo é o seguinte:

	Custo (sem IVA)
TOTAL DA REDE ÓPTICA do Vale do Minho	10.790.435 €
TOTAL DO CUSTO NO ANO 1	8.174.173 €
TOTAL DO CUSTO NO ANO 2	2.616.262 €

Desta forma e com carácter global, o custo do projecto SIM-Minho é de:

Portugal	10.790.435,00 €
Galiza	17.620.184,92 €
CUSTO TOTAL DO PROJECTO	28.410.619,92 €

3.- INFORMACIÓE COMPLEMENTAR.

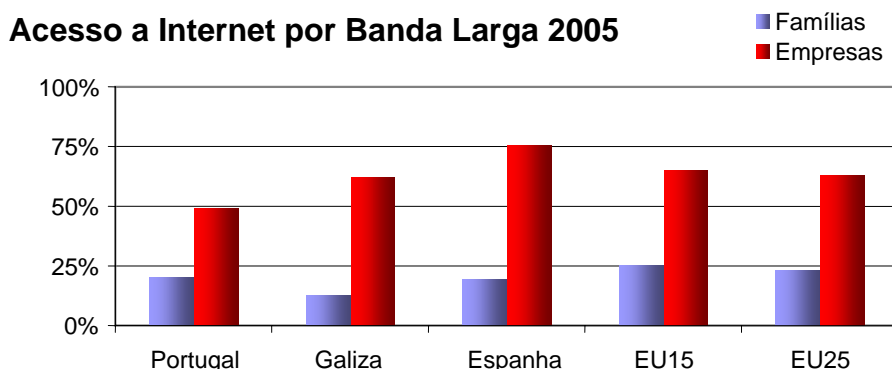
3.1.- LOCALIZACIÓE DO PROXECTO E DESCRICIÓE DA ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENCIÓE.

A área geográfica de intervención está dentro da NUT II Galiza / Norte de Portugal e, por sua vez, dentro da NUT III Província de Pontevedra / Minho-Lima.

A asociación de municipios da Uniminho define a área geográfica de intervención. Este territorio é constituído por 16 Câmaras municipais do sul da província de Pontevedra, que comprendem as comarcas de A Paradanta, O Condado e Baixo Minho, e por duas câmaras municipais da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas), bem como pelas cinco Câmaras Municipais que formam a Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho, localizadas no Norte de Portugal. O nexo de união destes territórios da Península Ibérica é ter como eixo estruturante do território o rio Minho e os seus afluentes, sendo este rio o que marca a fronteira entre os dois países. Ocupa uma superfície total de 1.907,4 Km², sendo a parte espanhola da Uniminho ligeiramente maior do que a portuguesa, e com uma população de cerca de 200.000 habitantes, que, tal como acontece para o território, é ligeiramente superior em termos populacionais, no caso da Galiza. A densidade populacional da área da Uniminho é de 97,4 hab/Km².

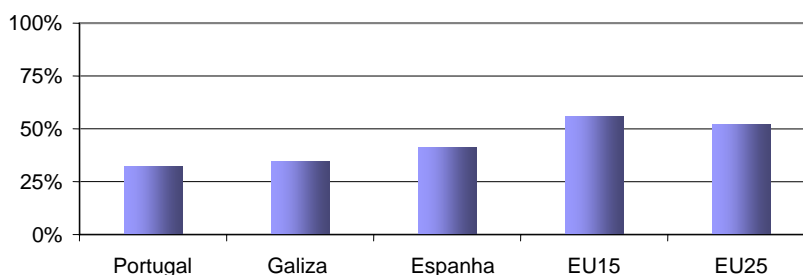
3.2.- APRESENTACIÓE DA PROBLEMÁTICA QUE SE PRETENDE ABORDAR.

Tal como noutros projectos de intervenção propostos para a Uniminho, não existem estatísticas conjuntas deste espaço. Não obstante, se atendermos aos dados disponíveis sobre a Galiza e o Norte de Portugal podemos observar que o grau de cobertura da rede de banda larga é inferior às médias nacionais e comunitárias, embora os indicadores ainda mostrem uma situação mais preocupante relativamente ao uso da rede, tal como podemos observar nos gráficos que se seguem:



Fonte: Eurostat e Instituto Nacional de Estatística
Nota: Dado das Empresas em Portugal é de 2004.

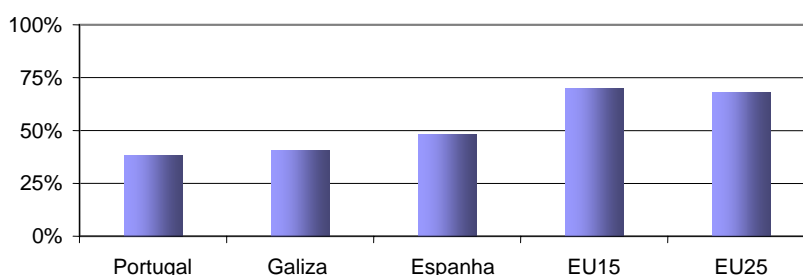
Cidadãos que usam regularmente Internet 2005



Fonte: Eurostat e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Dados de 2005

Empresas com site na web 2005



Fonte: Eurostat e Instituto Nacional de Estatística

Nota: Portugal 2004

O painel de peritos realizado durante o processo de planificação estratégica da Uniminho chamou também a atenção para os seguintes espaços de caracterização da área territorial:

- Forte crescimento da taxa de acesso doméstico à Internet e aumento do mesmo a partir de áreas de acesso público.
- Crescente interesse dos cidadãos pelo acesso a serviços de e-administração, embora a administração ainda esteja a começar a desenvolver estes serviços de forma incipiente.
- A nível global do uso de conteúdos e serviços: Tele-formação, tele-trabalho ou compra de serviços on-line.
- Sectores empresariais ainda por informatizar e com escassa formação na matéria.
- Dificuldade de atracção de empresas do próprio sector TIC para a Uniminho.
- Sectores económicos de carácter estratégico como o turismo ou o comércio podem aumentar a sua produtividade graças às TIC.
- Escasso interesse político pelas TIC na Galiza.

3.3.- SITUAÇÃO ACTUAL DO PROJECTO.

Actualmente, e dentro do espaço territorial da Uniminho, existem duas experiências pioneiras na Galiza no que respeita ao acesso gratuito à Internet: Pontearreas e Salvaterra. Não obstante, em ambos os casos, optou-se por um acesso wi-fi que limita

a capacidade de utilização da rede e, portanto, a acessibilidade a serviços que requeiram uma grande largura de banda ou um acesso simultâneo a toda a população.

Ainda assim, consideramos oportuno destacar estes projectos porque demonstram o interesse social e de mercado que este tipo de infra-estruturas desperta, especialmente em municípios com capacidade de atracção demográfica.

Por outro lado, no caso de Portugal está em marcha o projecto da Minho dixital, que se enquadra no Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal. Através deste programa está-se já a realizar uma importante criação de infra-estruturas em espaço públicos e, sobretudo, um esforço no desenvolvimento de serviços de e-administração nos municípios do Vale do Minho, tanto na sua vertente turística-informativa, como na criação de verdadeiros serviços de tramitação electrónica e relações entre cidadão e as câmaras municipais.

3.4.- INOVAÇÃO E COMPLEMENTARIEDADE COM OUTRAS ACÇÕES.

O projecto não apresenta uma especial inovação em termos de produto, uma vez que são aplicadas tecnologias que já estão no mercado, centrando-se exclusivamente na disponibilização da infra-estrutura. Contudo, a exploração conjunta da rede de banda larga, ou por um único operador ou por um conjunto de operadores de telefones de ambos os países pode constituir uma experiência de extrema relevância em todo o território da UE e sem antecedentes conhecidos.

Além disso, o desenvolvimento de uma rede de serviços complementares constitui hoje em dia uma condição necessária e imprescindível para garantir o crescimento económico e social, já que o território não pode exercer a sua capacidade de atracção de pessoas e capital se não dispuser de infra-estruturas de carácter básico, como a rede de banda larga. O seu desenvolvimento facilitará e estimulará, transversalmente, todas as acções propostas no presente plano estratégico.

3.5.- CALENDÁRIO DE TRABALHO.

O significativo montante do projecto, que ronda os 30 milhões de euros de investimento, faz com que seja necessário abordá-lo a partir de um horizonte temporal amplo, que em princípio pode ser coordenado com o quadro de programação europeu no horizonte de 2013. Assim, o investimento seria executado entre 1 de Janeiro de 2007 e 31 de Dezembro de 2013, o que dará um investimento anual próximo dos 4 milhões de euros para levar a cabo todo o projecto.

3.6.- SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E INDICADORES.

O sistema de acompanhamento será reunido num Manual de Gestão Interno e num Quadro de Comando específico, através de um programa de acompanhamento e avaliação do projecto, que será desenvolvido pelos técnicos do mesmo, no qual será exposto de forma detalhada o processo sistemático de identificação e obtenção de informação válida acerca da concepção, planeamento, realização, resultados e impacto do projecto. O sistema de acompanhamento permitirá monitorizar a evolução dos indicadores de realização, o resultado e o impacto seleccionados de acordo com

critérios de relevância, de quantificação, de fiabilidade e de disponibilidade. Estes indicadores irão abranger os seguintes aspectos:

- De acompanhamento físico e financeiro;
- De tempos de execução do projecto;
- De acompanhamento relativo a problemas e deficiências de implantação das actividades (incidências)

Para recolher a evolução destes indicadores será concebida uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária referente à gestão, ao acompanhamento e à avaliação do projecto com os seguintes objectivos:

- Garantir a correcta administração dos fluxos financeiros e obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, o desenvolvimento e os resultados
- Facilitar a tomada de decisões relativamente ao desenvolvimento e execução das acções.
- Contribuir para a adequada canalização da informação para as bases de dados nacionais
- Facilitar a visibilidade, difusão e transferência dos resultados

A sistematização na recolha e no tratamento da informação permitirá realizar um processo de avaliação contínua, que se materializará através da realização de estudos de avaliação parciais e da elaboração de relatórios globais por períodos semestrais de gestão.

Relativamente à utilização de indicadores específicos, tem-se como referência os resultados esperados do projecto e os objectivos referidos anteriormente. A título de proposta inicial, e sem querermos ser exaustivos, propomos a utilização dos seguintes indicadores:

Indicadores de realização

Desenvolvimento da rede (m fibra óptica)
Investimento anual (euros)
Torres wimax instaladas

Indicadores de resultados

Pessoas ligadas à Internet (população)
Empresas ligadas à Internet
Núcleos de população com acesso
Unidades Imobiliárias com acesso

Indicadores de impacto

Aumento de pessoas com acesso à Internet
Uso de Internet nos lares
Uso de Internet em empresas
Aumento do recurso a serviços de e-administração / aumento de visitas a sites públicos
Empresas TIC criadas

3.7.- IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS FONTES DE FINANCIAMENTO.

Tal como em projectos anteriores, o Programa Operativo do objectivo 3 (Cooperação Territorial), previsto para o período 2007-2013, pode ser financiado com fundos do

FEDER. De facto, no âmbito da Iniciativa Interreg III, já foram financiadas redes de banda larga dentro do projecto Torga.net.

Também o Regulamento do FEDER aprovado para este novo quadro de programação comunitária estabelece, no objectivo de convergência (art. 4) o financiamento da *"sociedade da informação, que compreende a criação de infra-estruturas de comunicação electrónica, conteúdos, serviços e aplicações locais, serviços públicos online e um acesso mais seguro aos mesmos; ajudas e serviços às PME's com vista à adopção e utilização de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) ou à exploração de novas ideias."*

3.8.-IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS SÓCIOS, AGENTES ENVOLVIDOS E BENEFICIÁRIOS

Embora o projecto deva ser promovido a partir da Uniminho, tal como referimos anteriormente, existe a possibilidade de obter financiamento adicional para o desenvolvimento do mesmo através dos programas operativos de cada país, pelo que a Diputación de Pontevedra e a Comunidade Intermunicipal de Minho-Lima devem desempenhar um papel importante.

Ao mesmo tempo, o projecto SIM-Infra-estruturas já nasce com a vocação de que a gestão seja realizada por um operador especializado embora a infra-estrutura seja pública. Por isso, na sua concepção, dever-se-á contar com o apoio e a opinião dos operadores de telecomunicações mais importantes da Galiza e do Norte de Portugal: R, Telefónica, Portugal Telecom, etc.

4.- VALORIZAÇÃO E CONTEXTO:

4.1.- IMPACTO TRANSFRONTEIRIÇO DAS ACÇÕES DO PROJECTO.

O projecto é concebido como uma única rede, através de um desenho homogéneo, tanto na tecnologia utilizada como nos planeamentos de carácter mais estratégico. Neste sentido, o projecto SIM-Infra-estruturas garante a disponibilidade da infra-estrutura de banda larga em todo o espaço transfronteiriço e com características homogéneas em todos os municípios, independentemente do seu carácter mais ou menos rural.

4.2.- COERÊNCIA COM POLÍTICAS COMUNITÁRIAS, NACIONAIS E REGIONAIS.

Para o desenvolvimento do projecto foram tidas em consideração as seguintes directrizes e referências:

- i2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego (COM(2005) 229)
- Quadro estratégico nacional de referência (MENR) Espanha
- NORTE 2015: Competitividade e Desenvolvimento - Uma Visão Estratégica
- Plano tecnológico, Portugal a Inovar

D2. PROJECTO-PILOTO PARA A GESTÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO TRANSFRONTEIRIÇO

1. REFERÊNCIAS GERAIS

1.1 Programa Operacional a que Pertence o Projecto

O objectivo estratégico do presente projecto é contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos da área Uniminho em matéria de transportes e de mobilidade, dentro do programa de apoio aos serviços públicos do Plano Estratégico da Uniminho.

Mais concretamente, inclui-se no programa a realização de um *Projecto de transporte público transfronteiriço*.

Com esta proposta, pretende-se dar desenvolvimento a este projecto para a sua futura valorização como acção candidata a apresentar para ser apoiada por um instrumento ou programa que será lançado no novo período 2007 - 2013, e mais concretamente à Iniciativa Interreg (Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal).

1.2 Linha Estratégica em que se Enquadra o Projecto

De acordo com o Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007-2013), o projecto encaixar-se-ia na seguinte prioridade do *Projecto de Regulamento FEDER da CE (2007 - 2013)*.

- Superar o isolamento melhorando o acesso a redes e serviços de transporte.

Complementarmente e de acordo com as prioridades do *Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013)*, o projecto encaixa-se directamente nas seguintes prioridades:

- Acessibilidade, sendo que dentro desta prioridade está em linha com a melhoria do acesso a redes e serviços de transporte e comunicações de importância transfronteiriça.

1.3 Relação com Outras Linhas Estratégicas

Complementarmente, o projecto que se apresenta relaciona-se de forma secundária com as seguintes prioridades do Projecto de Regulamento de FEDER da CE:

- Promoção do desenvolvimento urbano e rural e as suas relações.
- Desenvolvimento da colaboração, das capacidades e da utilização conjunta de infra-estruturas.

De acordo com o esboço do Programa Operativo de Cooperação Transfronteiriça Espanha - Portugal (2007 - 2013), este projecto está em linha, de forma secundária, com as seguintes prioridades:

- *Ordenamento territorial*, concretamente com o "desenvolvimento urbano e rural e as suas relações".
- *Fomento da cooperação e integração económica e social* através do "desenvolvimento da integração social, laboral e institucional, especialmente através de serviços conjuntos e equipamentos locais"

2. DADOS BÁSICOS DO PROJECTO

2.1 Denominação do Projecto

Projecto de Concepção de um Plano de Mobilidade no Território Transfronteiriço Uniminho.

Para o mesmo podemos utilizar o acrónimo MOVITRANS: Mobilidade Transfronteiriça.

2.2 Objectivos Gerais e Específicos do Projecto

O projecto que se apresenta tem por finalidade a compilação de dados, a realização de estudos e relatórios para a implantação de um sistema de transporte colectivo que sirva os municípios da área como veículo de integração transfronteiriço.

Os **objectivos gerais** são os seguintes:

- Estruturar a zona transfronteiriça como uma unidade própria.
- Promover a sustentabilidade ambiental.
- Partilhar boas práticas no âmbito de actuação do projecto entre os diversos parceiros.

Para alcançar estes objectivos gerais, estabelecem-se os seguintes **objectivos específicos**:

- Potenciar as redes de autocarros, ampliando e reforçando as já existentes.
- Criação de redes de transporte entre as zonas rurais e os núcleos principais.
- Interligar as redes e os modos, através de interfaces e tecnologia SAE (Sistemas de Ajuda à exploração).
- Proporcionar informação completa ao viajante, nas paragens, durante a viagem e antes da viagem, utilizando ferramentas informativas.
- Dotar as interfaces com Pacotes de Serviços (serviços de internet, postais, serviços e sucursais de empresas públicas locais, etc.), fazendo com que viajar seja mais cómodo e eficiente.
- Uma maior versatilidade do transporte para que este se adapte às paragens com menos procura, através da comunicação em tempo real entre a unidade de transporte e as paragens.
- Dotar de linhas interurbanas especiais que atendam os fluxos gerados pela celebração de feiras, concertos e eventos culturais que não correspondem a qualquer tipo de regularidade.
- Dotar de linhas nocturnas que cubram as rotas geradas especialmente aos fins-de-semana para os lugares nos quais se concentram os locais de lazer nocturno.

2.3 Descrição do Projecto

O projecto que se apresenta tem como objectivo primordial a concepção de um plano de mobilidade para unificar o espaço transfronteiriço da Uniminho.

É um projecto inovador já que não existe na actualidade nenhuma iniciativa deste tipo, que pretenda estabelecer uma comunicação exclusiva na área em questão, aproveitando a grande variedade de infra-estrutura existentes, tais como: pontes, estradas, caminhos de ferro e ferry.

Um serviço de transporte público integrado só se materializará através da colaboração de todos os actores envolvidos: os operadores de transporte, as autoridades organizadoras, os administradores de infra-estruturas e os serviços públicos e locais. Esta colaboração deve abranger não só o desenho da rede e as correspondências em particular, mas também o financiamento, manutenção e gestão de mudanças de transporte. Isto implica estabelecer relações baseadas em acordos contratuais

concertados, que se centrem na partilha de responsabilidades e na qualidade e fiabilidade dos serviços oferecidos. Também implica a definição de um quadro organizativo e regulador bem estruturado.

O objectivo final da integração é facilitar o uso do transporte público. Para isso, todo o sistema deve ser eficiente e não apenas cada um dos seus componentes. A concordância entre os distintos modos e grupos intervenientes é, por isso, de extrema importância. Isto coloca a questão do modo em que as instituições coordenam a mobilidade urbana. A coordenação institucional é essencial dado que, sem ela, não é possível uma integração real. A entidade responsável, quer seja a autoridade organizadora, o operador principal ou uma terceira organização, deve aspirar a garantir a unidade e continuidade do sistema de transporte em colaboração com todos os actores, a fim de conseguir a mobilidade sem interrupções a todos os níveis: físico, operacional, de preços e informativo, entre outros. Este é o preço a pagar para salvaguardar a qualidade de vida das nossas cidades.

A necessidade de uma mudança de abordagem, do ponto de vista tradicional, paliativa para uma postura que tenda à integração, será possível através de um projecto piloto que, seguindo os exemplos de sucesso, se adapte às peculiaridades do enquadramento e possa ser apresentado não apenas como um esforço de integração transfronteiriça, mas também como um projecto de integração territorial de grande escala, que possa ser tido como exemplar, de excelência, que se constitua numa peça chave para o êxito do marketing territorial.

As ideias expostas ao longo do presente documento para a mobilidade urbana são perfeitamente extrapoláveis para o território Uniminho pela sua configuração espacial e necessidades de mobilidade.

Preambulo

O planeamento urbanístico e a organização da cidade influem directamente nos modelos e nas características da mobilidade e também nas políticas de transporte. Os usos dos distintos meios de transporte mecânicos, a proporção de peões que as cidades mantêm ou a reintrodução da bicicleta são elementos que derivam directamente do planeamento da cidade, já que algumas políticas urbanas apostam numa cidade, onde se dá prioridade aos meios de transporte públicos, enquanto que noutras se tenta modelar um equilíbrio entre os transportes motorizados e os não motorizados, e noutras ainda se aposta no transporte privado com a construção de grandes infra-estruturas viárias. Todas estas opções de cidade requerem uma concepção e um planeamento urbano adequados a cada modelo de mobilidade.

Contudo, esta relação pode ser e tem de ser também em sentido oposto, já que cada modelo de mobilidade requer um modelo de cidade. Esta reciprocidade entre cidade e mobilidade, ainda pouco estudada e menos ainda compreendida, é uma das opções políticas que mais influi no quotidiano dos/as cidadãos/ãs, já que determinam o tempo utilizado na deslocação, nos custos económicos, nos riscos de exclusão, etc.

Assim, a eficácia dos transportes (nos termos já mencionados de custos e de exclusão) depende do uso que deles façamos, coisa que está directamente relacionada com a estrutura urbana e, por sua vez, com a oferta de transporte, com as possibilidades reais de deslocação com meios não motorizados, com as distâncias a percorrer e com o grau de multi-funcionalidade de cada área urbana. De forma mais

ordenada poderíamos dizer que a eficácia dos transportes depende destas quatro características urbanas:

1. A **multi-funcionalidade** reduz as distâncias e favorece o uso dos meios de transporte não motorizados e, inversamente, uma área mono-funcional apresenta percursos maiores e utilização obrigatória de transportes mecânicos.
2. O **desenho urbano** pode permitir deslocações em meios não motorizados através de itinerários pedonais lógicos e seguros. Além disso, a organização do trânsito, a oferta de estacionamento ou o espaço reservado para o automóvel nas áreas públicas incidem também na oferta deste meio de transporte.
3. As **densidades urbanas** obrigam a utilizar distintos meios de transporte. A extensão dos modelos da cidade suburbana de baixa densidade, reduz a possibilidade de oferta de transporte colectivo, ao mesmo tempo que favorece e justifica o uso do veículo privado como único meio de transporte.
4. A **oferta de transporte público de uso colectivo** é entendida como um dos elementos urbanos que permitem incluir na cidade a maioria dos/as cidadãos/as, ao mesmo tempo que define os distintos níveis de acessibilidade urbana. Mas a oferta de transporte é desigual, já que no interior de um sistema urbano existem grandes diferenças de cobertura territorial, horária e de frequência.

Tal como descreve o documento elaborado pela Social Exclusion Unit (SEU) (2003) para o gabinete do Vice-primeiro Ministro do Reino Unido, num contexto sócio-laboral caracterizado pela precariedade, as estratégias de acesso ao lugar de trabalho são fundamentais para a integração dos/as cidadãos/ãs no mercado laboral.

Efectivamente, no cenário urbano de raiz funcionalista descrito anteriormente e no modo de produção flexível caracterizado pela temporalidade dos contratos laborais, pelas mudanças contínuas de trabalho intercaladas com períodos de desemprego mais ou menos prolongados e pela grande diversidade horária - com a inclusão de um terceiro turno e por vezes de um quarto de fim de semana - os mecanismos de ligação entre as áreas urbanas de residência e de trabalho são fundamentais, especialmente para os cidadãos que não dispõem de um veículo privado para o seu uso quotidiano.

À medida que cresce o índice de motorização das sociedades ocidentais e aumenta a dependência relativamente ao veículo privado, acentua-se o grau de exclusão dos que não têm acesso a este instrumento.

Os índices de distribuição modal mostram claramente distintas possibilidades de uso dos meios de transporte de acordo com os grupos sociais.

Assim, as mulheres:

- utilizam maioritariamente os meios alternativos ao automóvel.
- o seu local de trabalho fica mais próximo da residência do que o dos homens.
- apresentam maiores dificuldades de inclusão laboral.

Mobilidade e transporte

Uma determinada organização da mobilidade, dos transportes e do espaço público implica uma opção política relativamente à cidade e aos seus cidadãos/ãs. As políticas públicas urbanas têm de poder responder às perguntas: Como chegam os cidadãos

aos diferentes locais? É possível que todos lá cheguem? Porque a acessibilidade é um direito individual que depende das características pessoais dos cidadãos, mas ao mesmo tempo é uma opção política para a cidade, na medida em que a coesão social e territorial do espaço urbano depende, em grande parte, dela.

- As políticas públicas de mobilidade e de transporte têm de ser relacionadas com o planeamento territorial e urbano. A ligação entre estes dois sectores, para que seja efectiva, tem de ser visualizada nos organigramas da administração local.
- É necessário envolver os cidadãos, através de fórmulas participativas, nas quais estes não só possam contribuir com os seus pontos de vista e impressões mas que também participem na complexidade da tomada de decisões. Para isso, há diversas fórmulas, algumas das quais testadas com algum êxito, outras em fase de formulação:
- Os "pactos pela mobilidade" e as "mesas pela mobilidade" são boas fórmulas para desenvolver iniciativas comuns entre distintos colectivos de cidadãos que frequentemente têm opções e percepções distintas sobre a mobilidade e o transporte.
- As políticas de transporte implementadas num município têm que dar resposta aos requisitos dos vários cidadãos. As necessidades de deslocação não são únicas nem genéricas, pelo contrário, dependem das características colectivas e individuais dos cidadãos. O transporte público necessita de um apoio institucional contínuo e de uma grande dose de imaginação e engenho por parte dos seus planificadores. As políticas públicas têm de se adaptar a estes distintos perfis e contemplá-los de forma singular. As necessidades das mulheres, das crianças ou das pessoas idosas, por exemplo, têm pouco espaço nas concepções destas políticas públicas, o que provoca verdadeiras situações de exclusão social.
- É importante transmitir à opinião pública os custos reais da mobilidade, de acordo com os distintos meios de transporte que se utilizam, quer sejam assumidos pela colectividade quer fiquem a cargo dos indivíduos. É necessário que os cidadãos percebam a realidade dos transportes, na óptica dos gastos, já que sem este exercício de pedagogia política a percepção dos cidadãos relativamente a este tema é extremamente distorcida.

Situação actual e necessidades

O transporte público encontra-se numa fase de transição evidente e enfrenta actualmente uma série de desafios de grande importância em todo o mundo. O mercado do transporte público está a mudar drasticamente e requer a integração dos diferentes meios de transporte para poder atender às necessidades de todos os utilizadores.

- O rápido crescimento urbano conduziu a um brusco aumento das viagens que vão dos arredores para as zonas residenciais da periferia e das viagens de longo curso que vão da periferia para o centro das cidades;

- O crescimento do poder de compra das famílias e a democratização do veículo particular têm-se traduzido num rápido aumento dos níveis de posse de automóveis;
- O uso do veículo particular também foi impulsionado pelas redes de estradas construídas devido à dispersão provocada pelo planeamento urbano. Este adequa-se menos à estrutura radial das redes de transporte público pesado;
- As mudanças no estilo de vida das pessoas têm gerado um número crescente de viagens de lazer ou para ir às compras, as quais não são feitas de bom grado em transportes públicos.

Além disso, a crescente economia orientada para os serviços fez com que as pessoas precisem de poder escolher entre uma ampla e flexível gama de serviços de transporte. Os cidadãos não só exigem maior mobilidade, ou seja, mais frequente e alargada, como também uma mobilidade de maior qualidade.

Face a este panorama, os operadores e as autoridades dos transportes públicos devem apresentar soluções porta-a-porta que sejam suficientemente eficazes para competir contra o transporte privado alternativo. Por outras palavras, têm de oferecer, na medida do possível, um amplo leque de serviços de "mobilidade" que responda às necessidades individuais de cada viajante. O fundamental é que a eficácia e eficiência de qualquer rede de transporte público dependem da facilidade com que esta possa ser usada. Por conseguinte, os serviços oferecidos devem ser coerentes e estar bem integrados, e a rede em questão deve oferecer tanto continuidade física como operacional. Dado que o transporte é um sector extremamente complexo que envolve um número elevado de interlocutores, o sistema deve ser bem sucedido no seu conjunto, e não apenas cada uma das suas partes.

Para isso, recomenda-se manter em consonância o planeamento urbano e as políticas de transporte. Isto consegue-se estabelecendo ante-projectos de planeamento urbano que restrinjam a construção em terrenos desocupados nos arredores das cidades ao mesmo tempo que se promove o aumento da densidade urbana, principalmente nas proximidades das paragens e estações. A integração da ocupação do espaço e do transporte é um requisito prévio para qualquer política coordenada de mobilidade urbana.

Juntamente com as interfaces, as estações de comboio têm-se transformado em centros de interface que canalizam um grande volume de fluxos de viajantes, potenciando o valor comercial dos projectos imobiliários que lhes estão associados. Esta abordagem completamente integrada de desenvolvimento imobiliário e transporte produz uma situação satisfatória para todos os envolvidos.

O transporte público está integrado em cada novo projecto imobiliário, desde a sua concepção e planeamento, e uma das primeiras obras a serem feitas quando se começa a urbanização é a construção da infra-estrutura de transportes públicos. Depois, constroem-se outros equipamentos urbanos (escolas, centros culturais, etc.), assim como os edifícios principais do bairro e, finalmente, as casas. Deste modo, os primeiros residentes que decidem mudar-se para a zona não têm de depender do automóvel.

Na Europa, as medidas de apoio aos autocarros são muito mais incipientes, para não dizer nulas. É verdade que certas cidades estão a tentar potenciá-lo, casos como

Estocolmo com a sua Rede Principal para Autocarros, Paris com as suas faixas bus protegidas e com o TVM, Dublin com os seus Corredores de Qualidade para Autocarros, Leeds com autocarros comandados, Madrid com a sua política de interfaces de autocarros interurbanos e com a calçada Bus-Vao, etc., (Cristóbal Pinto, 2004). Apesar disso, estas medidas não são comuns nas nossas cidades e é visível que os políticos não apostam nos autocarros como o fazem com outros meios de transporte, relativamente aos quais tomam decisões que envolvem verbas elevadas.

É necessário recuperar o papel do autocarro, um modo de transporte básico em muitas das nossas cidades já que constitui uma referência de solução que permite manter níveis de mobilidade adequados.

Custo de exploração: numa primeira abordagem pode estabelecer-se:

- Velocidade comercial 30km/h.
- Com uma frequência média de 1h em jornadas de 14h, 6 dias por semana, cada autocarro percorre 130.000 km anuais.
- Com um custo de exploração de 0,8 €/km obtém-se um gasto de:
$$14h * 30 km/h * 0,8 €/km = 336 €/dia$$
- Numa fase intermédia do projecto com 10 unidades a funcionar os gastos serão de 3.360 €/dia, pelo que se deduz que com uma tarifa de 1€/viagem serão necessários 3.360 viagens/dia para obter um equilíbrio. Este é um valor abaixo dos 2% da mobilidade obrigatória em meios mecânicos estimada para um conjunto urbano e suburbano.

2.4 Actividades para a Execução do Projecto

Foram ordenadas em coerência com as actividades previstas pelo projecto, o que facilitará a sua posterior execução, acompanhamento e avaliação. As fases em que se estrutura permitirão a realização, de forma progressiva, das acções previstas:

A) Fase de Estudos:

Esta fase refere-se à recolha de dados que servirão de base para a elaboração do relatório de viabilidade do projecto.

1. **Integração legislativa em transporte de viajantes: urbano e por estrada.** Compilação da normativa legal existente para estudar a compatibilidade das distintas legislações e, caso seja necessário, propor as modificações adequadas.
2. **Diagnóstico socioeconómico da área: compilação de estudos existentes e trabalhos complementares de campo.** Análise da informação obtida para conhecer as diferentes realidades socioeconómicas da região.
3. **Sobre a mobilidade actual e previsões de acordo com as abordagens tradicional e integradora.** Realização de um inquérito origem/destino minucioso e específico que considere de uma forma geral a capacidade de atracção dos grandes aglomerados a norte e a sul.
4. **Viabilidade técnico-económica, partindo de uma abordagem**

integradora da actuação. A partir dos dados recolhidos analisar-se-á se o projecto é viável.

B) Fase de Projectos:

Dar-se-á a conhecer a iniciativa na região. Serão realizados os ante-projectos e projectos necessários, sendo realizadas as obras e acções complementares para a implementação do plano de transporte.

- ♦ **Programas de divulgação e sensibilização.** Através de publicações, publicidade, conferências e dissertações para que seja do conhecimento de toda a população da região.
- ♦ **Ante-projecto de execução que deve contemplar todos os aspectos: legislativo, infra-estruturas e de gestão que deve incluir o tarifário.** Um plano que se enquadre no quadro legal do projecto, que apresente em pormenor o funcionamento do serviço (horários, frequências, percursos, etc.) e o sistema de cobrança, assim como as tarifas que serão implementadas e as infra-estruturas necessárias.
- ♦ **Projectos de execução:**
 - ♦ Infra-estruturas.
 - ♦ Serviço.
 - ♦ Divulgação.
 - ♦ Acompanhamento.

Enumerar-se-ão os projectos necessários para o funcionamento do plano, os serviços que serão implementados, as actividades necessárias para a divulgação e acompanhamento da evolução do sistema de transporte implementado.

▪ Fase Execução:

Durante esta fase proceder-se-á à materialização do estudo através da construção e preparação das diferentes instalações, contratação do pessoal, aquisição de tecnologia: a sua calibragem e arranque, para o correcto funcionamento e coordenação do serviço. Será efectuado o acompanhamento da evolução do plano, para tomar medidas correctivas, assegurando assim o cumprimento das premissas estabelecidas no estudo prévio.

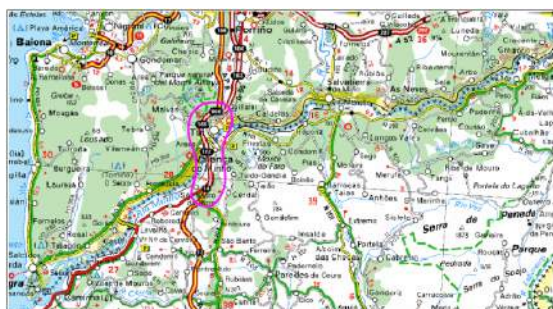
- Aprovisionamento, instalações e Recursos Humanos. Selecção e compra de materiais: escadas rolantes, paragens com abrigo, informação, manutenção. Selecção e aquisição de terrenos. Construção de base de operações. Definição de postos de trabalho e selecção do pessoal. Divulgação.

Será efectuada a compra de terrenos, locais, materiais e tecnologia ao mesmo tempo que se seleccionará o pessoal para cobrir os diferentes postos de trabalho. Também se dará a conhecer o novo serviço utilizando os diferentes meios de comunicação, palestras de divulgação, conferências e cartas enviadas aos habitantes da zona Uniminho.

-Arranque: 1.º ano: experiência piloto de 2 câmaras municipais de cada país, troço de 40 Km. com 4 unidades

-2.º a 6.º ano de funcionamento: extensão para um troço de 100 Km., com 4 unidades

-7.º a 12.º ano de funcionamento: extensão a toda a área (200 Km².) com 8 unidades.



Fase 1



Fase 2



Fase 3



Fase 4

3. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

3.1 Localização do Projecto e Descrição da Área Geográfica de Intervenção

A área geográfica de intervenção estende-se a 22 concelhos no limite da zona transfronteiriça abaixo do rio Minho. Do lado galego inclui os concelhos pertencentes à comarca do Baixo Minho (Oia, O Rosal, A Guarda, Tomiño e Tui), os concelhos de O Porriño e Salceda de Caselas, pertencentes à comarca de Vigo, e os concelhos das comarcas do Condado (Salvaterra, As Neves, Mondariz, Mondariz-Balneário e Pontearreas) e de Paradanta (Covelo, A Cañiza, Crecente e Arbo). Todos eles situados na província de Pontevedra.

Do lado Português abarca as Câmaras municipais de Melgaço, Monção, Valença do Minho, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura, todos eles pertencentes ao distrito de Viana do Castelo que corresponde à NUT III de Minho-Lima. Também consideraremos Caminha devido à sua importante ligação à região, não só graças à sua localização e população mas também por estar ligada a Espanha de forma directa através de um ferry.

Em 2001, no espaço Uniminho residem 97,4 indivíduos por km², o que representa uma densidade populacional muito inferior à existente no conjunto da Euro-região (125,5 hab./km²). Em qualquer caso, existem grandes diferenças nos valores de densidade entre concelhos, oscilando entre os 42 habitantes por km² de Melgaço e os quase 480 de A Guarda.

3.2 Apresentação da Problemática que se Pretende Abordar

A Uniminho é um espaço transfronteiriço formado por 16 municípios do sul de Pontevedra e 5 câmaras municipais do norte de Portugal. Em relação ao transporte, a problemática que estes apresentam é a seguinte:

- Existem zonas rurais que não são servidas por transportes públicos.
- Predomina a utilização do veículo particular sobre o transporte público.
- Não existe coordenação entre os diferentes meios de transporte da zona.
- Os meios de transportes não estão adaptados a pessoas com mobilidade reduzida.
- Não existe um transporte público que faça a ligação entre ambas as fronteiras de forma adequada.
- Não há um aproveitamento suficiente da infra-estrutura de comunicação existente entre ambas as margens do Rio Minho.
- Não existe um bilhete único que permita viajar em diferentes meios de transporte.
- Para aceder às festas e diferentes eventos da zona é necessário um veículo particular já que não há serviços públicos que sirvam essas rotas.
- Os transportes públicos são utilizados principalmente por mulheres, crianças e idosos.
- A informação sobre horários, frequências e o tempo que duram os trajectos é praticamente inexistente.

Tudo isto destaca as causas pelas quais o serviço público de transportes da zona Uniminho é deficiente e inclusive não chega a cobrir as necessidades de toda a população da zona, ao mesmo tempo que falha na comunicação transfronteiriça cujo fluxo é muito importante mas que se limita principalmente ao veículo particular.

Os dados de localidade e mobilidade mostram a necessidade que a população da zona tem de dispor de um transporte público eficiente e que se adapte às suas necessidades.

Por outro lado, o sistema público existente, potencia a dependência da população relativamente ao veículo privado não só para trajectos longos, mas também para cobrir trajectos mais curtos, que não estão cobertos por nenhum sistema de transportes. Além disso, a deficiente informação sobre os horários dos autocarros tem uma influência negativa no momento de viajar.

Tudo isto tem consequências muito negativas no desenvolvimento da região transfronteiriça. Numa conjuntura de transformação social dos núcleos populacionais, zonas rurais, pólos industriais, é necessário que surjam e sejam potenciadas novas oportunidades que permitam continuar a ligar os habitantes da região Uniminho ao meio envolvente.

Para conseguir uma integração da Uniminho através de um sistema de transporte público idóneo é necessário apostar nisso de forma decidida, sendo fundamental a cooperação entre os agentes envolvidos.

Os princípios fundamentais que orientam a realização deste projecto são os seguintes:

- A necessidade de ligar as zonas rurais aos núcleos principais.
- Coordenar os diferentes modos de transporte existentes.
- Aproveitar e explorar a infra-estrutura existente.
- Fomentar o uso do transporte público.
- Conseguir a cooperação de todos os agentes públicos envolvidos.

Adaptação da metodologia existente ao projecto

A avaliação das infra-estruturas de transporte centrou-se tradicionalmente nos aspectos económicos do projecto e nos seus efeitos directos, mas isso não é suficiente para justificar estes investimentos. Os projectos de transporte público requerem uma avaliação socioeconómica para lá da tradicional para calcular de forma fiável o benefício que proporcionam à sociedade. Esta metodologia deve ter em conta outros efeitos não considerados nas metodologias existentes. Os critérios escolhidos para esta avaliação socioeconómica e ambiental são a redução do tempo de viagem, a eficiência económica, a geração de emprego, o crescimento económico local, a equidade social, as melhorias no transporte público, a regeneração urbana, as melhorias ambientais (redução das emissões para a atmosfera, do efeito estufa e do ruído) e as mudanças nos padrões de mobilidade. O benefício global do projecto será a soma ponderada dos benefícios individuais de cada um dos critérios.

Proposta metodológica

O método de avaliação que se propõe baseia-se numa análise com vários critérios, na qual são avaliados simultaneamente uma série de objectivos, que posteriormente são agregados.

Cada objectivo é medido, em diferentes cenários, mediante um critério específico que recebe um valor através de um indicador. Alguns dos critérios são quantitativos, mas outros são qualitativos por natureza, caso em que haverá que quantificá-los atribuindo-lhes um valor determinado através de um indicador apropriado. No final, o nível de cumprimento de cada objectivo é expresso num valor numérico, que expressará a utilidade do projecto para a sociedade no seu conjunto.

Os indicadores definidos para a quantificação dos critérios de avaliação são calculados pela variação entre o cenário de referência (situação sem projecto) e o cenário real (com projecto), ambos referentes ao mesmo ano. Esta metodologia utiliza a variação relativa aos indicadores referidos ao investimento.

Depois de determinar a variação relativa aos indicadores há que normalizá-los, já que as unidades em que são medidos os critérios são heterogéneas e para a sua comparação ou agregação é necessária a unificação de unidades, e porque os valores

que os critérios alcançam também são diferentes, e isto pode distorcer os resultados finais.

O procedimento utilizado para a normalização de indicadores é a concepção de funções de utilidade, uma para cada indicador, de forma a transformar a variação relativa entre cenários num valor homogéneo que vá de 0 (ausência de impacto) a 1 (máximo impacto).

Estes valores homogéneos representam as utilidades sociais individuais de cada critério.

O último passo é o processo de agregação dos indicadores ponderados, no qual se determina o impacto final do projecto a partir da seguinte fórmula:

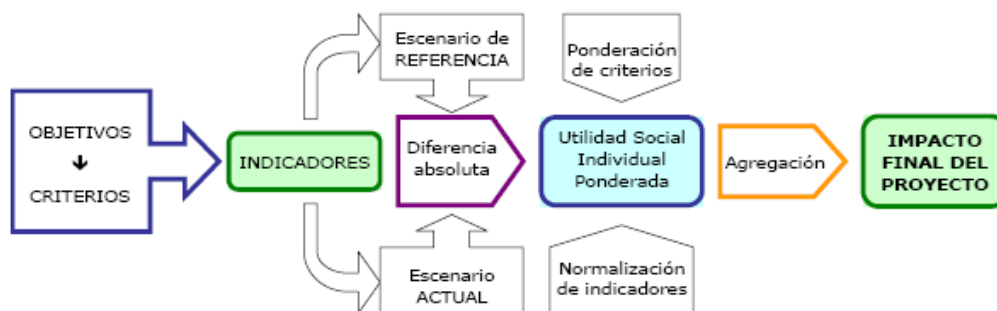
$$\text{Utilidade Social} = \sum \omega_i \alpha_i \quad (i= 1)$$

Onde:

ω_i : peso atribuído a cada um dos n indicadores, não dimensional.

α_i : valor homogeneizado de cada um dos n indicadores, não dimensional.

Em linhas gerais, o método de avaliação proposto é esquematizado na seguinte figura:



Os indicadores definidos para a medida dos critérios são os seguintes:

- Redução do tempo total dispendido a viajar em TP e em VP
- Aumento das receitas geradas pelos tarifários relativamente aos custos operacionais
- Empregos gerados pelo projecto/ Investimento
- Crescimento económico regional
- Melhoria da equidade social
- Aumento do número de passageiros-Km. em transportes públicos
- Regeneração urbana
- Diminuição das emissões de CO, NOx, SO2, Pb e PM
- Percentagem de pessoas menos afectadas pelos níveis de ruído
- Diminuição das emissões de CO2
- Redução dos custos de acidentes

Objetivo	Sub-objetivos	Criterios
Desarrollo Sostenible	Sostenibilidad económica	Reducción del tiempo de viaje
		Aumento de la eficiencia económica del operador
		Generación de empleo por el proyecto
		Crecimiento económico regional
	Sostenibilidad social	Mejora de la equidad social
		Incremento en el uso del transporte público
		Regeneración urbana
	Sostenibilidad ambiental	Disminución de la contaminación atmosférica
		Reducción de los niveles de ruido
		Minimizar el efecto invernadero
		Mejora de la seguridad vial

Em suma:

- Os projectos de transporte público têm claros benefícios sociais e ambientais e, por isso, contribuem para o objectivo de desenvolvimento sustentável, o que justifica os investimentos e o desenvolvimento desta metodologia e de todas as que incluem os aspectos sociais e ambientais na avaliação de projectos.
- Estes investimentos induzem uma mobilização de outros recursos, que produzem benefícios económicos relevantes na maioria dos casos.
- Os sistemas baseados em BUS, com ou sem plataforma reservada, parecem ser mais justificáveis do que os metros ou linhas ferroviárias suburbanas, já que apresentam um nível de utilidade socio-económico-ambientais superior relativamente ao investimento necessário. Isto significa que estes elevados investimentos têm de ser compensados pelos seus grandes efeitos positivos.
- Os benefícios sociais e económicos têm diferentes modelos em função da localização do projecto. Assim, os projectos centrais têm efeitos sinérgicos com outros investimentos e são menos dependentes dos níveis de investimento. Pelo contrário, os projectos que ligam a periferia ao centro da cidade estão claramente relacionados com a quantia investida no projecto.

3.3 Situação Actual do Projecto

Actualmente não existem antecedentes de projectos desta amplitude e profundidade na matéria. Não há iniciativas em marcha que tenham como objectivo o fomento da comunicação através de um transporte público transfronteiriço, que aproveite os fluxos e infra-estruturas já existentes e os impulse a consolidar esta região.

3.4 Resultados Esperados e Objectivos Quantificados

Especificam-se, a seguir, os principais resultados que se esperam do projecto, de acordo com as actividades descritas anteriormente:

A) Fase de Estudos:

5. **Actividade 1: Integração legislativa em transporte de viajantes.** Gabinete Legislativo Transfronteiriço especialista no tema.
6. **Actividade 2: Diagnóstico socioeconómico da área.** Estudo dos dados estatísticos dos Institutos Nacionais de Estatística de Espanha e Portugal, assim como das Câmaras municipais da região que possuam

este tipo de dados. Caso os dados sejam insuficientes, serão realizados trabalhos de campo.

7. **Actividade 3: Sobre a mobilidade actual e previsões de acordo com as abordagens: tradicional e integradora.** Estudo de campo. Inquéritos origem/destino, etc.
8. **Actividade 4: Viabilidade técnico-económica, partindo de uma abordagem integradora da actuação.** Estudo dos fluxos de tesouraria e da taxa de retorno do investimento de 1, 5 e 12 anos. Estudo das tarifas.

B) Fase de Projectos:

- ♦ **Actividade 5: Programas de divulgação e sensibilização.** Estudo de Divulgação em Meios, Conferências e Dissertações.
- ♦ **Actividade 6: Ante-projectos de:** obtenção de terrenos, aquisição de mobiliário (máquinas de venda de bilhetes, paragens com abrigo, sinais, etc.), oficinas de reparação, garagens, terminais, interfaces, SAE, sedes em Espanha e Portugal e delegações, percursos e frequências.
- ♦ **Actividade 7: Projectos de execução.** Elaboração dos projectos da actividade 6. Projectos de divulgação e acompanhamento.

▪ Fase Execução:

- **Actividade 8: Execução dos projectos enumerados na actividade 7 através da realização de um concurso público.** Definição de postos de trabalho e selecção do pessoal. Gabinete de compras e contratação.
- **Actividade 9: Arranque.** Arranque do sistema. Plano de Acompanhamento.
- **Actividade 10: 2.º a 6.º ano de funcionamento.** Primeira extensão do percurso.
- **Actividade 11: Anos 7.º a 12.º.** Extensão do percurso a toda a área, aumentando a quantidade de unidades.

3.5 Inovação e Valor Acrescentado do Projecto

O projecto que se apresenta é inovador e contempla diferentes aspectos inovadores que se descrevem em pormenor em seguida:

Relativamente à **temática**, trata-se de um projecto inovador que integra de maneira complementar uma série de actuações interrelacionadas, todas elas orientadas para melhorar o transporte público transfronteiriço.

Quanto aos objectivos, o projecto é muito inovador:

i) Bouquets de service (pacotes de serviços)

Actualmente, as pessoas vivem a viajar. As viagens transformaram-se numa parte da nossa vida, motivo pelo qual devem ser o mais cómodas e eficientes possível. Os pacotes de serviços (bouquets de service) consistem em espaços dentro das estações de interface destinados ao viajante, onde se proporcionam serviços complementares (serviços postais, acesso gratuito à Internet para receber emails ou navegar pela rede). Os serviços disponíveis são diferentes de uma estação para a outra, de modo

que o "pacote" pode ser diferente. Além disso, as estações poderão ser integradas num conceito chamado "Cidade de serviços" que tem por objectivo abrir o espaço do transporte aos serviços municipais e comerciais, no qual se incluiriam, entre outros, um cybercafé, um espaço reservado para exposições e actividades locais, uma sala de conferências para empresas, uma casa da juventude e um centro de informação turística.

ii) Informação ao viajante: proporcionar uma informação completa

Um elemento crucial de um sistema de transporte intermodal é facilitar informação porta-a-porta de elevada qualidade. Informar o cliente acerca das possibilidades de transporte que existem para permitir que as pessoas possam definir e planear as suas deslocações é uma fase importante na promoção do transporte público.

Pôr à disposição do cliente informação e infra-estruturas de qualidade para que este possa averiguar que meio de transporte se encontra disponível e onde pode significar o êxito ou o fracasso de uma organização. Na realidade, o estudo neste campo demonstrou que cerca de 21% do total das viagens não são feitas em transportes públicos apenas por falta de informação. Por isso, não serve de nada estabelecer um sistema de transportes eficaz se os passageiros não souberem como usá-lo por falta de informação. Para isso, a informação deve ser disponibilizada antes do início da deslocação (em casa, no local de trabalho ou num lugar público), nas paragens e durante a viagem (a bordo dos veículos, nos transbordos) através de uma vasta série de ferramentas informativas (informação impressa, por telefone, na Internet, etc.) para cobrir todos os tipos de utilizadores.

iii) Troços de baixa procura

Actualmente, num cenário dominado por um modelo espacial cada vez mais disperso, os sistemas de transporte caracterizam-se pela sua modernidade e maturidade.

Por um lado, as redes viárias mostram infra-estruturas cada vez mais hierarquizadas e especializadas, e por outro lado, os sistemas de transporte colectivo, com elevados níveis de comodidade e eficácia, são cada vez mais sensíveis às necessidades de pequenos grupos.

Por isso, nas redes de transporte público interurbano por estrada, dada a versatilidade na concepção, adaptação e modificação dos seus itinerários com um tempo e custos muito inferiores em comparação com outros modos alternativos, verifica-se, cada vez com maior frequência, a concepção de itinerários parciais que denominamos de não favoráveis, por serem itinerários menos directos e eficazes, em prejuízo da distância e do tempo entre o ponto de partida e o terminal da linha a que pertencem.

O projecto pode resolver a problemática de tornar compatível a existência de paragens de autocarros com pouca procura em itinerários não favoráveis para as linhas, com a exigência de aumentar a qualidade do serviço reduzindo custos para os utilizadores e operadores de transportes, o que demonstra que o montante que representa o custo inicial, a posterior ampliação do projecto e os custos de manutenção, é perfeitamente exequível para as empresas operadoras. Esta é uma consequência económica muito directa e interessante, mas existe outra paralela não menos importante, a poupança em €/horas dos utilizadores transportados e o nível de satisfação dos mesmos.

iv) Linhas especiais que transportem passageiros de forma sazonal para feiras, eventos culturais, e outros.

v) Linhas nocturnas para os lugares nos quais se concentram os locais de lazer, especialmente para a juventude, para assim conseguir uma notável diminuição do número de acidentes.

Quanto aos **resultados**, o projecto é muito inovador pela criação de actividades de cooperação e coordenação entre os agentes envolvidos da região transfronteiriça. A criação de um Grupo Transfronteiriço de Mobilidade que analise as problemáticas que podem estar relacionadas com o Plano de Transporte permitirá determinar intervenções a realizar e envolver desde o início a população local no projecto que se vai desenvolver.

Por outro lado, todas as intervenções serão previamente apresentadas em projectos técnicos, o que permitirá planificar as actividades futuras e as intervenções necessárias a realizar.

Outro aspecto relevante do projecto relativamente ao seu valor acrescentado é que, para além do seu carácter transfronteiriço, conjuga a vontade de parceiros com a experiência na temática a abordar. As diferentes experiências desenvolvidas pelos participantes são uma garantia para proporcionar ao projecto a riqueza e a versatilidade exigidas pela complexa problemática a abordar.

3.6 Complementaridade com outras actuações

I) INTEGRAÇÃO

Objectivos específicos em três âmbitos de integração:

- **integração administrativa da organização:** criação de autoridades de transporte que coordenem o planeamento e gestão dos diferentes sistemas de transporte;
- **integração tarifária:** estabelecimento de títulos de transporte, multi-modais e multi-viagens, de forma a que o viajante não tenha que pagar de cada vez que muda de linha de transporte; e
- **integração física:** concepção de uma rede de transporte público que maximize a sua conectividade e minimize as penalizações inerentes a todos os transbordos, através de interfaces de transporte, e onde cada meio tenha uma característica funcional definida.

II) MODELO INTEGRADO DE TRANSPORTE E USO DO SOLO

O ponto de partida da concepção de um sistema de transportes é definido ao mesmo tempo que se estabelecem as directrizes para o ordenamento urbano definidas pelo Plano Director.

Face ao conceito de cidade monocêntrica, baseada num grande centro de negócios, neste caso planifica-se um crescimento ordenado da cidade de acordo com eixos estruturantes lineares. Estes eixos têm como suporte básico: o transporte colectivo, o sistema viário e os usos do solo.

Hoje em dia, desenvolve-se um modelo de cidade baseado quase exclusivamente no veículo privado.

Os corredores estruturantes são compostos por eixos viários, eixos laterais destinados ao veículo privado, um em cada direcção, e um eixo central dedicado ao transporte público. Em paralelo com o corredor permitir-se-ia uma edificação muito forte em altura, que decresce à medida que nos separamos do eixo central. Estes corredores compatibilizam o uso do solo, o transporte colectivo e a circulação viária, conjugando

uma variedade de usos: residencial, escritórios, comércio, compras, equipamentos, lazer, etc.

Os eixos estruturantes possuem uma elevada capacidade tanto de geração como de atracção de viagens. Fora dos eixos estruturantes desenvolve-se a cidade com uma ocupação residencial de baixa densidade.

A configuração linear da região Uniminho facilita a concepção de um sistema de transportes que evita a centralidade.

Quanto à gestão do sistema esta seria efectuada por uma empresa pública, que se encarregaria, entre outras funções, do planeamento, administração e operação de todos os transportes colectivos. Contudo, a operação do sistema de transporte colectivo seria 100% privada e efectuada através de concessões urbanas e metropolitanas, das quais a maioria estaria integrada na Rede de Transportes, todas elas reguladas por lei.

A tarifa seria cobrada pela empresa pública, que depois pagaria aos operadores por quilómetro percorrido. O sistema não teria subvenções e manteria o seu equilíbrio económico através da tarifa. Não seria um mero projecto de transporte, mas sim um projecto urbano integrado.

Seria de grande importância contar com a participação da Xunta de Galiza neste projecto, aproveitando o reordenamento que está a ser realizado e a nova lei da área metropolitana de Vigo que afecta alguns municípios da Uniminho, para conceber um modelo específico para a região.

3.7 Calendário de Trabalho

Para alcançar os objectivos previstos, conta-se com uma duração de 36 meses. A título de exemplo, a data de início será 1 de Janeiro de 2007, sendo que a sua finalização está prevista para o dia 31 de Dezembro de 2009.

O projecto pressupõe o arranque de planos, intervenções, infra-estruturas, serviços e equipamentos para permitir o desenvolvimento de uma gestão integrada e sustentável de um sistema de transporte transfronteiriço. A duração do projecto é justificada fundamentalmente pelas necessidades de projecção e execução das intervenções, já que muitas delas devem ser realizadas de forma sequencial.

A especificação do calendário para cada uma das diferentes actividades é indicada a seguir.

CALENDARIO DE ACTIVIDADES																
ANOS	2007				2008				2009				2010/16	2017/2022		
TRIMESTRES	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4				
ACTIVIDAD																
Act. 1: Gabinete Legislativo Transfronterizo	X															
Act. 2: Estudio de los índices socioeconómicos	X															
Act. 3: Trabajo de Campo. Encuestas	X															
Act. 4: Estudio de Flujos de Caja, tasa de ret. de la inv. y tarifas a ser aplicadas		X	X													
Act. 5: Estudio de Divulgación.			X	X												
Act. 6: Elaboración de Anteproyectos.			X	X	X	X										
Act. 7: Elaboración de Proyectos de Ejecución, Divulgación y Seguimiento.				X	X	X	X									
Act. 8: Ejecución de los proyectos de la Act. 6					X	X	X	X	X	X	X	X				
Act. 9: Puesta en servicio. Plan de Seguimiento del Transporte Transfronterizo													X			
Act. 10: Extensión del recorrido														X		
Act. 11: Nueva extensión del recorrido y aumento de unidades														X		

3.8 Sistema de Acompanhamento e Indicadores

Os objectivos previstos no projecto traduzem-se no conjunto de resultados que se esperam conseguir, com um custo associado para a execução do projecto. Com o sistema de acompanhamento definido, será possível conhecer os possíveis desvios que se possam dar para assim adoptar medidas correctivas. Para isso, o chefe de Fila implementará, através das suas atribuições, um sistema de acompanhamento, divulgando a informação junto dos sócios que estejam envolvidos no mesmo.

O sistema de acompanhamento previsto pressupõe o controlo da realização das actividades de acordo com os objectivos operacionais expostos nesta proposta. Para tal, o Chefe de Fila irá desenvolver uma ferramenta informática que permita obter e tratar a informação necessária para a gestão, acompanhamento e avaliação com o objectivo de:

- 1) Garantir a administração correcta dos fluxos financeiros;
- 2) Obter informação quantitativa e qualitativa sobre o conteúdo, desenvolvimento e resultados do projecto;
- 3) Facilitar a tomada de decisões por parte do Comité de Acompanhamento do projecto em relação ao desenvolvimento e execução das acções, com a finalidade de que seja possível adaptar e modificar actuações em caso de necessidade;
- 4) Facilitar a difusão e transferência de resultados.

Para alcançar estes objectivos e medir a eficácia e eficiência do projecto o sistema reunirá as seguintes informações:

1. Indicadores de realização de cada um dos sócios e agentes, garantindo os mínimos estabelecidos no Complemento do Programa da Iniciativa Comunitária Interreg Espanha - Portugal para cada actuação e o grau de cumprimento dos objectivos.
2. Dados financeiros de acompanhamento dos compromissos contraídos por cada um dos parceiros.
3. Indicadores do nível de satisfação dos utilizadores e indicadores de resultado.

A recolha das informações será feita trimestralmente, seguindo a metodologia descrita a seguir:

A) Concepção de algumas fichas específicas para cada actividade, que reunirão uma série de variáveis quantitativas e qualitativas. As fichas serão estruturadas por Actividade - Tipo.

B) Estas fichas serão preenchidas pelos parceiros do projecto, principalmente aquelas que constituem o suporte da informação de carácter económico contabilístico.

C) Os sócios e agentes do projecto apresentarão as fichas trimestralmente, o que constituirá a base para a elaboração do relatório periódico de acompanhamento.

D) A estruturação das fichas por Actividades - Tipo desenvolver-se-á em suporte informático e será colocada à disposição dos parceiros através da Intranet.

A sistematização na recolha e tratamento da informação permitirá a realização de um processo de avaliação contínua que se materializará através da realização de estudos avaliativos parciais e da elaboração de relatórios de carácter trimestral, que serão elaborados pela Equipa de coordenação e acompanhamento.

Relativamente aos **indicadores**, mostram-se, a seguir, aqueles que se prevê alcançar:

Indicadores de Realização	Unidades	Quantificação
Legislação Transfronteiriça	N.º doc	5
Realização de Estudos sobre Índices Socioeconómicos	Nº estudos	22
Realização do Projecto de compra e equipamento	Nº estudos	5
Realização do Projecto SAE	Nº estudos	1
Realização do Projecto de obtenção de terrenos	Nº estudos	1
Elaboração Programas de Divulgação	N.º actividades	66
Realização Projecto infra-estrutura	N.º actividades	7

Relativamente aos **Indicadores de Resultado**, são indicadas, a seguir, as previsões que serão alcançadas com o projecto:

Indicadores de Resultado	Unidades	Quantificação
N.º de lugares / freguesias incluídas no Plano	%	100
População Afectada pelo Plano	n.º habitantes	202.716
Rotas	Km.	267,5
Área servida	Km ²	2.045,4
Infra-estruturas: edifícios e equipamentos	%	100
Utilizadores do sistema SAE	%	100

Por último, apresentam-se os **indicadores de impacto** que se prevêem alcançar com a execução do projecto actual:

Indicadores de Impacto	Unidades	Quantificação
Investimentos privados em turismo (pousadas, hotéis, lojas, etc.)	%	Aumento 100
Infra-estruturas Sócio-culturais	%	Aumento 100
Emprego criado	%	Aumento de 20
Índice de aumento da actividade industrial	%	Aumento de 20

3.9 Orçamento económico por actividades

O orçamento total do projecto ascende aos 5.895.000€, distribuídos da seguinte forma:

	Presupuesto
1. Obra civil	1.850.000,00 €
2. Adquisición de materiales	1.000.000,00 €
3. Otras inversiones materiales	316.000,00 €
4. Prestaciones de servicios	700.000,00 €
5. Gastos de Personal	973.000,00 €
6. Formación	270.000,00 €
7. Promoción y divulgación	300.000,00 €
8. Gastos generales	368.000,00 €
9. Otros	118.000,00 €
	5.895.000,00 €

A distribuição orçamental por cada uma das actividades do projecto é a que se segue:

Fase 1:	FASE DE ESTUDIOS	780.000,00 €
----------------	-------------------------	---------------------

Actividad 1: Gabinete Legislativo Transfronterizo

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	100.000,00 €
5. Gastos de Personal	3.000,00 €
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	10.000,00 €
9. Otros	
	113.000,00 €

Actividad 2: Estudio de los índices socioeconómicos

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	6.000,00 €
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	100.000,00 €
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	10.000,00 €
9. Otros	5.000,00 €
	121.000,00 €

Actividad 3: Trabajo de Campo. Encuestas

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	10.000,00 €
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	300.000,00 €
6. Formación	20.000,00 €
7. Promoción y divulgación	100.000,00 €
8. Gastos generales	42.000,00 €
9. Otros	5.000,00 €
	477.000,00 €

Actividad 4: Estudios de flujos de caja, tasa de retorno de la inversión y tarifas

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	60.000,00 €
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	6.000,00 €
9. Otros	3.000,00 €
	69.000,00 €

Fase 2 FASE DE PROYECTOS 520.000,00 €

Actividad 5: Estudio de divulgación

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	100.000,00 €
5. Gastos de Personal	
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	5.000,00 €
9. Otros	
	105.000,00 €

Actividad 6: Elaboración de anteproyectos

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	100.000,00 €
5. Gastos de Personal	
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	5.000,00 €
9. Otros	
	105.000,00 €

Actividad 7: Elaboración de proyectos de ejecución, divulgación y seguimiento

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	300.000,00 €
5. Gastos de Personal	
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	10.000,00 €
9. Otros	
	310.000,00 €

Fase 3	FASE EJECUCION	4.595.000,00 €
---------------	-----------------------	-----------------------

Actividad 8: Ejecución de los Proyectos de la actividad 6 y 7

	Presupuesto
1. Obra civil	1.600.000,00 €
2. Adquisición de materiales	500.000,00 €
3. Otras inversiones materiales	150.000,00 €
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	500.000,00 €
6. Formación	200.000,00 €
7. Promoción y divulgación	200.000,00 €
8. Gastos generales	150.000,00 €
9. Otros	100.000,00 €
	3.400.000,00 €

Actividad 9: Puesta en servicio. Plan de seguimiento del transporte transfronterizo.

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	100.000,00 €
5. Gastos de Personal	
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	10.000,00 €
9. Otros	
	110.000,00 €

Actividad 10: Extensión del recorrido

	Presupuesto
1. Obra civil	250.000,00 €
2. Adquisición de materiales	
3. Otras inversiones materiales	
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	
6. Formación	
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	20.000,00 €
9. Otros	5.000,00 €
	275.000,00 €

Actividad 11: Nueva extensión del recorrido y aumento de unidades

	Presupuesto
1. Obra civil	
2. Adquisición de materiales	500.000,00 €
3. Otras inversiones materiales	150.000,00 €
4. Prestaciones de servicios	
5. Gastos de Personal	10.000,00 €
6. Formación	50.000,00 €
7. Promoción y divulgación	
8. Gastos generales	100.000,00 €
9. Otros	
	810.000,00 €

3.10 Identificação de Possíveis Fontes de Financiamento

Tal como se referiu anteriormente, este projecto está concebido para ser desenvolvido ao abrigo dos fundos do novo quadro comunitário para o período 2007 - 2013 e, mais concretamente, sob a iniciativa comunitária Interreg. Neste sentido, o novo programa operativo de objectivo 3 para a cooperação transfronteiriça inclui entre as suas prioridades as acções para melhorar as redes e os serviços de transporte (particularmente as medidas para implantar meios de transporte mais compatíveis com o meio ambiente).

Em todo o caso, a temática de actuação do projecto está contemplada nos objectivos de actuação do projecto de regulamento de FEDER (artigos 4 e 5), através das estratégias integradas de redes transeuropeias para um transporte limpo que contribuam para melhorar o acesso aos serviços de passageiros, para conseguir um

maior equilíbrio da distribuição modal do transporte, potenciar os sistemas intermodais e reduzir o impacto ambiental.

3.11 Identificação de possíveis parceiros, agentes envolvidos e beneficiários

Para a apresentação deste projecto à iniciativa comunitária interreg, o promotor será a entidade de cooperação transfronteiriça Uniminho, criada dentro da iniciativa comunitária Interreg III A.

Como possíveis parceiros na altura de apresentar uma candidatura, poderiam ser referidos, entre outros, os seguintes:

- Xunta de Galiza.
- Comunidade Intermunicipal Vale do Minho.
- Deputación Provincial de Pontevedra.
- Agentes privados e públicos do transporte de passageiros.(Renfe, Autocarros, Táxis, etc.)

4. VALORIZAÇÃO E CONTEXTO

4.1 Impacto Transfronteiriço das acções do projecto

O âmbito geográfico do projecto encontra-se na região Euro formada pela Galiza e pela Região Norte de Portugal. O projecto localiza-se em plena zona transfronteiriça, em 16 municípios do sul de Pontevedra, de que fazem parte as comarcas de A Paradanta, O Condado, Baixo Minho e dois municípios da comarca de Vigo (O Porriño e Salceda de Caselas) e 6 Câmaras municipais do Norte de Portugal, 5 delas incluídas no projecto e que constituem a entidade de cooperação transfronteiriça Uniminho, além da Câmara Municipal de Caminha, que não pertence a esta entidade transfronteiriça, mas que, como se explicou ao longo de todo o projecto, a equipa técnica redactora deste plano decidiu incorporar neste projecto.

O carácter transfronteiriço foi delineado a partir do momento da concepção do projecto, já que este parte da própria entidade transfronteiriça da Uniminho. Isto traduziu-se no estabelecimento de canais de comunicação eficazes e na realização de diversas reuniões transnacionais.

Por outro lado, a execução das acções previstas no projecto implicará a concertação dos sócios de ambos os países. Assim, existem actividades, tais como a assessoria e o fomento do associativismo, que terão carácter transnacional e um âmbito territorial que abarca ambos os lados do rio Minho.

As restantes actividades serão dirigidas e promovidas por uma equipa técnica luso-espanhola, contratada para a execução do projecto e que terá como âmbito de actuação territorial todo a Uniminho.

Por último, a gestão e o acompanhamento do projecto estão pensados a partir de uma estrutura orgânica que garante a participação conjunta e igualitária de todos os parceiros. Assim, a gestão do projecto será feita tendo em conta a natureza das actuações, independentemente da localização geográfica de cada parceiro, garantindo o carácter transfronteiriço.

4.2 Coerência com políticas comunitárias, nacionais e regionais

O projecto proposto enquadra-se nas seguintes directrizes e referências das políticas europeias e nacionais:

- ETE, Estratégia Territorial Europeia. Para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE.
- NORTE 2015: Uma Região. Um Futuro. Uma Estratégia.
- Estratégia da biodiversidade na Galiza. Xunta de Galiza. Secretaria de Meio Ambiente
- Livro Branco: "A política europeia de transportes para 2010: a hora da verdade"

PROJECTOS COMPLEMENTARES

d1. AMPLIAÇÃO DE USO DA REDE DE TELECENTROS RURAIS.

Objectivos gerais do projecto

O objectivo central do projecto radica na dinamização da utilização das tecnologias da informação e na comunicação por parte das pessoas, eliminando as barreiras culturais que, ainda assim, persistem e na democratização do acesso a conteúdos e serviços.

Descrição do projecto

Actualmente, muitas câmaras municipais já dispõem de tele-centros rurais e estão a ser realizados projectos de desenvolvimento de serviços através da Internet, quer através do projecto MinhoDixital como através do programa de tele-centros rurais que impulsiona a Deputación de Pontevedra. A Uniminho poderia articular um conjunto de medidas que incidam nestes aspectos, com base nos seguintes eixos de actuação:

- a) Gestão conjunta. Um dos grandes problemas dos tele-centros ou dos espaços públicos é não se dispor de pessoal para dinamizar os mesmos e impulsionar a utilização dos recursos disponíveis. Através deste projecto, contratar-se-ia um(a) técnico/a responsável pela dinamização dos tele-centros (em ambos os

- lados da fronteira) e um conjunto de 4-5 técnicos/as que se encarregariam de supervisionar a execução de actividades in-situ, estando, pelo menos, uma vez por semana, em cada um dos tele-centros da Uniminho.
- b) Projecto de formação. Seria desenvolvida uma ferramenta de suporte para a produção de conteúdos formativos. Os responsáveis pela dinamização encarregar-se-iam de distribuir as acções formativas presenciais que garantissem um amplo acesso da localidade às mesmas.
 - c) Portal do emprego. Especialmente destinado aos jovens, através deste portal, tratar-se-ia de oferecer informação sobre ofertas de emprego em ambos os lados da fronteira, como conteúdo específico do território. Provavelmente poderão aproveitar-se experiências desenvolvidas através do Interreg III-A, como a Foriet, desenvolvendo novos conteúdos ou melhorando os existentes.
 - d) Portal do emigrante. Trata-se de aproveitar a experiência prévia do projecto Interreg Cidade+ e os recursos Web disponíveis, garantindo a sua sustentabilidade no tempo. Pode ser complementado com acções de formação na utilização de ferramentas de videoconferência ou voicelP para que a população local possa ter contacto com familiares e amigos no exterior.
 - e) Realização de concursos e actividades conjuntas. É através destes concursos, que seriam promovidos pela Uniminho, que se procura dinamizar a produção de conteúdos locais e a participação activa da localidade nos mesmos. A título de exemplo, propõe-se premiar a elaboração do melhor Blog ou da melhor página Web.
 - f) Ampliação da rede física de tele-centros. No caso de aceder a projecto de tipologia Iniciativa (Interreg) e com acesso a fundos FEDER, se possível, solicitar uma pequena quantidade para a criação de tele-centros, facilitando as câmaras municipais, a partir de uma tipologia standard do mesmo.

Justificação e necessidade da actuação

Através do presente projecto, pretende-se complementar as actuações de infraestrutura propostas no âmbito dos projectos prioritários. Com efeito, assim que a infraestrutura esteja disponível na área da Uniminho, será necessário impulsionar projectos que aproveitem as capacidades da rede, que facilite, principalmente, a pequena empresa e a população local, isto é, entre aqueles que têm mais dificuldades de uso das novas tecnologias.

Assim, e como foi manifestado no painel de peritos realizado na fase de diagnóstico, ainda existe uma grande falha no uso doméstico dos computadores, com um importante défice de conteúdos "locais" e com barreiras culturais e sociais que tendem a desaparecer. Neste sentido, a partir da administração pública local é necessário facilitar e aproximar o uso das TIC à população em geral.

É importante salientar a componente de cooperação transfronteiriça do projecto, já que se cria uma estrutura de gestão conjunta para este tipo de equipamentos (tele-centros) e o desenvolvimento de conteúdos para a sua dinamização seria conjunto, o que garante a cooperação transfronteiriça e evita duplicidades.

Actividades previstas para a sua execução

- a) Gestão conjunta: 1 director/a e 3 técnicos/as, que inclusivamente poderiam estar a tempo parcial
- b) Portal formativo e desenvolvimento de 4 cursos on-line

- c) Portal do emprego (a partir de Foriet)
- d) Portal do emigrante (a partir de Cidade+)
- e) Concurso transfronteiriço: melhor blogg
- f) Ampliação da rede física de tele-centros (2 tele-centros)

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto terá uma duração mínima estimada de 24 meses, não devendo ir além dos 36 meses de execução.

O orçamento previsto é o seguinte:

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas		
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais	120.000,00	Investimentos em novos tele-centros (2)
4. Prestações de serviços	250.000,00	Assistências técnicas ao desenvolvimento de conteúdos
5. Despesas com o Pessoal	240.000,00	4 pessoas durante 24 meses
6. Formação	200.000,00	Acções de formação e desenvolvimento de produtos
7. Promoção e divulgação	90.000,00	Difusão geral do projecto e celebração do concurso
8. Despesas gerais		
9. Outros		
Total	900.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto pode ser liderado pela Uniminho, a qual poderia actuar como promotora da iniciativa, mas poderá contar com a participação de outras entidades públicas especializadas ou com competências nas matérias de desenvolvimento de conteúdos (por exemplo, emigração ou emprego), o Eures transfronteiriço para trazer conteúdos ao portal do emprego, e as associações culturais de âmbito local para a realização de acções de divulgação e dinamização.

Considerações para o seu financiamento

Com o ajuste das orientações actuais das prioridades de actuação para o programa operativo de cooperação transfronteiriça 2007-2013, o presente projecto pode ser incluído no quinto eixo de actuação, fomento da cooperação e integração económica e social, incidindo no desenvolvimento de serviços conjuntos e equipamentos locais, com especial ênfase para o âmbito educativo e social, ao mesmo tempo que permita criar estruturas de gestão conjuntas para equipamentos que actualmente se gerem individualmente. O projecto insere-se igualmente na tipologia de intervenções propostas no novo regulamento de FEDER no que diz respeito à sociedade da informação.

d2. DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS DE CUIDADOS AOS IDOSOS

Objectivos gerais do projecto

Embora o objectivo principal do projecto seja impulsionar acções na área de atenção às pessoas, em especial, e pelas características demográficas do território da Uniminho na área de apoio a pessoas idosas, a ideia de projecto é suficientemente ampla e versátil para que, em função do programa financeiro a que se apresenta, oscile as actuações do mesmo numa direcção determinada, podendo assim apresentar um projecto mais amplo no quadro de diferentes programas e iniciativas.

Descrição do projecto

Devemos partir de uma perspectiva de actuação que seja suficientemente ampla, permitindo apresentar o projecto a diferentes linhas de actuação, em função das orientações definitivas dos diferentes projectos.

Um programa de actuação integral nesta matéria deveria contemplar as seguintes actuações:

- A criação de infra-estruturas sociais de atenção às pessoas maiores, tais como centros de dia. Como neste projecto se pretende realizar uma aproximação inicial, nas considerações económicas, só será incluída uma pequena dotação para a reabilitação de um centro local, procurando, de forma complementar, a recuperação de um edifício de lazer ou raramente utilizado e, preferencialmente, em zonas rurais.

- O desenvolvemento de novas tecnoloxías da información no ámbito da tele-assistencia e/ou tele-vigilância, com o desenvolvemento de uma experiência-piloto. Neste sentido, é possível observar a complementaridade com o desenvolvemento da infra-estrutura TIC, que será a que possibilita a activação destes serviços.
- Reforço dos serviços municipais de cuidados sociais básicos, com a contratação de 3 pessoas que possam reforçar a partir da Uniminho os momentos com mais trabalho ou períodos de férias em todas as câmaras municipais. Se fosse constituído um equipamento interdisciplinar, este mesmo poderia também reforçar programas de cuidados sociais especializados de carácter básico, por exemplo, dentro dos centros de dia ou em centros de atenção a colectivos específicos como os imigrantes e emigrantes retornados ou, com uma abordagem mais inovadora, trabalhar a ideia dos "assistentes pessoais" no âmbito das novas políticas de apoio a pessoas com alto grau de dependência.
- As acções de formação para trabalhadores sociais (especialização), bem como as acções de formação dirigidas a desempregados/as que queiram desenvolver uma actividade profissional na área de atenção a pessoas maiores,
- Criação de empresas na área de atenção a pessoas, especialmente através de fórmulas de economia social.

Justificación e necesidade da actuación

Os altos índices de dispersão populacional, conjuntamente com uma localidade que se conta entre as mais envelhecidas da Europa, justificam por si só a necesidade de actuar na área de apoio às pessoas idosas.

Mas, além disso, também podemos considerar a área de cuidados às pessoas como sendo uma área de traballo a partir das políticas de emprego e igualdade de oportunidades. Embora desde o livro branco de Delors se venha a falar dos serviços pessoais como uma nova mina de emprego, a realidade até à data é que ainda não se evoluiu o suficiente para se poder falar de um verdadeiro sector. Não obstante, futuras mudançás no quadro legislativo como a futura lei de dependência espanhola ou a nova lei galega de serviços sociais, vão acelerar a procura de serviços e supor um aumento muito significativo do investimento público nesta área, o que, muito provavelmente, actuará como catalizador de actuações como as propostas no âmbito da Uniminho.

Actividades previstas para a sua execução

- Criação de infra-estruturas sociais de cuidados às pessoas idosas.
- Projecto-piloto de tele-assistencia /tele-vigilância
- Equipamento multidisciplinar de serviços sociais
- Formação: especialização e básica
- Apoio à criação de empresas na área de atenção a pessoas

Duração do projecto e considerações económicas

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas	200.000,00	Acondicionamento e/ou reabilitação de 1 centro de dia
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais		
4. Prestações de serviços	300.000,00	Desenvolvimento de serviços piloto de tele-assistência
5. Despesas com o Pessoal	180.000,00	Contratação de 3 técnicos/as
6. Formação	250.000,00	50% de formação especializada e 50% de formação básica
7. Promoção e divulgação		
8. Despesas gerais		
9. Outros	60.000,00	Ajudas à criação de empresas de atenção às pessoas
Total	990.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

Este projecto deve ser realizado conjuntamente pela Uniminho e pelas câmaras municipais integrantes, aproveitando as competências da administração local na matéria.

Considerações para o seu financiamento

Como referimos no início, o projecto é suficientemente versátil para receber financiamento por diferentes vias. Assim, as acções de infra-estrutura social podem receber financiamento de FEDER (secção 11, artº. 4 do novo regulamento), e também os projectos-piloto na área de tele-assistência, pela utilização das novas tecnologias da informação e comunicação (secção 2, artº. 4). Esta última parte poderia receber ajudas de programas específicos da UE em matéria de sociedade da informação (e-europe) ou nos diferentes programas operativos regionais.

Por outra parte, todas as acções de formação e cuidados a pessoas, assim como de criação de empresas poderão receber ajudas do FSE, e até, a partir da perspectiva da criação de novos postos de emprego, poderíamos pensar na concepção de uma candidatura no âmbito do novo programa da UE para desenvolver as políticas de emprego e assuntos sociais: Progress.

d3. MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Objectivos gerais do projecto

A reduzida dimensão e os recursos económicos das entidades locais tornam necessário unir esforços e alcançar massa crítica suficiente para abordar serviços que só estão disponíveis nas cidades de maior dimensão. Desta forma, o projecto tem como objectivo converter a Uniminho no padrão de gestão pública de uma "cidade" com mais de 180.000 habitantes. Isto só é possível através da combinação de recursos humanos de primeiro nível e das novas tecnologias da informação e comunicação.

Descrição do projecto

A amplitude do projecto requer um estudo de viabilidade em maior profundidade e específico a cada um dos serviços propostos a seguir, mas se a Uniminho conseguisse captar financiamento comunitário específico, alguns serviços de informação estando acessíveis só para cidades como Vigo poderiam estar igualmente acessíveis na área da Uniminho.

Concretamente, propõe-se começar com os seguintes serviços:

- Desenvolvimento de um sistema de assistência telefónica 010 (pode ser um 900 ou 901) para todas as câmaras municipais da Uniminho. Centralizar-se-ia toda a informação de interesse para os cidadãos, seguindo o modelo implantado nas grandes cidades. O serviço teria o seu complemento no portal do cidadão, um serviço de informação disponível na Internet, no qual, pouco a

pouco, se iriam implantando serviços de tramitação electrónica de documentos. Também disporia de serviços clássicos como:

- Correio electrónico gratuito e pasta com informações do cidadão
- Caixa de sugestões e agenda
- Informações administrativas, notícias de interesse e avisos
- Guias, directórios e informações sobre transportes
- Etc.



www.vigo.org



www.aytolacoruna.

- A Deputación de Pontevedra dispõe de um inquérito sobre equipamentos e serviços locais, o qual constitui uma poderosa ferramenta para a gestão local. Tratar-se-ia, portanto, de disponibilizar esta informação, através de um sistema de informação geográfica, às câmaras municipais da Uniminho, acompanhando o projecto com formação específica dada aos/as técnicos/as municipais para explicar a utilização da ferramenta. Se em Portugal não existisse uma informação homologável, seria necessário adicionar o custo do desenvolvimento de um inquérito com estas características.
- Tal como o projecto que, na Galiza, é desenvolvido pelo COAG, a Uniminho poderia disponibilizar toda a informação relativa ao planeamento urbanístico dos municípios através do seu portal Web informativo. Esta informação será dirigida a particulares, mas também a profissionais (sector construção, arquitectos, etc.)

Justificação e necessidade da actuação

Por ser uma instituição nova, a Uniminho pode transformar-se numa referência de apoio para a modernização da administração local no território transfronteiriço no caso de ser capaz de captar o financiamento adequado para impulsionar projectos-piloto que possam ter um carácter exemplar para os cidadãos e para a própria administração. Neste sentido, poderia seguir-se a experiência da Área Metropolitana de Barcelona ou da própria Diputación de Barcelona, como referência em matéria de trabalho desenvolvida entre uma entidade supra municipal e as câmaras municipais que a integram.

Actividades previstas para a sua execução

- Sistema 010 unificado para todas as câmaras municipais do espaço transfronteiriço.

- Acesso na Internet aos dados dos inquéritos sobre serviços e equipamentos locais.
- Acesso na Internet à informação sobre planeamento urbanístico

Duração do projecto e considerações económicas

O projecto, ao estar constituído por 3 projectos independentes, poderia desenvolver-se gradualmente, embora a globalidade do mesmo pudesse ser alcançada num prazo máximo de 3-4 anos.

TIPO DE DESPESA	DESPESA ELEGÍVEL	CONSIDERAÇÕES
1. Obras públicas	60.000,00	Acondicionamento de espaços
2. Aquisição de materiais		
3. Outros investimentos materiais	120.000,00	Equipamentos
4. Prestações de serviços	300.000,00	Digitalizações e concepção de serviços + portal Web
5. Despesas com o Pessoal	240.000,00	Equipa de 4-6 pessoas
6. Formação	30.000,00	Formação de técnicos/as municipais em consulta
7. Promoção e divulgação	120.000,00	Campanha de divulgação dos serviços
8. Despesas gerais	75.000,00	Gastos gerais de manutenção
9. Outros		
Total	945.000,00 Euros	

Agentes envolvidos na sua execução

O projecto deve ser liderado pela Uniminho e contar com a colaboração da Diputación de Pontevedra e a Associação de Municípios do Vale do Minho, assim como de todas as câmaras municipais integrantes. É importante o contributo de todos no projecto para alcançar massa crítica suficiente.

Considerações para o seu financiamento

Embora o projecto possa beneficiar de financiamento no quadro do e-government e dos programas complementares que possam vir a ser promovidos pela Comissão Europeia, o próprio programa de cooperação transfronteiriça de objectivo 3 promove a criação de serviços conjuntos. Além disso, ao prestar serviços directos para as câmaras municipais, também é possível a definição de uma quota para cada entidade supra municipal e local, para a manutenção do serviço, desde que os investimentos necessários sejam financiados com fundos comunitários.

CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES FINALES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS

O presente plano estratégico não deixa de ser um documento de trabalho técnico, e como tal, um conjunto de propostas e recomendações que poderão ser seguidas em maior ou menor medida pelos responsáveis políticos e técnicos da Uniminho.

É agora, na parte final do presente projecto, quando começa o verdadeiro trabalho e quando se devem assentar as bases para que este documento se transforme na roteiro do território transfronteiriço e do seu instrumento específico de gestão, UNIMINHO.

Para que tal aconteça, o primeiro passo deve ser dado internamente, assumindo os responsáveis políticos da Uniminho as considerações estratégicas, linhas de trabalho específicas e projectos concretos que se têm proposto ao longo do Plano Estratégico. Para tal, este primeiro passo deve ser, necessariamente, um debate em profundidade do próprio documento no seio dos órgãos de governo da Uniminho e deveria produzir-se em dois níveis.

Um **primeiro nível** formado pela Assembleia Geral, órgão de governo da instituição supramunicipal transfronteiriça encarregado de assumir os processos de debate e

discussão, e que pela sua amplitude de representação é o órgão qualificado para a adopção das decisões de carácter mais estratégico. Na primeira Assembleia que se celebrar, deveriam discutir-se os aspectos propostos no presente Plano e que afectam directamente o modelo de gestão da Uniminho:

- ☑ Adopção do quadro estratégico de actuação proposto.
- ☑ Definição da estrutura económica e financeira da Uniminho, especialmente os aspectos relacionados com os sistemas de fornecimento de quotas (receitas) sobre os quais se propõem diversos cenários no presente Plano.
- ☑ Definição da estrutura de Recursos Humanos e de recursos técnicos (organigrama técnico, espaço físico, equipamentos técnicos, etc.)

Embora as propostas de actividades e orçamento devam ser formuladas a partir do Comité Directivo, a existência do presente Plano deve ajudar a fase inicial de lançamento da Uniminho, levando directamente ao debate em Assembleia as considerações de carácter mais operativo que são incluídas no mesmo.

Dada a amplitude de integrantes neste Órgão de Governo, antes da reunião ou reuniões que se celebram da Assembleia, os presidentes da Deputación de Pontevedra e da Comunidade Intermunicipal do Vale do Minho deveriam **chegar a acordo previamente** sobre os aspectos chave sobre os quais possa produzir-se um maior debate (contribuições económicas, orçamento total, etc.) e sobre os quais se preveja que possam existir maiores discrepâncias. Só ambos os presidentes, actuando de forma coordenada, dispõem da liderança necessária para unir as vontades individuais dos representantes políticos que, em maior ou menor medida, devem defender os interesses individuais dos seus municípios.

O **segundo nível** de debate está referenciado ao Conselho Directivo e ao Presidente da Uniminho que, com base nos acordos alcançados no seio da Assembleia Geral, passem a um nível de maior operatividade e concretização, especialmente no que se refere à dotação de recursos humanos e à atribuição de prioridades dos projectos propostos.

Dentro deste nível queremos destacar, em primeiro lugar, a importância da figura do Gerente da Uniminho (ou Secretário do Conselho Directivo), que deve ser o referente técnico da instituição e encarregado de impulsionar a organização na gestão diária. A referência de outras experiências demonstra que, em grande medida, o futuro de uma instituição destas características passa por uma selecção adequada da pessoa que deverá exercer as funções directivas de gestão, tal como se referiu no próprio Plano.

Como elemento central de reflexão do Conselho Directivo e dentro das competências deste órgão de governo, encontra-se a aprovação do **plano de actuações** anual e a apresentação de programas e iniciativas para financiar com fundos comunitários (artigo 21). Neste sentido, o presente Plano estratégico da Uniminho apresenta um conjunto amplo e diverso de projectos e propostas de actuação cujas prioridades deverão ser estabelecidas a partir dos órgãos de decisão política. É obvio que um montante tão elevado de dinheiro como o que é englobado nos projectos incluídos no Plano Estratégico não pode nem deve abordar-se simultaneamente. É necessário começar impulsionando politicamente não mais de 2 ou 3 projectos, e manter uma

vigilância operativa sobre as possíveis janelas de financiamento externa que possam financiar outros projectos.

De um ponto de vista técnico e como conclusão final, também se quer facilitar este debate. Neste sentido, e como primeiro nível de reflexão, colocam-se em cima da mesa de trabalho os seguintes projectos que, na opinião da equipa redactora, podem contribuir em maior medida para os objectivos gerais e específicos do Plano e da própria instituição:

Prioridade A: Projecto de saneamento e abastecimento de água (ALOSA)

Este projecto pela sua dimensão económica é, necessariamente, a aposta mais ambiciosa do Plano estratégico proposto. Inclusivamente, o seu valor distorce o orçamento global do plano já que representa 68,4% dos 511 milhões de euros do total do Plano. Mas dito isto, também é certo que tal como se destacou ao longo do projecto, o rio Minho é a verdadeira razão de existir do projecto e o seu cuidado ambiental e conservação repercute em todos os projectos. Além disso, a importância e visualização face ao cidadão possibilitaria que apenas a gestão deste projecto justificaria toda a existência da Uniminho, pelo menos no período 2007-2013. Por último, resta apenas sinalizar que a própria UE impulsiona a necessidade deste tipo de projectos e o cumprimento das directivas ambientais deverá ser uma prioridade nos programas operativos do novo quadro de financiamento comunitário. Neste sentido só falta lembrar que no anterior quadro de financiamento, o saneamento integral do rio Louro (afluente do rio Minho) englobou um investimento global superior a 100 milhões de euros.

Prioridade B: Unidade de promoção e desenvolvimento e Observatório transfronteiriço.

Neste caso, pretendeu-se dar prioridade à utilidade interna do projecto para a Uniminho e o carácter transversal do mesmo. Utilidade porque permitirá dotar a Uniminho dos recursos humanos e técnicos necessários para a concretização e elaboração de projectos de desenvolvimento local, assim como das candidaturas técnicas necessárias para obter financiamento de fundos europeus. E o carácter transversal deste projecto é dado pela própria definição do Observatório, que deveria ser a referência para a gestão adequada das políticas públicas e de todos os projectos que são executados no território transfronteiriço.

Prioridade C: Sistema de transporte público transfronteiriço.

A existência de um sistema de transportes próprios da Uniminho poderia ser o principal elemento da coluna vertebral do território e o projecto de maior visualização frente ao cidadão. É um projecto que, pelo seu marcado carácter **inovador**, deveria receber facilmente financiamento comunitário e teria uma grande capacidade de transferência para outros territórios da UE. Também é importante destacar a capacidade de gerar sinergias com o projecto da futura plataforma logística Salvaterra - As Neves, possibilitando uma verdadeira mobilidade interna para os principais centros de trabalho do espaço transfronteiriço da Uniminho.

Como foi possível observar, não se pretendeu estabelecer hierarquias entre os 3 projectos seleccionados, porque cada um deles afecta a instituição de forma diferente e envolvem intensidades de dedicação técnica e política diferentes, pelo que

novamente é necessária a aceitação política dos órgãos de governo da Uniminho para a atribuição de prioridade final.

Por último, e com carácter transversal, as possibilidades de actuação da **AECT** (Associações europeias de cooperação territorial) deverão ser seguidas com especial atenção pelos responsáveis da Uniminho, tal como se descreve e justifica no próprio Plano.

ANEXOS:

**1. QUADRO RESUMO DE PRINCIPAIS ACTIVIDADES
POR PROJECTO E PROGRAMA**

2. QUADRO RESUMO DE ORZAMENTOS

1. QUADRO RESUMO DE PRINCIPAIS ACTIVIDADES POR PROJECTO E PROGRAMA

PROGRAMA A			ACTIVIDADES	ORÇAMENTO POR PROJECTO €
PROGRAMA A: PROMOÇÃO DO TURISMO	P R I N C I P A I S	A1: Promoção de campos de Golfe e infra-estruturas desportivas	Estudo de viabilidade	7.924.740
			Construção de 2 campos de golfe	
			Participação em feiras especializadas	
			Construção de 4 áreas recreativas	
			Construção de 2 pousadas da juventude	
			Associação de empresários turísticos	
			Tramitação da carta de navegação	
		Campeonato de desportos náuticos/aventura	3.170.000	
		A2: Desenvolvimento turístico do espaço Uniminho		Plano de sinalização conjunta
				Desenvolvimento de 2 produtos turísticos, com carácter de projecto piloto.
				Grandes eventos e patrocínio
				Campanha de promoção conjunta
				Plano de Marketing turístico
				Observatório turístico e mesas de concertação
				Formação para o sector e qualidade
		Gestão turística conjunta		79.052.905
		Linha de ajudas		
		A3: Regeneração integral de Centros Históricos na Uniminho	Criação de uma Sociedade transfronteiriça	
			Actuações em espaços públicos	
			Equipamentos sociais e culturais	
			Acções de melhoria na habitação	
			Plano comercial	
			Dinamização do tecido social	
			Formação e emprego	
		Campanha volta ao centro	10.168.374	
		A4: Projecto cultural		Plano de interpretação do Património cultural
				Campanha de difusão / conservação do Património
				Plano de interpretação
				Criação do centro de ofícios
				Protecção do comércio artesanal
				Programa experimental "o pão da terra"
				Festival de criação e tradições populares
	Rede cultural Uniminho			
C O M P L E M E N T A R I O	a1: Projecto de Eventos Desportivos Transfronteiriços	Ferramenta de controlo para subvenções	940.000	
		Promoção de campeonatos conjuntos		
		Infra-estruturas de gestão de grandes eventos		
	a2: Identificação Turística do espaço Uniminho	Promoção e difusão de grandes eventos	670.000	
		Elaboração da base de dados turísticos		
		Portal Web		
			Acções de promoção e difusão	101.926.019
			Gestão geral do projecto	

PROGRAMA B			ACTIVIDADES	ORÇAMENTO POR PROJECTO €
PROGRAMA B: MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	P R I N C I P A I S	B1: Acções locais em Saneamento e Abastecimento	Estudos de reformulação	349.740.966
			Acções de abastecimento	
			Acções de saneamento	
			Acções de difusão	
		B2: Gestão sustentável do monte e prevenção de incêndios	Ordenamento e repovoamento de montes	9.646.000
			Intervenção de repovoamento e tratamentos silvícolas	
			Sustentabilidade de massas de arvoredo autóctones	
			Plano de prevenção contra incêndios florestais	
			Plano de áreas corta-fogos de protecção rural	
			Sensibilização Ambiental	
		B3: Acções de restauro ambiental e equip. de acessib. às ribeiras do Minho	Inventário e caracterização ambiental	3.117.900
			Concepção de projectos de caminhos e equipamentos associados	
	Construção de caminhos e equipamentos			
	Actuações Complementares			
	C O M P L E M E N T A R E S	b1: Gestão de resíduos específicos, de construção e de montes	Estudo e planeamento de Usos de resíduos	790.000
			Rede de gestão e recolha de resíduos	
			Estudo de viabilidade de uma central de biomassa	
			Estudo de viabilidade da instalação de reciclagem e recuperação	
			Edição de materiais de divulgação	
			Divulgação e difusão	
		b2: Gestão conjunta do estuário do Minho	Estudo e estabelecimento de prioridades de intervenções no estuário	1.160.000
			Execução de actuações de recuperação	
			Plano de aproveitamento piscícola conjunto.	
			Estudo e acções de melhoria da navegabilidade	
		b3: Sensibilização e educação ambiental	Serviço de sensibilização / informação ambiental	860.000
			Estudo sobre o grau de sensibilização / consciencialização	
			Programa de educação ambiental	
			Actividades de recuperação conjuntas e concursos	
ORÇAMENTO TOTAL DO PROGRAMA B €			365.314.866	

PROGRAMA C			ACTIVIDADES	ORÇAMENTO POR PROJECTO €
PROGRAMA C: DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL E EMPREGO	P R I N C I P A I S	C1: Unidade de promoção e observatório transfrontereiro	Criação de 1 UPD	1.806.000
			Observatório transfrontereiro	
			Dotação de pessoal para a UPD	
			Comunicação	
			Criação de bases de dados / sistema de consultas	
			Realização de trabalhos técnicos na UPD	
			Difusão e comunicação	
			Publicações	
			Dinamização de agentes locais	
		C2: Gestão transfrontereira de iniciativas empresariais	Sensibilização empreendedora	3.415.000
			Melhoria da percepção social do empreendedor	
			Seminários e mecanismos de difusão	
			Plano de formação	
			Metodologia de análise da ideia e assessoria	
	Concurso de ideias empresariais			
	Centro integral de assessoria			
	Linha de ajudas			
	Sistema de mentoring para sectores			
	Rede de empresas			
	Boletim empresa Uniminho			
	Manuais de boas práticas			
	C O M P L E M E N T A R E S	c1: Manuais e ferramentas para a atracção do investimento estrangeiro	Elaboração de conteúdos para o manual	785.000
			Edição de materiais	
			Portal Web	
			Promoção em feiras internacionais	
			Difusão de manuais	
		c2: Um espaço em igualdade de oportunidades	Diagnóstico do território em matéria de sexos	910.000
Formação para mulheres				
Acções de sensibilização				
Acções de mainstreaming institucional				
c3: Pacto para o emprego transfrontereiro		Diagnóstico estratégico do emprego	190.000	
		Mesas de concertação		
		Plano de acção do pacto e assinatura do acordo		
ORÇAMENTO TOTAL DO PROGRAMA C €			7.106.000	

PROGRAMA D			ACTIVIDADES	ORÇAMENTO POR PROJECTO €
PROGRAMA D: APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS	P R I N C I P A I S	D1: Acesso à Banda Larga	Rede secundária de fibra óptica	28.410.619
			Rede sem fios Wimax	
			Difusão e comunicação do projecto	
		D2: Projecto Piloto para a gestão de um sistema de transportes públicos	Integração legislativa no transporte de viajantes	5.895.000
			Diagnóstico Socioeconómico da área	
			Viabilidade técnica/económica	
	Divulgação e sensibilização			
	Anteprojecto de execução			
	Projectos de execução, serviços, instalações			
	C O M P L E M E N T A R E S	d1: Ampliação de uso da rede de tele-centros rurais	Gestão conjunta dos telecentros rurais	900.000
			Portal formativo / Portal de emprego / Portal emigrante	
			4 Cursos on-line	
			Concurso transfronteiriço: melhor blogue	
			Ampliação da rede física com 2 novos telecentros	
		d2: Projecto de serviços municipais de atendimento da terceira-idade	Criação de infra-estruturas sociais	990.000
			Projecto-piloto de tele-assistência /tele-vigilância	
			Equipamento multidisciplinar de serviços sociais	
			Formação / sensibilização básica	
			Apoio à criação de empresas de atendimento pessoal	
		d3: Melhoria dos serviços públicos	Sistema 010 unificado	945.000
			Acesso na rede a dados de inquéritos a equipamentos	
			Acesso a informação urbanística de toda a Uniminho	
ORÇAMENTO TOTAL DO PROGRAMA D €			37.140.619	

2. QUADRO RESUMO DE ORZAMENTOS

	QUADRO RESUMO: Orçamento por programas e projectos																								
	PROGRAMA A						PROGRAMA B						PROGRAMA C						PROGRAMA D						
	PROMOÇÃO DO TURISMO						MELHORIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL						DINAMIZAÇÃO EMPRESARIAL E EMPREGO						APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS						
	A1: Promoção de Campos de Golfe e infra-estruturas desportivas	A2: Desenvolvimento turístico do Espaço Uniminho	A3: Regeneração integral Centros Históricos na Uniminho	A4: Projecto Cultural	a1: Projecto de Eventos Desportivos Transfronteiriços	a2: Identificação Turística do espaço Uniminho	B1: Acções locais em Saneamento e Abastecimento	B2: Gestão sustentável do monte e prevenção de Incêndios	B3: Acções de restauro ambiental e acesso às ribeiras do Minho	b1: Gestão de Resíduos Específicos, de Construção e de Montes	b2: Gestão Conjunta do Estuário do Minho	b3: Sensibilização e Educação Ambiental	C1: Unidade de Promoção e Desenvolvimento e Observatório Transfronteiriço	C2: Gestão transfronteiriça de Iniciativas empresariais	c1: Manuais e Ferramentas para a atracção do Investimento estrangeiro	c2: Um espaço em Igualdade de Oportunidades	c3: Pacto para o emprego transfronteiriço	D1: Acesso à Banda Larga	D2: Projecto Piloto gestão sistema de Transportes Públicos	d1: Ampliação de uso da Rede de Tele-centros Rurais	d2: Projecto de Serviços Municipais de atendimento da Terceira-Idade	d3: Melhoria dos Serviços Públicos			
TIPO DE DESPESA €	PRINCIPAIS				COMPLEMENTARES		PRINCIPAIS			COMPLEMENTARES			PRINCIPAIS		COMPLEMENTARES			PRINCIPAIS		COMPLEMENTARES			TOTAL TIPO DE DESPESA €	TOTAL %	
Obra Pública	6.244.740	0	71.484.585	4.445.550	300.000	0	349.555.966	7.960.000	2.486.400	0	200.000	0	0	0	0	0	0	14.605.794	1.850.000	0	200.000	60.000	459.393.035	89,82%	
Aquisição de Material	180.000	0	114.000	1.325.000	150.000	0	0	0	0	0	0	20000	60.000	4.000	0	0	0	964.484	1.000.000	0	0	0	3.817.484	0,75%	
Outros Investimentos Corpóreos	100.000	300.000	120.000	0	0	0	0	0	120.000	300.000	400.000	0	240000	0	0	0	0	0	316.000	120.000	0	120.000	2.136.000	0,42%	
Prestação de Serviços	400.000	550.000	2.446.000	1.871.310	200.000	400.000	135.000	610.000	351.500	250.000	250.000	250.000	102.000	592.000	500.000	100.000	80.000	2.049.906	700.000	250.000	300.000	300.000	12.687.716	2,48%	
Despesas com o Pessoal	0	400.000	3.321.120	1.640.964	40.000	120.000	0	581.000	135.000	150.000	120.000	200.000	996.000	929.000	120.000	240.000	50.000	0	973.000	240.000	180.000	240.000	10.676.084	2,09%	
Formação	0	250.000	0	171.000	0	0	0	200.000	0	0	100.000	300.000	0	145.000	120.000	390.000	0	0	270.000	200.000	250.000	30.000	2.426.000	0,47%	
Promoção e Divulgação	340.000	880.000	354.000	222.500	250.000	150.000	50.000	150.000	25.000	90.000	90.000	90.000	182.000	205.000	0	60.000	30.000	0	300.000	90.000	0	120.000	3.678.500	0,72%	
Despesas Gerais	660.000	30.000	43.200	357.050	0	0	0	50.000	0	0	0	0	96.000	45.000	45.000	0	30.000	10.790.435	368.000	0	0	75.000	12.589.685	2,46%	
Outros	0	760.000	1.170.000	135.000	0	0	0	95.000	0	0	0	0	130.000	1.495.000	0	120.000	0	0	118.000	0	60.000	0	4.083.000	0,80%	
TOTAL POR PROJECTO €	7.924.740	3.170.000	79.052.905	10.168.374	940.000	670.000	349.740.966	9.646.000	3.117.900	790.000	1.160.000	860.000	1.806.000	3.415.000	785.000	910.000	190.000	28.410.619	5.895.000	900.000	990.000	945.000	511.487.504	100,00%	
TOTAL POR GRUPO DE PROJECTOS €	100.316.019				1.610.000		362.504.866			2.810.000			5.221.000		1.885.000			34.305.619		2.835.000					
TOTAL POR PROGRAMAS €	101.926.019						365.314.866						7.106.000						37.140.619						
ORÇAMENTO TOTAL €	511.487.504																								